

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

SANDRA APARECIDA DE SOUZA MACHADO

**A TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DE JOSEPH JUBERT JORNALISTA,
PROFESSOR ANARQUISTA E SUA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO
LIBERTÁRIA NO INTERIOR PAULISTA (1900-1921)**

Itatiba
2021

SANDRA APARECIDA DE SOUZA MACHADO– R.A. 002201701099

**A TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DE JOSEPH JUBERT JORNALISTA,
PROFESSOR ANARQUISTA E SUA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO
LIBERTÁRIA NO INTERIOR PAULISTA (1900-1921)**

Tese apresentada ao programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Sociedade e Processos Formativos

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima
Guimarães

Itatiba
2021

309.381.2(81) Machado, Sandra Aparecida de Souza.
M134t A trajetória biográfica de Joseph Jubert jornalista,
professor anarquista e sua proposta de educação libertária no
interior paulista (1900-1921) / Sandra Aparecida de Souza
Machado. – Itatiba, 2021.
199 p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco.
Orientação de: Maria de Fátima Guimarães.

1. Jubert, Joseph. 2. Anarquismo - Brasil.
3. Educação Libertária. 4. Classe Trabalhadora.
5. Educação - História. 6. Educação - Brasil.
7. São Paulo (Estado) – 1900-1921. 8. Escola Moderna.
I. Guimarães, Maria de Fátima. II. Título.

**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM EDUCAÇÃO**

Sandra Aparecida de Souza Machado defendeu a tese A TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DE JOSEPH JUBERT: JORNALISTA, PROFESSOR ANARQUISTA E SUA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA NO INTERIOR PAULISTA (1900-1921) aprovada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco em 24 de fevereiro de 2021 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães
Orientadora e Presidente

Prof. Dr. João Batista Gonçalves Bueno
Examinador

Profa. Dra. Luzia Batista de Oliveira Silva
Examinadora

Profa. Dra. Luzia Bueno
Examinadora

Profa. Dra. Maria Sílvia Duarte Hadler
Examinadora

A todos os revolucionários, colonos, operários e antepassados que lutaram e morreram para nos legar algum direito, alguma dignidade, alguma justiça e um país democrático, ainda que frágil, sempre estremecido por autoritarismos e extremismos em diferentes épocas.

A todos os professores deste país, em especial, à professora Maria de Fátima Guimarães, quem exerceu total influência em minha formação acadêmica. A ela que sempre me motivou a continuar, ensinando-me que o caminho das pedras pode ser compartilhado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Manoel e Therezinha, pela criação e pelo carinho, os quais me permitiram estar aqui hoje realizando este trabalho. Também pela paciência durante toda a minha ausência.

Ao André, meu querido, que sempre me apoiou e incentivou durante todo o percurso da pesquisa.

A meus irmãos Valdir, Conceição e Silvia pela amizade e parceria.

À Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães que viu em mim uma possibilidade e tornou-a realidade.

Às professoras Luzia Batista, Luzia Bueno, Maria Silvia Hadler, Milena Moretto e aos professores João Bueno e Elison Antônio Paim, por aceitarem fazer parte deste momento especial em minha vida.

Aos colegas do programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, os quais compartilharam a mesma trajetória.

Aos colegas do CDAPH, Nicolino e Elton pela parceria e amizade.

À pesquisadora Elizabete Rodrigues Oliveira Mathieu, doutoranda da Sorbonne, orientada pela professora Laura de Mello e Souza, por todas as dicas de pesquisa e fontes gentilmente comigo compartilhadas, o que inclui as notas inéditas do jornal *Cidade de Bragança*, as notas do jornal *O Bauru*. Para além de me presentear com a versão fac-similar digital do jornal *O Operário*.

Ao Ivan Jubert Guimarães, neto de Joseph Jubert, o qual pude conhecer e trocar informações a respeito de seu avô.

Ao Vinícius Pereira, jornalista da BBC News Brasil, que garantiu a divulgação da pesquisa para além do universo acadêmico.

Por fim, sou muito grata à Universidade São Francisco pela bolsa mensalidade institucional.

*Em nome de Deus ou do Estado: bala [...].
O fanatismo é um efeito destas [...] causas...
Os senhores do mundo, a quem o simples
boato duma revolução qualquer empalidece o
rosto e faz pulsar vertiginosamente o coração,
não querem crer, por ignorância crassa ou
por conveniência própria, que o livro é a fonte
universal do bem, a manifestação do
progresso, o centro do sistema vulgarizador
dos conhecimentos gerais, o termômetro da
civilização, que tudo engrandece e que a
espada domina com terror e a guerra é a
diplomacia do mal – e por isso nós os
julgamos membros ativos do
conjunto animal do retrocesso
humano. **Vlan!**
(A LANTERNA, 12/09/1914, n. 260, p. 1)*

MACHADO, Sandra Aparecida de Souza. **A trajetória biográfica de Joseph Jubert jornalista, professor anarquista e sua proposta de educação libertária no interior paulista (1900-1921)**. Tese (Doutorado em Educação). 2021. 200 p. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

RESUMO

Esta pesquisa situa-se na área da História da Educação do Brasil. Ela focalizou a trajetória de Joseph Jubert, professor e um dos membros do movimento anarquista do interior paulista (Atibaia, Bragança, Sorocaba, Votorantim, Mairinque, Tatuí, Avaré, Bauru, Pirajuí) entre os anos de 1900 e 1921. As indagações iniciais que nos mobilizaram foram aquelas que emergiram com maior vigor ao término do mestrado. Elas centraram-se nas seguintes questões: qual foi a trajetória de Joseph Jubert após sua fuga de Bragança? Qual era sua vinculação com o movimento operário? Qual era sua compreensão da educação libertária e da Escola Moderna? Jubert teria vínculo com a criação de alguma Escola Moderna? Considerando a hipótese de que ele teria vínculos com diferentes militantes, o que teria lhe garantido a fuga e a acolhida em diferentes cidades do interior paulista; as manifestações em diferentes periódicos nacionais e estrangeiros acerca da prisão e injustiças que sofreu, e a sua participação em várias ações operárias do período – dentre elas, a atuação como professor em diferentes escolas anarquistas. Face a esses questionamentos, o objetivo geral desta pesquisa é elaborar uma biografia de Jubert, bem como analisá-la e confrontá-la com aspectos do contexto sociocultural mais amplo do país no período focalizado. Quanto aos objetivos específicos, corresponderam a: i. rastrear a participação de Jubert nas greves de colonos na cidade de Bragança e em diferentes iniciativas do movimento operário em Sorocaba; ii. investigar a trajetória dele e de seus vínculos com a educação libertária, considerando seu engajamento no movimento anarquista nas diferentes cidades pelas quais passou do interior paulista, as quais margeavam a ferrovia e, por fim, iii. compreender tal trajetória à luz de princípios preconizados pelas Escolas Modernas. A pesquisa justifica-se pelo fato de tratar-se da biografia de um professor libertário e membro do movimento anarquista, o qual, embora tenha vivido em diferentes cidades do interior do estado de São Paulo, é pouco conhecido na atualidade. A pesquisa também é importante, porque traz elementos inéditos e novas possibilidades para o ensino de história local, uma vez que tanto o anarquismo, quanto a história do movimento operário são temas quase que inexplorados em muitos municípios do interior paulista. Ademais, de um ponto de vista mais macro, os resultados obtidos com as investigações apontam para questões importantes e pouco exploradas da própria História da Educação brasileira. Os aportes teóricos da pesquisa referem-se às contribuições de Dosse (2015) no que tange à pesquisa biográfica; de Bresciani (1982), de Benjamin (1985-87) e de Thompson (2002), quanto à modernidade, ao capitalismo e à cultura; de Pinheiro (1978), de Hobsbawm (1982), de Munakata (1981), de Hall (1989; 2011), de Batalha (2000), de Tragtenberg (2008), com relação ao movimento operário; de Ferrer y Guardia (2010) e de Gallo (1995-97) no que corresponde à educação libertária, dentre outros. Como procedimentos metodológicos recorreu-se à identificação de fontes, à análise e ao confronto de documentos históricos tais como: o *Boletim* e *ELO* de Bragança; os processos criminais do Fundo do Poder do Judiciário da Comarca de Bragança Paulista, e os diferentes periódicos consultados: *Cidade de Bragança* e *O Operário*, de Sorocaba (locais), além dos de circulação nacional *A Lanterna*, *A Voz do Trabalhador*, *A Época*, *Correio Paulistano*, *Correio da Manhã* e o de circulação internacional, o periódico português *Terra Livre*. Alguns dos resultados de pesquisa foram a construção da primeira versão biográfica de Joseph Jubert, jornalista, professor anarquista e articulador do movimento de colonos e operários em cidades do interior paulista; a percepção de Bragança como uma cidade heterogênea permeada por tensões e conflitos a ponto de acolher a greve de colonos nas fazendas de café, receber policiais da capital para reprimi-la e demonstrar, por meio da imprensa local, o confronto político que havia entre dois grupos da elite letrada; a constatação de Jubert como um articulador do movimento operário anarquista que mantinha conexões nacionais e internacionais; bem como sua participação na organização de Ligas Operárias e Escolas Modernas pelo interior paulista.

Palavras-chave: Joseph Jubert. Anarquismo. Educação Libertária. Escola Moderna

MACHADO, Sandra Aparecida de Souza. **A trajetória biográfica de Joseph Jubert jornalista, professor anarquista e sua proposta de educação libertária no interior paulista (1900-1921)**. Tese (Doutorado em Educação). 2021. 200 p. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

ABSTRACT

This research is located in the area of the History of Education in Brazil. She focused on the trajectory of Joseph Jubert, teacher and one of the members of the anarchist movement in the interior of São Paulo (Atibaia, Bragança, Sorocaba, Votorantim, Mairinque, Tatuí, Avaré, Bauru, Pirajuí) between the years 1900 and 1921. The initial questions that mobilized us were those that emerged with greater vigor at the end of the master's degree. They focused on the following questions: what was Joseph Jubert's trajectory after his flight from Bragança? What was your connection with the labor movement? What was your understanding of libertarian education and the Modern School? Would Jubert have a connection with the creation of a Modern School? Considering the hypothesis that he would have ties with different militants, which would have guaranteed him escape and welcome in different cities in the interior of São Paulo; the manifestations in different national and foreign journals about the imprisonment and injustices he suffered, and his participation in various workers' actions of the period - among them, his performance as a teacher in different anarchist schools. In view of these questions, the general objective of this research is to prepare a biography of Jubert, as well as to analyze it and to confront it with aspects of the broader socio-cultural context of the country in the focused period. As for the specific objectives, they corresponded to: i. track Jubert's participation in settler strikes in the city of Bragança and in different initiatives by the workers' movement in Sorocaba; ii. investigate his trajectory and his ties to libertarian education, considering his engagement in the anarchist movement in the different cities he passed through in the interior of São Paulo, which bordered the railroad and, finally, iii. understand this trajectory in the light of principles advocated by Modern Schools. The research is justified by the fact that it is the biography of a libertarian professor and member of the anarchist movement, who, although he has lived in different cities in the interior of the state of São Paulo, is little known today. Research is also important, because it brings new elements and new possibilities for teaching local history, since both anarchism and the history of the workers' movement are almost unexplored themes in many cities in the interior of São Paulo. Furthermore, from a more macro point of view, the results obtained from the investigations point to important and little explored issues in the history of Brazilian education itself. The theoretical contributions of the research refer to the contributions of Dosse (2015) with regard to biographical research; Bresciani (1982), Benjamin (1985-87) and Thompson (2002), regarding modernity, capitalism and culture; de Pinheiro (1978), Hobsbawm (1982), Munakata (1981), Hall (1989; 2011), Batalha (2000), Tragtenberg (2008), in relation to the labor movement; de Ferrer y Guardia (2010) and Gallo (1995-97) in what corresponds to libertarian education, among others. As methodological procedures, the identification of sources, analysis and comparison of historical documents such as: the Bulletin and Statutes of the Worker League de Bragança; the criminal cases of the Judiciary Power Fund of the District of Bragança Paulista, and the different periodicals consulted: Cidade de Bragança and O Operário, from Sorocaba (local), in addition to those of national circulation A Lanterna, A Voz do Trabalho, A Época, Correio Paulistano, Correio da Manhã and international circulation, the Portuguese newspaper Terra Livre. Some of the research results were the construction of the first biographical version of Joseph Jubert, journalist, anarchist professor and articulator of the movement of settlers and workers in cities in the interior of São Paulo; the perception of Bragança as a heterogeneous city permeated by tensions and conflicts to the point of hosting the settlers' strike on coffee farms, receiving police officers from the capital to repress it and demonstrating, through the local press, the political confrontation that existed between two literate elite groups; the observation of Jubert as an articulator of the anarchist workers' movement that maintained national and international connections; as well as his participation in the organization of Workers' Leagues and Modern Schools in the interior of São Paulo.

Key-words: Joseph Jubert. Anarchism. Libertarian Education. Modern School

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| MEMORIAL..... | 01 |
| INTRODUÇÃO..... | 09 |
| CAPÍTULO 1. APRESENTANDO “EL TERRIBLE ANARQUISTA” JOSEPH JUBERT..... | 23 |
| 1.1. Bragança: o primeiro contato com Jubert..... | 24 |
| 1.2. No rastro de Jubert, as estradas de ferro Bragantina e Sorocabana: o movimento operário no interior paulista..... | 39 |
| 1.3 Mudanças que decorrem das escolhas: Jubert e Thereza..... | 54 |
| CAPÍTULO 2. A FACE OCULTA DE BRAGANÇA: JUBERT NA RELAÇÃO COM OS COLONOS, AS GREVES E A PRISÃO DE BENEDICTO CARDOSO..... | 61 |
| 2.1. O contexto sociocultural de Bragança, a Liga Operária e seus associados..... | 61 |
| 2.2. Joseph Jubert e os processos contra ele na relação com os colonos em Bragança | 74 |
| 2.3. As greves, o Inquérito e a prisão de Benedicto Cardoso de Oliveira..... | 84 |
| CAPÍTULO 3. O MOVIMENTO OPERÁRIO: JUBERT, DE ARTICULADOR E CONFERENCISTA AO CERCEAMENTO DE SUA LIBERDADE | 101 |
| 3.1. O Movimento Operário e o contexto de Sorocaba..... | 101 |
| 3.2. Joseph Jubert articulador e conferencista do movimento operário..... | 106 |
| 3.3. Joseph Jubert: um líder anarquista perseguido e preso..... | 120 |
| CAPÍTULO 4. A EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA NO BRASIL NA RELAÇÃO COM A TRAJETÓRIA DO PROFESSOR JOSEPH JUBERT NO INTERIOR PAULISTA..... | 135 |
| 4.1. A Educação Libertária como forma de resistência..... | 135 |
| 4.2. As Escolas Modernas no contexto do trabalho..... | 145 |
| 4.3 A Trajetória Libertária do Professor Joseph Jubert..... | 156 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 170 |
| REFERÊNCIAS..... | 178 |
| ANEXOS..... | 185 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Artigos escritos por Joseph Jubert no periódico <i>A Lanterna</i> (1910-1911) | 38 |
| Quadro 2: Artigos escritos por Joseph Jubert em Sorocaba..... | 43 |
| Quadro 3: Informação sobre os membros da Liga Operária de Bragança..... | 73 |
| Quadro 4: Greves identificadas em Bragança entre o período de 1900 a 1920..... | 99 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1: Mapa da Província de São Paulo, Sociedade Promotora da Imigração de S. Paulo, 1886..... | 9 |
| Figura 2: Circuladas em vermelho, no mapa, as cidades de Atibaia, Bragança, Sorocaba, Mairinque, Tatuí, São Paulo, Avaré, Bauru e, Pirajuí que identificamos na trajetória de Jubert..... | 39 |
| Figura 3. Nota de demissão de Mesquita..... | 47 |
| Figura 4: Joseph Jubert e sua esposa Thereza. s/l. s/d..... | 55 |
| Figura 5. Joseph Jubert, Thereza e seus seis filhos. s/l. s/d..... | 57 |
| Figura 6: Título de eleitor de Joseph Jubert, 1933..... | 50 |
| Figura 7: Esquema que mostra o percurso percorrido por Jubert entre os anos de 1907 a 1921..... | 60 |
| Figura 8. Greve de Colonos: providências da Polícia..... | 87 |
| Figura 9: <i>Boletim</i> (c) (em português) da Liga Operária: Greve..... | 90 |
| Figura 10: <i>Boletim</i> do jornal Comarca “AO PÚBLICO”..... | 96 |
| Figura 11: Foto de Joseph Jubert publicada no jornal <i>A Lanterna</i> , 26/7/1913, n. 201, p. 3 | 127 |
| Figura 12: Base para o funcionamento das escolas racionais infantis..... | 139 |
| Figura 13: Primeira Escola criada e mantida por Maçons, 1914..... | 146 |

LISTA DE SIGLAS

- AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores
- AEL – Arquivo Edgar Leuenroth
- CDAPH – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação
- CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COB I – Congresso Operário Brasileiro (I)
- COB II – Congresso Operário Brasileiro (II)
- ELO – Estatutos da Liga Operária (Bragança)
- FPJCBP – Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança
- LO – Liga Operária (Bragança)
- LO – Liga Operária (Sorocaba)
- PPGSS – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*
- UO – União Operária (Sorocaba)
- USF – Universidade São Francisco

MEMORIAL

Pertenço a uma família de origem humilde. Tanto meus avôs maternos quanto os paternos eram trabalhadores rurais; do lado paterno, a economia era familiar e do lado materno, eram colonos de fazenda. Lembro-me do meu avô paterno, que morou na zona rural até 1990, ano em que ele faleceu, pois quando eu era criança íamos para o sítio, todos os domingos. Esse avô era um homem de poucas palavras, possuía um semblante muito sério, tal memória é reafirmada por meu pai.

Minhas memórias mais lúcidas são sobre os meus avós maternos, com os quais convivi mais intensamente até a adolescência. Os dois eram da zona rural, porém antes de eu nascer já haviam se mudado para a cidade, embora continuassem trabalhando como colonos de uma fazenda. Minha avó, encerrou sua trajetória do trabalho no campo antes do meu avô, devido a um AVC. Meu avô continuava trabalhando, todos os dias era levado pelo caminhão de boia-fria às 6h da manhã e às 18h estava de volta em casa.

Meus pais se conheceram no bairro rural denominado Biriçá, em Bragança Paulista e se casaram, quando jovens, no ano de 1962. No próximo ano farão 60 anos de casados. Saíram do campo para a cidade em busca de autonomia, já que meu pai trabalhava como se fosse uma espécie de empregado do meu avô. A vida na cidade não era nada mais fácil do que no campo, mas lá se foram eles e, apesar de passarem por muita dificuldade, só retornaram ao campo depois que meu pai se aposentou, aos 55 anos.

Em 1963, nasceu o meu irmão mais velho, depois vieram outro irmão e uma irmã. Passados alguns anos, nasceram os três mais novos, incluindo eu. Éramos em 8 pessoas em casa, me recordo que meu irmão mais velho sempre nos ajudou, ele nos levava passear, ao dentista, a biblioteca, comprava presentes, no entanto ele se mudou para outra cidade, por motivo de trabalho, ainda bem jovem. Minha irmã mais velha também sempre ajudou a cuidar de nós, dos irmãos mais novos.

Eu sempre gostei de acompanhar o meu pai ao trabalho, quando era criança, e assim sempre quis ouvir as histórias da família. Meu pai contava, e ainda, conta como era difícil a vida financeiramente, sobretudo, quando minha mãe engravidava, pois era mais um para sustentar. Embora os meus pais tenham feito apenas o primário, na época, isso não impediu meu pai de sempre correr atrás das oportunidades. Assim que surgia uma dificuldade, ele era impulsionado a transformar tal dificuldade em oportunidade.

Meu pai iniciou a carreira na prefeitura, logo que foi para a cidade, começou como coletor de lixo e se aposentou após 35 anos, como encarregado de obras. A disciplina dele com horários e com a realização das tarefas, no sítio, até hoje é a mesma, o que remete a sua infância, pois começou a trabalhar no campo aos 7 anos de idade, estudou no máximo até a segunda série, cumprindo a jornada de meio período.

A minha mãe trabalhou no campo junto aos meus avôs até se casar, depois disso ficou a cargo de cuidar da casa e dos filhos. Minhas memórias a respeito da minha infância são muito boas, quase não tínhamos brinquedos, porém brincávamos muito na rua. Minha mãe nos levava para passear sempre que possível, lembro de irmos ao parque, ao jardim público, ao asilo, a casa dos meus avôs. A realidade dos meus irmãos mais velhos já foi diferente da minha, houve mudança de casa, de escola, dentre outras questões.

Estudei no Cásper Líbero, desde a primeira série até o 3º. colegial, escola que era muito próximo da minha casa. Tenho boas memórias da escola até a 3ª. série, quando tive aulas com as professoras Idris e Úrsula, as duas eram fantásticas. Lembro-me de detalhes de quando uma delas me ensinou a pintar, ou quando aprendi a fazer conta de multiplicação e divisão e quis saber se estava correto, e uma delas me disse que, para tirar a prova real, eu precisava fazer a conta inversa, ou ainda quando fomos ao museu a pé.

Sobre a 4ª. série, sempre me ressentia, ao lembrar da professora que vivia me expondo na sala de aula, fazendo comparações com a minha irmã. Um dia chegou a me perguntar porque ela era estudiosa e eu não gostava de estudar. Acho que nunca me esquecerei de quando minha irmã, me deixou até de madrugada estudando para uma prova de história e nessa eu tirei A, tive apenas um erro, que a profa. circulou em vermelho e mostrou para a sala toda, dizendo que quando eu queria eu me saia bem. Contudo, da prova, hoje, eu só me recordo da palavra “nativos”, aquela que foi circulada em vermelho.

Uma outra lembrança do primário, que se estendeu para o ginásio, foi da professora Astrid, que nos dava aula de educação física. Ela fez toda a diferença na minha vida! Ela fazia cada um de nós se sentir especial, ela sabia nossos nomes, conhecia os irmãos que estudavam na mesma escola, ela era muito próxima, além de ter muita energia apesar de já parecer uma senhora naquele momento. Até hoje, eu não sei o motivo, mas ela me indicou para jogar no time de basquete que representava a cidade. Eu fiquei por lá pouco tempo, pois não achava que jogava o mesmo que as outras garotas de lá.

Situações que me marcaram demais na infância, foi em relação ao meu irmão mais velho, ele tinha um amigo que sempre estava em casa, os dois conversavam sobre tudo; hoje acho que posso dizer que eram militantes de esquerda e eu como uma criança muito curiosa,

sempre estava por perto. Em 1989, fomos fazer boca de urna para o Lula, era um momento histórico, o voto direto após tantos anos, lembro-me das expectativas em relação ao resultado.

Dentre toda influência do meu irmão mais velho, sobre nós, estava o fato de termos que estudar. Para ele, nós tínhamos que fazer faculdade, ele dizia para eu ir pensando no curso que queria fazer, desde os meus 15 anos, mas nunca achamos possível pagar um curso superior, nem tão pouco conseguir estudar numa universidade pública. Naquele momento ele já tinha se formado e estava morando em Rondônia. Só então, durante o mestrado, foi que entendi o motivo pelo qual o meu irmão era tão afeito aos estudos, ele tinha estudado no grupo escolar dr. Jorge Tibiriçá, o primeiro grupo da cidade.

Voltando aos 15 anos, seguimos trabalhando a exemplo do meu pai, em casa meu irmão era o único que havia continuado os estudos, se formou em História, na Universidade Estadual de São Paulo-UNESP de Assis. Passados alguns anos minha irmã ingressou no curso de Turismo da Universidade São Francisco-USF e, então no ano seguinte, eu decidi ingressar no mesmo curso, também na USF. Minha trajetória se dividia entre estudar em tal curso e trabalhar na área de administração, sobretudo, no comercial na época.

Nos anos que seguiram continuei transitando nas duas áreas mencionadas acima, por diferentes segmentos: indústria automotiva e eletrônica; comércios; lanchonete; restaurante; medicina e engenharia ocupacional. Fiz um curso de pós-graduação em gestão de vendas, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Dentre tais anos minha outra irmã se formou em Pedagogia e foi atuar na área. Mais tarde, minha irmã que havia se formado em Turismo, foi lecionar geografia. Meu irmão mais novo ingressou no curso de Logística da USF e, mais tarde foi lecionar matemática. Porém, quanto a mim, eu não tinha ideia de onde os caminhos da vida me levariam.

Foi, então, que cheguei a ir trabalhar no Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa em História da Educação (CDAPH), da USF. No mês de abril do ano de 2013, fiz uma entrevista com a profa. Fátima e permaneço na instituição há oito anos. Naquele momento, vi a oportunidade de retomar os estudos, mas queria fazer algo que se relacionasse com a atividade exercida, por mim, naquele departamento. Dessa forma, arrisquei ingressar no Mestrado do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da USF, em 2014, na cidade de Itatiba-SP. A partir de então, passei a compor o Grupo de Pesquisas Rastros: História, Memória e Educação.

As possibilidades de pesquisa no CDAPH eram imensas, então iniciei pesquisando os

professores do primeiro grupo escolar de Bragança, o Dr. Jorge Tibiriçá¹. Mas, na primeira conversa, sobre pesquisa, que eu tive com a profa. Fátima, coordenadora do CDAPH e, minha orientadora de mestrado, ela me falou sobre o processo-crime (1911) contra Joseph Jubert. A minha reação foi de surpresa: o quê, uma greve em Bragança? Eu nunca tinha ouvido falar sobre isso e achava que conhecia a história da cidade, devido às longas conversas com meu irmão historiador e com meu pai, que conhecia toda a trama urbana, por conta de seu trabalho.

Então, a profa. Fátima me disse: pergunte a qualquer pessoa de Bragança sobre a greve e você verá que ninguém nunca ouviu falar, porque essa história nunca foi contada. Naquele momento, eu nem tinha certeza do que aquilo significava e nem sabia o que fazer com aquele documento. Era um profundo desconhecimento sobre como trabalhar com processos do judiciário, mas me lembro que achei a ideia fantástica. A pesquisa desde então segue me cativando, é como se eu estivesse num jogo sendo desafiada.

Quando comecei a frequentar as aulas do mestrado, tive uma segunda surpresa, com as leituras de Benjamin (1987a) sobre conceito de experiência e as Thompson (2002) sobre conceito de cultura, pois elas me levaram a pensar na história da minha família, já que remetem a tradição oral, ao trabalho no campo, aos usos e costumes rurais. Desta forma, embora existisse a dificuldade da leitura e da escrita acadêmica, eu me sentia mais próxima dos meus antepassados e, cada vez mais curiosa, já que meu avô paterno, havia sido contemporâneo de Jubert.

Aquele processo que a profa. Fátima havia me apresentado sobre Jubert, o professor anarquista, que chamou a greve após ter organizado uma Liga Operária, em Bragança, instigou o meu envolvimento com as leituras sobre o movimento operário e o anarquismo, instigou também a buscar outras evidências desse professor nos periódicos da época, então para nova surpresa, após a indicação do prof. Rodrigo Camargo de Godoi, da Unicamp, encontrei periódicos com notas sobre Jubert e artigos, por ele, publicados.

Fui ao encontro da leitura de Benjamin (1987a) sobre a drástica transformação cultural propiciada por uma pequena parcela social dominante e, aceita, de modo espontâneo, ou, ingênuo, pela grande massa, que compulsoriamente, levou-me à reflexão de que somente sujeitos capazes de romper com essa naturalização do discurso universalista, poderiam assegurar que trabalhadores não fossem extirpados da sua dignidade e humanidade, como Jubert o fez ao defendê-los diante da classe patronal, quando denunciou as precárias condições de vida dos colonos, nas fazendas de café.

¹ Conhecido como a melhor escola da rede municipal (MEDEIROS, 2013).

Desta forma, o primeiro movimento da pesquisa de mestrado, que me mobilizou, “atravessou e deslocou” (LARROSA, 2002). Voltava-se ao levantamento e análise das concepções e percepções de educação e de professores, que circulavam nos periódicos locais, na relação com a história do primeiro Grupo Escolar de Bragança – o Dr. Jorge Tibiriçá². Pois, tal grupo carrega uma simbologia, do que representava o projeto educacional republicano no Brasil.

Nesta perspectiva, em tais periódicos, tomados enquanto fontes históricas, percebi que as professoras do grupo sempre eram apresentadas como pessoas ilustres e distintas perante a sociedade local. Cruzando com as informações a respeito de Jubert, também professor, que tinha como objetivo organizar uma escola para operários e filhos de operários em Bragança, percebi que ele foi identificado e apresentado, em diferentes ocasiões, como um sujeito perigoso, um anarquista com ideias violentas e de destruição, por alguns periódicos (*Cidade de Bragança, Correio Paulistano e Diário Español*).

Na dissertação, ainda foram enfatizadas as questões socioculturais, políticas e educacionais que estavam presentes nas tensões, disputas e conflitos entre colonos e cafeicultores da região bragantina; o silenciamento sobre a greve e o anarquismo em Bragança; o conflito entre o padre Leonardo Gioiele e Jubert registrado nos processos crimes (1911) e nos periódicos *A Lanterna (SP), Cidade de Bragança (SP), O Correio Paulistano*; bem como a sequência dos rastros de Jubert, atuando como professor em Sorocaba (1911-12) e depois em Bauru (1914-16).

Ao término do mestrado, a trajetória de Jubert, sob vários aspectos, ainda permanecia uma incógnita e causava inquietação. Por isso, continuei a rastrear possíveis evidências (THOMPSON, 2002) de suas ações. A origem do interesse em continuar com essa pesquisa no doutorado, sem dúvida, está ligada ao fio condutor que comecei a entretecer durante o mestrado, bem como à percepção de que existem poucas pesquisas que tratam da história de Bragança. Nesse sentido, existe uma dificuldade no trabalho de professores do ensino fundamental, em ensinar história local.

A conclusão do mestrado (2016), viabilizou que eu fosse convidada para ser tutora da disciplina de Estudo do Homem Contemporâneo no curso de Processos Gerenciais na modalidade Educação à Distância (EAD), da USF. Ainda em 2016, atuei como professora voluntária na disciplina de História, no cursinho pré-vestibular da Uneafro uma rede de articulação e formação de jovens e adultos moradores de regiões periféricas do Brasil, em

² Diferentes trabalhos em Bragança já trataram da história do grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá: (BUENO, 2007); (BUENO, 2007); (ISHIZU, 2009); (MEDEIROS, 2013)

Bragança, que se mantêm a partir de voluntários.

No ano seguinte, ingressei no Doutorado do Programa de Pós-graduação, *Stricto Sensu*, em Educação, da USF, Itatiba-SP, sob orientação da profa. Maria de Fátima Guimarães, com um projeto que deu continuidade e aprofundou a pesquisa do mestrado no que tange à trajetória de Joseph Jubert, pois algumas questões, que não ficaram necessariamente claras, ao término do mestrado, poderiam ser retomadas na continuidade da pesquisa.

Ainda no ano de 2017, assumi algumas turmas presenciais nos cursos de graduação: Pedagogia, Gestão da Qualidade e Ciências Contábeis. No ano de 2018, aumentaram as turmas e atuei nos cursos³ de Enfermagem, Psicologia, Gastronomia, Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia. Neste momento, sigo atuando como professora no curso de Pedagogia, sobretudo, na disciplina de Teorias e Práticas Educativas de História e Geografia, bem como, continuo atuando no CDAPH.

Destaco que, para além de atuar junto à gestão do acervo, no CDAPH, tenho participado, desde 2013, da organização dos Colóquios Cidade e Educação Patrimonial: por entre histórias e memórias, no qual focalizamos diversas temáticas⁴. No ano de 2020, tivemos as XXXI e XXXII edições desses Colóquios em modo remoto, pois tais eventos inscrevem-se nas iniciativas de Educação Patrimonial do CDAPH. A diversidade de ideias e interações socioculturais presentes em tais colóquios, advindas da diversidade de público e de lideranças que deles participam proporcionaram reflexão e compreensão das realidades distintas que

³ Ministrando as disciplinas de Estudo do Homem Contemporâneo e Leitura e Produção de Texto.

⁴ Memórias Bragantinas - Série audiovisual documental; No rastro de vestígios do passado em Bragança - identificando fotografias de fachadas previamente selecionadas pelo administrador de empresas Agni Ariel Líbera; O Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá - das escolas isoladas à escola idolatrada (1890-1910); Grupo Escolar José Guilherme uma história em três atos - Bragança (1910-1944); Exibição do filme Crônicas de uma cidade; A Inserção Negra na Sociedade Bragantina; No Tempo da Escravidão Experiências de Senhores e Escravos em Bragança Paulista (1871-1888); População, africanidade e família escrava na Vila Nova Bragança, 1798-1838; Práticas religiosas de origem centro-africana na diáspora negra, primeiras décadas do século XX; A experiência religiosa ancorada na tradição africana, Pai Bil de Xangô; A imprensa faz história?: Centenário de nascimento de Padre Aldo Bolini; Processos educativos em espaços não formais de educação, apresentação prática do livreto - "Eu e José e o mundo ao nosso redor"; O urbano e os diversos olhares- entrecruzando questões do patrimônio cultural com a especulação imobiliária e a formação da "cracolândia"; O Pibid da USF experiências e memórias de formação docente; "El terrible anarquista" Joseph Jubert - por entre rastros, memórias e histórias; A voz de um negro bragantino na literatura brasileira; Performatividade urbana: sociabilidades e sensibilidades; Retratos e história do aeroclube de Bragança; Abertura da Mostra Líquidas e Cíclicas e "O olhar de Gastão Bachelard a partir das imagens"; Cartografias urbanas: das sensibilidades a educação dos sentidos; Cartografias Urbanas - da visualidade poética às possibilidades plurais; A educação das sensibilidades na escola republicana - leituras morais e cívicas para a formação do cidadão moderno; "A educação das sensibilidades na cidade: o comércio de gêneros e o Mercado Público de Bragança no século XIX"; "Do patrimônio arquitetônico ao fluxo dos corpos: a Praça como lugar de experiências (2000-2015)" e Coleções Vulneráveis: uma experiência de pesquisa na Prinzhorn em Heidelberg; A revisão do Plano Diretor de Bragança Paulista: Cultura, Educação e Turismo; Linguagens e leituras da arquitetura na Região Bragantina; Lima Barreto e a Educação: uma leitura d'Os Bruzundangas numa perspectiva decolonial; Provocações sobre o corpo; Educação Social e Patrimônio Cultural: por entre territorialidades e (re)existências possíveis; A cultura, o desenvolvimento humano e a criação de um centro cultural na Serrinha e; Letramento Urbano: educação, cultura e sensibilidades.

convivem e conflitam em diferentes redes de sociabilidade.

No Doutorado, em 2017, cursei as disciplinas: Educação como prática da liberdade e a formação crítica; Letramento e Gêneros Textuais; Educação, Trabalho e Classes Populares - Circulação de Saberes: Educação, Experiências e Processos Formativos (exclusiva do doutorado). Em 2018, cursei as Disciplinas: Processos de Produção e Análise de Pesquisas em Educação; e Seminários Avançados de Pesquisa (exclusiva do doutorado). Em 2019, cursei a disciplina: Teoria e Metodologia da Pesquisa em História e História da Educação (exclusiva do doutorado).

Ao longo do curso, participei de diferentes eventos nos quais publiquei alguns textos:

- Em 2017, do evento realizado pela Universidade São Francisco, com o resumo publicado: SOUZA, S. A.; GUIMARAES, M. F. Joseph Joubert e a educação anarquista: através dos vestígios⁵ e; do evento da ANPUH em Brasília, com o resumo e trabalho completo: SOUZA, S. A.; GUIMARAES, Maria F. A trajetória do “el terrible anarquista”: Joseph Jubert em Bragança (1900-1920)⁶.
- Em 2018, de um evento internacional no Uruguai: SOUZA, S. A. GUIMARÃES, M. F. Joseph Jubert professor francês e anarquista: um projeto educacional reprimido e silenciado⁷; do evento da Universidade São Francisco, com o resumo publicado: SOUZA, S. A. GUIMARÃES, M. F. Instrução anarquista libertária: a opressão violenta, mas o conhecimento liberta⁸; do evento internacional da UNESC em Santa Catarina, com dois textos completos publicados em coautoria com colegas do mestrado: CABRAL, A. M.; SOUZA, S. A.; PAIVA, R. R. A educação tensionada na relação com a industrialização e as mudanças ocorridas no município de Extrema-MG, no período de 1988-2010⁹ e PAIVA, R. R.; SOUZA, S. A.; CABRAL, A. M. A educação na Constituição e a constituição na educação: Uma análise das prescrições dos artigos 205 a 214 da Constituição Federal de 1988¹⁰; de um congresso Internacional, em Sorocaba, com o texto completo publicado: SOUZA, S. A. GUIMARÃES, M. F. Nos rastros de Joseph Jubert professor francês anarquista e da instrução libertária¹¹; de outro congresso Internacional em Araraquara com o texto completo: SOUZA, S. A. GUIMARÃES, M. F. Joseph Jubert nos limites do conflito: imprensa, política e educação¹² e; publicamos

⁵ In: *Biomás e Saúde: Um tour pela vida*, 2017, Itatiba. XVI Encontro de Pós-graduação, 2017. p.323 – 323 (ISBN 9788577930289).

⁶ In: XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017. p. 278 – 279 (ISBN 9788598711195) http://www.snh2017.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=1844

⁷ In: XIII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana - Montevideu, Fevereiro/18.

⁸ In: XXIV Encontro de Iniciação Científica XVII Encontro de Pós-Graduação XIII Encontro de Extensão Universitária XI Seminário de Estudos do Homem Contemporâneo – USF Campinas, Maio/18. (ISBN: 9788577930357) <http://www.usf.edu.br/publicacoes/anais.vlm#conteudoInternas>, pág. 110.

⁹ In: III Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação – Criciúma, Santa Catarina, Maio/18 (ISBN 2446-547X) <http://periodicos.unesc.net/congressoeducacao/issue/view/195>

¹⁰ In: III Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação – Criciúma, Santa Catarina, Maio/18 (ISBN 2446-547X) <http://periodicos.unesc.net/congressoeducacao/issue/view/195>.

¹¹ In: II Congresso Internacional de Educação: História, Historiografia Políticas e Práticas - Sorocaba, outubro/18.

¹² In: XI Congresso Internacional de Teoria Crítica "Estado de Exceção e Racionalidade da Idade Mídia" - Araraquara, outubro/18.

um artigo na Revista Criar da Unesc-SC. SOUZA, S. A.; GUIMARÃES, M. F.; PAIVA, R. R.; CABRAL, A. M. A trajetória de Joseph Jubert, professor francês e anarquista: a instrução libertária silenciada e reprimida¹³.

- Em 2019, participei do evento da Universidade São Francisco, com o resumo: SOUZA, S. A. GUIMARÃES, M. F. Joseph Jubert, professor francês e anarquista: fragmentos de uma vida¹⁴ e; do evento organizado pelo Centro de Memória da Unicamp, com o texto completo: SOUZA, S. A. GUIMARÃES, M. F. A relevância do acervo histórico para a pesquisa: documentos do Judiciário no CDAPH¹⁵.

Na condição de doutoranda do programa, participei, como leitora crítica, das bancas de Mestrado da Pós-graduanda Tamires Freire Silva, do exame de qualificação e da defesa da dissertação de mestrado: *Alice através do Espelho: reflexões sobre representações do feminino no letramento jurídico em um Processo Criminal da Comarca de Bragança Paulista (1950)* e de Doutorado, da Pós-graduanda Maria Augusta Belucci, do exame de defesa da tese de doutorado: *Por uma educação histórica sensível: a violência contra as mulheres, o ensino de história e os processos crimes da comarca de Bragança Paulista (1889 a 1913)*¹⁶.

Por fim, convido o leitor a passar para a Introdução desta tese.

¹³ In: Revista Criar disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/4828>

¹⁴ In: XXV Encontro de Iniciação Científica, XVIII Encontro de Pós Graduação, XIV Encontro de Extensão Universitária, XII Seminário de Estudos do Ser Contemporâneo, Bragança Paulista, 2019. <http://https://www.usf.edu.br/E-books/Iniciacao-Cientifica-USF-2019/index.html>

¹⁵In: IX Seminário Nacional do Centro de Memória-Unicamp.

https://www.ixseminarionacionalcmu.com.br/resources/anais/8/1565574310_ARQUIVO_CMUIXseminario2019Textocompleto.pdf

¹⁶ Ambas orientadas pela Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é elaborar uma biografia de Joseph Jubert, bem como analisá-la e confrontá-la com aspectos do contexto sociocultural mais amplo do país no período focalizado (1900-1921). As discussões propostas neste trabalho tratam de uma pesquisa histórica, situada na área de História da Educação no Brasil e foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco. Ela se insere na linha Educação, Sociedade e Processos Formativos deste programa e articula-se com o grupo de pesquisas Rastros¹⁷: História, Memória e Educação, certificado pelo CNPq.

A pesquisa em questão originou-se da dissertação de mestrado da pesquisadora, cujo título é “‘El terrible anarquista’ Joseph Jubert: por entre rastros, memórias e histórias¹⁸”. Nesse trabalho, focalizou-se a trajetória de Joseph Jubert, professor libertário, líder do movimento de colonos grevistas e do movimento operário anarquista pelo interior paulista, o qual viveu em diferentes cidades que margeavam as Estradas de Ferro Bragantina e Sorocabana; a saber: Atibaia, Bragança, Sorocaba, Votorantim, Mairinque, Tatuí, Avaré, Bauru, Pirajuí, como ilustra o trecho do mapa¹⁹ abaixo:

Figura 1: Mapa da Província de São Paulo, Sociedade Promotora da Imigração de S. Paulo, 1886



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/47/Mappa_della_Provincia_di_S._Paolo.jpg

¹⁷Liderado pela Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães, tendo como vice-líder o Prof. Dr. Elison Antonio Paim (UFSC).

¹⁸Defendida em 22 de fevereiro de 2016 no PPGSS em Educação da Universidade São Francisco, sob a orientação da Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães, no campus Itatiba-SP e disponível em: www.usf.edu.br/publicações/dissertações

¹⁹Na data do mapa (1886), ainda não existia o ramal até Bauru, o qual fora inaugurado apenas em 1905.

O recorte temporal ao qual nos detivemos nesta pesquisa para a exploração da trajetória biográfica de Jubert consistiu no período entre os anos de 1900 e 1921, visto que corresponde ao momento em que identificamos suas mais notáveis atuações até quando foi registrada a última menção a ele nos documentos analisados em nosso percurso investigativo. Esse período também remonta ao momento em que o Estado brasileiro buscou implementar políticas públicas, iniciativas econômicas e toda uma legislação que garantisse a consolidação da República (1889), bem como a organização das relações de trabalho assalariado.

Além disso, é no contexto sociocultural do início do século XX que o movimento anarquista se fez presente no Brasil através das diferentes manifestações de colonos, de operários e das greves realizadas em busca de garantir melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora. Ele é, portanto, um momento permeado por tensões, disputas simbólicas e conflitos, os quais possibilitaram o avanço da modernidade (BENJAMIN, 1987).

Sobre tal contexto, Bresciani (1982), em direta referência a Benjamin quando este se reporta a Paris do Segundo Império em Baudelaire, nos chama a atenção para o fato de que, no período referenciado,

[a] cena urbana se vê ocupada pela multidão dos trabalhadores. Os personagens da noite são outros. [...] É bem verdade que a chegada da noite, da 'amável noite', também se faz desejada pelos que trabalharam; nessa hora o operário curvado pelo cansaço retorna ao leito. Esse configura, porém, um movimento de recolhimento, da intimidade circunscrita ao interior das casas. Os combates do dia se interrompem, os soldados do trabalho repousam, os demônios despertam e preenchem o espaço urbano. A multidão é outra. O formigar das prostitutas, os escroques atentos junto às mesas de jogo, os ladrões na sua labuta silenciosa [...]. Nessas horas escuras e densas, o acaso se transfigura em temeridade. (BRESCIANI, 1982, p. 12-3)

Nesse sentido, com a modernidade, pudemos flagrar a realidade plural que permeava e tensionava os espaços públicos urbanos, num contexto em que o capitalismo mundializou-se. Assim como Paris, a cidade de São Paulo teve o seu cotidiano afetado pela presença de trabalhadores assalariados, o que alterou o ritmo e a faina urbana. Guardadas as proporções, as pequenas e médias cidades do interior paulista também conviveram com o avanço da modernidade e com as alterações no seu dia a dia. Tal afirmação é possível, pois, através das ações de Jubert flagradas em diferentes documentos, bem como em artigos escritos por ele, constatamos tais acontecimentos nas diferentes cidades paulistas onde ele viveu.

Os trabalhadores viam-se, pela primeira vez, de forma despersonificada, pois, em meio à multidão, passaram a representar números; em outros termos, suas identidades foram substituídas por suas ocupações; suas comunidades foram desagregadas; seus trabalhos foram

pouco, ou, nada reconhecidos. Tal cenário resultou na organização do movimento operário (HALL, 1989), o qual defendida a união para a obtenção da força; juntos, possuíam objetivos em comum; juntos, representaram o poder da classe trabalhadora e, nesse ponto, os anarquistas tiveram sua parcela de contribuição para o avanço das conquistas operárias.

Durante o período pesquisado, segundo Batalha (2000, p. 12-13),

[o]s imigrantes, que acabaram por integrar o proletariado urbano no Brasil, em sua maioria, provinham de áreas rurais dos seus países de origem, sem qualquer experiência prévia de trabalho industrial ou organização sindical; com frequência, tinham como destino inicial o trabalho na agricultura, caso das fazendas de café no estado de São Paulo. [Que] [e]m alguns casos, aceitavam condições de trabalho que os brasileiros (muitos deles ex-escravos) não aceitariam, como os portugueses e espanhóis, descritos na crônica 'Fome negra' (1908) de João do Rio, trabalhando como carregadores de carvão e manganês, isolados na Ilha da Conceição, na Baía de Guanabara, tendo como único objetivo juntar algum dinheiro.

Situações de trabalho como essas pontuadas por Batalha (2000) ocorriam, pois não havia uma legislação trabalhista consolidada. Além disso, mesmo com o passar dos anos, certas questões sociais ainda continuavam a ser tratadas como casos de polícia, conforme o próprio Washington Luís afirmara enquanto presidente do Brasil (de 1926 a 1930). Dentre tais casos estão: as greves, as prisões arbitrárias, as mortes em decorrência das violências policiais, as invasões feitas aos sindicatos, as repressões aos jornais, as expulsões de anarquistas estrangeiros, conforme a lei Adolfo Gordo de 1907 (MUNAKATA, 1981).

Vale lembrar ainda que, com o fim da escravidão africana, os que haviam sido escravizados foram jogados na rua, à mercê da própria sorte, sem acesso à instrução, ou ao trabalho, sem contar as mazelas advindas de uma discriminação racial, muitas vezes, pautadas por posturas positivistas calcadas no cientificismo e higienismo (SCHWARCZ, 1994). Nesse sentido,

[q]uando se trata de pensar no caso brasileiro, o que se nota é a emergência de dois debates contemporâneos: de um lado, o enraizamento de um modelo liberal jurídico na concepção do Estado; de outro, o paralelo enfraquecimento de uma discussão sobre a cidadania em função da retomada do debate sobre a questão da igualdade (tendo como base as conclusões deterministas raciais). Teorias formalmente excludentes, racismo e liberalismo conviveram, em finais do século [XIX], merecendo locais distintos de atuação. (SCHWARCZ, 1994, p. 148)

Em razão disso, as teorias raciais perpetuaram-se, visto que uma das providências para suprir e substituir a mão de obra escrava, foi a mão de obra de imigrantes europeus. Para Costa

e Schwarcz (2000, p. 11), “[e]m meio a esse ambiente conturbado [...], civilização e modernidade convertiam-se em palavras de ordem; viravam instrumentos de batalha, além de fotografias de um ideal alentado”. Contudo, “[n]ão se passa impunemente pelo fato de ter sido a última nação a abolir o cativo [...].” (2002, p. 12).

O Brasil, no período em questão, era, portanto, um país que continuava permeado por ambiguidades e contradições, onde teorias liberais chocavam-se com leis rígidas e de controle da população. Um exemplo disso foi o processo de modernização e urbanização da então capital do país, o qual também ficou conhecido como ‘regeneração’ do Rio de Janeiro, quando ocorreu “[...] a expulsão da população pobre que habitava os casarões da região central: era a ditadura do ‘bota-abaixo’, que demolia residências e disseminava as favelas, cortiços e hotéis baratos [...]” (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 28).

É, assim, neste cenário, que a trajetória de Jubert por algumas cidades do interior paulista foi ambientalizada; cidades nas quais foi possível localizar algumas referências sobre a presença dele e de suas ações: Atibaia (1907), Bragança (1910-1911), Sorocaba (1912-1913), Votorantim (1912), Mairinque (1912), Tatuí (1913), Avaré (1914), Bauru (1914-1921) e Pirajuí (1918).

Cabe salientar que por trajetória entendemos a palavra latina derivada de *trājectiō* que significa a ação de atravessar, travessia, passagem e trajeto (FARIA, 1962, p. 1011). Bem como, espaço que é preciso percorrer para ir de um lugar a outro. É partindo de tais acepções que, nesta tese, consideramos a trajetória percorrida por Jubert na relação com o período de 1900 a 1921, bem como sua permanência – às vezes mais longa, às vezes mais curta – e as ações desenvolvidas por ele nas diferentes cidades citadas.

As localidades por onde Jubert passou contavam com a existência da estrada de ferro, a qual possibilitava um rápido fluxo de informações, o deslocamento de um grande número de pessoas entre cidades e estados, o transporte de cargas de alimentos e demais produtos, o que marcava a importância econômica dessas cidades. As ferrovias foram determinantes para a mudança da percepção do tempo (THOMPSON, 2002), já que as distâncias pareciam diminuir por conta do transporte, pois o “[...] ritmo se acelera[va] no decorrer do século [com...] a locomotiva [...]” (BENJAMIN, 1985a, p. 31). Foi essa novidade da modernidade, a ferrovia, que possibilitou o trânsito de Jubert entre cidades, quando ele saiu de Bragança possivelmente²⁰ rumo a São Paulo, antes de chegar ao seu destino Sorocaba, por exemplo.

²⁰Não havia uma linha direta de Bragança a Sorocaba.

Em decorrências das facilidades econômicas e comunicacionais que o transporte férreo ofertava às cidades interligadas por ele (Sorocaba, Votorantim, Mairinque, Tatuí, Avaré, Bauru e Pirajuí), além da informação histórica de que, neste período, os ferroviários formavam um dos segmentos mais organizado do movimento operário, levantamos a hipótese de que a Estrada de Ferro Sorocabana possa ter facilitado a trajetória de Jubert após sua fuga de Bragança, o qual teria buscado por cidades onde pudesse contar com a ajuda de outros militantes, no caso, talvez com a acolhida dos ferroviários. Assim conjecturamos, pois, nas cidades pelas quais passou, Jubert acabou se envolvendo em diferentes ações dos movimentos operários.

Ao buscarmos evidências (THOMPSON, 2002) de Jubert, flagramos situações que mostram como ele foi tratado pelas autoridades das cidades de Bragança e Sorocaba, como registra a notícia abaixo:

Bragança [que] está em completo estado de sítio. Foram suprimidas as garantias constitucionais pelo dr. Delegado de polícia, Azevedo Marques, e isto devido aos sucessos que a Lanterna tem narrado. No domingo, 22 do corrente [...] recebi um convite, por três soldados, para comparecer na delegacia policial. [...] Chegado à cadeia, começou a sentinela em tom arrogante e grave, a fazer me observações e indicou-me o lugar onde devia conservar-me até que o delegado chegasse. Passado um quarto de hora, chegou o dr. Delegado [...], e ordenou logo ao sargento que me passasse uma revista da cabeça aos pés [...] ²¹ (A *LANTERNA*, 28/01/1911, n. 68, p. 1)

A mudança de ares de uma cidade para a outra não era sinônimo de liberdade para Jubert, pois, ao analisarmos as publicações de quando ele residia em Sorocaba (1912-1913), notamos que as ameaças de deportação eram constantes dado o fato de ele ser francês. É preciso ressaltar que, no período, muitos imigrantes europeus foram perseguidos, presos e deportados pelo governo federal para seus países de origem por terem participado de manifestações e greves operárias. Nesse fragmento de um artigo, dentre outros localizados, Jubert afirmou que “um quixotesco e ridículo promotor público, carola e fanático da politicagem [...] vive jurando e prometendo [...me] deportar [...]” (A *LANTERNA*, 28/12/1912, n. 171, p. 3).

Sendo assim, visando a demonstrar as agruras e ações da trajetória biográfica de Jubert, delimitamos como objetivos gerais de pesquisa: elaborar sua biografia levando em consideração tal percurso, bem como analisá-lo e confrontá-lo com os aspectos do contexto sociocultural mais amplo do país no período focalizado. Quanto aos nossos objetivos específicos consistem

²¹Devido a diferença da grafia na época, optamos por utilizar algumas correções para que as palavras ficassem mais legíveis.

em: i. rastrear a participação de Jubert nas greves de colonos na cidade de Bragança e em diferentes iniciativas do movimento operário em Sorocaba; ii. investigar a trajetória de Jubert e seus vínculos com a educação libertária, considerando seu engajamento no movimento anarquista nas diferentes cidades onde viveu no interior paulista, as quais margeavam a ferrovia, e, por fim, iii. compreender tal trajetória à luz de princípios preconizados pelas Escolas Modernas.

Com o fito de alcançar os objetivos gerais, fomos levadas a refletir sobre o que vem a ser o gênero biográfico. Há perspectivas que compreendem a biografia como uma produção narrativa que está na fronteira entre a história científica e a ficção, em outras palavras, a partir da invenção do próprio biógrafo é que se preenche as lacunas da vida do biografado (DOSSE, 2015). Diferentemente dessa abordagem, aderimos à percepção proposta por Dosse (2015, p. 297), a qual preconiza que “[o] fato de se considerar o homem como fundamentalmente plural, mantenedor de vínculos diversos, modifica a abordagem do gênero biográfico”, desse modo, entramos na idade hermenêutica na qual “[a] linearidade postulada pela biografia clássica já não será então considerada intocável” (idem). Ademais:

[...] o significado de uma vida nunca é unívoco, só pode declinar-se no plural, não apenas pelo fato de as mudanças que a travessia do tempo implica, mas também pela importância a conceder a recepção do biografado e de sua obra que é correlativa do momento considerado e do meio que deles se apropria. A isso cumpre ainda ajuntar que o biógrafo não pode pretender, mesmo ao preço de uma pesquisa tão exaustiva quanto possível, a nenhuma chave que viria saturar o significado de seu relato de vida. A psicanálise nos ensina que, mesmo por um longo trabalho sobre si, não se chega verdadeiramente a mais acesso à verdade. O biógrafo, em posição sempre exterior, apesar de sua empatia, não pode conseguir melhor, tanto que o sentido permanece sempre aberto às questões ulteriores, no tempo futuro. As hipóteses que se fazem no presente pelo biógrafo são sempre reconsideradas pelas gerações futuras, o que explica, aliás, por que se pode escrever indefinidamente novas biografias sobre as mesmas personagens. (DOSSE, 2015, p. 375)

Foi considerando as contribuições de Dosse (2015) que salientamos o caráter biográfico como objetivo mais amplo desta pesquisa, sem pretender jamais dar conta de sua totalidade, mas sim, cientes de sua parcialidade marcada pelas sensibilidades e experiências da pesquisadora, pelo momento da escrita, pela incompletude das fontes, pelos recortes necessários e pela possibilidade de equívocos que possam vir a ser desmistificados por outros pesquisadores.

Seguindo esses preceitos, nesta tese, a primeira biografia a ser construída sobre Jubert visa à produção de uma narrativa sobre a sua militância, a qual foi marcada pela sua chegada à

cidade de Bragança, pela organização de uma Liga Operária de Bragança (1910), e pela distribuição de um *Boletim* (a) denunciando as precárias condições de vida dos colonos nas fazendas de café. Sua implicação na denúncia das mazelas trabalhistas despertou, todavia, descontentamentos, como, por exemplo, quando um grupo de fazendeiros entrou com uma representação, e o delegado, por sua vez, abriu um inquérito para investigar o fato, processando-o. Junto a esse, corria um outro processo crime (1911) aberto pelo padre Leonardo por calúnia e difamação, devido a um artigo escrito por Jubert sobre ele.

No processo crime (1911) da distribuição do *Boletim*, Jubert foi absolvido em quarta instância (Jundiaí), pois os juízes das três primeiras cidades (Bragança, Atibaia e Piracaia) foram impedidos de atuar no caso; o motivo do impedimento do juiz da primeira cidade foi o grau de interesse familiar. Porém, no processo movido pelo padre, embora o juiz de Bragança também tenha sido impedido de atuar no caso, Jubert foi condenado e, por tal motivo, fugiu rumo à Sorocaba.

Sendo assim, seguimos seus rastros até Sorocaba, local onde o identificamos como professor, articulador e conferencista do movimento operário, secretário da União Operária, bem como editor do jornal *O Operário*. Todavia, como resultado do trabalho como editor, vários conflitos foram flagrados e Jubert foi perseguido por um bacharel em Direito chamado Octávio Guimarães; também, foi ameaçado de ser expulso do país com base na Lei Adolfo Gordo (1907), sendo, novamente, processado até ser preso e torturado. Todos esses eventos ocorreram em uma época muita próxima a que Jubert se apaixonou e a que sua esposa engravidou de seu primeiro filho.

A trajetória biográfica de Jubert traz, também, as suas marcas de singularidade e intencionalidades como professor libertário, que manteve o objetivo de criar uma escola para trabalhadores em Bragança, foi professor em Sorocaba (conforme acima), seguiu para Bauru e lá se manteve como professor. Após isso, o identificamos como professor em Pirajuí, última cidade na qual temos seu registro. Contudo suas práticas como professor nem sempre se apresentaram de modo formal, dentro de uma sala de aula, mas sim como um militante do movimento operário que defendeu os interesses dos trabalhadores frente a classe patronal.

Lutou assim, pela liberdade e emancipação de tais trabalhadores, condições previstas no ensino racional sobre as bases teóricas de Francisco Ferrer y Guardia, o qual foi precursor da primeira Escola Moderna de Barcelona, que, após sua morte, conquistou seguidores no Brasil, os quais defenderam a educação libertária para os operários como forma de resistência ao ensino republicano paulista. De acordo com Gallo (1997, p. 19),

Ferrer apont[ou] que a escola sempre foi instrumento de legitimação da dominação nas mãos dos poderosos; mantendo a maior parcela da população na mais absoluta ignorância, garantiam dois mecanismos de defesa: um que seria a falta de consciência da exploração, impedindo a revolta e, outro, que seria imediata obediência das massas àqueles que dominassem o conhecimento.

Para chegar a tal conhecimento, foi necessário percorrer um vasto e prazeroso caminho por entre os diferentes acervos bibliográficos, periódicos e documentais, sendo assim iniciamos tal percurso pelo Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (doravante CDAPH²²) onde está localizada a maior parte de nossas fontes documentais e, outras periódicas, dele partimos para as fontes digitais periódicas da Biblioteca Nacional e a revisitamos por muitas vezes, porém não satisfeitas, ampliamos o nosso olhar e fomos até Arquivo Edgar Leuenroth (doravante AEL/Unicamp) e para o seu acervo digital, o que nos deu novo rumo para esta pesquisa. Visitamos também o Gabinete de Leitura de Sorocaba.

Sendo assim, as fontes documentais que compõem o corpus desta pesquisa, a fim de que, pela sua análise, pudéssemos atingir nossos objetivos, pertencem ao Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança (doravante FPJCB), as quais estão sob a custódia da Universidade São Francisco-USF, campus de Bragança, depositadas no CDAPH. São elas:

- O processo crime (1911) relativo à distribuição do *Boletim* em Bragança. Este processo e os demais documentos do judiciário foram analisados em nossa dissertação de mestrado. Contudo foi necessária uma ampliação das análises na pesquisa do doutorado para que pudéssemos construir uma narrativa sobre Jubert que fizesse sentido ao leitor.
- O *Boletim*²³ nas versões português/italiano. Este documento foi distribuído a moradores da zona rural quando transitavam nas ruas próximas ao mercado público de Bragança. Seu propósito era de denunciar as condições precárias de vida dos colonos das fazendas de café, tendo em vista a alta do preço do mesmo, bem como de alertar que, como providência contra o processo de exploração dos imigrantes trabalhadores, alguns países da Europa já haviam proibido a imigração para o Brasil.
- O *Estatutos*²⁴ da Liga Operária (LO) de Bragança-, o qual foi elaborado conforme os

²² Local onde sou pesquisadora e atuo como membro da equipe junto a coordenação do Acervo.

²³Ao longo do texto, fazemos menção a quatro diferentes *boletins*, por isso criamos uma identificação complementar. O *boletim* (a) distribuído em Bragança por Jubert, nas versões português e italiano; o *boletim* (b) distribuído pela comissão de pedreiros, em Sorocaba; *boletim* (c) distribuído por Benedicto Cardoso de Oliveira em Bragança no momento da greve; *boletim* (d) distribuído por Jubert em Sorocaba, e *boletim* (e) distribuído na greve da Noroeste em Bauru.

²⁴A grafia é essa mesma, *Estatutos* (com 's' no final) da LO de Bragança.

objetivos das Ligas Operárias nacionais, do Rio de Janeiro, e internacional, de Paris (França), onde continha todas as regras de funcionamento, dos modos de associação e até de dissolução da mesma.

- O alvará de licença-crime para queixa-crime (1911), um documento que autorizava o padre Leonardo Gioieli a processar Joseph Jubert por calúnia e difamação, devido a artigos escritos por Jubert sobre ele, os quais continham dados sobre a vida pessoal do padre.
- O traslado dos autos-crimes por injúrias impressas (1911). Este documento tinha o propósito de autorizar os advogados Asprino Jr. e Vicente Guilherme a representarem o padre Leonardo no processo contra Jubert, visto que ele havia sido transferido para Santos, por ordem do bispo responsável pela diocese da qual Bragança era paróquia.
- A apelação (1911) de Joseph Jubert contra a condenação que se deu pelo processo do padre contra ele, na instância de Piracaia, cidade vizinha a Bragança.
- O Inquérito Policial (1911) aberto para investigar Benedicto Cardoso de Oliveira e outros como responsáveis pela greve em Bragança.

No percurso da pesquisa, sobretudo, no que tange a escrita da trajetória biográfica foi necessário realizar uma revisão bibliográfica²⁵ sobre Jubert, dessa forma identificamos menções mais específicas a Jubert nos trabalhos de Ferreira (2009), a qual dedicou e ele cinco páginas, privilegiando o momento em que esteve em Sorocaba, e em Tardelli Filho (2019), que também dedicou algumas menções pautadas no jornal *O Operário* de Sorocaba. O tratamento dado à história de Jubert nesses textos evidenciou-nos a ausência de pesquisas mais densas sobre sua trajetória como a que propusemos em nossa dissertação de mestrado e nesta tese.

Reconhecendo que a organização textual de uma pesquisa pressupõe novos olhares a cada vez que a escrita é retomada, foi necessário explorar novamente algumas fontes utilizadas durante o mestrado, e também, buscar outras novas a fim de conceber uma tessitura dialógica e polissêmica, além de atentarmos às vozes plurais nelas contidas (BAKHTIN, 2008).

Sendo assim, recorreremos também à análise de diferentes periódicos tais como:

- *A Lanterna* (1909-1916), que tinha como editor o jornalista Edgar Leuenroth, um dos líderes mais conhecidos do movimento operário anarquista e amigo próximo de Jubert. O jornal também foi declarado como Folha Anticlerical e de Combate. Ele funcionava

²⁵ Constatamos algumas referências a ele, geralmente, de forma pontual e breve, em: Rodrigues (1972), Dias (1977), Ghiraldelli Jr. (1987), D'Angelo (2000), Peres (2004), Barreira (2004, online), Bueno (2007), Fregoni (2007), Santos (2009), Ferreira (2009), Gonzaga (2010), Martins (2010), Hall (2011), Calsavara (2012), Valente (2014) e Boschetti e Ferreira (2016).

no Largo da Sé, no número cinco. Era vendido no valor anual de dez mil réis, com publicação semanal aos sábados. Nele, eram divulgadas notícias sobre as greves, congressos e protestos, acontecimentos locais, nacionais e internacionais. Ele foi, parcialmente, pesquisado e utilizado durante nossa dissertação de mestrado. Esse periódico está disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional e, no acervo digital do AEL/ Unicamp.

- *A Voz do Trabalhador*²⁶ (1913), que funcionava na Rua do Hospício, no número 156 (sobrado), na cidade do Rio de Janeiro e era publicado quinzenalmente. A assinatura trimestral custava mil réis, ou podia ser adquirido de forma avulsa a cem réis, era ainda de subscrição voluntária permanente. Este jornal era amplamente divulgado como forma de instrução para a emancipação do trabalhador, utilizava princípios anarquistas, mantinha uma efetiva comunicação entre socialistas, ligas operárias, sindicatos e anarquistas em diversas cidades, estados e diferentes países. O documento foi utilizado durante a dissertação e está disponível para consulta no CDAPH.
- *Cidade de Bragança* (1910-1911), de tendência republicana liberal/ conservadora, apareceu *como* representante do grupo político pertencente ao Partido Republicano Paulista (doravante PRP) em diferentes ocasiões. Era muito alinhado aos princípios do jornal *Correio Paulistano*. Parte dos exemplares está disponível no CDAPH.
- *Correio Paulistano* (1911-1913), de tendência republicana liberal/ conservadora. Está disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional.
- *O Operário* (1912-1913), de Sorocaba. Tratava-se de um órgão de defesa da classe operária, com publicação quinzenal, que circulou entre 18 de julho de 1909 a 1913. Suas publicações contavam com colaboradores diversos e as ideias que circulavam nele eram bem variadas (anarquistas, socialistas, maçons, espíritas, dentre outras). Funcionou na Rua Cavalleiros, número 23. As assinaturas custavam duzentos réis mensais. Este jornal é uma edição fac-similar, que foi vendida em PDF pesquisável à pesquisadora Elizabete, a qual, gentilmente, nos apresentou com uma versão. Foi possível, com este jornal, explorarmos diferentes notas e artigos sobre Jubert.

²⁶ Órgão da Confederação Operária Brasileira, coleção fac-similar de 71 números, 1908-1915, prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Centro da Memória Sindical, 1985.

É relevante ainda citar, para além, dos mencionados acima os outros periódicos inéditos que trazem menção a Jubert, são eles: O *Almanak Laemmert* (1916; 17; 18 e 21); os jornais *Correio da Manhã* (1913); *A Época* (1913), os três do Rio de Janeiro; o jornal *O Apóstolo* (1911), do Piauí; todos esses, disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional. Os jornais *A Rebelião*, de São Paulo (1914) e *Terra Livre* (1913) de Lisboa, Portugal, disponíveis no acervo digital do CEDAP-Unesp. O jornal *O Germinal* (1913), de São Paulo, disponível no acervo digital do AEL-Unicamp, de Campinas. Salvo um segundo jornal internacional *Diário Español* disponível no acervo digital do Arquivo Público de São Paulo, o qual já utilizamos durante a dissertação.

O procedimento de seleção e organização das fontes documentais consistiu em: i. salvarmos, em pastas no computador, as páginas dos periódicos que continham menções a Jubert e o contexto que os envolviam; ii. organizarmos os dados em uma planilha no *excel* contendo cidade, data, número, página, tema, dentre outros, e, por fim, iii. recortarmos as notas e os artigos para salvá-los em ordem cronológica, o que facilitou diferenciá-los entre as usadas na dissertação e as inéditas.

Para as análises das fontes, fomos ao encontro de Le Goff (1990), quando ele propõe que o pesquisador não deve ser inocente e, de Luca (2005, p. 132) quando afirma que “[...] é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural”, ou seja, são produzidos ao longo do tempo e, portanto, carregados de intencionalidades. Desse modo, consideramos que nenhuma fonte é neutra, todas carregam as marcas das intencionalidades e do lugar social daqueles que lhes deram origem; também que toda cultura pressupõe a marca do humano (THOMPSON, 2002; BAKHTIN, 2008); em outros termos, é fruto de uma produção intencional. Em virtude disso, as ações dos sujeitos, a todo o tempo, permeiam os espaços que formam e conformam experiências (BENJAMIN, 1987a).

Nesse sentido, o que se faz necessário nas análises é considerar os procedimentos da historiografia, o que inclui perguntar acerca das fontes: quem as produziu? Por que as produziu? Em que momento foram produzidas? Para quem foram produzidas? Pois, só assim, consoante Le Goff (1990), é possível manter o rigor de uma pesquisa, pois

[f]alar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; [...] é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos. (LE GOFF, 1990, p. 90)

A relevância desta pesquisa consiste na contribuição de nossas discussões aos saberes relacionados à historiografia brasileira e à local, mais especificamente, da região de Bragança e, conseqüentemente, ao ensino. Assim afirmamos, pois propomos a exploração da história de vida e militância de um professor libertário que foi líder do movimento grevista de colonos em Bragança e, do movimento operário em Sorocaba, no interior do estado de São Paulo. Era, portanto, um sujeito conhecido nacionalmente dentro do movimento em sua época. Através de nossas discussões, disponibilizamos elementos inéditos sobre a vida de Jubert. Ademais, porque o anarquismo é um tema pouco explorado, sobretudo, no interior paulista.

Nosso trajeto da pesquisa permitiu que um descendente de Jubert, o seu neto Ivan Jubert Guimarães, entrasse em contato conosco por e-mail no dia 20 de fevereiro de 2019, informando ter lido a pesquisa em um texto publicado no Anais de Eventos²⁷ e de ter gostado muito. Embora ele não tenha conhecido o avô, comentou que sempre teve vontade de escrever a história de Jubert. Ainda, trouxe notícias: seu avô havia ensinado sua avó a ler, instruído todos os filhos em casa, dentre outras informações.

Nessa visita informal a Ivan, trocamos informações sobre as nossas pesquisas. Gentilmente, ele nos presenteou com algumas fotos digitais e dois livros: um escrito por ele e outro de memórias da família, o qual inclui Jubert. Nessa visita, pudemos nos conhecer e dialogar sobre algumas de suas memórias a respeito do que os seus tios contavam a ele sobre o avô e sobre suas próprias memórias a respeito de sua avó Thereza²⁸, que morou na casa dos pais de Ivan²⁹ quando ele ainda era um menino.

Na mesma época em que nós nos aproximamos do neto de Jubert, recebemos o contato do jornalista Vinícius Pereira de Bragança Paulista, que trabalha em São Paulo para a *Uol* e a *BBC*, informando-nos que havia lido uma das publicações feitas sobre a nossa pesquisa nos Anais de Eventos³⁰ e essa tinha lhe chamado a atenção. Passados alguns meses após o primeiro contato, ele esteve na Universidade São Francisco, conversamos mais e, em 4 de agosto de 2019, publicou uma matéria jornalística³¹ sobre a pesquisa.

Para Vinícius foi surpreendente o fato de Jubert ter estado em Bragança, realizado a defesa dos colonos frente ao poder dominante dos fazendeiros cafeicultores e ser processado pela distribuição de um *Boletim*, bem como ter-se defendido ele próprio das acusações, sem

²⁷ XI Congresso Internacional de Teoria Crítica: “Estado de Exceção e Racionalidade na Idade Mídia”, em Araraquara em 2018.

²⁸Esposa de Jubert

²⁹Está com 70 anos aproximadamente

³⁰ Anpuh, 2017.

https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502847566_ARQUIVO_TextoANPUH2017completo.pdf

³¹<https://www.bbc.com/portuguese/geral-49107167>

contar com a presença de um advogado. O jornalista salientou seu estranhamento, por sua história ser praticamente desconhecida na cidade, na atualidade.

A publicação de Vinícius (2019) sobre Jubert, na *BBC News Brasil*, garantiu que a pesquisa/história fosse divulgada e replicada em diferentes sites tais como: Bol/Uol³², Gazeta de Votorantim³³ (meio pelo qual tivemos acesso a uma pesquisa de iniciação científica em curso sobre a escola de Sorocaba onde Jubert atuou); R7 da Record³⁴; *Vermelho*: a esquerda bem informada³⁵; *Facebook/ Observatório do Povo da Rua*³⁶; *Brasil Book*, que é um site de fotos e divulgou uma nota³⁷ de quando Jubert estava preso sem que ninguém soubesse do seu paradeiro (1913) e; *Sintrivel-Sindicato dos Trabalhadores nas Indústria da Construção Civil de Cascavel e Região*³⁸.

Organizamos a pesquisa em quatro capítulos. No primeiro, trouxemos uma apresentação da trajetória biográfica de Jubert, iniciando em Bragança, onde ocorreu o primeiro contato com as fontes sobre ele. Seguimos para o contexto de Sorocaba, cidade onde pudemos ter novas percepções sobre a sua trajetória, logo após situamos sua presença em Avaré, Bauru e Pirajuí. Na sequência, tratamos de como Jubert conheceu a esposa Thereza. Também trouxemos imagens inéditas dele, da família, do seu título de eleitor, emitido em 1933, e esclarecimentos por trás do sobrenome Rivier.

No segundo capítulo, valorizamos o contexto sociocultural de Bragança. Tratamos da LO de Bragança, de seus colonos associados e dos processos contra Jubert, propondo uma ampliação das análises, considerando a relação com os colonos em Bragança. Discutimos sobre a força política local dividida em dois grupos mais evidentes PRP e Partido Republicano Conservador (doravante PRC) e, sobre a atuação do Judiciário da Comarca, que estava em franca relação com o grupo partidário do PRP, motivo pelo qual três juízes foram impedidos de atuar no caso de Jubert, bem como das perseguições contra ele. Discorreremos também sobre a continuidade das greves em Bragança, do Inquérito e sobre a prisão de Benedicto Cardoso de Oliveira.

³²<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/08/04/o-professor-frances-perseguido-em-sp-por-querer-educar-trabalhadores.htm>

³³<http://www.gazetadevotorantim.com.br/noticia/31709/um-educador-frances-que-revolucionou-em-votorantim--edicao--werinton-kermes-.html>

³⁴<https://noticias.r7.com/educacao/o-professor-frances-perseguido-em-sp-por-querer-educar-trabalhadores-04082019>

³⁵<https://vermelho.org.br/2019/08/04/joseph-jubert-um-professor-pioneiro-na-defesa-dos-trabalhadores/>

³⁶<https://pt-br.facebook.com/observatoriopovodarua/posts/joseph-jubert-era-considerado-um-anarquista-perigoso-pelas-autoridades-e-pelos-a/2609999115698339/>

³⁷<http://www.brasilbook.com.br/exibir.asp?imagem=6501>

³⁸<https://sintrivel.com.br/noticia/joseph-jubert-um-professor-pioneiro-na-defesa-dos-trabalhadores/>

No terceiro capítulo, tratamos do movimento operário mais amplo na relação com o contexto sociocultural de Sorocaba. Trazemos Jubert como articulador e conferencista do movimento operário, bem como escritor de artigos no jornal *O Operário*. Em um dos artigos, Jubert chamou o advogado Octávio Guimarães de trampolineiro e mistificador de protesto, motivo pelo qual foi processado, e, a partir do processo, sofreu perseguições, foi preso e conferida a ele uma multa. Destacamos também o movimento encabeçado pelo jornal *A Lanterna* com o intuito de angariar fundos para o pagamento da multa imposta pela condenação de Jubert, bem como toda a repercussão na imprensa operária e fora dela.

No quarto capítulo, discorremos sobre a educação libertária e de sua origem com base nos preceitos de Francisco Ferrer y Guardia, tratamos da criação das Escolas Modernas no estado de São Paulo, da influência da maçonaria na educação libertária, do protesto contra o trabalho excessivo, sobretudo, de crianças, da trajetória libertária do professor Joseph Jubert para além da formalidade da sala da aula nas cidades de Bragança, Sorocaba e Bauru, do tratamento tido por Jubert em Bragança em comparação aos professores do primeiro grupo escolar de Bragança Dr. Jorge Tibiriçá, bem como da recusa dos anarquistas e de Jubert pela educação religiosa e também da educação pública ofertada pelo Estado.

Por último, apresentamos nossas considerações finais.

CAPÍTULO 1. APRESENTANDO “*EL TERRIBLE ANARQUISTA*” JOSEPH JUBERT

Neste capítulo, vamos ao encontro de Joseph Jubert nas cidades de Bragança e Sorocaba, na primeira década do século XX. Para isso, dialogamos com algumas fontes documentais de diferentes origens e suportes. Nossa proposta é fornecer uma dada biografia deste professor, tendo clareza de sua incompletude e parcialidade, bem como de que é provisória, dado que outros pesquisadores e mesmo esta pesquisadora, a qualquer momento, poderão localizar outros conjuntos documentais, o que viria a determinar alterações significativas na biografia. Outra razão que nos motiva a escrever uma biografia de Joseph Jubert, além das já mencionadas na introdução desta tese, consiste na possibilidade de escrevermos sobre um homem “comum³⁹”, o que destoa dos interesses costumeiros de um biógrafo, visto que:

A biografia, durante muito tempo, se limitou a transcrever o percurso de homens ilustres, deixando de lado o homem comum, tributário das decisões dos poderosos. A crítica desse privilégio concedido aos estratos superiores da sociedade gerou uma historiografia que reorientou seu olhar para as massas e as lógicas coletivas. [...] semelhante atitude teve por consequência um eclipse do gênero biográfico, que se viu deslegitimado por razões ao mesmo tempo epistemológicas e de intenção democrática. (DOSSE, 2015, p. 297)

Ao privilegiarmos Joseph Jubert, vamos ao encontro de um homem engajado na luta política pela conquista de direitos dos trabalhadores, em benefício do coletivo, através de ações e iniciativas que se ancoravam em organizações operárias. Nossa intenção é a de mobilizar suas experiências individuais, mas sempre matizadas, atravessadas por experiências dos trabalhadores de seu tempo. Assim, tratamos de experiências individuais e experiências coletivas, engendradas, dialeticamente, no avanço da modernidade capitalista, visto que, nas lutas e reivindicações de Jubert, é sempre possível flagrar indícios das questões mais amplas e complexas que se relacionavam ao movimento operário.

Tendo em vista o interesse pela vida de um homem “comum”, recorremos a Walter Benjamin, mais especificamente, de sua filosofia da história, registrada nas *Teses sobre o conceito de História*, de 1940, em particular da Tese VII, na qual o filósofo berlinense propõe que é necessário se produzir uma história a contrapelo na perspectiva dos vencidos.

³⁹ Incomum aos nossos olhos, na atualidade, devido a toda sua militância anarquista, mas comum perante aqueles privilegiados nas biografias, até um dado momento histórico.

1.1. Bragança: o primeiro contato com as fontes sobre Jubert

Nosso primeiro contato com Joseph Jubert foi quando identificamos um processo crime⁴⁰ pertencente ao acervo do Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança (doravante FPJCBP) de 1911, sob salvaguarda do CDAPH-USF⁴¹. No interior desse processo, há uma representação verbal de agricultores – grandes cafeicultores locais que se aglutinavam ao redor do poder político da família Leme – que fazia a seguinte acusação:

José Jubert, Benedicto Rizzi, Júlio Gonçalves da Silva, Luciano Candido Ribeiro e José do Patrocínio – fizeram, ontem, durante o dia, profusa distribuição, nesta cidade, do “Boletim (a)”⁴² que adiante se vê, escrito em português e italiano, [...] e dirigido aos colonos deste município; “boletim” esse que – diz-se longe de constituir uma propaganda em prol de justos interesses do operariado, não passa de uma manobra fraudulenta, que, iludindo a boa fé dos colonos e explorando-lhe as paixões ruins, visa inconfessavelmente, desviá-los dos estabelecimentos que estão empregados, se não o incitamento à greve, para a perturbação dos serviços agrícolas e, portanto, da vida econômica do município [...] (PROCESSO CRIME, 1911, p. 5-6)

A representação contra Jubert e outros chegou ao delegado de polícia Dr. Azevedo Marques, no dia 19 de dezembro de 1910. Além de tais informações, através desse documento, tivemos acesso a outros dados importantes do biografado. Jubert era filho de Pierre Jubert e Marie D´ La Rivière Jubert⁴³, nascido em Lion, na França, no dia 08 de setembro de 1875, e chegou ao Brasil ainda criança⁴⁴ (PROCESSO CRIME, 1911).

Sobre sua origem francesa, recorremos a Hobsbawm (1982, p. 30) para pontuar que:

A França é o país clássico das revoluções europeia-ocidental e, se as tradições de 1789-94, 1830, 1848 e 1871 não for[a]m capazes de atrair uma nação para os partidos revolucionários, nada mais o fará [...]. As tradições clássicas do revolucionarismo francês – mesmo da classe operária – não eram marxistas e menos ainda leninistas, mas jacobinas, blanquistas e poudhonistas.

Na perspectiva de Hobsbawm (1982), nós nos questionamos se Jubert e sua família, ao

⁴⁰O documento completo contém 72 páginas; a capa do processo-crime possui a dimensão de 34x24cm. Nele, encontram-se anexo o *Boletim (a)* que deu origem ao processo e o *Estatutos* da Liga Operária.

⁴¹Caixa 167. As partes são a Justiça por seu promotor e o réu Joseph Jubert.

⁴²A identificação do *boletim (a)* que consta no processo crime (1911) foi feita por Bueno (2007).

⁴³Informação compartilhada por Ivan, neto de Jubert.

⁴⁴“De facto o nosso amigo é brasileiro: veio para aqui muito criança, naturalizou-se, foi eleitor e oficial da Guarda Nacional” (*A LANTERNA*, 2/8/1913, n. 202, p. 3).

embarcarem para o Brasil, além de seus pertences, teriam trazido algumas “tradições clássicas do revolucionarismo francês” por entre o conjunto de ideias e valores que os guiavam. Esta é uma questão em aberto, não temos como respondê-la. Por outro lado, tal questão nos leva a lembrar ao leitor que Jubert era um membro ativo do movimento operário no Estado de São Paulo, que militava em defesa de colonos das fazendas de café, tanto que foi denunciado pela distribuição de um *Boletim (a)* nas versões português e italiano, nas ruas do Comércio e do Mercado em Bragança. É digno de menção que, no mesmo processo, encontra-se um exemplar do ELO local, o que poderia sugerir que os representantes do Judiciário local entendiam que tal Liga era perigosa aos interesses dos grandes fazendeiros locais.

O *Boletim (a)* denunciava as precárias condições de vida dos colonos, os quais eram sujeitos a castigos e multas, e viviam em um regime análogo à escravidão, que ocorria nas fazendas do estado de São Paulo, em vista da alta no preço do café. O texto ainda expunha a proibição da imigração de colonos para o Brasil, por parte de países como a França, a Itália, a Espanha e Portugal, e, ainda, aconselhava os colonos a trabalharem para si, ou, no regime de a meia⁴⁵.

Consoante as informações que constam no inquérito que deu origem ao processo crime (1911), na época, Jubert estava com 35 anos, era solteiro e se declarou professor em três momentos distintos nos autos. Esta última informação nos trouxe diferentes elementos para pensar a história da educação local na relação com a sua militância, frente à organização dos colonos da cidade.

Jubert era secretário da LO de Bragança “[...] fundada [em] 14 de agosto de 1910, por iniciativa dum grupo de operários que se associaram pela necessidade de defender os direitos da classe [...]” (ELO, 1910, p. 1). Para a criação da mesma, foi elaborado o ELO, no qual constava como um dos fins “[i]nstalar o mais breve possível uma escola racionalista, que p[udesse] ser frequentada pelos associados.” (*ibidem*, p. 2).

O ELO foi redigido em 28 de agosto de 1910 por uma comissão da qual faziam parte: Jubert, Benedicto Antonio Ricci e João Buenaparte, os quais também integravam o conselho administrativo junto a Júlio Gonçalves da Silva e Luciano Cândido Ribeiro. Com exceção de Buenaparte, os demais constavam no Inquérito de investigação do *Boletim (a)* (1910, p. 9).

Em Bragança, em novembro de 1910, Jubert havia sido nomeado para o cargo de recenseador⁴⁶, possuía diploma de eleitor e seu nome constou no alistamento eleitoral do mesmo

⁴⁵Regime de trabalho em que o colono planta nas terras do fazendeiro e reparte os lucros em partes iguais entre eles.

⁴⁶De acordo com o periódico *Cidade de Bragança* (13/11/1910, n. 1556, p. 1) “Por ato do dia 10 do corrente, foram

ano. É válido frisar que ele era uma das poucas 1.371 pessoas que votavam na cidade (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 17/02/1910, n. 1480, p. 3). Também pertencia à guarda-nacional⁴⁷, pois os alistados⁴⁸ deveriam servir até os 44 anos de idade.

Nessa época, Jubert era morador de Bragança há mais ou menos três anos. Anteriormente, havia morado em Atibaia⁴⁹, onde ele foi processado por não possuir emprego fixo, conforme decreto 1.490, de 18 de julho de 1907, no qual constava a obrigatoriedade da ocupação para maiores de 21 anos, ou o enquadramento como ‘vadio ou vagabundo’⁵⁰. Tal sanção pesou contra ele em Bragança durante o processo crime do qual era acusado.

Dentre os fazendeiros⁵¹ que o acusou, faziam parte: Olympio Barra, Afonso Ferreira, Theófilo Leme, Felipe Rodrigues de Siqueira, Juvenal Ferreira de Cerqueira Leite, Norberto Ferreira Barbosa e João Leme. Todos esses alegaram que o *Boletim (a)* era uma fraude para iludir os colonos e chamá-los à greve. No registro do depoimento de todos eles, aparece a preocupação com a economia local.

Enquanto isso, algum editor do *Cidade de Bragança* se ocupava em chamar a atenção do colono para o dever, para a família e para a origem, ao mesmo tempo em que propagava entre eles a imagem pejorativa dos que defendiam as ideias revolucionárias de greves e de manifestações contrárias à exploração patronal:

O colono italiano, por exemplo, veio de um país adiantado e aqui tem sabido cumprir o seu dever, quer perante o patrão, quer perante a família. Aconselhem aos colonos a zelarem pelos seus direitos e a revoltarem-se quando sejam maltratados ou escravizados por seus patrões ou quando sofram qualquer injustiça; mas aconselhem também que esses colonos não sejam ingratos para os patrões que lhes estimam, reconhecem o seu trabalho e cumprem o seu contrato e aconselhem para que não abandonem o lar da família e o serviço e não venham servir de instrumentos para a anarquia social. (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 22/12/1910, n. 1567, p. 1)

No transcorrer da leitura dos autos de 1911, observamos que as ideias de Jubert seguiam

nomeados para o serviço de recenseamento nesta cidade: agentes municipais: srs. Fernando Assis Valle e João Alves da Cunha Lima e recenseadores: srs. Júlio Gonçalves da Silva, Francisco Araújo Braga, Benedicto Rodrigues do Prado, Antonio Augusto Ritton, José Jubert, Benedicto Cardoso, Angelo Romano, Luiz Gonzaga Cintra, Eugenio Baci, Bento José Gonçalves e João Cardoso”.

⁴⁷*A Lanterna*, 2/8/1913, n. 202, p. 3

⁴⁸A última divisão do Exército (terceira linha do sorteio militar) foi constituída pela Guarda Nacional. O artigo 29 previa que os cidadãos que tivessem pertencido à segunda linha serviriam na Guarda Nacional, até 44 anos de idade (na ativa, até os 40 anos de idade e, posteriormente, iriam para reserva) (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 12/1/1908, n. 1.263, p. 1).

⁴⁹Cidade vizinha de Bragança dista cerca de 25 quilômetros.

⁵⁰Nas disposições dos artigos 374 e 399 do Cód. Penal e do artigo 2.º do Decreto n. 145, de 12 de julho de 1893 (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO).

⁵¹Segundo Jubert eram 20 fazendeiros, mas ele não mencionou quais (*A LANTERNA*, 4/2/1911, n. 69, p. 2-3).

em direção ao anarquismo, o qual, de acordo com Munakata (1981), considerava:

[...] inconcebível a intervenção do Estado (e de partidos políticos) nas relações de trabalho. A luta por melhores salários “[...] deve[ria] ser travada diretamente pelos próprios operários e não por advogados, políticos ou partidos [...]” (1981, p. 16)

Na época, as relações entre patrões e trabalhadores eram privadas e organizadas mediante resistência, greves, negociações, ou acordos de trabalho, conforme previa Constituição Liberal publicada em 1891.

Jubert responsabilizou-se por sua própria defesa no processo crime de 1911, alegando que a distribuição do *Boletim (a)* não caracterizava nenhum crime. Ainda, denunciou a parcialidade que havia no julgamento para condená-lo, pois o juiz e algumas das testemunhas possuíam relações familiares com alguns dos fazendeiros locais, que o processou. Por consequência disso, o juiz⁵² de Bragança foi impedido de atuar no caso e o processo foi encaminhado para a instância de Atibaia.

Em Atibaia, também ocorreu o impedimento do juiz Pedro Tavares de Almeida, embora o motivo não esteja legível nas folhas do processo. Por fim, o processo foi encaminhado para instância de Piracaia, cidade próxima à Bragança cerca de 27 quilômetros, em 2 de março de 1911, sob a responsabilidade do juiz José Máximo Pinheiro Lima.

Em meio ao caso da distribuição do *Boletim (a)*, Jubert foi processado⁵³ por escrever artigos no periódico *A Lanterna*⁵⁴, difamando e caluniando o padre Leonardo Gioiele, responsável pela paróquia de Bragança. Devido a isso, para representá-lo, o padre nomeou dois advogados influentes de Bragança: Dr. Asprino Junior⁵⁵ e Dr. Vicente Guilherme⁵⁶, mas, após o ocorrido, foi transferido para Santos por ordem do bispo responsável pela Diocese (A

⁵²Manoel José Villaça.

⁵³Acompanhamos o caso pelas páginas dos jornais paulistas *A Lanterna* (1910-1911), *Cidade de Bragança* (1910-1911), *Correio Paulistano* (1911), e de Piauí, *O Apóstolo* (1911).

⁵⁴Edições n. 62; 64; 65; 66; 67; 68; 87; 179.

⁵⁵Foi advogado, organizou o anuário de Bragança de 1904, colaborou com o jornal *O Republicano* (1902 a 1903), com o jornal *A Notícia*, em 1910. Foi presidente da Associação Beneficência Mútua Bragantina (*ALMANACH BRAGANTINO*, 1914, p. 71), presidente, em 1910 e 1911, do Circolo Musicale e Beneficente Italiano Carlos Gomes (p. 93). Em 1911, foi presidente do Clube Literário e Recreativo (p. 101), vice-presidente do Partido Republicano Paulista (p. 143).

⁵⁶Apenas para termos a clareza de sua influência em Bragança, posso citar este fato: “O ilustrado advogado Vicente Guilherme oferece a seus inúmeros amigos um *pic nic* no pitoresco arrabalde da Penha, ao qual comparecem mais de quinhentas pessoas” (*ANNUARIO DE BRAGANÇA*, 1902, p. 44). Foi presidente da Câmara entre 1902 e 1904, organizou o Anuário de 1904, foi colaborador no jornal *Cidade de Bragança* (*ALMANACH BRAGANTINO*, 1914, p. 45), presidente da assembleia geral do Grêmio Comercial (p. 85). Em 1903 e 1905, foi presidente do Clube Literário e Recreativo (p. 101); foi vice-presidente do Partido Republicano Paulista (p. 143).

LANTERNA, 21/1/1911, n. 67, p. 1).

Posteriormente às acusações, Jubert foi perseguido, jurado de morte por um membro da família Leme⁵⁷, levado à delegacia local e intimado a parar de escrever artigos no jornal sob ameaça do delegado Azevedo Marques (*A LANTERNA*, 28/1/1911, n. 68, p. 1). Em seguida, Jubert alegou que as ameaças contra ele partiam de três grupos locais distintos⁵⁸. Conjecturamos que talvez não fosse comum o fato de juízes serem impedidos de atuar nos processos, o que tornaria Jubert ainda mais indesejável na cidade.

De acordo com as notas publicadas, é possível depreender que tais grupos mencionados por Jubert tenham relações com alguns dos fazendeiros que o denunciaram, com o padre e seus advogados, bem como com alguns membros da justiça, pois, quando mencionou o processo do *Boletim (a)*, afirmou que o delegado jogou fora a imparcialidade, e que o promotor Alexandre Penna mentiu e o desqualificou, conforme se lê:

[e]ste Boletim (a) constitui para os traficantes e velhacos que não querem pagar os colonos e que querem viver de explorações sobre os operários: um crime de lesa-ordem pública. O dr. Delegado de polícia [Azevedo Marques] teve de despir-se do seu manto de imparcial e de bacharel em direito, atirando o anel de esmeralda para a gaveta do interesse, e, como um cego que ignora os princípios mais elementares do nosso direito público, tratou de instaurar um processo moldado aos caprichos de seus patrões. O que há de mais singular no tal processo é a espalhafatosa quão ridícula do fenomenal Penna [promotor público], que numa extensa ladainha de mentiras, revelou o seu pedantismo, dando saída à sua mercadoria de inteligência roída de traças, anunciada num cartaz de ridículo, que o bom senso há de apurar durante a representação da comédia. Repito, a sua fanfarronada denúncia, mentindo descaradamente, alterando a verdade, sofismando palavra por palavra, é uma evidente prova de que deixou de ser promotor, para descer ao nível dos integrantes e mexiriqueiros. Pintou-me com as cores mais horríveis, qualificou-me de elemento perigoso, enfim atirou-me todos os adjetivos que o seu bom senso lhe ditou, e isto gratuitamente. (*A LANTERNA*, 04/02/1911, n. 69, p. 2-3)

A nota em menção sugere uma rivalidade política entre ambas as partes, tanto de um lado quanto do outro, há uma narrativa que privilegia um jogo de palavras com intuito de desclassificar e desmoralizar o seu oponente, da mesma forma que Jubert era certo em suas palavras, aqueles que tinham o objetivo de atingi-lo, também o eram.

Contudo, membros dos três grupos possivelmente possuíam motivação para persegui-lo. Por parte dos fazendeiros, a greve interferia em seus lucros. Os membros da justiça, por sua vez, quando impedidos de atuar no caso, tiveram seu poder questionado publicamente, sendo

⁵⁷*A Lanterna*, 21/1/1911, n. 67, p. 1.

⁵⁸*A Lanterna*, 29/4/1911, n. 84, p. 4.

desacreditados perante a sociedade, devido ao grau de parentesco e interesses particulares que os ligavam à família Leme. Ainda, havia o padre Leonardo que estava à frente da igreja e de uma escola noturna católica⁵⁹, mas que fora envolvido num escândalo com uma mulher casada, virando motivo de chacota na cidade. Sem contar que o jornal *Cidade de Bragança*, ligado ao PRP, sempre dirigia críticas a Jubert, acusando-o de hermista⁶⁰.

Tal acusação decorria do fato de Jubert prestar contas como recenseador para o advogado João Alves da Cunha Linha⁶¹ (*A LANTERNA*, 28/1/1911, n. 68, p. 1), pessoa que também pertencia à loja maçônica, tinha sido sócio efetivo fundador do Clube Literário Bragantino e secretário do PRC. Este advogado trabalhava na Coletoria Federal, atuando como ajudante do Procurador da República (*ALMANACH BRAGANTINO*, 1914). Quem estava à frente da República de 1910 a 1914 era Marechal Hermes da Fonseca.

Ser recenseador correspondia a atuar numa função remunerada e, embora existisse uma relação com alguns membros que apoiasse Hermes da Fonseca, não significava, do nosso ponto de vista, que Jubert fosse um hermista, embora fizesse concessões enquanto se articulava entre alguns grupos da cidade. No caso do *Boletim (a)*, ele se defendeu sem contar com a presença de um advogado, não recorrendo a Cunha Lima e, mesmo assim, foi inocentado da acusação.

O processo que estava na Comarca de Piracaia, quando o juiz de lá também foi impedido de atuar no caso, foi para a Comarca de Jundiáí. Em 13 de março de 1911, o juiz de direito, Abeilard de Almeida Pires, julgou a ação improcedente e deu o processo como encerrado, pois, conforme Jubert salientava, a liberdade de expressão estava prevista na Constituição (*PROCESSO CRIME*, 1911).

Jubert criava vínculos na cidade, mas ironizava alguns membros da justiça e da igreja local, conforme se lê em um artigo publicado no periódico *A Lanterna* (31/12/1910, n. 64, p. 1):

[...] [q]uando dizemos “conjura dos espaníficos” entendemos designar um corpo de carolas advogados, uns tristes bobos de sacristia, mais apegados a cera e ao sebo dos círios que a Savigny e a Mommsen, constituído há tempos para perseguir, com as delações, os processos, aos destemerosos batalhadores do livre-pensamento [...].

⁵⁹ “Na noite de quarta-feira, pela diretoria do Centro Católico, foi instalado [...] o prédio para esse fim construído na rua da Independência, a escola noturna desta associação católica. Depois de feita a matrícula de grande número de alunos o sr. Padre Leonardo deu a benção [...]. Os nossos aplausos a tão benéfica instituição, que sabe compreender que o futuro da Pátria depende única e exclusivamente do levantamento intelectual e moral de nosso povo” (*A NOTÍCIA*, 3/3/1906, n. 39, p. 2).

⁶⁰ Ligado ao partido do presidente Hermes da Fonseca, que apoiava um militar na presidência da República.

⁶¹ Foi professor de uma escola no bairro Morro Grande (*O GUARIPOCABA*, 15/07/1877).

Tratava-se, portanto, de uma relação de tensões e conflitos socioculturais (BENJAMIN, 1987; THOMPSON, 2002), não de uma cidade pacífica e tranquila como aparentemente se deseja mostrar a partir de algumas publicações que circulavam na época. Medeiros (2013) identificou disputas políticas entre a elite letrada local, a qual dividia, até mesmo, os membros da família Leme, considerada tradicional⁶² na cidade. Além disso, havia uma fratura no grupo político de Bragança: os salistas, que apoiavam Campo Sales, e os gliceristas, que apoiavam Francisco Glicério de Cerqueira Leite para o governo. A tal constatação chegou Medeiros (2013) ao interrogar os silêncios e as inadequações de uma história local contada de forma monolítica.

Há, desse modo, evidências históricas dissonantes capazes de flagrar o confronto de ideias entre esses grupos, colocando em xeque a concepção de uma cidade pacífica e tranquila. Da mesma forma que há contradições econômicas entre a vida dos colonos e a vida dos proprietários de terra instalados no município, conforme expôs Jubert.

Nesse sentido, vamos ao encontro de Benjamin (1985a) quando o autor se refere à Revolução Francesa (1789) e ao levante de Lion, afirmando que: “[s]e é a desgraça dos antigos levantes de operários que nenhuma teoria da revolução lhes apontasse o caminho, assim também é, por outro lado, a força imediata e o entusiasmo com que assumem a tarefa de construir uma nova sociedade” (BENJAMIN, 1985a, p. 42). Essa ideia de nova sociedade é muito presente nos escritos de Jubert.

É oportuno situar que as ações de Jubert não ocorriam de maneira isolada em Bragança. Ele fazia parte de um movimento mais amplo presente em todo o país. Assim afirmamos, pois identificamos em nossas análises uma ação conjunta dos jornalistas que escreviam para diferentes periódicos (*A Lanterna*, *A Bataglia* e *La Vitta*) em São Paulo, com os quais Jubert mantinha relações políticas. A ação consistia em denúncias desse grupo contra o Orfanato Cristóvão Colombo que era gerenciado por padres, em decorrência do desaparecimento de uma criança chamada Idalina.

Os responsáveis pelo orfanato alegavam que a menina Idalina havia sido entregue a pessoa desconhecida, em outras palavras, havia sido adotada, no entanto uma denúncia, que partiu de dentro do próprio orfanato, feita por América Ferraresi, afirmava que Idalina tinha sido estuprada e morta dentro do próprio orfanato pelos padres Stefani e Faustino (*A LANTERNA*, 17/10/1910, n. 62, p. 1). O caso de Idalina apareceu em diferentes edições do mesmo jornal, sempre cobrando explicações pelo sumiço dela e, teve grande repercussão na

⁶²As placas de ruas do centro da cidade levam o nome dessa família, a alteração de seus nomes ocorreu nas primeiras décadas do século XX, sinalizando o poder econômico e político dos Lemes (BUENO, 2007).

época.

Como consequência das denúncias desses jornalistas, os editores foram presos. Então, foi organizado um comitê em prol dos presos, e uma lista de doação a cargo de Jubert, foi passada em Bragança, como se lê a seguir:

É em momentos agudos da luta que aparecem os verdadeiros amigos. Na atual emergência, em que todos os elementos infamemente reacionários se conglobaram numa porca conjuntura para nos perseguir, é que os nossos covardes inimigos estão tendo a prova cabal do quanto vale a solidariedade dos que lutam para o triunfo da Liberdade. [...]. E bem compreenderam esses amigos, pois o nosso jornal tem vivido e viverá exclusivamente do auxílio dos seus partidários. [...]. Lista a cargo do sr. Joseph Jubert, de Bragança: Liga Operária, 30\$000. Genésio Amaral, 5\$000. Benedicto Moreira, 5\$000. Eugênio Bacci, 5\$000. Loja Amor da Pátria, 30\$000. Dr. Guimarães, 5\$000. José Menin, 5\$000. Giovanna Del Santo, 4\$000. Fiorino Bacci, 1\$000. Um incógnito, 1\$000. Júlio Gonçalves da Silva, 5\$000. Aristóteles Ferreira, 2\$000. Um assinante. 5\$000. Antônio Berelli, 1\$000. Angelo Romano, 2\$000. Luiz Corneto, 1\$000. Elisa Romagnoli, 1\$000. Antônio Romagnoli, 1\$000. Domingos Romagnoli, 1\$000. Romoaldo Bianchi, 1\$000. – Total, 108\$000. (*A LANTERNA*, 1/04/1911, n. 80, p. 3)

A pressão dos jornalistas (mesmo posteriormente presos) trouxe algum resultado, pois, quando um dos redatores do jornal *Fanfulla* de São Paulo entrevistou o cônsul da Itália sobre as acusações feitas ao orfanato, este respondeu:

Tenho só um caminho a seguir [...]: suspender as subvenções ao Orfanato Cristóvão Colombo. Este estabelecimento tem duas subvenções: uma constituída dos juros dos 25:000\$000 depositados no London Bank e a de 6.000 libras dadas pelo comissariado da emigração. Ora, em vista da irregularidade verificada no instituto, isto é, – a entrega de Idalina a uma pessoa desconhecida – e das gravíssimas acusações formuladas contra a direção do Orfanato, escrevi ao ministério das Relações Exteriores e ao comissário da Imigração, propondo que fosse suspenso o pagamento das subvenções. (*A LANTERNA*, 01/04/1911, n. 80, p. 3)

A lista de doação em prol de *A Lanterna* que ficou sob responsabilidade de Jubert traz o nome de duas mulheres, o que nos chama a atenção, visto que, nesse momento, elas não eram reconhecidas como cidadãs, pois não estavam autorizadas a se organizar politicamente e nem a votar. Além disso, esse documento traz a presença da maçonaria e de duas pessoas que utilizavam os codinomes “incógnito” e “assinante”. Acreditamos que essa ocultação de identidade se deva ao fato de que a ação de apoiar um jornal anticlerical era sinônimo de ir contra membros conservadores da cidade de Bragança.

Tal lista nos autoriza, por conseguinte, a conceber Jubert como participante de um

movimento mais amplo e articulado nacionalmente; vinculando-o, assim, às ideias anarquistas e libertárias presentes em sua trajetória, ainda mais considerando sua discordância às ações do Estado, da Igreja e da propriedade privada. A nota⁶³ em questão também trata da prisão de jornalistas que faziam uma conferência num local público, os quais sofreram repressão do Estado, por meio dos policiais.

A doação da LO de Bragança para colaborar com o jornal *A Lanterna* representou quase um terço do valor total arrecadado. Essa ação caracteriza a organização de um movimento numa esfera mais ampla, pois não se tratava de um caixa em prol apenas das necessidades de um grupo local, de seus sócios; pois beneficiava também um grupo (jornalistas) que estava na linha de frente do combate à violência. Isso denota a existência de subdivisões dentro de uma organização maior.

Na trajetória em Bragança, flagramos também a organização da LO de Bragança para a recepção na cidade de Belén Sárraga⁶⁴ (primeira mulher afiliada ao Partido Republicano Federal, oradora, propagandista anticlerical, escritora e publicitária), ou seja, uma conhecida conferencista que estava em turnê pelo Brasil⁶⁵. Sárraga, na ocasião, tratou dos seguintes temas: *A mulher e o Jesuitismo*, *Jesuíta e o porvir da América* e, *Ferrer e a Escola Moderna* (*A LANTERNA*, 06/05/1911, n. 85, p. 2). Tais ações corroboram com a compreensão da articulação nacional de Jubert.

A saber, Ferrer y Guardia embora não tenha sido o precursor na defesa da educação libertária, também chamada de racionalista, por se opor à religião e dar ênfase à ciência racional, desempenhou um relevante papel quando inaugurou a primeira Escola Moderna em Barcelona no ano de 1901, em oposição a escola tradicional. Ele possuía como ideais: a justiça, a liberdade, a igualdade e a fraternidade, as quais, segundo ele, só seriam atingidas através da educação (FERRER Y GUARDIA, 2010). Ele foi fuzilado em 1909, a mando do rei da Espanha, por divergir das ideias religiosas da época.

Segundo Leutprecht (2018) uma das maiores influências para Ferrer y Guardia, foi Paul Robin o pedagogo anarquista responsável pela organização do orfanato *Prévost*, que funcionava na cidade de *Cempuis*, na França, durante os anos de 1880 a 1894, nesse período Robin substituiu o ensino religioso por ideias de coeducação entre os sexos e pela educação integral

⁶³ *A Lanterna*, 1/04/1911, n. 80, p. 3.

⁶⁴ Nasceu em 10 de julho de 1872, no pleno Democrático Sexenio, filha de Vicente de Sárraga Rengel, maçom de ideias republicanas, natural de Porto Rico, e da jovem Valladolid Felisa Hernández Urgón. Fonte: <http://dbe.rah.es/biografias/49746/belen-de-sarraga-hernandez>

⁶⁵ Foram ainda divulgadas outras cidades vizinhas a Bragança, nas quais Sárraga também fez conferências, a mobilização para tais conferências contou com o apoio de lojas maçônicas.

com base nas ciências naturais.

Ainda conforme Leutprecht (2018, p. 54)

[...] para Francisco Ferrer y Guardia elaborar seu projeto de escola. Em carta enviada ao anarquista José Prat, Ferrer y Guardia (apud FARRÉ, 2006, p.96, tradução livre): “Meu plano é que a escola seja de ensino primário [...], mista, ou seja, meninos e meninas juntos como em Cempuis, e tal como, acredito que haverá de ser a escola do porvenir”.

Dentre outras escolas que influenciaram a Escola Moderna de Barcelona, de Ferrer y Guardia e também a Escola Moderna (n. 1) de São Paulo, foi a Escola Oficina (n. 1) de Lisboa, Portugal. A escola inaugurada em 1905, que se mantinha através do ordenamento maçônico do Grande Oriente Lusitano (LEUTPRECHT, 2018). O que talvez explique um pouco do vínculo entre anarquistas e maçons, embora possamos perceber que nem sempre se tratava de uma relação pacífica entre eles, conforme se observa a seguir:

A fase libertária da Escola Oficina N°1 está ligada à atuação dos educadores portugueses Luís da Matta e Adolfo Lima. Durante essa fase é marcante a relação, algumas vezes conflitivas, entre os diretores maçons e republicanos da Sociedade Promotora de Escolas e o corpo docente, formado, em grande parte, por anarquistas. Dentre os professores de orientação libertária destacam-se, além de Adolfo Lima, Deolinda Lopes Vieira, José Carlos de Souza e Emílio da Costa, que foi uma espécie de secretário pessoal de Francisco Ferrer y Guardia e teve participação na fundação da Liga Internacional pela Educação Racional da Infância. (LEUTPRECHT, 2018, p. 57)

Essa relação conflitante também foi flagrada entre Jubert e alguns membros da maçonaria de Bauru, local onde funcionava a Escola Moderna, da qual Jubert era professor. Assunto abordado mais adiante nesse mesmo capítulo.

Conforme pontuado mais acima, os temas discutidos por Sárraga, a anticlerical, eram explicitamente contrários às ideias conservadoras da igreja. Dessa forma, vale ressaltar que a conferência em Bragança foi apoiada por diferentes grupos sociais, conforme se lê a seguir:

Em reunião, domingo realizada às cinco horas da tarde, na sede social do Círculo Recreativo Italiano, aderiram a ideia de trazer-se Belén Sárraga a esta cidade, por intermédio de seus delegados que assinaram a acta da sessão, o Club Literário Recreativo, Societá Democrática Italiana de Mutuo Socorro, Sociedade Española 2 de Mayo, Grêmio Recreativo Sete de Setembro, Circolo Musical e Italiano Carlos Gomes, Loja Amor da Pátria, Circolo Recreativo

Italiano, Club dos Operários, Club Democrático Permanente [1908⁶⁶], Circolo Republicano Giuseppe Mazzini e Liga Operária. A comissão que então foi nomeada e que ficou composta de um dos delegados de cada associação presente, tem recebido muitas adesões. (*A LANTERNA*, 13/05/1911, n. 86, p. 2)

Esta nota demonstra que os grupos articulados tinham outros interesses para além da religião. Jubert foi um dos responsáveis por recepcioná-la (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 20/07/1911, n. 1626, p. 1-2).

Em nota divulgada no periódico *A Lanterna* (19/05/1911, n. 87, p. 2), há a informação de que cerca de mil pessoas aguardavam a conferencista na cidade de Bragança. A conferência aconteceu em 12 de maio de 1911, às 21h no Teatro Carlos Gomes. Belén Sárraga surpreendeu-se com a acolhida e, ironicamente, afirmou “[...] que não esperava que o povo bragantino prestasse tanta homenagem a uma amaldiçoada da Igreja e excomungada por todo o clero” (*A LANTERNA*, s/d⁶⁷/06/1911, n. 89, p. 4). Esse acontecimento também nos surpreendeu, pois não identificamos conflitos em relação a esse pronunciamento em nenhuma publicação da cidade, para além de dois jornais da época (*A Lanterna* e *Cidade de Bragança*).

De modo semelhante, não encontramos mais informações sobre Jubert, ou sobre as greves na cidade nos anos que seguiram, excetuando-se aquelas concernentes ao processo e às notas de jornal da cidade de cunho pejorativo, tal como se lê: “[...] dr. Delegado de polícia atendendo a representação, abriu inquérito sobre o facto, em segredo de justiça, e vai proceder com energia a fim de que sejam processados os delinquentes.” (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 22/12/1910, n. 1567, p. 1); dentre os delinquentes citados, estava Jubert. Ao investigarmos em outras fontes que não nosso corpus de pesquisa, identificamos que, em Bragança, há duas publicações sobre ele, mas de Bueno (2007) e a dissertação de Souza (2016). Já sobre a greve e Benedicto, identificamos apenas as publicações de Hall (1989; 2011).

Junto à LO de Bragança, Jubert criou possibilidades de interlocução com outros grupos de Bragança, com os quais partilhava algumas ideias, sem, necessariamente, constituir sólidos vínculos: do Club Literário Recreativo, da Societá Democrática Italiana de Mutuo Socorro, da Sociedade Española 2 de Mayo, do Grêmio Recreativo Sete de Setembro, do Circolo Musicale

⁶⁶A data de fundação do Clube coincidentemente remete ao mesmo ano da chegada de Joseph Jubert à Bragança (1908) e o fechamento com a data na qual ele vai para Sorocaba (meados de 1911). Percebemos a articulação de Jubert junto ao Clube no momento em que Bragança recepcionou Belén Sárraga, a conferencista liberal. Naquele momento, o nome foi divulgado como sendo: Club Democrático Permanente, sinalizando para uma substituição que acolhesse outros membros, mais fiéis a causa (*A LANTERNA*, 13/05/1911, n. 86, p. 2).

⁶⁷Está ilegível, mas pela sequência dos exemplares se trata do dia 03 de junho de 1911, portanto, das outras vezes que a nota foi utilizada, constou a data.

Italiano Carlos Gomes, da Loja Amor da Pátria, do Circolo Recreativo Italiano, do Club dos Operários, do Club Democrático Permanente, do Circolo Republicano Giuseppe Mazzine.

A constatação da oscilação dos vínculos entre tais grupos, pode ser flagrada na leitura de uma nota sobre a organização de uma passeata em Bragança em prol da memória de Ferrer y Guardia. Entretanto, é válido frisar que, nem todos os grupos que receberam a conferencista anticlerical Belén Sárraga participaram dessa organização, além de que alguns grupos deixaram de participar do evento, porque discordavam dos “fins políticos e anticlericais” que a tal passeata teria:

[n]o dia 13, primeiro aniversário do fuzilamento do agitador Ferrer, na Espanha, circularam nesta cidade muitos boletins convidando o povo para se reunir e fazer uma passeata em manifestação a memória do extinto espanhol. Esse convite era feito em nome das sociedades ‘Circolo Republicano Giuseppe Mazzini’, ‘Loja Amor da Pátria’, ‘Liga dos Operários’, ‘Circolo Recreativo Italiano’, ‘Grêmio Recreativo 7 de Setembro’, ‘Club dos Operários’, ‘Democrática Italiana’, bandas musicais ‘15 de Outubro’, ‘7 de Setembro’ e ‘Carlos Gomes’. Constando a última hora que essa manifestação visava fins políticos e anticlericais, as sociedades ‘7 de Setembro’, ‘Grêmio Recreativo 7 de Setembro’ e banda musical ‘15 de Outubro’, que não eram promotoras da festa [...], resolveram não comparecer [...] sendo para isso distribuído boletins, assignados pelos seus presidentes, convidando aos seus amigos a não tomar parte na manifestação. Devido a isso, ou seja, á impertinente chuva que caiu á noite, não se realizou a passeata projetada [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 16/10/1910, n. 1548, p. 1)

Desde o início, não constaram acima o Club Recreativo Literário e nem *Circolo Musical* e Italiano Carlos Gomes, os quais eram ligados ao advogado Asprino Jr., que defendia o padre no processo contra Jubert. Questões como essa, denotam um ambiente, por vezes, mobilizado por tensões e conflitos de interesses.

Ideias e circunstâncias nem sempre se mostravam favoráveis a Jubert, visto que ele foi tomado de surpresa quando soube que o processo do padre (1911) foi parar nas mãos do juiz de Piracaia. O mesmo, que já havia sido impedido de atuar no caso do *Boletim (a)*, e que, de acordo com Jubert, “cruzou o oceano” na tentativa de encontrar fatos semelhantes que justificasse condená-lo (A LANTERNA, 29/4/1911, n. 84, p. 4).

Como resultado disso, Jubert foi condenado a “[...] cinco meses e tanto de prisão e uma multa de quatrocentos e tantos mil réis” (A LANTERNA, 19/5/1911, n. 87, p. 2). Ele recorreu da sentença, apelando para o Tribunal da Justiça, mas, de acordo com Jubert, sua defesa foi dificultada por algumas pessoas ligadas ao padre. Na capital, reclamava-se a falta do processo, enquanto o tabelião local confirmava a postagem no dia 03 de maio, sendo que até o 18 do

mesmo mês não havia chegado ao tribunal em São Paulo (ibidem).

Sobre a condenação de Jubert, o jornal *Correio Paulistano*, que já havia feito críticas a ele, informou que o “juiz do direito dr. José Máximo Pinheiro Lima condenando um dos chefes da “Liga”, autor das injúrias [ao padre...], por esse motivo bateu as lindas plumagens, depois de ver confirmada a brilhante sentença [...]” (15/07/1911, n. 17226, p. 5-6).

Sendo assim, um último artigo escrito por Jubert em Bragança era uma mescla de desabafo, ironia e crítica sobre a sua condenação, momento em que pessoas vibraram a partir da sentença do juiz, o qual buscou diferentes meios para condená-lo. Jubert afirmou ainda que se tratavam de pessoas de moralidade questionável, de “consciências asfíxiadas”, que não possuíam uma ‘ideia clara e elevada’, conforme se lê em parte da nota:

Em Bragança

Peço desculpa ao público que me lê, se venho mais uma vez entretê-lo com assuntos que atestam o meu espírito rebelde que não respeita a *nobreza* de indivíduos que ainda nos momentos do santo furor contra os amores escandalosos dum sacerdote ‘amado e querido pelas Madalenas burguesas’, têm coração bastante para dar vivas e felicitações a um juiz que pronunciou uma iníqua sentença que me condenou a cinco meses de cárcere, e querem arredar de suas cabeças toda e qualquer sombra de suspeita. Só mesmo indivíduos que têm gasto o senso moral é que não se preocuparão com a iniquidade dessa sentença. Bem sei que minhas palavras não acham eco na gruta estúpida dessas consciências asfíxiadas. Pouco importa isso. Será, porém, este meu modo de agir um protesto lavrado na ata deste século contra todos os seus malignos intentos que envergonham o caráter da presente civilização. Ao mesmo tempo lego as futuras gerações o exemplo de fustigar os pretensos *ilustrados* e fazer-lhe ver que, além de pecar[...] por defeito de caráter, também pecam as mais das vezes por sua muitíssima ignorância; não é também somente a falta de consciência que os deturpa, mas sobretudo a falta duma ideia clara e elevada. (A LANTERNA, 03/06/1911, n. 89, p. 3)

Jubert era um militante do movimento operário que incomodava determinados segmentos da cidade. Em um trecho do mesmo artigo, destacou o descompasso de suas ideias em relação aos seus opositores no que corresponde à compreensão que tinham de liberdade, visto que, para ele, sua condição de vida era análoga a dos colonos, e sua batalha era contra a fome que imperava entre eles, conforme se verifica:

[...] os meus sonhos por mais loucos e disparatados que vos pareçam, são os átomos do ideal que flutuam dispersos pelos espaços imaginários, até que um dia se reunirão e se harmonizarão sob a forma de imperar talvez mais breve do que pensar. É assim que das nebulosas se fizeram os mundos. Juntar ao ódio que alimentam contra mim, por lutar pelo saneamento moral, uma boa dose de indignação por eu tentar resolver entre os deserdados da sorte o problema, não duma melhor formula de viver para cada um na comunhão de

todos; não ando pregando a tranquilidade de consciência, mas os meios de tranquilizar as barrigas. Pensar talvez que com a tortura de cinco meses de cárcere me quebraram a perna ou me taparam a boca? É uma pura loucura vossa. Que me importa a liberdade de caminhar e o direito de votar, quando não tenho a liberdade e o direito de comer o que quero? De que me aproveita essa liberdade que nossas leis me facultam, quando não posso ir ao mercado e comprar o que preciso? Vem, pois, que os vossos cinco meses de cárcere, serão para mim um motivo para reforçar cada vez mais a indignação contra a nossa corrompida sociedade egoísta e debochada. (A *LANTERNA*, 03/06/1911, n. 89, p. 3)

Jubert questionou o modo de organização social, a distorção de valores que eram disseminados, bem como propôs a urgência de uma sociedade democrática, de fato, coerente com os próprios ideais que nela continha, como se lê abaixo:

E se junto ao vosso ódio e indignação, vos salta o desejo de assassinar-me, podeis fazê-lo também que nenhum paraíso eu perco, ao contrário despojo-me das tribulações que me afligem a cada instante, porém, as minhas ideias frutificarão cada vez mais. E a vossa sociedade – máquina gasta e corrompida – deverá ceder o lugar a uma outra sociedade moderna, purificada de todas as impurezas dos vícios e das iniquidades dos vossos juízes. Do que serve uma sociedade como a nossa, que se diz organizada sobre as bases da liberdade e da igualdade e fraternidade, e dá entretanto privilégios a uns prepotentes, que abarcam a governança? Oh! É uma sociedade fraca e mentirosa que não tem ânimo de elevar-se a altura do seu ideal. O princípio democrático em sua pureza é a abolição completa de toda aparência de tiranias e privilégios ainda que queira mostrar-se as mais simples e inefáveis. *Joseph Jubert*. (A *LANTERNA*, 03/06/1911, n. 89, p. 3)

Após o longo artigo apresentado, verificamos que houve um silenciamento de meses sobre Jubert. Não encontramos mais informações, o que pode sugerir que ele estivesse escondido. Uma nota do *Correio Paulistano* (15/07/1911, n. 17226, p. 5-6) o acusa de fugir de Bragança, pois, se lá permanecesse, seria preso.

A trajetória de Joseph Jubert, consistiu, portanto, na organização da LO de Bragança junto a um grupo de trabalhadores, bem como na elaboração do ELO dessa instituição e, também, no objetivo traçado para a fundação de uma escola para os colonos. Devido a essa filiação, Jubert distribuiu o *Boletim (a)*, denunciando as precárias condições de vida dos colonos nas fazendas; articulou grupos locais a interesses nacionais do movimento operário; foi processado, e atuou como advogado em sua própria defesa. Ainda, escreveu alguns artigos que foram publicados no jornal paulista *A Lanterna*, conforme apresentamos no quadro organizado a seguir:

Quadro 1: Artigos escritos por Joseph Jubert no periódico *A Lanterna* (1910-1911)

| Título do artigo | Assunto geral | Data, edição e página |
|---|--|------------------------------|
| A LANTERNA NO INTERIOR: Em Bragança. | Conferência dos católicos criticando os livres pensadores | 17/12/1910, n. 62, p. 2-3 |
| Bragança | A repercussão da denúncia sobre o padre na cidade e o processo. | 14/01/1911, n. 66, p. 2 |
| Ameaças de violências e perseguições; Reboiço entre os graúdos e a carolada | Ameaça de morte a Jubert, a transferência do padre para Santos, e o boicote contra a Liga Operária | 21/01/1911, n. 67, p. 1 |
| Em Bragança | Jubert, na delegacia, ameaçado pelo delegado | 28/01/1911, n. 68, p. 1 |
| Bragança | Padre Leonardo e o <i>Boletim (a)</i> | 04/02/1911, n. 69, p. 2-3 |
| “LANTERNA” NO INTERIOR em Bragança | Sobre a tentativa do juiz de Piracaia de condenar Jubert | 29/04/1911, n. 84, p. 4 |
| Em Bragança | Sobre a condenação de Jubert | 03/06/1911, n. 89, p. 3 |

Fonte: organizado pela autora

Sobre a formação de Jubert, sabemos apenas que ele se declarou professor. No entanto, vale ressaltar o domínio que o mesmo tinha com a escrita, tendo em vista a clareza com que escrevia, a quantidade de artigos seus publicados e sua influência nos círculos socioculturais dos grupos locais e da capital na época pesquisada. Ser professor lhe conferia uma posição privilegiada perante alguns grupos a que ele estava ligado. Não encontramos nenhuma referência a sua formação, contudo constatamos distintas iniciativas e ideias publicadas que o ligam às questões relacionadas à educação.

Sua posição como secretário da LO de Bragança nos dá indícios de uma atuação bastante diversificada. Como editor do *Boletim (a)* em duas línguas (português e italiano), chamou a atenção de juristas, jornalistas, fazendeiros, clérigos, ou seja, do grupo político hegemônico da época. Entretanto, o mesmo fato, também o aproximou das camadas mais baixas da população local, visto que participou ativamente como líder e organizador de um dos primeiros movimentos grevistas já registrados na história da cidade de Bragança.

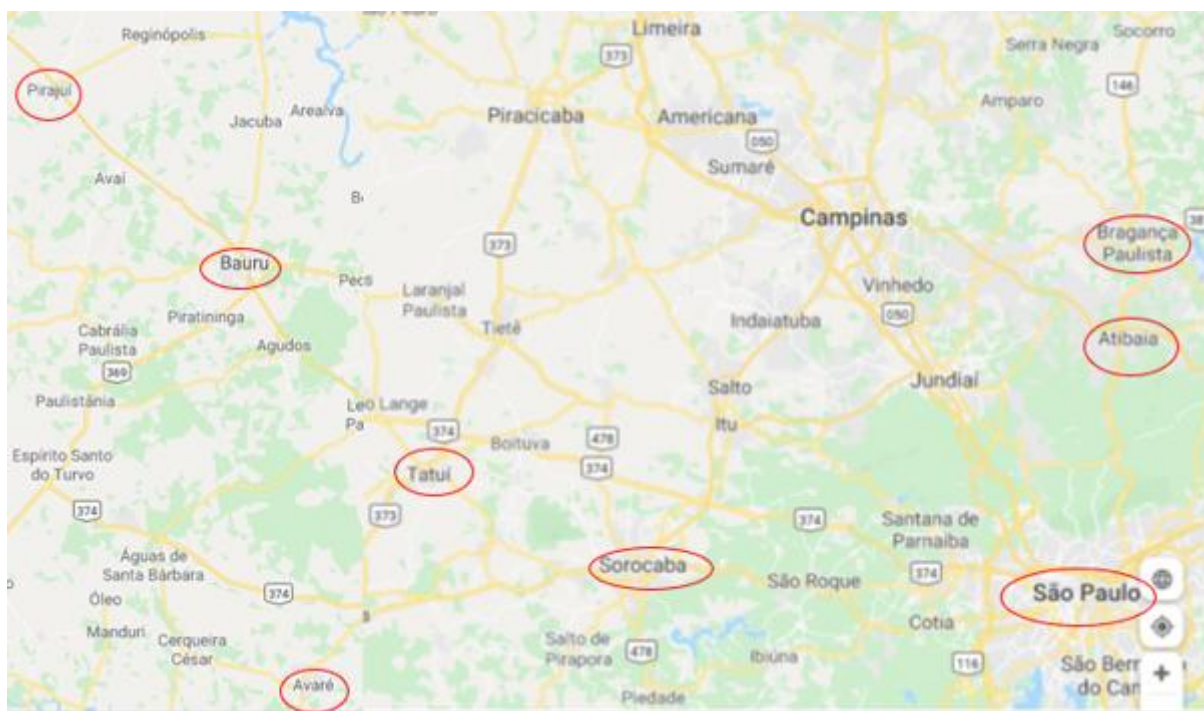
Considerado foragido da polícia local, novas pistas nos levaram para Sorocaba, onde encontramos as informações sobre o paradeiro de Jubert. Ao que tudo indica, ele permaneceu escondido durante sete meses. Possivelmente, após ir de trem de Bragança a São Paulo pela Estrada de Ferro Bragantina, e de São Paulo para Sorocaba pela Estrada de Ferro Sorocabana.

1.2. No rastro de Jubert, as estradas de ferro Bragantina e Sorocabana: o movimento operário no interior paulista

Longe de ser um movimento aleatório, a ida de Jubert a outra cidade do interior paulista, Sorocaba, núcleo urbano industrializado e em franca expansão no século XIX e início do XX (PINTO JR., 2003), talvez tenha sido motivada pela presença de membros do movimento operário naquela cidade, em particular, daqueles que eram ferroviários. Considerando esta possibilidade, nesta seção, a trajetória de Jubert será analisada na relação com o movimento operário, em franca conexão com aqueles situados em diferentes regiões do estado de São Paulo e do país, bem como com as referências sobre o que acontecia em outros países.

O mapa apresentado a seguir indica as cidades do interior paulista onde identificamos a presença de Jubert. Todavia, não conseguimos identificar com precisão, nas diferentes fontes documentais consultadas, aquelas em que ele morou e por quanto tempo viveu durante o período pesquisado.

Figura 2: Circuladas em vermelho no mapa, as cidades de Atibaia, Bragança, Sorocaba, Tatuí, São Paulo, Avaré, Bauru e Pirajuí que identificamos na trajetória de Jubert.



Fonte: Google Maps.

O mapa nos dá uma dimensão do espaço percorrido por Jubert durante sua trajetória como militante do movimento operário anarquista no período de 1900 a 1921. A partir de tal trajetória, focalizamos algumas ações do movimento operário em Sorocaba que nos chamaram

a atenção. Uma delas corresponde a duas listas, possivelmente, de doações em prol da Escola Moderna conforme se lê:

[a]s duas listas de subscrição do grupo Pró-Escola Moderna, remetidas por intermédio dos amigos F. Scaletti e José Nelli, já foram entregues ao tesoureiro dessa instituição [aos cuidados de M. Stefanelli]. O seu secretário está organizando as listas, que começaremos a publicar em breve. (A *LANTERNA*, 01/07/1911, n. 97, p. 4)

Tanto a notícia em prol da Escola Moderna, quanto a próxima sugerem indícios de que Jubert poderia estar atuando por lá⁶⁸, ou que pessoas que compartilhavam as mesmas ideais estivessem pela cidade, o que poderia sugerir que ali Jubert encontraria interlocutores. A outra nota em questão trata de uma reunião para a formação de uma Liga Operária, em Sorocaba:

[...] Uma comissão de pedreiros publicou um boletim (b) convidando a classe para uma reunião, que se realizará amanhã, domingo, às 2 horas da tarde, a rua Bom Jesus, 14, na qual serão discutidos os melhores meios de se defender os seus interesses e será tratada a fundação de uma liga operária. (A *LANTERNA*, 22/07/1911, n. 96, p. 3)

Vale ressaltar que a criação das ligas operárias era um dos procedimentos adotados para a organização dos trabalhadores assalariados.

Na sequência, flagramos uma notícia do movimento em prol da Escola Moderna com o título “Escolas Noturnas”, a qual foi publicada pelo jornal *O Operário* após menos de dois meses. A notícia se refere a um acordo realizado entre patrões e empregados das fábricas de tecidos de Sorocaba com a intenção de reforçar a educação proporcionada pelas escolas noturnas da Perseverança III. Nessa notícia, ainda flagramos a maçonaria próxima ao movimento operário em Sorocaba, como também já havíamos observado em Bragança.

Outra ação identificada foi o registro de uma greve, que, segundo a nota, terminou com a vitória dos trabalhadores contra os patrões. Segue o trecho abaixo:

Segunda-feira da semana finda, declararam-se em greve os operários da oficina de carpintaria do sr. Isac Pacheco, sita a rua da Ponte, n. 64. Aqueles nossos companheiros [... pediram] a redução [... de horas] e foram atendidos na justa reclamação. (*O OPERÁRIO*, 27/08/1911, n. 97, p. 342)

⁶⁸Com a saída de Jubert de Bragança, Benedicto Cardoso ficou responsável pela Liga Operária de lá (assunto tratado no Capítulo 2 desta tese) e, em julho de 1911, promoveu greves nas fazendas de café da região. No dia 22 de julho, essas greves já estavam terminando e Benedicto havia sido preso. Caso Jubert ainda estivesse em Bragança, provavelmente, teria ocorrido o mesmo com ele. Fato que reforça a ideia da presença de Jubert em Sorocaba.

Em diferentes notas identificadas e analisadas, encontramos a afirmativa de que a paz reinava em Sorocaba após a batalha travada por operários contra pessoas interessadas em politicagens, uma vez que estavam cientes de seus papéis como homens livres e poderiam votar em quem bem entendessem, livres de qualquer cabresto. Ademias, há um apelo: “[...] fazendo os mais ardentes votos para que os valentes Tecelões cumpr[issem] o seu dever, que é, formarem o mais breve possível uma “Liga Operária” (*O OPERÁRIO*, 27/08/1911, n. 97, p. 341). Na mesma edição, destaca-se a necessidade de um sindicato.

A nota sobre uma vitória pacífica dos operários chama atenção, na qual se lê que há:

[t]rinta e quatro dias fazem hoje que em Sorocaba se apreciou a colheita do primeiro fruto da união operária, no vasto pomar de uma batalha pacífica, onde não houve derramamento de sangue, nem canhões para amedrontar a quem quer que fosse. Foi concedido ao operariado que se achavam em greve, o seu justo pedido. O dia 1º de agosto ficará indelével em nossa retina. [...] (*O OPERÁRIO*, 3/9/1911, n. 98, p. 345)

Há de se considerar, entretanto, que trinta e quatro dias é um tempo longo de paralisação, ainda mais sem a interferência costumeira da polícia. Por isso, conjecturamos que existe a possibilidade de um envolvimento político, conforme se reclama na nota mais acima, uma vez que as ideias que circulavam no jornal *O Operário* não estavam alinhadas a todos os grupos que nele publicaram.

Muitas eram as temáticas discutidas por entre as páginas do jornal *O Operário* de Sorocaba, onde Jubert viria a assumir uma importante liderança após alguns meses. Dentre elas, está um artigo escrito por Augusto Cesar dos Santos argumentando sobre a razão de ser do sindicalismo. Num trecho, este afirma que:

[c]ada escola, cada partido, preconiza um sistema que assegurará, segundo os partidários, a transformação total da sociedade. Mas aqui começam as divergências. Uns proclamam o dogma da supressão da propriedade individual, do patronato e do salário. Outros, pretendem que não ha[ja] interesse algum em insistir em melhorias sociais, por parcelas, dado que conservam o estado atual e adormecem o proletariado; e necessário, dizem demolir esta sociedade apodrecida, substituindo-a por uma sociedade livre, federalista e comunista. Outros ainda, julgam que se podem, conquistar, sem tréguas, novas reformas, arrancando dia a dia dos capitalistas, uma parcela da riqueza [...] (*O OPERÁRIO*, 10/09/1911, n. 99, p. 347)

Augusto continua o seu artigo afirmando que a contradição entre coletivistas e anarquistas era irreduzível. Ele destaca que os coletivistas queriam deixar o privado nas mãos

do Estado e os anarquistas, mesmo sendo tutelados pelo Estado, queriam se ver livres de todas as leis e do governo. Sendo assim, as duas correntes nunca poderiam unir todos os membros do sindicato, porque não havia acordo entre eles (*idem*).

De fato, existia um confronto de ideias entre os sindicatos (revolucionário e reformista). Mas é necessário considerar que, segundo Ghiraldelli Jr. (1987), a disseminação das ideias libertárias no Brasil se deu a partir I Congresso Operário (doravante I COB), em 1906⁶⁹. Ou seja, apenas cinco anos antes do momento em questão. E foi, então, que se organizou o movimento operário, sob a influência de teorias e práticas das lutas de classes ocorridas no mundo, a partir do qual identificou-se que o analfabetismo dominava as classes trabalhadoras, sendo necessário promover a educação libertária.

Na sequência, identificamos uma ‘vitória sem combate’, pois “[o]s srs. Ferreira & Comp. Proprietários da casa de arreios [...], satisfazendo um pedido dos seus dignos empregados concederam às 9 horas de trabalho” (*O OPERÁRIO*, 18/09/1911, n. 100, p. 351). Seguidamente, houve uma reunião de tecelões, da qual participaram 300 pessoas, a qual foi presidida por um ilustre companheiro convidado, o qual não teve o nome mencionado, para tratar da fundação de uma Liga.

Passada uma semana da reunião, o indicado como secretário da LO de Sorocaba proferiu as seguintes palavras:

Nas minhas ‘vaporosas’ de hoje eu me licito agradecer ao distinto operariado sorocabano a eleição do meu obscuro nome para secretário da ‘Liga Operária Sorocabana’. Declaro aos que me elegeram que eu de procurar vencer todos os sacrifícios, cumprir o meu dever. (*O OPERÁRIO*, 24/09/1911, n. 101, p. 352)

As notas em questão mostram que as ações, em Sorocaba, em torno do movimento operário já eram ativas. Sobre o trecho acima, é possível ainda depreender que não há a identificação do responsável pela fala (“a eleição de meu obscuro nome para secretário”), o que nos leva a supor que Jubert possa ser tal pessoa.

Outro indício que corrobora com essa suposição é a atuação dele como professor da Escola Moderna, a qual pertencia justamente à LO de Sorocaba, como consta em um artigo acerca da ocasião de uma quermesse, momento em que se articulava formas para arrecadar fundos para a instituição: “fecha[ando] as séries de discursos o ilustrado professor da Liga

⁶⁹Ocorrido na Rua da Constituição, 30/32, no Rio de Janeiro, no Centro Galego, iniciado no dia 15 de abril de 1906 e encerrado em 22 de abril, no teatro Lucinda, ao som da Internacional.

Operária Sr. Joseph J. Rivier⁷⁰ [...] proferiu uma vibrante peça oratória” (*O OPERÁRIO*, 24/03/1912, n. 126, p. 429).

Hipotetizamos que, se o seu obscuro nome não podia ser citado devido à ordem de prisão, ele, ardeiramente, passou a utilizar o sobrenome de sua mãe: Rivier, assunto que trataremos mais adiante. Nesse caso específico, foi necessário subverter a ordem para se manter livre.

Jubert foi contratado pelo jornal *O Operário*, sendo bem recepcionado e elogiado conforme publicação, a seguir:

[t]emos a grata satisfação em comunicar aos nossos queridos leitores que entrou para o corpo de colaboradores⁷¹ d’Operário, o ardoroso publicista, e vibrante orador, Snr. Joseph Revier atualmente professor da Liga Operária de Sorocaba. Joseph Revier é um nome bastante conhecido nas lides da imprensa Operária, lutador franco leal e desinteressado. (*O OPERÁRIO*, 14/04/1912, n. 128, p. 435)

A partir de então, Jubert começou a colaborar intensamente com o jornal *O Operário*, produzindo diferentes artigos e, mesmo em Sorocaba, ainda produziu artigos para o jornal paulista *A Lanterna* conforme se observam no quadro abaixo e a seguir:

Quadro 2: Artigos escritos por Joseph Jubert em Sorocaba

| Título | Temas | Data, edição, página |
|--------------------------|-----------------------------------|------------------------------|
| Votorantim | Direito; Justiça; Polícia | 14/04/1912, n. 128, p. 434 |
| Pelo Campo do Direito | Estado; Burguesia; Liberdade | 21/04/1912, n. 129, p. 438 |
| 1º. de maio | Comemoração; Cientistas | 01/05/1912, n. 130, p. 440 |
| Amor Horrível | Crítica ao autor de uma carta | 03/05/1912, n. 131, p. 443 |
| Resposta ao anonimato | <i>Boletim</i> (d) sem assinatura | 12/05/2012, n. 132, p. 447 |
| Os olhos dela | Carta de amor | 19/05/1912, n. 133, p. 450 |
| Não posso calar | Crítica a alguns operários | 02/06/1912, n. 135, p. 455 |
| A Vida, a Alma e a Morte | Explicação aos alunos | 23/06/1912, n. 138, p. 464-5 |

⁷⁰A grafia do nome apareceu tanto como *Rivier* quanto *Revier*.

⁷¹Peres (2004), em sua dissertação, mencionou Jubert como um dos colaboradores do jornal. Ferreira (2009) também fez menção ao momento e a outras ocasiões.

| | | |
|--|---|----------------------------|
| Votorantim | Aniversário de Avelino | 23/06/1912, n. 138, p. 465 |
| Os crimes policiais | Morte de um operário | 01/09/1912, n. 146, p. 489 |
| Os crimes policiais | Acusação contra o delegado | 08/09/1912, n. 147, p. 489 |
| Ao Governo Federal, ao Governo do Estado e ao Povo | Protesto contra prisão e tentativa de assassinato contra ele | 27/10/1912, n. 154, p. 512 |
| A Lanterna no Interior | Gerente da fábrica Eugenio Mariz | 02/11/1912, n. 163, p. 3 |
| Aviso | Mudança de endereço da União Operária | 03/11/1912, n. 155, p. 516 |
| A polícia sempre ao serviço dos parasitas | Críticas ao delegado | 10/11/1912, n. 156, p. 518 |
| A Lanterna no interior | Conferência de Cerchiai e tentativa de assassinato contra Jubert. | 16/11/1912, n. 165, p. 4 |
| O meu processo | Processo contra Jubert | 22/12/1912, n. 162, p. 538 |
| O processo | Processo contra Jubert | 22/12/1912, n. 162, p. 539 |
| Carta aberta ao Camarada Francisco Marino | Conferência de Finocchi em Bragança | 22/12/1912, n. 162, p. 539 |
| Em Sorocaba Uma fita do Século XX (A Lanterna) | Tentativa de deportação de Jubert | 28/12/1912, n. 171, p. 3 |

Fonte: elaborado pela autora

Os temas discutidos por Jubert variavam entre críticas a alguns capitalistas da cidade, ações da polícia, a função do direito, ou tratavam de questões relacionadas aos operários, aos alunos da escola, às comemorações; continham ainda desabafos, versavam sobre relações pessoais, dentre outros assuntos. Suas temáticas privilegiadas se dividiam, sobretudo, entre liberdade e denúncias, sobre a exploração: “Por definição, [um] homem de ideias [...] que se deixa ler por suas publicações [...]” (DOSSE, 2015, p. 361).

Nesse sentido, Jubert não escondia o seu lado subversivo, pois, mesmo quando afirmou que era “[...] sempre linda e puríssima a face duma causa justa quando triunfa[va] sobre todas as iniquidades que se lhe antepõem [...]” (*O OPERÁRIO*, 01/05/1912, n. 130, p. 440), tratou de salientar que, apesar do derramamento de sangue e dos cadáveres que se fazia, era necessário

enfrentar; desse modo, o futuro ainda dependia da resistência dos operários. Tal posicionamento, de alguma forma, o aproximava de alguns que compartilhavam das mesmas ideias, conforme se observa neste trecho:

Nessa ocasião, vários oradores discursaram, entre eles, membros da Liga Operária: Jubert, Luiz de Mattos, Eladio Antunha, Dr. Passos Cunha, Antônio Leite, crianças da escola mantida pela Liga, e Pedro S. de O. Mesquita, um dos colaboradores do jornal e amigo dos operários. (*O OPERÁRIO*, 03/05/1912, n. 131, p. 444-445)

Todavia, algumas situações poderiam ter afastado Jubert de outros operários, que não partilhavam das mesmas ideias, pois após Jubert escrever um extenso artigo referente ao primeiro de maio (dia do trabalho), vários conflitos foram registrados, alguns deles serão discutidos no capítulo três⁷². Entretanto, um exemplo disso se refere a uma crítica emitida pela *União Operária* de Sorocaba destinada a alguns operários que planejavam fazer um piquenique no dia primeiro de maio, data destinada aos mártires que perderam suas vidas lutando por dignidade. Nessa ocasião os operários, entendidos como despreocupados com a causa, foram chamados de “rebotalhos da espécie” (*O OPERÁRIO*, 03/05/1912, n. 131, p. 444).

Por motivo da tal ofensa a esses operários, uma discussão foi travada pelas páginas do mesmo jornal. Jubert assumiu a responsabilidade da crítica sob tais operários, embora ele tenha se tornado o secretário geral da UO de Sorocaba num momento posterior, quando substituiu Álvaro Nunes, durante uma assembleia na qual trataram de diferentes assuntos, conforme se lê abaixo:

União Operária

Realizou-se no dia 2 do corrente a Assembleia mensal. Sendo apresentado o balancete geral, inclusive o inventário dos bens pertencente a União; sendo [...] aprovado. Posto em discussão a seguinte tese: “Deve a União Operária manter suas veladas mensais constante de conferências, quermesse e baile?” As opiniões manifestadas na discussão foram diversas e contraditórias, resolvendo porém no fim, manter as festas de 60 em 60 dias. Por deliberação da Assembleia foi nomeado cobrador geral o Snr. Augusto Valério.

A mesma Assembleia deliberou nomear uma professora adjunto para auxiliar a administração do ensino as alunas o qual já se funcionando. Perante a Assembleia exonerou-se do cargo de Secretário Geral o companheiro Álvaro Nunes, que durante 6 meses desempenhou brilhantemente, empregando todos os seus esforços e sua atividade a bem da União. Foi nomeado para substituí-lo o professor da Escola Joseph J. Rivier. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. (*O OPERÁRIO*, 09/06/1912, n. 136, p. 459)

⁷² Discordância de Jubert em haver piquenique no dia 1º de maio – dia do trabalho (*O OPERÁRIO*, 03/05/1912, n. 131, p. 444); críticas a Jubert como professor (*O OPERÁRIO*, 01/05/1912, n. 130, p. 441); críticas de Jubert à operários quando apedrejavam moças na saída da escola (*O OPERÁRIO*, 02/06/1912, N. 135, p. 455);

Sendo assim, se Jubert por um lado, estava envolvido em tensões e conflitos com tais operários, por outro lado, ele estava muito envolvido com o movimento operário, tanto que assumiu a secretaria da UO de Sorocaba. Inclusive, essa situação ocorreu num determinado momento, em que aparentemente poderia estar faltando dinheiro em caixa, visto que foi discutido se as festas mensais seriam mantidas e, também deliberado um cobrador, indicando possivelmente atraso nas mensalidades.

Jubert para além das suas atribuições como professor, articulador e conferencista, editor do jornal, secretário da UO de Sorocaba, teve seu nome publicado em uma nota intitulada *Declarações de protesto de solidariedade* contra a prisão do operário Francisco Calvo⁷³, conforme se verifica em nota abaixo:

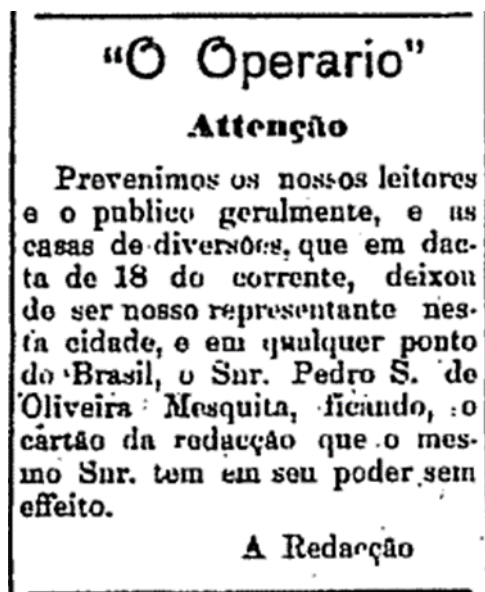
A União dos Trabalhadores em Calçado recebeu ofícios da Federação Espanhol, desta capital, da Federação Operária e do Sindicato dos Sapateiros, do Rio, e do Comitê do Partido Socialista, com sede no Rio, protestando contra a brutalidade sem nome cometida pela polícia com o operário Calvo e patenteando-lhe ao mesmo tempo a sua franca solidariedade. As nossas mãos vieram ter também diversos protestos, dentre os quais podemos mencionar os seguintes:

Um longo e sentido ofício da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café, do Rio, comunicando-nos a moção que a respeito foi aprovada na sua assembleia de 25 do mês findo, por proposta do operário José de Castro; Uma vibrante carta dos operários J. J. Rivier, A. Marques e P. P. de Oliveira, de Sorocaba, e outras duas dos companheiros Augusto Fonseca, desta capital e Pedro B. Matera, do Rio. (*A LANTERNA*, 9/06/1912, n. 142, p. 3)

Junto a toda atividade de Jubert, o identificamos em um momento mais descontraído, quando acompanhou Pedro Mesquita de Oliveira, outro colaborador do jornal *O Operário*, até à festa de aniversário de Avelino de Oliveira, em Votorantim. Em agradecimento ao convite, Jubert publicou um artigo referindo-se ao aniversariante como um bom camarada, dentre outras questões, relatou detalhes da festa e também de sua visita ao clube da cidade (*O OPERÁRIO*, 23/06/1912, n. 138, p. 465). Entretanto, no mesmo dia em que Jubert havia publicado o artigo de agradecimento, foi também publicado o desligamento de Mesquita daquele jornal, conforme se vê a seguir:

⁷³ O mesmo operário que mais adiante será libertado e aparecerá ao lado de Jubert discursando num outro protesto.

Figura 3: Nota de demissão de Mesquita



Fonte: *O Operário*, 23/06/1912, n. 138, p. 465

Mesquita após o seu desligamento, do qual não sabemos o motivo, migrou para o jornal *Cidade de Sorocaba*, e publicou um artigo comentando a sua saída. Não tivemos acesso ao artigo escrito por Mesquita, no entanto, tal artigo gerou repúdio por parte do redator do *O Operário* que escreveu uma nota intitulada *Em represália*, nela verificamos:

Lendo a *Cidade de Sorocaba* de 27 do corrente, deparamos com um artiguete, na secção paga do mesmo, da lavra do Snr. Pedro Mesquita, no qual não podemos deixar de dar a necessária resposta. A declaração do Sr. Mesquita não tem valor algum, porquanto ela representa não uma despedida da nossa redação, mas sim um insulto próprio de quem não reflete aquilo que fez. A sua pouca idade provavelmente é o móvel de tudo isso. O nobre operariado de Sorocaba que não se iluda com as promessas do Sr. Mesquita, pois, se se iludirem, não se queixem depois do que lhe possa resultar. Trabalhamos em uma folha de combate em prol dos oprimidos e nesse posto temo-nos mantido e havemos de vencer, custe o que custar. Quanto ao aparecimento de mais um novo colega, seja bem-vindo! Mas os valentes companheiros não poderão sustenta-lo, porque com certeza o seu redator [...é] um verdadeiro chefe político e não um defensor da classe operária, como se intitula, o que podemos provar com artigos da sua lavra que temos em nosso poder e motivaram a sua retirada do “Operário”. Aí fica pois, a nossa primeira e única resposta. *A Redação.* (*O OPERÁRIO*, 30/06/1912, n. 139, p. 468)

A saída de Mesquita, do *O Operário*, nos causou estranhamento, embora ela pareça ter apenas motivação política e, ranço do editor, a partir dela notamos a ausência de Jubert, no que tange os artigos escritos por ele, e, sobre ele durante um período de dois meses, o que significa

um fato incomum, já que até então, ele estava em intensa atividade. Portanto, a saída de Mesquita do jornal talvez tenha gerado tensões nas relações entre Jubert e o jornal *O Operário*. Uma hipótese que justificaria tal tensão, seria Jubert ter tomado partido de Mesquita, que na sequência aparece discursando ao seu lado. Contudo, nada se confirma.

Passado esse tempo, de dois meses, notícias sobre Jubert no jornal *O Operário*⁷⁴ voltaram a aparecer, inclusive o jornal *A Lanterna*⁷⁵ tratou do mesmo assunto. Elas faziam menção a protestos contra a violência policial paulista. Uma das notas afirmava que Jubert junto com Mesquita (que foi desligado de suas atividades de *O Operário*), Francisco Calvo (que esteve preso anteriormente) e Thereza Perez (a mulher que se tornaria sua futura esposa em alguns meses) haviam sido os oradores de um grande comício e ao final mais de 1.500 pessoas assistiram a sessão de propaganda, conforme se lê em um trecho abaixo:

Grande comício contra as violências policiais

Organizado por um grupo de operários, no domingo, 15 do corrente, às 7 horas da tarde, no Pavilhão Sorocabano desta cidade, reuniu-se grande número de trabalhadores para lançar um solene protesto contra as barbaridades e crimes que a polícia paulista tem praticado. Todos os oradores verberaram com energia os atos criminosos que os sequazes do Santo Ofício policial vêm praticando desde há tempos contra os trabalhadores. Depois de falarem os companheiros Oliveira Mesquita, F. Calvo, J. Revier e T[h]ereza Perez sobre os casos Rossoni, Vacirca, Calvo e a recente greve de Santos, em que foram expulsos do território nacional quatro honestos operários sem motivo algum, passaram a expor os fatos da Serra de S. Francisco, onde uma infame autoridade mandou assassinar o inditoso trabalhador Damásio Atanes Justo, que não tinha cometido nenhum crime para merecer tão dura pena. [...] Dissolvida esta reunião, foi improvisada nas imediações da praça de touros uma sessão de propaganda, a qual assistiram operários em número superior a mil e quinhentos. (*A LANTERNA*, 21/09/1912, n. 157, p. 3)

Em um desses protestos, num domingo, Jubert foi preso arbitrariamente, fato que o deixou enfurecido. Ele, então, escreveu um artigo informando que devolveria o título da guarda nacional, abriria mão do título de eleitor e da condição de cidadão para se declarar rebelde contra todas as leis, decretos e sanções. Jubert não se conformava com o fato de alguém, em pleno exercício de seu direito, ser preso e quase assassinado a pedido de um gerente de fábrica (*O OPERÁRIO*, 27/10/1912, n. 154, p. 512). A prisão, todavia, declinou, porque os trabalhadores lá presentes protestaram (*A LANTERNA*, 26/10/1912, n. 162, p. 3).

⁷⁵Publicado em 07 setembro 1912 n. 155 p. 3 e 21/09/1912, n. 157, p. 3

⁵⁵Publicado em 22/09/1912, n. 149, p. 498

Coetâneo a tal contraponto, três operárias divulgaram as ideias de Jubert nessa mesma fábrica e ao padre, o que parece ter aumentado o clima de tensão em Sorocaba. Esse acontecimento nos fez supor que ele tenha sido demitido, como apresenta a nota:

As três irmãs que representam o mundo, o diabo e a carne na fábrica de S. Rosalia, por serem namoradas dos padres, deram o desespero contra o nosso companheiro Rivier, e uma delas disse vai contar para o seu bem que é o vigário, na primeira confissão, enquanto as outras bateram a língua durante a semana dentro e fora da fábrica. Ah carolas sem vergonha! (*O OPERÁRIO*, 10/11/1912, n. 156, p. 519)

Outra nota complementa a nossa hipótese:

Os operários acreditando [n]as mentiras do tal impostor Cretella, resolveram fazer um protesto contra um nosso colaborador que trabalhou na mesma fábrica e que foi despedido por [ser] anar[qu]ista. (*O OPERÁRIO*, 24/11/1912, n. 158, p. 524)

Sendo assim, as ditas mentiras de Cretella pontuadas acima consistiam na generalização da crítica, disseminando a ideia de que o jornal *O Operário* estaria contra os operários. A situação ficou mais nítida quando há uma publicação informando que um grupo de operários da fábrica Soares & Irmãos foram até a sede do jornal *O Operário* para avisar que Fernando Cretella esteve na fábrica coletando assinaturas num papel em branco, e que essas assinaturas foram parar numa carta protesto publicada no jornal *Cruzeiro do Sul*⁷⁶ (*O OPERÁRIO*, 17/11/1912, n. 167, p. 523).

A carta foi entregue ao advogado Dr. Octávio, o qual redigiu o protesto no espaço deixado em branco propositalmente para esse fim. Nela constava que os operários estavam satisfeitos com os patrões e desafiavam o *O Operário* a provar o que disseram, se não quisessem se passar por caluniadores. A resposta ao protesto foi aceitar o desafio, afirmando que não recuariam, além de chamarem o advogado de “Dr. trampolineiro e mistificador de protesto”, pois o “[...] advogado honesto é um precioso e essencial instrumento de administração da justiça e descobridor da verdade” (*O OPERÁRIO*, 24/11/1912, n. 158, p. 524). No caso, esse endossou a mentira.

A carta protesto era só o início da briga do advogado Dr. Octávio com Jubert. O jornal *O Operário* assim anunciou: “Leiam no próximo número “Um bacharel toma o título de Dr. para nos processar” (*O OPERÁRIO* 01/12/1912, n. 159, p. 528). Com o título, de “O nosso

⁷⁶Jornal da capital de São Paulo que, comumente, defendia a elite.

processo”, consta que o advogado “[...] voou pelas regiões dos sofismas” e lavrou um termo com os seguintes dizeres “[...] quer para isso chamar a responsabilidade o seu autor, para esmagar essa calúnia, digo essa audácia atrevida de atassalhamento a honra e a dignidade alheia” (*O OPERÁRIO* 07/12/1912, n. 160, p. 530-531). A calúnia correspondia ao fato de ter sido chamado de trampolineiro e mistificador.

Na nota que se descreveu esse processo, constou que a fama desse advogado, quando consultaram dois jurados que já haviam estado no tribunal do júri, era de que “[...] esse bacharel quando acusa [...] é um verdadeiro carrasco e quando defende, quer por força fazer crer [...] que o réu é inocente, embora tenha o próprio réu confessado o crime na polícia, no sumário de culpa e perante o tribunal do Juri” (*O OPERÁRIO*, 07/12/1912, n. 160, p. 530-531).

Tratava-se, portanto, de um momento tenso. No registro sobre a reunião da UO de Sorocaba, no relato sobre a apresentação do balanço do período, o qual Jubert esteve à frente, bem como sobre a discussão de outros assuntos, consta que:

[o] Secretário da União também apresentou a sua exoneração, considerando que suas ideias anticlericais eram mal compreendidas pelos operários queria evitar qualquer descontentamento na classe, por isso pedia a nomeação dum outro companheiro. Ao terminar as suas argumentações vários sócios protestaram pela sua exoneração. Submetido a votação foi aprovado unanimemente para que o mesmo retirasse o pedido de exoneração. Apresentou exoneração do cargo da Comissão Executiva José de Lima, Nicola Cianfloni e um outro companheiro que nos foge o nome. A assembleia porém não aceitou a exoneração [...] (*O OPERÁRIO*, 07/12/1912, n. 160, p. 531)

Por certo, as ideias de Jubert não impactavam apenas o ambiente fabril, conforme pontuado acima, mas incidiam também sobre a UO de Sorocaba, que era mantida por seus associados. No entanto, o resultado da reunião mostrou-se positivo para Jubert, já que o seu pedido de exoneração não foi aceito, mesmo tendo sido chamado a se explicar num processo motivado pela desavença com o advogado Dr. Octávio, conforme consta:

O nosso companheiro Jubert, foi intimado terça às 5 horas e meia da tarde para se apresentar quarta ao meio dia a fim de se ver processar por suposto crime de injúrias. Jubert se apresentou [...e como] acusado alegou que a lei determina que as intimações devem ser feitas no mínimo 24 horas antes da audiência a fim de que o acusado possa preparar a sua defesa [...]. O digno magistrado [...adiou] o seguimento do processo para a próxima audiência. O promotor [amigo do advogado] ofendeu-se visto contra o seu quixotesco parecer e pede ao magistrado para fundamentar o seu parecer. Este caso é virgem nos anais do judiciário do país em processos como este, que o promotor só cabe acompanhar e nenhum ato pode exercer e muito menos impor o seu capricho. O íntegro magistrado aconselhou-o, porém, que desistisse do intento que nada

adiantava [...] (*O OPERÁRIO*, 15/12/1912, n. 161, p. 533)

Como ocorrido em Bragança, em Sorocaba, também vemos o alinhamento de alguns grupos no encalço de Jubert, pois, ao mesmo tempo em que ele foi processado pelo advogado e estava sendo perseguido pelo gerente da fábrica Mariz, a organização católica publicou uma nota no jornal *Aurora* proibindo os católicos de contribuírem com jornais que hostilizassem a igreja, dentre eles *O Operário* conforme se lê:

Aproxima-se o tempo de se reformar as assinaturas de jornais e revistas: os católicos são proibidos de contribuir com o seu dinheiro e com o seu prestígio para a manutenção de jornais e revistas que hostilizam a Santa Igreja Católica. É bem de se notar a campanha de difamação movida contra a Santa Igreja e seus dignos ministros por alguns jornais e revistas de S. Paulo e Rio, notadamente O Estado de S. Paulo, Gazeta de Notícias, O Malho, e aqui em Sorocaba O Operário que tantos males procura fazer aos operários incutindo-lhe a péssima semente do anarquismo. (*AURORA* cf. *O OPERÁRIO*, 15/12/1912, n. 161, p. 534)

Tal ação desencadeou a interrupção do jornal durante meses. Sobre o processo contra Jubert, considerando todas as audiências e recursos, levou-o à prisão em abril de 1913, conforme se lê: “[f]oi hoje transcrita na seção-livre do ‘Cruzeiro do Sul’, a notícia que enviamos ao ‘Correio Paulistano’ sobre a condenação do anarquista Joseph Jubert” (*CORREIO PAULISTANO*, 2/4/1913, n. 17.849, p. 4).

Dentre vários jornais que discutiram a prisão de Jubert, estavam *A Época* (n. 275, 282, 283), *A Voz do Trabalhador* (n. 29, 33), *A Lanterna* (n. 188, 195, 198, 200, 201, 202, 203), *Correio da Manhã* (n. 5212, 5213), *Germinal* e *Barricata* (edição especial), *Germinal* (n. 7), *Terra Livre* (n. 19) sendo alguns nacionais e outros internacionais. Foi, inclusive, nesse momento, que Jubert foi tratado como sendo “*el terrible* anarquista” (*DIÁRIO ESPAÑOL*, 22/8/1913, n. 1.438, p. 4). Denominação deste capítulo um.

Jubert ainda percorreu outras cidades do interior paulista, pois, de acordo com o jornal *Correio Paulistano*, que frequentemente lançava críticas a ele, consta que, além de ele ter fundado a LO de Sorocaba, agitou várias greves na mesma cidade e, também, em Tatuí, localizada a 64 quilômetros de distância (13/04/1913, n.17.860, p. 4). Mairinque foi outra cidade da região por onde Jubert circulou. Na ocasião, foi convidado como jornalista para cobrir um piquenique da sociedade *Seis de Janeiro*. Lá estavam representantes dos jornais *O Operário*, *O Cruzeiro do Sul* e o *Cidade de Sorocaba* (*O OPERÁRIO*, 22/12/1912, n. 162, p. 537).

Ele também foi contratado como agente e correspondente do jornal *A Rebelião*⁷⁷, na cidade de Avaré (1914). Era, entretanto, um momento delicado, visto que, ao sair da prisão estava doente, além de que, tinha constituído uma família. Nota-se, portanto, uma ausência de fontes anteriores a essa data, durante quase um ano. Contudo, ele emitiu um parecer sobre o cargo que iria ocupar conforme se lê:

Aceitando com prazer o cargo de agente e correspondente do novo baluarte que pugna pelo ideal anarquista, sinto-me entretanto bastante fraco para orientar os leitores e convence-los a uma luta sem tréguas, contra o maldito Estado burguês, que domina em toda parte. Parece até ridículo que o povo não compreenda e não se tenha rebelado contra o estado permanente, de fome e de miséria. Haverá, entretanto, seres humanos que desconheçam o direito que lhe assiste ao banquete da vida? Todos os homens a qualquer região ou zona que pertençam, tem o mesmo organismo anatômico [...], todos nascem das entranhas da mulher [...]. Não há privilegio; as leis da natureza são iguais para todos. Qual é pois o motivo, duns morrerem de fome ao lado de outros que rebentam de indigestão? Qual é a causa do povo contemplar toda a sorte de iniquidades, injustiças, explorações que degradam e aviltam o ser humano, sem se revoltar? J. J (A *REBELIÃO*, 17/06/1914, n. 6, p. 4)

Na sequência de Avaré, localizamos Jubert em Bauru (1914) e, no mesmo ano, uma publicação denominada *Núcleos da Vanguarda, em Bauru (São Paulo)*, nos chamou a atenção, pois, em períodos mais tensos de muita violência policial contra os anarquistas, a organização só poderia ocorrer de forma velada, conforme se lê:

Grupo dos Jovens Libertários – Com esta denominação, fundou-se em Bauru um núcleo de propaganda. As suas reuniões realizar-se-ão em lugares de antemão designados, sendo as suas resoluções apenas conservadas na memória dos seus componentes (A *LANTERNA*, 24/10/1914, n. 266, p. 3).

Em 1914, Jubert já estava atuando como professor da Escola Moderna de Bauru. No entanto, chamamos a atenção para uma nota, na qual identificamos que a escola funcionava na sede da maçonaria e, que, portanto, aponta a proximidade dos anarquistas com os maçons nessa cidade também. Entretanto, a escola é perseguida por alguns membros da ordem maçônica, e Jubert denuncia essa conduta, conforme se lê:

Alguns irmãos da ordem não apreciam o qualitativo de árvore que já deu fruto. Será talvez porque ainda está produzindo alguma coisa digna de mencionar, mas que desabona um tanto a sua ordem, embora alegue[...] que nada tem a ver a ordem com os atos de seus irmãos (A *LANTERNA*, 13/02/1915, n. 274, p. 3)

⁷⁷Outra nota da mesma edição do jornal (17/06/1914, n. 6, p. 4).

Jubert refere-se à escola que ele estava à frente há pelo menos um ano, e afirma que alguns membros da ordem maçônica não estavam gostando de a escola estar funcionando naquele espaço, embora a instituição alegasse que nada tinha a ver com os atos individuais de cada um daqueles que pertenciam à ordem. Mesmo assim, Jubert questiona a ordem maçônica de forma tenaz como se observa:

Este modo de ver é contrário ao bom senso; se não vejamos: Existe na Maçonaria uma disciplina geral observada sem aniquilar a liberdade individual. A sua missão é regularizar, moderar, prevenir, reparar e pôr termo a todos os conflitos e dos desvios dos seus membros que a compõem. Este procedimento é indispensável a todas as sociedades humanas que querem permanecer com vida. Em Bauru, porém, alguns irmãos da ordem maçônica têm perseguido a Escola Moderna por todos os meios que lhes tem sido possível. Esta escola iniciou as suas aulas na sala da loja e logo um dos seus membros, horrorizado pelo ensino racionalista, não descansou um momento enquanto não viu a escola no olho da rua. A Sociedade ‘Luz’ arranhou a da Dante Alighieri, e como os irmãos da ordem se baralham também nesta sociedade, o sr. Marchioni propôs a desocupação da sala; o redator do [jornal] *Tempo* ameaçou mais tarde atacar a escola pela imprensa. E é a Maçonaria que nos devia favorecer na difusão da luz, da verdade e do bem! Que contraste tivemos das consciências que nos perseguem!... Nós desejamos saber em que parte do mundo, a não ser em Bauru, os maçons combatem o ensino racionalista (A *LANTERNA*, 13/02/1915, n. 274, p. 3)

O artigo em menção é uma confirmação do que já apontamos em Bragança, quando tratamos das oscilações nos laços constituídos por Jubert, pois lá algumas instituições também não eram parceiras em todas as ações. Jubert salientava, assim, sua indignação sobre o modo de agir da maçonaria, indicando inclusive existir uma parceria mais sólida entre eles. Entretanto, há de se considerar que “[...] o senso comum [...] percebe a Maçonaria enquanto uma instituição monolítica e unitária. Na realidade, além das especificidades nacionais, o que se descobre é uma Maçonaria marcada por algumas cisões internas” (BARATA, 1997, p. 567).

Quando lemos os artigos de Jubert, percebemos um homem inconformado com as contradições que entrecruzavam as relações socioculturais e políticas do país e do mundo. Notamos que ele não poupava esforços para denunciar os abusos e as violências que acometiam a sua vida e a dos trabalhadores como um todo. O que fica claro ainda é a sua confiança na educação, pois ele retoma o seu posto como professor nas diferentes ocasiões, dividindo esses momentos com a sua subjetividade quando se apaixona.

Na sequência, partimos para outras possibilidades de ler a história de Jubert, um sujeito plural, que viveu intensamente a paixão, se casou, teve filhos paralelamente a sua militância, dentro do movimento operário anarquista.

1.3 Mudanças que decorrem das escolhas: Jubert e Thereza

Jubert, quando professor da Escola Moderna da LO de Sorocaba (1912-1913), conheceu Thereza, uma operária para quem ele ministrou aulas de francês e se apaixonou, conforme demonstra a declaração misteriosa publicada no jornal *O Operário*, que leva o título *Os olhos d'ella* abaixo:

Todas as tardes quando sigo para o labor quotidiano, onde um número de criaturas me atendem para administra-lhe a arte de exprimir os pensamentos: quase sempre encontro uma pequena fada que se dedica ao estudo do idioma da minha origem. Não sei, porém, que impulso superior as minhas forças que atraí-me, a luz magnética dos seus olhos parece um ímã que me impele a fitá-la e porquê? – Porque os seus olhos são dois mensageiros do amor! Pegureiros de sonhos d'uma eterna primavera cheia de vida que parece convidar-me com seu cortejo de flores e risos, a tomar uma vereda estelífera que ela singra por entre as ilusões de uma aurora. E no seu olhar de vividos clarões parece que sinto ver a eleita de minha alma, feita de estrelas esplendente e de alvoradas irisante que tudo quer confessar-me com o seu meigo sorriso. Oh! É na retina dos seus olhos luminosos e feiticeiros que eu leio como se fosse um livro de amor, as suas aspirações juvenis, os seus ideais floridentes e risonhos: e leio neles ansiosamente, como se eu sorvesse [...] o néctar delicioso dos seus [...] lábios [...] de carmim. E no traçar estas linhas, sinto, todavia, a doce impressão do seu olhar, que para mim, um cantar de pássaros, semelhante ao arrulho de uma pomba amorosa que me fala de amor numa linguagem muda que só eu compreendo! Parece-me ouvir todas as vezes que a vejo, – Recitar os fulgores crepusculares e baladas grácil e dum afeto acrysolado que faz desaparecer da minha alma todo o tédio duma vida solitária. E quando tenho a ventura de fitá-la, sinto minha alma inundar-se de luz e de prazer é, como que unido a ela por um só pensamento, fugimos até perdermos de vista pela etherea região da fantasia: pela via láctea dos sonhos sorridentes, colhendo flores cor da esperança, e cantando as melodias dum amor misterioso no idioma de Voltaire. J. J. Rivier (O OPERÁRIO, 19/05/1912, n. 133, p. 450)

As palavras escritas sugerem que os dois já estavam apaixonados e Jubert não escondeu que sua vida seria mais feliz ao lado da sua amada, pois existia o tédio de uma vida solitária. A fotografia a seguir, registra o casal:

Figura 4: Joseph Jubert e sua esposa Thereza. s/l. s/d.



Fonte: Acervo digital da autora.

Essa fotografia foi cedida por Ivan Guimarães Jubert, o neto de Jubert, não sabemos qual o momento em que ela foi tirada, mas trata-se de uma imagem em branco e preto, que foi alterada com cores, num momento posterior. Nela Thereza usava um vestido, colar e carregava um buquê de flores nos braços; Jubert vestia terno com colete, camisa, gravata e usava bigode.

Observamos que Jubert, movido pela paixão por Thereza, dedicou um tempo para protestar uma carta de amor, escrita por Mário (aparentemente um desconhecido dele), à sua ‘pequena’ sobre as ‘falsas promessas dos homens’. Em seu protesto, escreve que essa analogia do amor é incabível, impensável e afirma que:

O amor, essa grande lei eterna da conservação da espécie; o amor que é atração instintiva na reprodução das gerações de todos os seres vivos: o amor que é a grande fonte das mais belas manifestações da vida a começar da arte: o amor que sempre teve o mais absoluto e completo entusiasmo das apoteoses como criação da vida: é hoje reduzido pelo Snr. Mario de Oliveira – frágil como o bronze, terrível como procella, medonho como o ciclone e forte como o tufão amassado com a pureza da inocência. Não isso não pode passar sem um solene protesto. J. J. R. (*O OPERÁRIO*, 03/05/1912, n. 131, p. 443)

Curiosamente, a primeira vez que notamos Thereza foi na mesma edição do jornal que

constava o protesto, pois lá havia também a nota sobre uma festa organizada pela UO de Sorocaba. Nela, constava uma sessão literária aberta por alguns oradores e, na sequência, os temas abordados por algumas operárias, dentre elas Thereza Peres que tratou da revolução social do México (*O OPERÁRIO*, 26/05/1912, n. 134, p. 453).

Após alguns meses, Thereza já aparece discursando ao lado de Jubert e de Paulo Budorsem – ex-secretário do sindicato dos sapateiros de São Paulo – contra as sentenças de morte dadas a José Ettor – representante da Federação dos Trabalhadores Industriais – e a Arthur Giovannitti – redator do jornal *El Proletário* de Nova York. Os dois, presos há muitos meses em Massachusetts, estado norte-americano (*O OPERÁRIO*, 01/09/1912, n. 146, p. 489), o que sinaliza que o movimento operário tinha articulações para além do país.

Só em Sorocaba, foram dois protestos. No segundo, ocorrido no salão da UO de Sorocaba, Thereza apareceu discursando ao lado de Jubert e de Galileu Lara, ex-professor oficial do México e membro do Comitê Revolucionário (*A LANTERNA*, 07/09/1912 n. 155 p. 3). A participação de Thereza a coloca numa relação horizontal com os homens, algo que não era comum na época, além de também demonstrar a parceria do casal prosperando.

Jubert, na condição de conferencista e articulador do jornal *O Operário*, em Sorocaba, além de processado pelo advogado Octávio, foi ameaçado de ser expulso do país em um momento de muita perseguição aos anarquistas, a qual teve respaldo na Lei Adolfo Gordo de 1907. Tanto o promotor como o delegado pediam a sua expulsão do país mesmo, segundo a nota, Jubert era casado com uma brasileira (*O OPERÁRIO*, 22/12/1912, n. 162, p. 540). O que nos revela o pouco tempo que ele e Thereza levaram para confirmar a união civil.

Nada consta que Jubert tenha sido expulso do país, mas ele foi preso e levado para São Paulo. Thereza com a família foram até a cidade para tentar visitá-lo, porém em vão, pois na delegacia omitiram a prisão de Jubert naquele momento. Somente “[...] após dois meses de absoluta incomunicabilidade, pode Jubert ser visitado na Penitenciária. [...] por] sua dedicada companheira, [e] alguns parentes [...]”⁷⁸ (*A LANTERNA*, 5/6/1913, n. 198, p. 2). Passados pouco mais de um mês da visita, ela protestou contra a prisão (*A LANTERNA*, 19/07/1913, n. 200, p. 3).

Pelas análises dos documentos, não foi possível depreender alguma informação sobre a família de Thereza, todavia, de acordo com Ivan, o seu neto, em uma conversa informal, soubemos que ela morou na casa dos pais de Ivan quando este ainda era criança e, de acordo

⁷⁸Informações que já possuíamos durante a dissertação, embora não soubéssemos como havia inicia esse relacionamento.

com as memórias de Ivan, foi seu avô Jubert quem a ensinou a ler, e, como esposa de um conferencista, tornou-se uma oradora.

O cárcere de Jubert durou quatro meses. Nesse período, Thereza estava grávida. Assim que Jubert foi libertado, recebeu a notícia de que seu primeiro filhinho havia nascido⁷⁹ (*A LANTERNA*, 23/8/1913, n. 205, p. 3). O casal não ficou apenas no primeiro, eles tiveram seis filhos, conforme podemos observar na foto abaixo:

Figura 5: Joseph Jubert, Thereza e seus seis filhos. s/l. s/d.



Fonte: Acervo digital da autora

Não temos informações do momento em que essa foto foi tirada, não tendo, por isso, como precisar a idade das crianças. Pela fotografia, observamos que os trajes das três filhas são muito semelhantes ao da mãe; eles parecem que foram feitos com o mesmo tecido. Todas as crianças estão organizadas próximas a Jubert e a Thereza.

De acordo com as memórias de família relatadas a Ivan por alguns de seus tios, Jubert educou todos os filhos em casa. Ele também ministrava aulas particulares para alunos em sua casa. Uma lembrança de Ivan é que sua avó Thereza lia em voz alta, um hábito comum para a

⁷⁹Outra informação que já possuíamos durante a dissertação era a do nascimento do primeiro filho.

Através da foto do título de eleitor, observamos que Jubert estava com 57 anos, era morador da cidade de Pirajuí, casado e possuía a profissão de professor. Durante os anos de 1916 e 1917, identificamos que ele atuava como professor de instrução particular na cidade de Bauru. Em 1918, a informação é de que ele possuía um colégio infantil em Pirajuí. Novamente o localizamos como professor de escola particular em 1921, último momento em que temos registro sobre ele (ALMANAK LAEMMERT, 1916-1921).

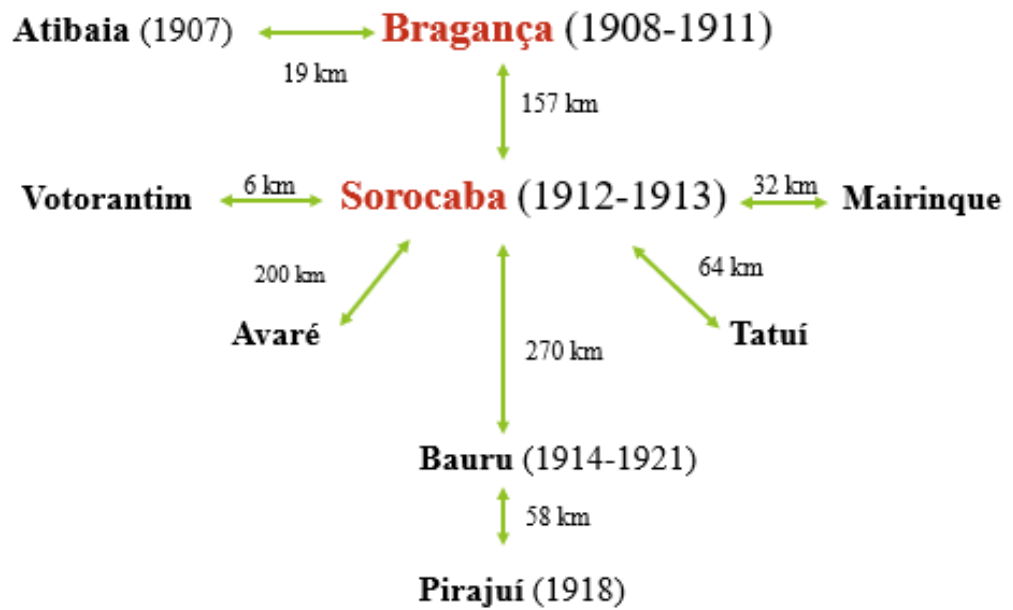
Neste capítulo, concentramo-nos em traçar um panorama geral da trajetória de Jubert, com a intenção de mostrar a pluralidade de suas ações, sem, contudo, discuti-la de forma ampliada; assim o faremos nos demais capítulos. Vale ressaltar que os conflitos nos quais Jubert se envolveu estavam todos atrelados a sua visão libertária, e, que o fato de dois processos, um em Bragança e outro em Sorocaba, serem dados como improcedentes, sugerem as distintas visões de mundo que permeavam a justiça do país.

Dessa maneira, a perseguição que se forma em torno de Jubert e as denominações que lhe foram atribuídas por alguns jornais (*Cidade de Bragança, Correio Paulistano, Diário Espanhol*), eram condizentes com uma visão conservadora predominante na época, na qual se tratava a questão social como caso de polícia. Visão essa que se chocava com os propósitos de Jubert dentro do movimento operário anarquista, como professor e articulador da imprensa libertária, que protestava contra a repressão, a violência e ainda ironizava os seus representantes.

Na página a seguir, disponibilizamos um esquema almejando ilustrar a trajetória de Jubert por entre as cidades que margeavam as estradas de ferro do interior paulista, nas quais encontramos os rastros dele por entre textos publicados em jornais, registros pessoais e memórias familiares que envolveram este professor, anarquista, orador, pai e avô.

Em vermelho, foram destacadas as cidades em que esse professor anarquista esteve envolvido com os movimentos de paralisação dos trabalhadores, como no caso de Bragança e de Sorocaba, onde ele foi processado. As setas verdes indicam as distâncias percorridas por Jubert, revelando o mesmo percurso que era realizado pelas estradas de ferro Bragantina e Sorocabana, passando por Bauru, Pirajuí, onde seus rastros desaparecem definitivamente.

Figura 7: Esquema que mostra o percurso percorrido por Jubert entre os anos de 1907 a 1921



Fonte: Elaborado pela autora.

CAPÍTULO 2. A FACE OCULTA DE BRAGANÇA: JUBERT NA RELAÇÃO COM OS COLONOS, AS GREVES E A PRISÃO DE BENEDICTO CARDOSO

Uma leitura e pesquisa mais atenta, nos permiti esquadrihar uma face oculta de Bragança, que silenciou tensões e conflitos durante seu mais longo período histórico. Não pelo fato de sua parca importância, já que as análises nos mostram uma grande mobilização em torno de tais tensões e conflitos da época, mas sim pelo fato de que, a história memorialística possivelmente privilegiou fatos que enalteceram apenas os grandes feitos tais como a produção de café; os nomes de alguns políticos, os quais se tornaram memoráveis nomes de ruas e praças e; ainda uma versão história da cidade como aprazível e pacífica.

Cidade na qual não havia espaço para os homens comuns – os colonos, que dificilmente poderíamos ler sobre suas histórias de vida nos livros, revistas ou jornais, com exceção daqueles momentos em que apareciam nas páginas policiais, já que as greves por melhorias de salários também eram tratadas como casos de polícia; nem sobre a perspectiva de escola libertária interrompida; nem sobre aqueles que foram perseguidos, presos e sofreram violência física, ao confrontarem o poder dominante. Mas uma cidade que por fim e, a seguir, se mostrou heterogênea, pulsante, conflituosa e ainda cheia de emaranhados à espera de serem desvelados.

2.1. O contexto sociocultural de Bragança, a Liga Operária e seus associados

Neste momento, apresentamos o contexto sociocultural que recobre as duas primeiras décadas do século XX de uma cidade do interior do estado de São Paulo, chamada, na atualidade, de Bragança Paulista. Suas origens estão na Vila Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, fundada em 1763. Somente em 1856, passou a se chamar Bragança (MARTINS e LAURITO, 1943) e, em 1944, teve acrescentado ao seu nome o adjetivo Paulista.

Com a abolição da escravatura⁸² e a proclamação da República⁸³, no final do século XIX e início do século XX, as cidades passaram a conviver com as drásticas transformações provocadas pela modernidade (SEVCENKO, 1998; COSTA; SCHWARCZ, 2000; LUCA, 2005; BRESCIANI, 1982), dentre elas a industrialização, a modernização urbana, a crescente circulação de impressos periódicos e das fotografias.

⁸²13 de maio de 1888.

⁸³15 de novembro de 1889.

Bragança, na virada do século, acolheu diferentes construções como o Mercado Público, em 1887 (GODOY, 2019), o Teatro Carlos Gomes, em 1898, o Matadouro, em 1898, o Hospital de Isolamento para Tuberculosos, em 1898, o Asilo de Mendicidade, em 1909 e o Sanatório para Preservação dos Filhos de Tuberculosos Pobres, em 1913 (BUENO, 1993).

A cidade ainda contou com a criação de outras instituições: o Clube de Escravos, em 1881; os diferentes grupos de carnaval; a Sociedade D. Italiana de Socorros Mútuos, em 1891; a Sociedade Italiana Fratellanza, em 1898; o Clube Artístico e Recreativo dos Operários, em 1896; a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, em 1900; a Sociedade Democrática Recreativa Italiana, em 1908; o Clube dos Permanentes, organizado por operários, em 1908, e o Clube dos Lavradores⁸⁴, em 1911 (BUENO, 1993).

A construção da ferrovia e a implantação do telégrafo na cidade também ocorreram no final do século XIX, no ano de 1884. Essas inovações implementadas na cidade mudaram de vez a percepção das pessoas sobre as distâncias que estavam acostumadas a caminhar e o tempo que levavam para chegar a um determinado lugar. A ferrovia permitia o trânsito rápido das pessoas e das cargas. O telégrafo possibilitava a comunicação entre as pessoas e a circulação de notícias. Tais alterações propiciaram a emergência da sensação de aceleração do tempo e de encurtamento das distâncias por conta do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação que surgiram naquele contexto (BUENO, 1993).

O município, em meados do século XIX, era economicamente ativo, pois produzia e exportava diferentes gêneros alimentícios em quantidade superior à das cidades de São Paulo, Guaratinguetá, Cunha, Taubaté, Mogi das Cruzes, Jundiaí, Franca, Capivari, Constituição (Piracicaba), Araraquara, Sorocaba, Itapetininga, Paranaguá, Santos e outras (MARTINS; LAURITO, 1943).

Essa economia ativa do município é marcada por uma cisão entre os grupos políticos, pois de acordo com Medeiros (2013, p. 47)

Em Bragança, enquanto havia parte do partido republicano que apoiava a Glicério (e pelas colocações no jornal local fica patente o posicionamento glicerista de Manoel Carneiro, editor do jornal O Guaripocaba e depois do jornal A Notícia), havia a força política de Teóphilo Leme, que era salista.

Ainda conforme Medeiros (2013, p. 49)

⁸⁴Organizado em decorrência das greves na cidade, as quais foram encabeçadas por Benedicto Cardoso de Oliveira, o qual se tornou secretário da Liga Operária após Jubert sair da cidade.

Essa cisão, entre glyceristas e salistas ficou de tal forma incontornável que, no dia 7 de outubro de 1897, toda a diretoria do partido republicano renunciou à gerência do mesmo. Nessa reunião decidiu-se tornar o Club não mais de cunho político, mas sim cultural, mudando o nome dele para Club Literário e Recreativo de Bragança. Algumas semanas depois, o presidente do extinto Club Republicano, coronel Teóphilo Leme, se retira para sua fazenda.

Bragança possuía um solo fértil e propício para a cafeicultura (ISHIZU, 2009), o que garantiu a riqueza de alguns dos proprietários⁸⁵ de terra local. Grande parte da produção local concentrava-se nas mãos de poucos fazendeiros, como pode-se observar nas referências trazidas pelo *Almanach Paulista* (1918, p. 301):

Arthur Rodrigues de Siqueira, 282 mil pés de café; Cel. Affonso Olegário Ferreira Pinto, 248 mil pés; José Vieira da Silva, 207 mil pés; Anna Emília Ferreira Cintra, 185 mil pés; Francisco de Assis Gonçalves, 149 mil pés; Cel. Jacintho Osorio de Locio e Silva, 139 mil pés; Carlos Sarti (herdeiros), 139 mil pés; Antônio Manoel Gonçalves, 125 mil pés; José Ferreira Pinto, 125 mil pés; Cel. João Evangelista G. Leme, 117 mil pés; Felipe Rodrigues de Siqueira (herdeiros), 102 mil pés; João de Camargo Aranha, 100 mil pés; Norberto Ferreira; Norberto Ferreira Barbosa, 97 mil pés [...]

Dentre os fazendeiros citados, estão Affonso Ferreira, Felipe Rodrigues de Siqueira, Norberto Ferreira (e outros não mencionados acima), os quais reclamaram da distribuição do *Boletim (a)* realizada por Jubert na cidade e, também, constaram como testemunhas no processo contra Jubert.

Em meio a todas essas recentes mudanças, temos a chegada dos imigrantes para trabalhar nas fazendas de café em substituição ao trabalho escravo, mas enquanto,

[o] nosso “exótico” [país] mostra[va] um cenário colorido e chamativo que ofusca[va] as chocantes desigualdades sociais. Estas se justificariam pelo país ser selvagem, pelo índio e o negro comporem uma raça impura. Concepções autoritárias com vestes científicas, como a eugenia⁸⁶ – preconizava o melhoramento da raça –, iriam ganhar um espaço cada vez maior em nosso país, como solução para se atingir o progresso. Mais do que atraso, o que se evidencia[va] é uma sociedade com alto grau de exclusão social. (KUHLMANN JR., 2001, p. 29-30)

O que significa que a substituição de uma mão de obra por outra não garantiu uma

⁸⁵Os quais possuíam “elegantes palacetes” no centro da cidade (ALMANACK DE BRAGANÇA, 1900, p. 153).

⁸⁶Ramo da Genética, criado por Francis Galton, que teve como objetivo estudar as condições que permitiriam que se melhorasse as qualidades físicas e morais dos indivíduos, para garantir gerações futuras sadias, especialmente, no que diz respeito ao controle social do matrimônio. Eugenia significava ser bem nascido. Teorias iniciadas nos Estados Unidos que expandiram para outros lugares do mundo no final do século XIX (DEL CONT, 2013).

sociedade mais equitativa, muito pelo contrário, segundo Costa e Schwarcz (2000, p. 11) “[...] o projeto republicano [...] vendia uma imagem de modernidade – e a lembrança recente do sistema escravocrata, [...], marcada pelas relações de ordem pessoal, violenta e na qual vigorava um profundo preconceito em relação ao trabalho braçal”.

Conjecturamos que tal cenário impulsionou a permanência de Joseph Jubert em Bragança, visto que ele contestava os avanços do capitalismo por meio da organização dos colonos trabalhadores das fazendas da cidade. Assim, consideramos que as transformações no modo de vida não interferiram apenas na economia, mas também foram determinantes para a mudança sociocultural, na qual, segundo Benjamin (1987a, p. 119):

[f]icamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’. [...] A tenacidade é hoje privilégio de um pequeno grupo dos poderosos, que sabe Deus não são mais humanos que os outros; na maioria bárbaros, mas não no bom sentido. Porém, os outros precisam instalar-se, de novo e com poucos meios. São solidários dos homens que fizeram do novo uma coisa essencialmente sua, com lucidez e capacidade de renúncia. Em seus edifícios, quadros e narrativas a humanidade se prepara, se necessário, para sobreviver à cultura.

Através do *Boletim (a)* distribuído na cidade, Jubert denunciou a ocorrência da exploração do trabalho dos colonos em Bragança e em demais fazendas do estado de São Paulo. Tal situação de precariedade já havia ecoado em alguns países europeus, conforme se lê em um trecho do texto que compunha a versão em português do documento:

Uma voz de indignação se faz ouvir por toda parte, contra todos os exploradores do trabalho, contra todos os verdugos dos humildes colonos, que lutam de sol a sol, para adquirir misero pedaço de pão banhado de suor e amassado pelas fadigas dum exército de fúria que vivem todavia sob o regime da mais negra escravatura e da maior crueldade dos fazendeiros escravocratas, que a tanto tempo vem inaugurando nas fazendas um regime de multas e de prepotentes arbitrariedades, sem nunca visar o fim.
Contra esse procedimento infame a França, a Itália e a Espanha (ultimamente Portugal) em fim toda a Europa latina, proibiram a emigração oficial para o nosso País como um dos mais eloquentes protestos contra o vandalismo que impera nas fazendas do nosso Estado de São Paulo (*BOLETIM a*, frente, 1911)

De acordo com Hall (1989), em 1902, a Itália proibiu a imigração para o Brasil devido à situação de miserabilidade em que se encontravam os colonos. Hall (1989), após analisar vários periódicos brasileiros, ressaltou a realidade degradante dos trabalhadores neste país, onde muitos deles conviviam com a falta de higiene, com doenças mentais, com o alcoolismo. Além

das condições sanitárias e econômicas em que viviam os imigrantes, havia ainda os abusos e as violências sofridas por parte dos proprietários e administradores das fazendas de café (MUNAKATA,1981; BATALHA, 2000).

Diante disso, acreditamos que uma série de motivos trouxe Jubert à cidade e o fez permanecer nela. Dentre esses motivos, a exploração do colono, o desenvolvimento econômico da região e da ferrovia, bem como o processo crime contra ele aberto em Atibaia alguns anos antes.

Conforme adentramos nas questões mais singulares da cidade, notamos outros conflitos, tal como o assassinato de Justiniano Cunha. A matéria original foi publicada em 1904, pelo jornal *Tribuna* e replicada em 1911, pelo jornal *A Lanterna* de SP, quando este último anunciou que Justiniano foi vítima de assassinato, pois, ao protestar contra a perseguição que sofria durante anos, apareceu morto. O autor da notícia ainda questionou outro assassinato e três agressões, conforme se lê a seguir:

Quantos vivos não terão merecido os assassinos que vitimaram Justiniano da Cunha!

Há anos também foi ao jantar, entre vivos, que combinaram o assassinato de Antônio de Campos; á a luz do dia, foram agredidos o menino Franco a chicote, e J. Lisboa a tiros; *num hotel, ao clarão do sol, foi também golpeado a bengala o dr. Brandão*, e todos esses atos são considerados de – pura civilização – porque o tribunal do júri esqueceu-se da sua nobre missão (*A LANTERNA*, 11/02/1911, n. 70, p.2-3)

Em Bragança, as condições de precariedade se estendiam às crianças. Na cidade, havia um Sanatório⁸⁷, fundado em 1909, que acolheu cerca de 200 crianças, filhos de tuberculosos pobres. O objetivo do Sanatório era receber as crianças, oferecer cuidados médicos e educar (*A CIGARRA*, 1918, n. 97, p. 14). A tuberculose era apenas um dos problemas da época. Na cidade, também foram identificados casos de suicídios⁸⁸, por vezes, ligados justamente às enfermidades e ainda aos casos de acidente de trabalho⁸⁹.

Em termos de educação e instituição escolar, Bragança foi uma das cidades privilegiadas com a construção do grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá⁹⁰, construído em 1908 (MEDEIROS, 2013) com uma arquitetura imponente, o qual fazia parte do projeto republicano paulista, já

⁸⁷Foi capa de uma revista publicada no Rio de Janeiro, de circulação nacional *A Cigarra* em 1918.

⁸⁸*CIDADE DE BRAGANÇA*, 25/9/1910, n. 1542, p. 2; *CIDADE DE BRAGANÇA*, 29/9/1910, n. 1543, p. 2; *CIDADE DE BRAGANÇA*, 28/11/1909, n. 1457, p. 2

⁸⁹*Cidade de Bragança*, 28/7/1910, n. 1525, p. 2

⁹⁰Registra a existência desde 1897, funcionando em uma casa velha e alugada, até que, em 1908, ficou pronto o novo prédio (MEDEIROS, 2013).

que, de acordo com Teive e Dallabrida (2011, p. 19):

No Brasil, a escola primária graduada foi introduzida no sistema público de ensino, no início da República, de forma pioneira no Estado de São Paulo. O regime republicano instituiu a federação, de modo que os estados-membros mais abastados tiveram vantagens econômicas, políticas e culturais. O Estado de São Paulo, diferenciado pelo vigor da economia cafeeira e pelo diferencial da mão de obra assalariada da massa imigrante, incrementou a industrialização, tornando-se o Estado mais empreendedor e rico da federação brasileira. No campo educacional, os republicanos paulistas implantaram reformas com o intuito de construir um inédito sistema de ensino que contribuísse, de forma decisiva, com a produção do cidadão idealizado pelo novo regime político.

Além desse grupo escolar representando a República (1889) recém fundada, havia vinte e uma cadeiras de instrução primária, três colégios particulares (um deles pertencia a José Guilherme que era do mesmo grupo que pertencia Manuel Carneiro, editor do jornal Guaripocaba, o qual defendeu o nome de José Guilherme para patrono do segundo⁹¹ grupo escolas da cidade), duas escolas noturnas dentre elas uma maçônica⁹² e uma instituição religiosa⁹³ que provia a educação para um grupo de alunos (*ANNUARIO DE BRAGANÇA*, 1902).

Junto ao novo prédio do grupo escolar, na área central urbana de Bragança, também estava a igreja matriz e o prédio da Câmara Municipal. Já em 1908, segundo o *Cidade de Bragança* (29/03/1908, n.1.285, p.2 cf. Medeiros, 2013, p. 75-6) no que tange a educação havia:

Escolas Estaduais, na cidade:

1 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, todas providas; 1 curso noturno, não provido; 1 Estação, masculina, provida; 1 Estação, masculina, provida; 1 Matadouro, masculina, provida

Nos bairros

1 Arraial, criada com o nome de Arrozal, masculina, provida; 1 Araras, mista, provida; 1 Passa Três, masculina; 1 Pedra Grande, masculina; 1 Pitangueiras, masculina; 1 Ponte de Jaguary, masculina; 1 Agua Comprida, masculina; 1 Morro do Lopo, masculina; 1 Bocaina, masculina, provida; 1 Biriçá, masculina, criada com o nome Biriçá; 1 Mãe dos Homens, mista; 1 Agudo, masculina (*sic*); 1 Rio Abaixo; 1 Campo Novo; 1 Ponte Alta; 1 Estiva do Agudo, masculina; 1 Campestre, masculina; 1 Guaripocaba, masculina; 1 Tuyuti, mista, provida; 1 Boca da Matta, masculina; 1 Pantano, masculina e feminina; 1 Itapechinga, mista, provida. Total: 31.

⁹¹ Sobre a história do segundo grupo escolar consultar a dissertação de Franceschi.

⁹² Inaugurada em 1899 com 20 alunos (*ANNUARIO DE BRAGANÇA*, 1902).

⁹³ Ligada ao padre Leonardo Gioiele.

Dentre as trinta e uma escolas mencionadas, dezoito delas eram especificamente masculinas e, apenas dez delas possuía professor em atividade.

O corpo docente inicial do grupo escolar, (anteriormente a construção do seu prédio próprio, em 1908) era composto pelos seguintes professores: Hermínia Villaça, Maria Paula Domingues Marcondes, Georgina Furquim Leme, Leonor dos Santos Costa, Henrique Gaspar Midom (diretor da escola noturna maçônica local), Theofilo Lopes da Silva, Arthur Ribeiro de Oliveira e Joaquim Pereira da Costa (*ANUARIO DE BRAGANÇA*, 1902).

O contexto sociocultural urbano ainda contava com a sede da LO de Bragança, a qual propunha a criação de uma Escola Moderna. Para Jubert a educação libertária prezava por ideias e valores com vias de se atingir uma sociedade livre, para tanto ele afirmou que

[o]s homens que vivem pelo ideal, vivem pela justiça e pelo bem, suceda o que suceder, contra tudo e contra todos. [...] O fim da natureza humana é chegar à sua máxima perfeição de liberdade e de independência. (A LANTERNA, 14/01/1911, n. 66, p. 2)

Ainda segundo Jubert “[o] Estado como arma da burguesia, cambaleia diante do látego da crítica racional que lhe movem os espíritos revolucionários e rebeldes, o qual são para a liberdade o que as escolas primárias são para a ciência” (*O OPERÁRIO*, 21/04/1912, n. 129, p. 438).

As Ligas Operárias começaram a surgir no Brasil quando alguns países da Europa proibiram a imigração. Elas tinham o objetivo de organizar os trabalhadores rurais e urbanos para a resistência contra a exploração, uma vez que as condições de trabalho e os salários dos colonos nas fazendas eram degradantes⁹⁴, independentemente dos momentos da alta no preço do café (*Boletim (a)*, 1911; HALL, 1989).

De acordo com Tragtenberg (2008) a organização referente às Ligas Operárias foi acertada durante os congressos operários, quando se discutiu a redução de horas do trabalho, a exploração do menor e da mulher, o desemprego e seus efeitos sobre a qualidade de vida das pessoas. Nesses congressos, ainda foram temas de discussão:

⁹⁴“O Sr. Oliveira Lima, delegado do Brasil no congresso dos americanistas, reunido em Berlim, telegrafou ao sr. barão do Rio Branco comunicando que a mesa daquele congresso não tomou conhecimento de uma proposta do Sr. Frish para que se solicitasse do governo do Brasil não continuar a permitir os atos desumanos que ali são infringidos aos bugres. A mesa do congresso, justificando o seu procedimento afirmou que ela só tem a tomar conhecimento de questões científicas e não políticas. O proponente também afirmou que dos mesmos maus tratos sofrem os colonos alemães. Protestaram contra essas imputações o delegado brasileiro Von Iehring e outros professores de Berlim” (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 20/9/1908, n. 1.334, p. 1).

[...] o papel dos sindicatos, das associações operárias na unificação das lutas dos trabalhadores e da cooperação internacional operária contra o capital, além do efeito da manutenção de exércitos permanentes sobre as formas de organização da classe operária. Ainda mais, o papel da mulher na sociedade capitalista, a reivindicação da liberdade de imprensa e de reunião, o problema da coletivização da terra e da indústria, o problema da educação e do acesso à escola pública pela classe trabalhadora. (TRAGTENBERG, 2008, p. 31)

Foi no esteio de tal realidade mais ampla da classe operária que se organizou a LO de Bragança, a qual funcionou na Rua do Comércio⁹⁵, uma das principais ruas do centro da cidade. Para tanto, elaboraram-se os ELO⁹⁶, aprovados em Assembleia Geral no dia 4 de setembro de 1910, e impressos na Tipografia Nóbrega localizada na cidade. Esse documento é constituído de dez capítulos:

I - Da Liga e seus fins (artigos 1 ao 4); II - Da admissão dos sócios (artigos 5 ao 7); III - Deveres dos associados (artigos 8 ao 15); IV - Direito dos sócios (artigos 16 ao 23); V - Da administração (artigos 24 ao 29); VI - Das assembleias gerais (artigos 30 ao 35); VII - Das representações (artigos 36 ao 39); VIII - Das eleições (artigos 40 ao 42); IX - Do estandarte, bandeira e distintivos (artigos 43 ao 45); X - Da moralidade social (artigo 46); Disposições gerais (artigos 47 ao 60) (ELO, 1910)

Contudo, enfatizamos apenas alguns dos capítulos e artigos. No prólogo, que também faz parte dos ELO (1910, p. 1), consta que:

[a] comissão encarregada de elaborar os ELO DE BRAGANÇA, considerou que o desenvolvimento científico, tende cada vez mais economizar o esforço do homem, para produzir o necessário que satisfaça a necessidade de todos, e que a abundancia, sempre traz consigo a crise no trabalho d'aquela produção que ultrapassou os limites do consumo, em face da viciosa organização social [...]. Considerou mais, que todo o invento ou descobrimento de qualquer instrumento que facilita a produção ou a riqueza, arrasta milhares de pessoas a desocupação e a fome, quando a própria razão nos diz que os melhores meios de produção devem corresponder a um melhoramento geral da vida do proletário, entretanto vemos dar se esse fenômeno em completa contradição do que deveria suceder e isto, devido à viciosa organização e desigualdade social que impera a qual é a causa das guerras, dos crimes e das degenerações que perturbam o amplo conceito que nos oferece a humanidade por intermédio de seus modernos pensadores, que se baseiam em todos os fenômenos das observações científicas e sociais.

⁹⁵Fonte: Processo Crime, 1911, p. 4

⁹⁶Os *Estatutos* contêm vinte páginas, incluindo capa, contracapa, frente e verso, com um formato retangular medindo 20,5x15. A capa possui a imagem de uma libélula no alto, um pombo-correio no centro, dentro de linhas retangulares ornamentais, e a imagem de uma pequena mosca fora das linhas; o verso da capa está em branco e na contracapa consta o prólogo dos *Estatutos*.

Cabe pontuar que as palavras contidas no prólogo demonstram como Jubert percebia e compreendia o mundo e as relações sociais, pois esteve atento ao paradoxo que representava a tecnologia, visto que ao invés de facilitar a vida dos trabalhadores estava arrastando muitos deles ao desemprego e conseqüentemente a fome.

Consta no ELO (1910, p. 3) que a LO de Bragança “[...] compõe-se de [um] número ilimitado de sócios, e dela só p[u]der[am] fazer parte operários⁹⁷ de toda e qualquer nacionalidade sem distinção de cor”. Em outras palavras, ela era restrita e exclusiva aos trabalhadores rurais ou urbanos. Portanto, não admitia que dela fizessem parte:

Os advogados.
 Os comerciantes de qualquer ramo.
 Os padres de qualquer seita religiosa.
 Os proprietários que vivem de rendimentos.
 Os capitalistas.
 Os acionistas de empresas, bancos e companhias etc.
 Os fazendeiros.
 Os administradores de qualquer serviço.
 Os velhos maiores de 70 anos.
 Os menores de 14 anos.
 Os ébrios e desordeiros (conhecidos como tais).
 (ELO, 1910, p. 1)

Essa seleção de pessoas nos mostra que estava vedada a participação daqueles que possuíssem renda através do trabalho do outro; os profissionais liberais; os representantes de qualquer religião; os idosos que deveriam descansar; as crianças que deveriam estar na escola, e aqueles que possuíam vícios. Nada consta sobre a mulher, porém, considerando a presença e atuação das operárias de Sorocaba, é possível que em Bragança elas também pudessem se associar.

Não havia também a discriminação de nacionalidade, visto que as guerras para os libertários eram frutos da ganância e de teorias que justificavam o racismo e a exploração de alguns países; nem de cor, num momento em “[...] que a escravidão deixava, ainda, marcas evidentes no cotidiano local. [Pois] [n]ão se passa impunemente pelo fato de ter sido a última nação a abolir o cativo, já que até maio de 1888 era possível garantir a posse de um homem por outro” (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 11).

Nesse sentido, os ELO explicitam contra o que lutava Jubert e os anarquistas, tendo em

⁹⁷Os documentos sempre se direcionavam ao operário, no entanto, entendemos que operários na perspectiva dos anarquistas eram tanto colonos quanto funcionários das fábricas, pois, em Bragança, através dos depoimentos, ficou claro que Jubert esteve à frente da liderança de colonos, das fazendas de café.

vista que:

[a] ideia das novas elites era promover uma industrialização imediata e a modernização do país “a todo custo” [...]. Paradoxalmente essa classe de argentários de moralidade dúbia se transformaria, junto aos cafeicultores do Sudeste, nas principais bases sociais e econômicas de sustentação da elite científica e tecnocrática inspirada no rígido racionalismo positivista. (SEVCENKO, 1998, p. 15)

Considerando que a LO de Bragança estaria em consonância com os anseios de seus associados, trazemos os fins a que ela se propunha, conforme se lê nos artigos do capítulo um dos ELO (1910):

Art. 2.

- a) Obter que os ordenados sejam pagos pontualmente todos os fins de mês;
- e) Introduzir uma tarifa para o trabalho, estabelecendo o salário mínimo e o horário máximo;
- i) Estimular o espírito de solidariedade entre todos os operários;
- o) Instalar o mais breve possível uma escola racionalista que possa ser frequentada pelos associados;
- u) Promover um protesto no 1. de maio de cada ano, e todas as vezes que certos fatos ou injustiças o exijam;
- y) Prestar todo o apoio moral e de defesa aos seus associados.

Art. 3 Promover todos os meios de propaganda nas fazendas entre os colonos.

Art. 4 Abster-se de se envolver em questões políticas ou religiosas, salvo nos casos em que houver relação direta com os fins da mesma ou com o interesse da classe geral dos operários (ELO, 1910, p. 2)

Chamamos a atenção para o item “o)” do artigo 2, que aborda as finalidades da LO de Bragança. Nele, observa-se a organização de uma escola racionalista em caráter de urgência para os seus associados, pois os anarquistas entendiam a necessidade da educação, como o objetivo de emancipar os operários do poder da classe dominante. Todavia, tal objetivo parece não ter sido concluído. Ademais, os analfabetos não tinham direito ao voto naquele período.

Entretanto, para nossa surpresa, encontramos em bilhetes e recados para Bragança a seguinte informação: “[r]emetemos os livros” (*A LANTERNA*, 25/02/1911, n. 75, p. 3). Sendo assim, existe a possibilidade de que fossem materiais didáticos para a Escola Moderna de Bragança. Mas, até então, permanece como uma intenção, já que até o presente momento não identificamos nada que ateste a existência de tal escola.

A respeito dos deveres de seus associados, no capítulo três dos ELO, constam os seguintes artigos:

Art. 8. Todo o sócio contribuirá com um mil reis, para os ELO, e mais a quota mensal de 1\$000, e 500 reis para os diplomas.

Art. 9. O sócio deverá ser solidário em todas as questões de interesse comum, e observar escrupulosamente as disposições deste estatuto.

Art. 10. Os sócios desempregados deverão comunicar o seu estado de desocupação no prazo máximo de cinco dias, explicando o motivo que determinou a desocupação ao Conselho que tomará as providencias exigidas.

Art. 11. Os sócios não deverão trabalhar em oficinas, fazendas, estradas de ferro, fábricas, maquinas, etc. que tenham sido impedidas pela Liga em Assembleia Geral, sem previa autorização desta.

Art. 12. O sócio que tiver conhecimento de alguma vaga de trabalho deverá comunica-lo o mais breve possível ao Conselho da Liga.

Art. 13. O sócio que mudar ou se retirar desta cidade, deverá comunicar ao Conselho, assim como os fins que determinam a mudança.

Art. 14. Os sócios deverão aceitar todos os cargos para os quais foram eleitos, independente[mente] de qualquer remuneração; sendo admitidas as escusas por reeleição ou força maior somente.

Art. 15. Os sócios deverão ser sempre intermediários da paz e harmonia entre os associados, desfazendo intrigas quando as houver; serem todos por um e um por todos (ELO, 1910, p. 3)

Como em qualquer associação, existia um custo, mas não era apenas isso. Os sócios deveriam se manter solidários com os demais membros e com as causas da Liga, o que incluía a participação em protestos, conferências e eventos em geral. Os sócios tinham de dar satisfação sobre o trabalho, as demissões e mudanças, bem como eram obrigados a aceitar cargos na diretoria.

Tais normas devem-se ao fato de o movimento ter sido influenciado pelo sindicalismo francês, o qual lutou contra o Estado visando à formação de uma nova base para a sociedade, “[o]s anarco-sindicalistas brasileiros se sentiam como parte de um movimento internacional e procuravam desenvolver laços de solidariedade com os movimentos operários da Espanha, Itália e Portugal” (PINHEIRO, 1978, p. 150), além de estimular a harmonia e a solidariedade local.

Assim como os deveres, os direitos dos sócios também estavam previstos no ELO em seu capítulo três:

Art. 16. Os sócios que ficarem desempregados por falta de trabalho e tendo esgotado seus recursos, terão o auxílio de 1\$000 por dia, durante o tempo que estiverem sem trabalho.

Art. 17. Os sócios que, por motivo de solidariedade, ficarem desempregados, ou por desempenho de algum cargo incumbido pela Liga e, não tendo recurso algum, perceberão a quota de 1\$500 diários, devendo o Conselho providenciar urgentemente sobre o caso, para aliviar a caixa.

Art. 18. Serão dispensados da quota mensal, os sócios doentes e os desocupados durante o seu estado anormal.

Art. 19. Todos os sócios terão o direito de votar e professar qualquer ideia

política ou religiosa.

Art. 20. Os sócios que não encontrarem serviço nesta cidade, e quiserem procura-lo em outras localidades, poderão exigir do Conselho uma recomendação e um auxílio, se estiverem sem recursos.

Art. 21. Todos os sócios começarão a gozar das prerrogativas deste estatuto quatro meses depois da sua aprovação pela Assembleia Geral, exceto em casos extraordinários que deverão ser justificados.

Art. 22. Todos os sócios terão o direito da palavra em qualquer sessão da Liga.

Art. 23. Todos terão direito a convocar uma sessão extraordinária, mediante um requerimento assinado por cinco sócios, idôneos e quites para com a Liga, ao qual deverão juntar o talão de recibo do último mês. Essa petição deve ser apresentada ao Conselho, que convocará a reunião pela imprensa ou por boletins (ELO, 1910, p. 3-4).

É possível depreender pela leitura desses artigos que a cota recebida por dia, em casos de desemprego, doenças, dentre outros, era equivalente ao valor pago mensalmente pelo associado. A LO de Bragança, dessa forma, centrava-se, sobretudo, na organização e colaboração mútua para que houvesse uma garantia aos operários em momentos de dificuldades, fossem elas financeiras ou relativas à saúde. Lembrando que:

[n]o caso de doença, invalidez ou desemprego, o trabalhador que não contasse com um fundo beneficente da empresa, ou que não contribuísse por sua própria iniciativa para alguma forma de sociedade que fornecesse auxílios, via-se inteiramente desassistido e tinha sua sobrevivência ameaçada em virtude da completa ausência de políticas sociais. (BATALLA, 2000, p. 11)

Nesse contexto, não existiam leis trabalhistas; logo, associar-se à Liga Operária permitia a ela ditar as regras sobre a demanda de trabalho relativa aos colonos. A Liga também interferia nas relações entre os fazendeiros mais intransigentes e seus empregados. Os primeiros tinham de se adequar de alguma forma a ela caso não quisessem uma greve, já que esta era um fato consumado para os patrões mais autoritários e mais intolerantes (MUNAKATA, 1981).

A esse respeito, lembramos que um dos processos contra Jubert, o qual discutiremos logo na sequência (item 1.2), foi motivado pela distribuição do *Boletim (a)*, o qual desencadeou o início de uma greve na cidade. Também o inquérito para investigar Benedicto Cardoso de Oliveira, que discutiremos mais adiante (item 1.3), devido à continuidade das greves ocorridas em diferentes fazendas de Bragança.

A LO de Bragança possuía em torno de duzentos associados (PROCESSO CRIME, 1911, p. 5). Contudo, poucos nomes apareceram nos documentos. Dessa forma, a fim de dar visibilidade ao engajamento dessas pessoas, elaboramos um quadro no qual constam os seus nomes, seguidos de suas profissões/locais de trabalho e suas nacionalidades. Conforme consta na página a seguir:

Quadro 3: Informação sobre os membros da LO de Bragança

| Nome | Profissão/local de trabalho | Nacionalidade |
|----------------------------|--|----------------------|
| Angelo Permagnani | Colono da Fazenda Boa Esperança | Italiano |
| Benedicto Antônio Ricci | Ferreiro e tesoureiro da Liga Operária | Italiano |
| Eduardo Camasso | Colono da Fazenda Boa Vista | s/ id. |
| Guido Caulato | Colono da Fazenda Boa Esperança | Italiano |
| João Buenaparte | Carpinteiro, construtor e membro da Liga Operária | Brasileiro |
| Joaquim Albino de Oliveira | Colono da fazenda do coronel Affonso Ferreira | Suposto brasileiro |
| José Albino de Oliveira | Colono da fazenda do coronel Affonso Ferreira | Suposto brasileiro |
| José do Patrocínio | Pedreiro | Brasileiro |
| Júlio Gonçalves da Silva | Pedreiro e membro do conselho da Liga Operária | Brasileiro |
| Lorenzo Cerasa | Colono da Fazenda Boa Esperança | Italiano |
| Luciano Cândido Ribeiro | Marceneiro | Brasileiro |
| Manoel Pereira Sanches | Colono da Fazenda Boa Esperança | Espanhol |
| Pascoal Camasso | Colono da Fazenda Boa Vista | s/ id. |
| Romeu Angelone | Colono da fazenda do Tenente Felipe R. de Siqueira | Suposto italiano |

Fonte: elaborado pela autora

2.2. Joseph Jubert e os processos contra ele na relação com os colonos em Bragança

[...] numa greve: esta não só rompe unilateralmente o contrato assinado por livre e espontânea vontade, como também descaracteriza a igualdade nele suposta. Na greve, o patrão e o trabalhador não mais se enfrentam individualmente, em condições de igualdade; o que se cria, ao contrário, é uma situação em que o indivíduo (o patrão) depara-se com um grupo (os grevistas, e, pior, numa relação de força e pressão (MUNAKATA, 1981, p. 13)

Tomamos a citação acima como um sinal de confronto (THOMPSON, 2002), pois há uma face “liberal”, mas “[...] dominada por latifundiários de mentalidade atrasada, que não abriam canais de participação política a ninguém, a despeito do liberalismo estampado na Constituição de 1891” (MUNAKATA, 1981, p. 10). Portanto, só o que restava era um atalho para burlar e lidar com essa situação contraditória.

Nesse sentido, retomamos Benjamin (1987b, p. 226) quando ele propõe que a história precisaria ser escovada a contrapelo, caso contrário, jamais compreenderíamos a realidade, já que a condição de miserabilidade dos colonos “[...] oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ [...] é na verdade a regra geral”. Ou seja, perante o Estado e suas leis, é exatamente como deveria ser.

Essa situação retratada sobre as condições de vida dos colonos é atestada por Hall (1989, p. 5), quando ele afirma que os imigrantes:

[...] eram trazidos ao Brasil para um único propósito: fornecer mão-de-obra barata para as fazendas de café. Como observou um deputado de São Paulo, logo depois da abolição: “precisamos de braços (...) no intuito de aumentar a concorrência de trabalhadores e mediante a lei da oferta e procura, diminuir o salário”⁹⁸. O Secretário da Agricultura não era menos franco ao descrever a resolução do governo de importar trabalhadores em tais quantidades: como afirmou, as fazendas se tornariam “bastante saturadas, aponto de estabelecer-se o equilíbrio entre a oferta e a procura de trabalhadores”. E acrescentou, de maneira igualmente cândida, que este método era muito mais prático do que a coerção [...].

Inconformado com as incongruências que vivenciava, este pode ter sido o motivo que levou Joseph Jubert a redigir as denúncias do *Boletim (a)* que, conseqüentemente, gerou a queixa crime pela qual foi processado pela primeira vez em Bragança, mas não condenado, ainda que tentassem provar o seu enquadramento no artigo 1 do decreto federal⁹⁹, n. 1162, de

⁹⁸Anais da Câmara, 1888, V, p. 323 cf. Hall, 1989.

⁹⁹Fonte: Senado <http://legis.senado.leg.br/norma/391335/publicacao/15630016>

1890, conforme se lê:

Art. 1º Os arts. 205 e 206 do Código Penal e seus parágrafos ficam assim redigidos:

1º Desviar operários e trabalhadores dos estabelecimentos em que forem empregados, por meio de ameaças e constrangimento:

Penas - de prisão celular por um a três meses e de multa de 200\$ a 500\$000.

2º Causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho por meio de ameaças ou violências, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário:

Penas - de prisão celular por um a três meses.

Mesmo com a improcedência julgada no processo crime (1911), acreditamos ser necessário dar ênfase a alguns trechos, visando dar consistência à defesa de nosso posicionamento contrário à ideia de que Bragança seria uma cidade apenas aprazível, sem tensões e conflitos sociais, tão somente lembrada pela produção do café – visão disseminada por memorialistas da cidade. Tal condição, fatalmente, conduz a uma história que visa à “colonização do presente pelo passado” (GUIMARÃES, 2013) e silencia outras, como a atuação de Jubert e de outros sujeitos frente aos problemas da classe trabalhadora local.

Diante do exposto, vamos ao processo crime aberto contra Jubert no ano de 1911. Inicialmente, foi possível perceber o caráter de urgência que teve a tramitação do processo, pois a intimação entregue a Jubert e aos outros que participaram da distribuição do *Boletim (a)* foi feita no mesmo dia em que a representação verbal dos fazendeiros chegou ao conhecimento do delegado da cidade, Joaquim Candido de Azevedo Marques.

Notamos ainda que as audiências ocorreram nos dias 20, 22, 24, 25, 27, 31 de dezembro de 1910 e nos dias 1 e 2 de janeiro de 1911, o que inclui os feriados do Natal e do Ano Novo. Os primeiros intimados a depor foram: Joseph Jubert, Benedicto Antônio Ricci, Júlio Gonçalves da Silva, José do Patrocínio e Luciano Candido Ribeiro (PROCESSO CRIME, 1911, p. 8).

As declarações começaram por Júlio Gonçalves, que, na época, tinha 32 anos, era casado, pedreiro, nascido em São Paulo e residia em Bragança; sabia ler e escrever. Respondendo à acusação, alegou não ter participado da distribuição do *Boletim (a)*, ação que, segundo ele, só poderia ter partido de Jubert. O depoente entendia que o conteúdo tinha o objetivo de aconselhar colonos a procurarem melhorias para suas condições de trabalho de forma lícita, pois condenava qualquer forma de violência (PROCESSO CRIME, 1911, p. 9).

O segundo a prestar esclarecimentos foi Benedicto Antonio Ricci, de 44 anos, casado, ferreiro, origem italiana, sabia ler e escrever. Alegou em sua defesa não ter participado da

distribuição do *Boletim (a)*, responsabilizando apenas Jubert pelo ocorrido, embora concordasse com o conteúdo, tendo em vista a “péssima situação em que se encontram os colonos” (PROCESSO CRIME, 1911, p. 10).

O terceiro a depor foi José do Patrocínio, de 21 anos, casado, pedreiro, nascido e domiciliado em Bragança, sabia ler e escrever. Sobre a acusação, negou ter distribuído o *Boletim (a)*, responsabilizou apenas Jubert pelo ato. Afirmou que não poderia opinar sobre o conteúdo do mesmo, pois ia além de sua capacidade intelectual visto se tratar de um trabalhador manual (PROCESSO CRIME, 1911, p. 11).

Sobre as condições de compreensão a partir das declarações de José, Souza (2016, p. 54) salienta que a mesma:

[...] chama a atenção porque relaciona a sua condição de trabalhador manual às limitações de sua competência intelectual para julgar opiniões e ideias defendidas no [*boletim*]. [...]Ele] se apropria de um discurso que era usado para discriminar o trabalhador manual e o ressignifica ao usá-lo como uma tática de defesa frente à autoridade policial.

O quarto a prestar esclarecimentos foi Luciano Cândido Ribeiro, que estava com 28 anos, era solteiro, marceneiro, nascido e domiciliado em Bragança, analfabeto¹⁰⁰. Era alheio ao *Boletim (a)*, pois a autoria e distribuição pertencia apenas a Jubert. Contudo, afirmou que eles não possuíam finalidades criminosas, nem visavam ao desvio dos colonos das fazendas, como estava sendo dito. Além do que, conhecendo bem Jubert, poderia afirmar que o mesmo só praticaria o bem (PROCESSO-CRIME, 1911, p. 12). Ser analfabeto não impediu Luciano de julgar Jubert como um sujeito bom, assim como salienta Chauí (2000, p. 107) “[...] as capacidades mentais de todos os grupos e classes sociais de uma cultura são iguais, mas [...] se manifestam de modos diferenciados [...]”.

A intenção dos representantes do Judiciário mobilizados pelos fazendeiros, era apenas condenar Jubert à prisão, visto que, para eles, as ideias anarquistas de Jubert iam contra a lógica do capital, por isso, alegaram interferência na vida econômica do município. As outras acusações giravam em torno de sua intenção em enganar os colonos, talvez porque reconhecessem a sua competência intelectual como professor, mas tentaram descaracterizá-lo como tal.

Jubert, em seu depoimento, alegou ter recebido o *Boletim (a)* das mãos de um desconhecido, porém acabou sendo contestado diante do depoimento do dono da tipografia¹⁰¹,

¹⁰⁰Aos analfabetos não era permitido votar naquela época.

¹⁰¹Declarou que a Liga Operária encomendou o *boletim (a)*, Jubert o redigiu e Benedicto o tesoureiro acertou pelo

Armando Nóbrega, onde foi realizada a impressão do panfleto. Ainda assim, ele assumiu toda a responsabilidade pelo ato, quando isentou a LO de Bragança e os demais acusados (PROCESSO CRIME, 1911, p. 14).

Após o proprietário da tipografia depor, foram chamados os fazendeiros Olympio Barra, Theophilo Francisco da Silva Leme, Felipe Rodrigues de Siqueira, Juvenal Ferreira de Cerqueira Leite e Norberto Ferreira Barbosa, os quais fizeram a reclamação na delegacia. Cumpre destacar que Juvenal tinha laços de parentesco com Francisco Glicério, o que sinaliza a possibilidade de pensarmos na capilaridade das relações políticas mais amplas do país presentes também em Bragança.

O primeiro a depor foi Olympio, com 36 anos, casado, natural e domiciliado na cidade, lavrador¹⁰², sabia ler e escrever. Declarou que tomou conhecimento do *Boletim (a)* pelas mãos de um dos seus colonos, o qual havia recebido de um desconhecido. Nesse dia, ele se encontrava na residência do coronel Afonso Ferreira, onde chegaram outros diversos fazendeiros e, em seguida, procuraram a autoridade policial para que fossem tomadas as providências contra a distribuição do *Boletim (a)* (PROCESSO CRIME, 1911, p. 18). Para Olympio, aquele documento era uma manobra fraudulenta que iludia os colonos na sua boa-fé, desencadeava sentimentos ruins, a fim de que se manifestasse a greve, e perturbasse tanto as atividades agrícolas quanto econômicas da cidade.

Todos os fazendeiros se posicionaram da mesma forma em relação ao conteúdo do *Boletim (a)*, todos repetiram as mesmas críticas a ele. O que mudava nos depoimentos era como tinham tomado conhecimento da distribuição, e como tinha se dado a sequência dos fatos (quem distribuiu, quando, onde).

No caso do depoimento de Theophilo, de 55 anos, casado, lavrador, nascido e domiciliado em Bragança, sabia ler e escrever, houve a alegação de que viu Jubert, Benedicto, Luciano e José do Patrocínio fazendo a distribuição do *Boletim (a)* na rua do Comércio para quem passava, mas sobretudo, para colonos e moradores do sítio (PROCESSO CRIME, 1911, p. 23).

No depoimento de Felipe Siqueira, de 65 anos, casado, lavrador, nascido e domiciliado em Bragança, sabia ler e escrever, constou que ele tomou conhecimento do fato, quando foi chamado para fazer parte da comissão de lavradores descontentes com a distribuição do *Boletim (a)*, além de concordar com os demais a respeito do que pensavam sobre o conteúdo

serviço.

¹⁰²Na época, os fazendeiros se declaravam como lavradores.

(PROCESSO CRIME, 1911, p. 25-6).

A afirmação do fazendeiro Felipe Siqueira vai ao encontro da notícia abaixo sobre a convocação de fazendeiros, a qual teve a intenção de tratar de assuntos de seus interesses, conforme se lê:

Pede nos um grupo de lavradores para convidarmos todos os fazendeiros deste município para uma grande reunião no salão nobre da câmara municipal, no domingo próximo, às 2 horas da tarde, afim de tratar-se de interesses da classe. Aí fica o convite que certamente será atendido por todos. (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 12/01/1911, p. 1)

Essa nota é uma confirmação de que os dois lados, fazendeiros e colonos, se organizavam de uma forma, ou de outra. Nesse sentido, o que mudava eram os propósitos, pois, embora não se possa julgar que uma sociedade estivesse dividida simplesmente em duas partes, ainda sim vemos um campo de conflito entre o saber da experiência do campo e a modernidade urbana, a cultura letrada e a oralidade, ou seja, costumes que se chocam para além da esfera do econômico (THOMPSON, 2002).

Após o depoimento de Felipe, foi a vez de Juvenal, de 35 anos, casado, nascido no estado e domiciliado em Bragança, lavrador, sabia ler e escrever. Ele tomou conhecimento do fato, porque era público que Jubert, Benedicto, Luciano, Júlio e Patrocínio haviam feito a distribuição do *Boletim (a)* (PROCESSO CRIME, 1911, p. 27).

Na sequência, depôs Norberto, de 45 anos, casado, lavrador, nascido no estado e morador do município, o qual afirmou que estava no Mercado quando lá apareceram Benedicto e Jubert fazendo a distribuição do *Boletim (a)*. Porém, não soube informar se mais alguém participou do ato (PROCESSO CRIME, 1911, p. 29-30).

Outro depoimento de uma testemunha posteriormente convocada foi o de João Francisco Salles, administrador da fazenda do coronel Affonso Ferreira, proprietário da Fazenda Boa Vista. Ele afirmou que, no dia quatro de janeiro, vários colonos se recusaram a trabalhar e não deram satisfação do motivo pelo qual se recusavam (PROCESSO CRIME, 1911). De acordo com João, os colonos se mantiveram em greve durante alguns dias, pois haviam sido ameaçados por Eduardo e Pascoal Camasso, membros da LO de Bragança, num ato premeditado. Após ter dito isso, repetiu as declarações feitas pelos fazendeiros.

A declaração de João, destoa expressivamente dos depoimentos dos fazendeiros, pois ele foi o único a afirmar que os colonos estavam em greve, porque foram forçados a isso. Entretanto, no seu depoimento, ficou confirmada a existência da greve já no início de 1911, fato que tais fazendeiros pareceram querer silenciar. Salientando que a referência que tínhamos

sobre a greve em Bragança, antes do início da pesquisa, estava focada nos acontecimentos de julho (HALL, 2011); todavia, uma análise mais aprofundada do processo crime (1911) possibilitou novos olhares para o mesmo acontecimento.

Embora parecesse que ambas as partes (fazendeiros e membros da Liga Operária) estivessem em sincronia com os seus depoimentos, alguns fazendeiros declararam ter visto diferentes fatos, o que pode gerar certa dúvida em relação à sequência dos acontecimentos. De qualquer forma, a distribuição do *Boletim (a)* ocorreu, conforme se confirmou através do depoimento do próprio Jubert. O que notamos, durante o processo, foi que os fazendeiros, por meio do jornal *Cidade de Bragança*, tentaram provar que o trabalho era uma virtude a ser valorizada e respeitada pelos colonos, fazendo críticas a preguiça e ao ócio, conforme se lê:

O trabalho é o criador das virtudes. A preguiça diz o provérbio, é a mãe de todos os vícios. O homem ocioso não é somente inútil; é funesto a sociedade, funesto a si próprio. Nada a fazer é impossível, quem não trabalha, quem não faz o bem, faz necessariamente o mal (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 13/02/1910, n. 1479, p. 1)

Pretendemos, com isso, salientar os interesses antagônicos (THOMPSON, 2002) que se voltavam para a greve, pois se para a elite significava a preguiça, para os trabalhadores representava a luta por seus direitos.

O processo do *Boletim (a)* correu durante três meses, passou por quatro comarcas, até ser julgado como improcedente. Isso demonstra o interesse expressivo que se tinha em condenar Jubert em Bragança, bem como a potência da defesa redigida por ele mesmo, visto que seu conhecimento jurídico garantiu que pessoas poderosas da cidade tivessem seus interesses e abusos expostos publicamente.

O caso do *Boletim (a)* ocorreu consoante ao processo (translado dos autos-crimes por injúrias impressas de 1911) em que o padre Leonardo moveu contra Jubert, o qual condenou-o a cinco meses de prisão e multa. Trouxemos algumas notas que esclarecem o fato, pois as denúncias de Jubert, em Bragança, não desestabilizaram apenas a economia local, mas colocaram em dúvida a moralidade de um membro religioso que também estava à frente de uma escola.

É válido frisar que, um ano antes, 1909, em um artigo publicado, identificamos uma rixa entre um morador, o representante religioso local e outros membros da cidade. Na ocasião, Juvenal acusou o pároco¹⁰³ de impedir que o corpo do falecido Francisco Payão entrasse na

¹⁰³Possivelmente, seja o padre Leonardo Gioiele. Em 1909, ele já estava à frente da paróquia.

igreja para receber as bênçãos, o que chamou de “vingança mesquinha e covarde”, e ainda afirmou que os padres e bispos viviam em palácios sustentados por pessoas inocentes, humildes, pobres, enquanto:

[...] os operários, que lutam com o tempo e com a miséria, não têm quem lhes faça simples choupana para nelas se agasalharem, por aluguel barato; e são civilizados e religiosos. [...] Joaquim José de Souza foi condenado a 30 anos de prisão celular por crime de homicídio; não era eleitor nem vestia as opas da hipocrisia. Enquanto Joaquim vai penitenciar-se, separado da sociedade, os Theophilo, Colombo e Ladislau divertem-se, confessam-se e passeiam livremente! Mas tudo tem o seu dia; talvez que o mesmo indivíduo que os apoiou e concorreu, às ocultas, para sua impunidade, sirva-lhes de verdugo e de castigo. JUVENAL (*A LANTERNA*, 17/10/1909, n. 1, p. 4)

Tendo em vista que o artigo de Juvenal foi publicado em um jornal declaradamente anticlerical, no momento em que ele menciona a vingança, confirma-se a rivalidade existente entre diferentes segmentos sociais da cidade. Ao mencionar os operários, Juvenal sugeriu proximidade com Jubert, com os anarquistas e com a LO de Bragança. Já ao acusar Theophilo, Colombo e Ladislau de passearem livremente, ele afirmou que se tratavam de criminosos acobertados pela justiça e pela igreja.

No que tange a Jubert, ele tinha conhecimento de outros escândalos que envolviam membros da igreja. Nos artigos¹⁰⁴ dele, o que mais frisou foi a questão dos valores morais. Um exemplo disso é o que consta em uma publicação dele com um companheiro, onde afirmavam que a acusação dirigida ao padre era apenas o início “de uma nova campanha de depuração moral” (*A LANTERNA*, 21/01/1911, n. 67, p. 1). Já em outro trecho, Jubert salientou que “obedec[ia] à paixão do saneamento moral” (idem).

Apesar da oposição evidente que Jubert assumia frente aos dogmas religiosos e da gozação e ironia com que escrevia seus artigos (BAKHTIN, 2008), elementos da pesquisa sugerem um modo ético e sério de agir quando se tratava da condição de vida e de educação dos colonos, parecendo alinhar o seu discurso com a prática. Nesse quesito, chegamos ao ponto do revés entre Jubert e o padre, no qual ele parecia não se conformar com a conduta do padre e de outros membros ligados à igreja.

Em um artigo, lemos que o secretário do bispo de São Paulo, João Deusdedit de Araújo, esteve em Bragança para ministrar uma conferência aos membros do Centro Católico, e, na

¹⁰⁴Publicados tanto no jornal, quanto no *Estatutos* da Liga.

ocasião, fez críticas aos anarquistas, socialistas, livres pensadores e jornalistas estrangeiros. Ele citou também a campanha que os jornais *A Lanterna* e *La Battaglia* moviam para saber sobre o paradeiro de Idalina e Josefina desaparecidas do orfanato. Em decorrência disso, Jubert rebateu-o fazendo críticas ao padre Leonardo (*A LANTERNA*, 17/12/1910, n. 62, p. 2-3).

Um editor de *A Lanterna* afirmou que a conferência era um método para “calar a imprensa livre” devido à evasão que estava ocorrendo na igreja. No entanto, sobre o processo movido pelo padre (translado dos autos-crimes por injúrias impressas de 1911), ele mostrou-se surpreso, pois segundo ele, os casos amorosos do padre Leonardo, em Bragança já havia sido narrado diversas vezes e nunca ninguém tinha sido chamado em juízo. Portanto, o padre nem poderia mover o processo porque tinha culpa sobre o que se falava sobre ele (*A LANTERNA*, 31/12/1910, n. 64, p. 1).

Inicialmente, o processo foi movido contra *A Lanterna* até que Jubert fosse responsabilizado. Ao saber do processo, Jubert escreveu que “envolta num denso véu da noite tenebrosa, estava a população de Bragança, trilhando ao rumo de um abismo – a decadência [...]” (*A LANTERNA*, 31/12/1910, n. 64, p. 2).

A primeira audiência já havia sido marcada para Edgar Leuenroth se apresentar. Diante disso, Jubert escreveu outro artigo contendo mais detalhes sobre o padre e sua relação com políticos da cidade, conforme se lê:

[p]orque tivemos a ousadia de ofender a castidade do malandro explorador de imbecilidade dos pobres de espírito que dá pelo nome de Leonardo Gioiele. [...] Levamos o nosso atrevimento ao ponto de dizer que o padre Leonardo foi surpreendido no quintal de uma família, ao pé de uma jabuticabeira, à espera de administrar a sua bondade a certa mulher casada; e pela mesma bondade esse bandido tonsurado saltou uma janela de certa casinha, que de medo do marido achá-lo perdeu até o chapéu na rua [...]. Estamos assim a braços com um processo, que com certeza nos valerá alguns meses de cadeia. [Mas] que importa isso? [...] quando todos os bandidos têm o domínio da política, não é de estranhar-se que os homens honestos [...] sejam metidos na prisão [...] (*A LANTERNA*, 7/1/1911, n. 65, p. 1)

Não sabemos quem são os políticos que Jubert menciona, mas o padre era próximo do Coronel Afonso Ferreira, um dos fazendeiros que o processou e foi presidente da Câmara¹⁰⁵. O coronel chegou a doar¹⁰⁶ o terreno, os tijolos e uma quantia para a construção da escola noturna

¹⁰⁵Entre 1896 e 1899 (ISHIZU, 2009, p. 55, 145).

¹⁰⁶**Novo Pavilhão** “Esta semana devem ter início as obras do novo pavilhão que vae se levantar, anexo ao prédio do Centro Católico para nele funcionar a escola noturna da mesma associação. O Sr. Coronel Affonso Ferreira deu o terreno, tijolos e a quantia de 50\$ para tal serviço” (*A NOTÍCIA*, 20/12/1905, n. 18, p. 2).

ao lado do Centro Católico da cidade. Jubert ainda acusou tais políticos de serem bandidos.

Como seus advogados, o padre contratou Asprino Jr., vice-presidente do PRP (1911), e Vicente Guilherme, que já havia ocupado esse cargo na cidade de 1903 a 1905. Curiosamente, Asprino era ainda o atual presidente do Círculo Musicale; do Beneficente Italiano Carlos Gomes (1910 e 1911), e do Clube Literário e Recreativo (1911) (*ALMANACH BRAGANTINO*, 1914), entidades com as quais Jubert havia se unido quando Belén Sárraga esteve na cidade.

Essa relação entre o padre, o coronel e os advogados, os três aparentemente favoráveis ao mesmo grupo político, chama-nos a atenção quando percebemos que as críticas ao padre começaram a incomodar somente no momento em que Jubert foi processado pela distribuição do *Boletim (a)*. Em outros termos, há uma união de forças consideráveis, as quais tinham a intenção de expulsar Jubert da cidade. Além de tais fatos que apontam contra o líder operário, havia sua proximidade com um grupo ligado aos hermistas, conforme se vê:

O partido hermista

[...] Fernando Valle, Jacintho Osorio, José Francisco dos Santos, Antônio Berelli, Carlos Bonifácio de Andrade, Antônio Ferreira de Carvalho, Arthur Muniz de Medeiros, José Francisco Ramos, Pedro Cezar, Julio Gonçalves, [...], Olegário Boni [...], Benedicto A. Ricci, Olympio Brasil, Victor Cuoco, Angelo Romano, Luciano Candido Ribeiro, Henrique Antônio Cardoso, Carlos Lauria, Innocencio Pinto Tavares, José Gomes de Moraes, Romão de Souza Pinto, Antônio Carlos de Oliveira, João Antônio Marques e Eugenio J. de Oliveira. (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 6/1/1910, n. 1468, p. 1)

Esses nomes foram publicados no jornal sob críticas, tais como servirem para fortalecer uma raquítica facção, que, portanto, fazia uso de nomes repetidos, além de usarem sobrenomes alterados para poder fabricar um partido forte, aparentando ter muitos associados. Dentre os que aderiram ao partido estão: Benedicto, Júlio e Luciano, os três, membros da LO de Bragança e próximos a Jubert.

Jubert afirmava que havia três grupos na cidade perseguindo-o, conforme se lê:

São três grupos separados um do outro nos planos da perseguição, estão todos reunidos [para me colocarem] numa [...] prisão [...mas] creiam, leitores, que é a primeira vez também, que se levanta a mim a consciência da grande [...] força [...] para esmagá-los perante a opinião pública. (*A LANTERNA*, 29/4/1911, n. 84, p. 4)

Enfatizamos que houve uma ameaça de morte a Jubert por parte dos Lemes¹⁰⁷ na mesma

¹⁰⁷“[...] o José, o Felício Fagundes disse numa venda que os Lemes juraram te mandar assassinar, por isso te aviso: ande precavido” (*LANTERNA*, 21/1/1911, n. 67, p. 1).

nota em que ele citou o boicote dos fazendeiros a LO de Bragança. Contudo, há ainda duas notas nas quais Jubert, ao expor a violência contra ele, refere-se ao caso do padre. Conforme se lê, nos trechos abaixo:

Dizer que se deve esconder uma verdade, quando, proclamando-a, resulta uma guerra como a que está formando, equivale dizer que a verdade para os jesuítas em Bragança é um flagelo. Mas eu como não conheço outra razão na Vida a não [ser] a verdade em si [...] deixo o [...] comando dos coronéis [...] o massacre dos que se atrevem a denunciar ao público as bandalheiras de D. Juan Leonardo [...] (A *LANTERNA*, 14/1/1911, n. 66, p. 2)

Em outra edição, ele continua:

[...] No domingo, 22 do corrente, apenas tinha saído da casa do advogado João Lima, onde tinha ido dar o ponto como recenseador, recebi um convite, por três soldados, para comparecer na delegacia policial. [...] dr. delegado [...]. Terminou por ameaçar-me na vida e na liberdade, se continuasse a denunciar as bandalheiras do virtuoso padre Leonardo (A *LANTERNA* 28/1/1911, n. 68, p. 1)

Pontuadas tais perseguições e violências, cabe salientar que, aparentemente, o processo contra a distribuição do *Boletim (a)* não causou tanta fúria na cidade quanto as críticas que Jubert fez ao padre, visto que, em razão disso, ele foi condenado, fato que o levou a fugir de Bragança. Tal condenação talvez também possa estar ligada aos valores religiosos da época, pois, conforme afirma Chalhoub (2011, p. 15-6),

[...] tudo começa com a premissa de que ‘a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e a entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura’. [...] portanto através de um esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos, pode-se chegar a descobrir a ‘dimensão social do pensamento’.

Menos de dois meses após a condenação de Jubert, quando Benedicto Cardoso de Oliveira assumiu a LO de Bragança em seu lugar, houve uma sequência de greves em diferentes fazendas de Bragança, o que nos permite pensar que, de alguma maneira, parte dos colonos estava certa de que merecia o aumento dos salários e a melhoria das condições de vida pelas quais lutavam.

Apesar da adesão às greves, verificamos que os colonos não se manifestaram sobre a rixa entre Jubert e o padre. Hipotetizamos que isso ocorreu, pois, se caso eles possuíssem

identidades culturais semelhantes aos operários de Sorocaba, a situação poderia ser diferente, visto que lá houve a queda no número de assinantes do jornal *O Operário* devido à exigência do centro católico para que os operários católicos não renovassem as assinaturas com determinados jornais (*AURORA* cf. *O OPERÁRIO*, 15/12/ 1912, n. 161, p. 534).

Além disso, a LO de Bragança obedecia ao princípio de laicização. Considerando a diversidade de pensamento religioso, a instituição previu tal problemática no capítulo IV. Art. 19 do seu ELO salientando “o direito de [...] professar qualquer ideia [...] religiosa” (1910, p. 4), o que também pode ser uma justificativa para o silenciamento dos colonos. A nosso ver, esse artigo do ELO, possivelmente, vem a ser a expressão mais candente das relações democráticas da Liga, o que levava Jubert a ter de lidar com os princípios que ele mesmo propunha.

Na sequência, discutimos a continuação das greves nas fazendas de Bragança, o Inquérito que investigou Benedicto Cardoso de Oliveira e, também, a sua prisão.

2.3. As greves, o Inquérito e a prisão de Benedicto Cardoso de Oliveira

Neste momento, nos reportamos a sequência de greves ocorridas em diferentes fazendas, na cidade de Bragança, lideradas por Benedicto Cardoso de Oliveira, devido à alta do preço do café e as precárias condições de vida dos colonos que continuavam a persistir. Tais questões resultaram na organização da resistência desses colonos, respaldados pela LO. Tal organização garantiu que eles permanecessem em greve durante mais ou menos vinte dias, conseguindo inclusive um pequeno aumento de salário.

Sobre tal acontecimento é relevante pontuar que a justiça abriu um inquérito para investigar a participação de Benedicto Cardoso, secretário da LO de Bragança, e de seus outros membros. A denúncia era de que as greves teriam ocorrido por meio de ameaças e violências aos colonos para participassem delas; mesmo não tendo sido provado nenhum tipo de violência, Benedicto chegou a ser preso, mas essa informação foi ocultada pela polícia.

Assim sendo, mesmo se tratando de parte da história local que se relaciona com um fato político nacional, isso não faz parte dos registros da cidade, pois a única referência identificada sobre esse fato está nos escritos de Hall (1989, 2011).

Para darmos seguimento neste tópico, vamos ao encontro de Benjamin (1987a) na obra *Experiência e Pobreza*, quando nela faz menção

[a] parábola de um velho que no momento da morte revela a seus filhos a existência de um tesouro enterrado em seus vinhedos. Os filhos cavam, mas não descobrem qualquer vestígio do tesouro. Com a chegada do outono, as vinhas produzem mais que qualquer outra na região. Só então compreenderam que o pai lhes havia transmitido uma certa experiência: a felicidade não está no ouro, mas no trabalho. (BENJAMIN, 1987a, p. 114)

O conceito de experiência, segundo Benjamin (1987a), está ligado à tradição oral, ao trabalho do homem comum no campo, e à capacidade de intercambiar experiências entre pais e filhos durante longas gerações a partir da oralidade. Assim sendo, tomamos essa perspectiva numa tentativa de contestar uma visão canônica da história oficial de Bragança, reafirmada em periódicos locais da época e em publicações de memorialistas bragantinos, que trazem apenas a importância da cafeicultura e dos cafeicultores silenciando sobre as greves¹⁰⁸ e, portanto, as experiências de colonos da época.

O silenciamento das greves, não se trata de uma realidade apenas de Bragança, pois está relacionado com a história do movimento operário mais amplo do país que segundo Pinheiro (1978, p. 137), se apresenta numa:

[...] aparente descontinuidade da evolução operária no Brasil, [mas que] na verdade, é um esforço de ocultação da sua presença. [...] Porém] o estudo da classe operária (condição operária e movimento operário) é a chave para o entendimento da transição da história do Brasil no início do século XX.

Desse modo, ao tratarmos de Bragança, enfatizamos uma nota emitida um mês antes de irromper as greves nas fazendas de café, cujo título era *Estradas e Caminhos*. Nela, o autor¹⁰⁹ fazia elogios ao jornal *Cidade de Bragança* e acusava o jornal *Comarca*¹¹⁰ de censurar informações contidas nas cadernetas¹¹¹ dos colonos, bem como salientava o quarto artigo, que consistia da determinação das seguintes obrigações:

O colono fará, sem remuneração, o roçamento do pasto da colônia, conserto da cerca do mesmo, a fatura, uma vez por ano, do caminho para a próxima

¹⁰⁸ Podemos observar o registro das greves em edições dos jornais da época, tais como: *A Lanterna* (n. 95 e 96); *Cidade de Bragança* nos dias 13, 16, 20, 23 de julho, 03 e 06 de agosto de 1911, dos quais não temos as edições, porque as imagens foram cedidas por outra pesquisadora, e o *Correio Paulistano* (n. 17226). Segundo o *Cidade de Bragança*, o jornal *A Comarca* também publicou muitas notícias sobre a greve, posicionando-se a favor da mesma.

¹⁰⁹Um lavrador.

¹¹⁰Explicitamente opositor do *Cidade de Bragança*. No entanto, não tivemos acesso a ele durante a pesquisa. A constatação se deu através das críticas que o jornal *Cidade de Bragança* fazia a ele.

¹¹¹Agência Oficial de Colonização e Lavoura, originalmente em Italiano: *Agenzia Ufficiale di Colonizzazione e Lavoro*.

estação da estrada de ferro e a extinção de incêndios nas matas, cercas ou casas da fazenda, devendo os referidos serviços ser feitos quando e como o determinar o proprietário ou o administrador. (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 04/06/1911, p. 1)

O tal lavrador autor da nota ainda anunciou que fazendeiros e proprietários de terras de Bragança mereciam aplausos por terem relevado a cláusula de obrigatoriedade de trabalho gratuito dos colonos, assumindo, então, as despesas que pertenciam a eles, conforme consta nas cadernetas. Antagonicamente a nossa perspectiva sobre o trabalho dos colonos, o *Cidade de Bragança* em nota tenta demonstrar a bondade dos fazendeiros de Bragança para com os colonos de suas fazendas. Mas cabe observar que, se essa nota foi publicada, talvez os rumores sobre as greves já estivessem circulando, ou as negociações da LO de Bragança com os fazendeiros estivessem em curso.

O fato é que logo na primeira nota identificada sobre a greve na cidade, constou que:

[p]or motivo da greve de colonos, neste município, dever[iam] chegar hoje a esta cidade, pelo primeiro trem, 30 praças da força pública. À última hora soubemos que parte dos colonos da fazenda do sr. tenente coronel Norberto Ferreira Barboza, também se declaram em greve. (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 13/07/1911, p. 2)

A convocação de policiais vindos de fora, é um sinal da violência com que eram tratadas as greves, situação que ratifica as palavras de Jubert quando ele argumenta que:

Para a [...] polícia, a mendicidade [...] se converte[...] em crime [...]. Essa mesma polícia [...] nunca trata de guardar os interesses ou a pessoa dos pobres parias conde[...]nados a ignorância e ao trabalho perpétuo, e quem duvidar desta minha asserção, lance um olhar em todas as greves do mundo, e dizei-me se já viram a polícia ou o Estado com seu império de soldados, ao lado dos operários. (*O OPERÁRIO*, 14/04/1912, n. 128, p. 434)

A vinda dos policiais, por outro lado, permite-nos pensar que a liberdade do trabalho não estava sendo respeitada. Porém, conforme exposto no documento abaixo, há a tentativa de levar os leitores a compreenderem que os colonos estavam sendo obrigados a aderir à greve; contudo essa informação se choca com o trecho da mesma nota em que se afirma que a greve mobilizou “um elevado número de italianos, espanhóis e brasileiros”:

Figura 8. Greve de Colonos: providências da Polícia



Fonte: *Jornal Cidade de Bragança*, 16/07/1911, p. 1.

Conjecturamos que, devido ao número elevado de colonos que aderiu a greve, havia uma grande insatisfação dos mesmos, além de que, no início do ano, durante o primeiro levante identificado, nenhuma ameaça havia sido registrada por eles.

A notícia ainda mostra a preocupação das autoridades em garantir o trabalho e o lucro dos fazendeiros, manter a ordem, e organizar o que tinha sido desorganizado; não levando em consideração as questões sociais, materiais e tudo o que tinha sido discutido durante as greves. Em outras palavras, havia uma relação de tensões e conflitos socioculturais e econômicos latentes. Tal situação vai ao encontro das palavras de Marx (cf. Benjamin, 1985b, p. 96), quando o filósofo se refere ao trabalho na perspectiva burguesa, salientando que:

[o]s burgueses têm boas razões para atribuir ao trabalho uma força criadora sobrenatural, pois precisamente da natureza do trabalho é que acaba resultando que o homem não disponha de nenhuma outra propriedade se não a sua força de trabalho, precisando, portanto, em todas as situações sociais e culturais, permanecer escravo dos outros homens, daqueles que conseguiram tornar-se proprietários das condições materiais e objetivas de trabalho.

Ainda sobre a notícia, percebemos a gravidade da situação provocada pela greve, uma vez que, junto com os soldados, vieram, para mediar os conflitos entre fazendeiros e colonos, Jorge Krichbaum, o engenheiro chefe da seção técnica da diretoria de terras da Secretaria da Agricultura, e Umberto Tomezzoli, o Inspetor Comissário da Imigração. Na nota, afirmava-se que o engenheiro encontrou os contratos em Bragança bem organizados.

A presença de soldados, sargento, cabo, inspetor e representante da Secretaria de Agricultura na zona central da cidade, em um lugar onde a maioria das pessoas eram moradoras na zona rural, representou, certamente, uma situação extremamente tensa para uma parcela dessa sociedade “rachada” politicamente. De um lado, o PRP¹¹², ligado aos civilistas, e, de outro, o PRC, ligado aos hermistas.

A presença da polícia poderia parecer agressiva a esses colonos e familiares que, possivelmente, não imaginavam qual seria o desfecho da greve. O registro das críticas trocadas por representantes da imprensa local é de grande importância, entretanto, só tivemos acesso às publicadas pelo jornal *Cidade de Bragança*, as quais afirmavam não haver greves nas fazendas dos hermistas.

Muitas foram as notas que o *Cidade de Bragança* emitiu. Em uma delas, há críticas aos jornais *Estado de São Paulo* e *Comarca*, assumindo um posicionamento engajado na defesa dos cafeicultores, do PRP da ‘situação’, dos representantes da justiça, sem, contudo, criticar aos colonos, pois esses foram chamados de ‘pobres vítimas’. A culpa, segundo eles, era do plano anarquista da LO de Bragança e de seus líderes, dentre eles, Jubert, ‘o conhecido desclassificado’, que distribuiu boletins carregados de antipatia e ódio, insultando e caluniando ‘velhos e honrados cidadãos’ (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 20/07/1911, n. 1626, p. 1-2).

Jubert, nesse momento, certamente, já não estava mais na cidade, mas é uma hipótese que no transcorrer de sua permanência em Bragança ele formou um grupo organizado, o qual deu continuidade às greves, pois, tão logo que Benedicto Cardoso assumiu a LO de Bragança, um Inquérito Policial¹¹³ (1911) foi aberto para investigá-lo e aos outros por conta da greve, conforme consta na capa do mesmo documento. Nesse período, já é notório o peso do nome “Benedicto”, visto que os demais membros da Liga foram reduzidos a “outros”.

Tal Inquérito Policial foi aberto em 12 de julho de 1911 pelo delegado Azevedo

¹¹² Composto pelos fazendeiros que processaram Jubert.

¹¹³ Possui 38 páginas, é constituído de certidão, termo de declaração, assentada, testemunha, conclusão, relatório e anexos (imagens). Na página 27, foi encerrado no dia 14/08/1911. Dele fizeram parte o escrivão José Tavares, o oficial de justiça João Mathias de Medeiros, o promotor público Alexandre Moreira Lima e o juiz de direito da Comarca Dr. Manoel José Villaça.

Marques¹¹⁴, cujo objetivo era investigar, além de Benedicto, Luciano Candido Ribeiro, Júlio Gonçalves da Silva e João Buenaparte, todos incurso na sanção¹¹⁵, por serem “provocadores ou causadores, por meio de ameaças ou violências, da cessação ou suspensão do trabalho agrícola que se verifica atualmente em algumas fazendas deste município” (INQUERITO POLICIAL, 1911, p. 3).

Os acusados foram intimados a comparecer à delegacia no dia seguinte¹¹⁶ ao meio-dia. O fato chama a atenção, pois não se diz quem foi o autor da denúncia, nem quais foram as fazendas que suspenderam os trabalhos, tampouco, se fez menção ao termo “greve”. Devido a isso, tomamos ciência de quais fazendas tiveram suas atividades paralisadas somente no momento em que os colonos grevistas prestaram seus depoimentos.

O primeiro anexo do Inquérito Policial (1911) trata-se de uma declaração de Benedicto Antonio Ricci, ex-membro da diretoria da LO de Bragança, informando ter deixado de fazer parte dela há três meses por discordar dos rumos que ela havia tomado. Supomos que Benedicto tenha discordado das greves, pois, como ex-integrante da Liga, havia de concordar com o apoio assistencial que essa prestava aos operários, além do que, no início daquele ano, ao prestar declarações sobre o *Boletim (a)*, declarou estar de acordo com as informações contidas nele. Tal fato demonstra as particularidades de opiniões dentro de um mesmo movimento.

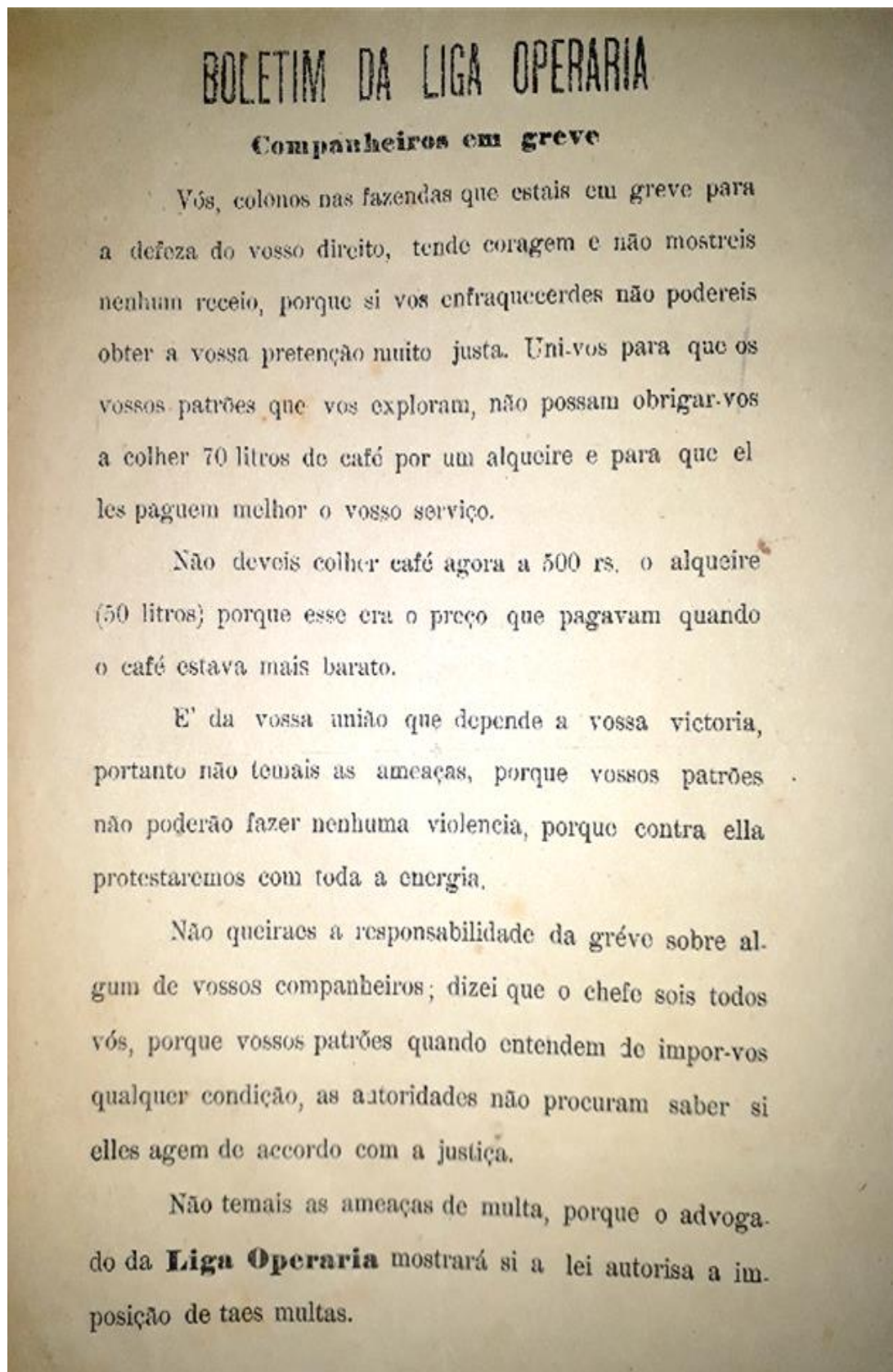
Já o segundo anexo desse mesmo Inquérito trata-se de um *boletim (c)* da LO de Bragança, no qual se vê uma mensagem de apoio aos colonos para se manterem firmes, não temerem as violências e multas por parte dos fazendeiros, já que, para isso, eles contavam com o apoio de um advogado. Nele, também consta um pedido para que não se responsabilizasse um companheiro pelas greves, pois todos se encontravam em união por seus direitos, conforme segue:

¹¹⁴O mesmo delegado que investigou Jubert e o ameaçou dentro da delegacia.

¹¹⁵Do art. 2º, do Decreto n. 1162, de 12 de novembro de 1890.

¹¹⁶Em 13 de julho de 1911.

Figura 9: *Boletim* (c) (em português) da Liga Operária: Greve



Esse *boletim* (c) tem características muito parecidas com as do primeiro *Boletim* (a) distribuído no final de 1910. Isso sugere que ele tenha sido elaborado e distribuído por membros da Liga, embora Júlio tenha negado tal fato em seu depoimento, quando alegou saber do movimento grevista por ser um evento público e notório e de conhecido em algumas fazendas; entretanto, como membro da Diretoria da LO de Bragança, afirmava que nenhuma relação tinha com a greve dos colonos (INQUÉRITO POLICIAL, 1911). Frisa-se ainda que, na primeira intimação, Julio não compareceu, conforme demonstra uma nota adiante.

A negação de Júlio pode estar ligada à intenção de proteger-se, mesmo não sendo o alvo principal da justiça. Pois, sua atuação como membro da LO de Bragança não devia ser bem vista pela elite letrada. Por essa razão, conjecturamos que ele buscava evitar qualquer tipo de confronto com essa elite, a fim de evitar que sua situação se complicasse perante a lei. Contudo, sua atitude denota, engajamento com a causa dos colonos.

Após Júlio ter sido chamado para depor pela segunda vez, uma importante informação nos chamou a atenção: ele foi interrogado sobre uma carta emitida pela LO de Bragança, na qual constava uma ameaça aos fazendeiros. Ele negou mais uma vez. As questões que colocamos são: se essa carta existiu, por que não foi anexada ao Inquérito? A própria carta não seria a prova das ameaças?

Outra questão intrigante é que não constam, no Inquérito, as perguntas feitas aos interrogados, apenas os seus depoimentos, o que limita a nossa compreensão do todo.

No dia 12 de julho de 1911, o escrivão José Tavares intimou “[...] Luciano [...], Júlio [...] e João Buenaparte, para comparecerem na delegacia de polícia, e deix[ou] de intimar Benedicto Cardoso de Oliveira por não o encontrar [...]” (INQUÉRITO POLICIAL, 1911, p. 3). O único que compareceu foi Buenaparte.

Buenaparte¹¹⁷ estava com 36 anos, era solteiro, natural de Atibaia, atuava como carpinteiro, era morador de Bragança, sabia ler e escrever, e tinha consciência da lei. De acordo com seu relato, ele sabia da greve dos colonos e tinha a informação de que, há quatro dias, ela continuava de forma pacífica em algumas fazendas. Ele informou ainda que era membro da LO de Bragança, localizada na Rua do Comércio e que fazia parte do Conselho Administrativo (INQUÉRITO POLICIAL, 1911).

Segundo Buenaparte, muitos dos colonos sócios da LO de Bragança já haviam se queixado de abusos cometidos por parte dos seus patrões. Uma das queixas consistia no fato de

¹¹⁷Em alguns momentos, aparece a grafia “Buenaparte”, em outros “Bonaparte”.

que recebiam apenas quinhentos réis pela colheita de cada litro de café, mesmo com a alta do mesmo; ademais, eles eram obrigados a colher setenta litros de café e receber apenas por cinquenta litros colhidos (INQUÉRITO POLICIAL, 1911).

Tal situação, se assemelha a dos ingleses na idade média, pois segundo Thompson (2002) a falta de regulamentação do trabalho impossibilitava que os colonos organizassem a própria vida, pois não havia divisão entre o tempo de trabalho e o de lazer, o que ocasionava os vícios, as doenças mentais e as más condições de higiene, conforme identificou Hall (1989) em relatórios sobre imigrantes italianos. A ligação ou a associação desses colonos à LO de Bragança, por seu turno, davam-lhes energia e respaldo para lutar, visto que, por meio dela, eram orientados, defendidos, em outros termos, eram dadas condições para que se tornassem agentes da própria luta, e, assim, sujeitos livres e emancipados socialmente.

O depoimento de Buenaparte ainda demonstrou que as fazendas que permaneceram em greve localizavam-se no bairro da Bocaina, e que, depois do início da greve, os colonos voltaram a procurar a Liga, momento em que foram orientados a se manterem calmos, a procurarem uma solução para as duas partes e a aguardar a Liga a fazer a consulta ao advogado, para, assim, agirem segundo a lei. Nunca houve, portanto, a orientação para os colonos fazerem ameaças ou praticar qualquer violência (INQUÉRITO POLICIAL, 1911).

Pelo depoimento, foi possível perceber ainda que Benedicto Cardoso, no cargo de secretário da Liga, enviou cartas a vários fazendeiros locais para tratar de questões de interesses dos colonos; entretanto, Buenaparte não sabia se isso havia ocorrido durante a greve. Ele ainda pontuou que o objetivo da LO de Bragança era cuidar dos interesses dos 200 associados que possuía, os quais contribuía com mil réis mensais e com a joia de dois mil réis no momento da associação (INQUÉRITO POLICIAL, 1911).

Pelo fato de os outros intimados não terem comparecido, o delegado pediu que fosse feita uma nova intimação aos mesmos e, também, a Angelo Permagnani, a Guido Caulato, a Lorenzo Cerasa e a Manoel Pereira Sanches, todos colonos da Fazenda Boa Esperança, de propriedade de Dona Maria [Conceição] Cintra Ferreira. Segundo o documento, os intimados deveriam comparecer à delegacia no dia seguinte, ao meio-dia (INQUÉRITO POLICIAL, 1911).

Em virtude disso, depôs Angelo, natural da Itália, casado e analfabeto. Ele alegou ser um dos grevistas, os quais, de forma pacífica, estavam parados há onze dias por pretenderem aumento salarial. Afirmou também que o mesmo ocorrera com os colonos das fazendas do Coronel Affonso Ferreira, de Zulu Ferreira, de D. Angela e de Felipe Siqueira, por pretenderem que o litro de café passasse de 500 réis para 800 réis; que cada um é responsável

por si; que conhece os acusados, e desconhece qualquer ato de ameaça ou violência (INQUÉRITO POLICIAL, 1911).

O depoimento de Giudo Caulata¹¹⁸, com vinte anos mais ou menos de idade¹¹⁹, solteiro e natural da Itália, mostrou que ele foi um dos grevistas que se manteve de forma pacífica durante onze dias e que tinha conhecimento das greves nas outras fazendas. Ele defendeu a greve, porque acreditava ser justo, considerando a alta no preço do café, mas desconhecia se os acusados tinham agido por meio de ameaças ou violências, visto que nem os conhecia (INQUÉRITO POLICIAL, 1911).

Nos depoimentos de Lourenço¹²⁰, de 53 anos, casado, natural da Itália, que sabia ler e escrever, e de Manoel Pereira Sanches, solteiro, natural da Espanha e analfabeto, há a repetição daquilo que os outros afirmaram sobre a greve, bem como dos motivos dela. Mas, como Gildo, afirmaram não conhecer os acusados (INQUÉRITO POLICIAL, 1911). Tal testemunho pode ser compreendido como uma tentativa de autoproteção, pois ter a própria imagem associada aos acusados de forçarem a greve poderia gerar medo e insegurança. Ou ainda, há a possibilidade de não serem sócios e realmente não os conhecerem.

Na sequência, foram intimados José Albino de Oliveira e Joaquim Albino de Oliveira. Possivelmente, tratava-se de dois irmãos, se considerarmos os sobrenomes. No dia 15 de julho, José, de 55 anos de idade, colono da fazenda do Coronel Affonso Ferreira, afirmou saber que todos os colonos dessa localidade suspenderam os serviços por mais ou menos quinze dias, que tinha conhecimento das outras fazendas em greve, mas que não foi influenciado por ninguém, não conhecia os acusados, e não houve ameaças, ou violência (INQUÉRITO POLICIAL, 1911).

Joaquim, de 27 anos, solteiro, analfabeto e colono da mesma fazenda em que José trabalhava, repetiu o que os outros disseram, com a diferença de que ele conhecia Benedicto Cardoso por ser secretário da Liga, e que essa oferecia, gratuitamente, atendimentos médicos e farmacêuticos, sendo esse o motivo que o levou a se associar (INQUÉRITO POLICIAL, 1911).

O depoimento de Joaquim nos leva a pensar sobre questões relacionadas às reivindicações e ao fato de a LO de Bragança ampará-los com atendimento médico e farmacêutico, visto que inexistia a oferta de serviços de saúde públicos. Nesse sentido, a LO de Bragança cumpria uma função importante na vida dos operários, dentre essa denunciar que:

¹¹⁸Inicialmente, apareceu no Inquérito Guido Caulata.

¹¹⁹Não sabemos se o escrivão supôs a idade dele, ou se ele não tinha certeza da própria idade.

¹²⁰Inicialmente, no Inquérito, houve a correção do nome para Lorenzo, mas aparece novamente Lourenço. Notou-se que os nomes ou sobrenomes dos depoentes apareceram com grafia diferente, em momentos distintos, o que deve ter sido considerado um fato sem importância.

[...] o homem moderno não se adapta[ria] a viver sob a pressão das leis Draconianas e na continuação de servo ou escravo, se bem que as Constituições burguesas, [somente] lhe dão o conceito de ‘homem livre’ e que essa liberdade é reconhecida pelo proprietário, pelo capitalista e pelo explorador que lhe dão o direito sómente de morrer de fome, quando delle não necessitam mais para aumentar o seu capital ou para a conservação da sua propriedade. (ELO, 1911, p. 1-2)

Segundo o que está escrito acima, a liberdade, garantida em lei, não passava de uma farsa. Em razão disso, compreende-se porque Jubert e os anarquistas eram contra o Estado, instituição que estava a serviço da classe dominante. Para ele, não importava a forma do Estado, pois isso sempre implicaria um poder acima dos trabalhadores e a ausência de liberdade; por tal razão, apostavam na ação direta: as greves (MUNAKATA, 1981).

O último depoimento que constou foi de Romeu Angelone, o qual afirmou que as famílias dos colonos que trabalhavam na Fazenda do Tenente Felipe R. de Siqueira pararam o trabalho da colheita de café esperando o aumento do salário, e que a greve continuava de forma pacífica até o dia do seu depoimento (INQUÉRITO POLICIAL, 1911).

No início de junho do mesmo ano, a LO de Bragança emitiu uma nota informando sobre um outro *boletim* distribuído na cidade, com considerações a respeito da vida operária e um convite para que os colonos participassem das reuniões, as quais aconteceriam todos os primeiros domingos de cada mês (*A LANTERNA*, 03/06/1911, n. 89, p. 4). É possível que as greves ocorridas nas fazendas tenham sido acordadas nesse momento. Contudo, existe também a organização dos fazendeiros, que, por meio dos periódicos, atacou a LO de Bragança, conforme se lê abaixo:

[...] a fundação dessa ‘Liga’ que se devia denominar ‘Liga Política’ realizara-se no Teatro Bragantino, no dia 14 de agosto do ano passado sob a presidência de um capitalista, que teve a seu lado, um orador oficial, um advogado, ambos chefes políticos do partido hermista. [...] reina grande indignação entre os fazendeiros deste município [...]. Os colonos, ingênuos em sua maioria, vão se deixando arrastar por essa onda [anarquista] sempre completamente iludidos [...] (*CIDADE DE BRAGANÇA* cf. *CORREIO PAULISTANO*, 15/07/1911, n. 17226, p. 5-6)

Sendo assim, o que constatamos de fato nas notícias publicadas nos diferentes periódicos foi a circulação de diferentes visões de mundo (LUCA, 2005). Cada grupo defendeu os seus interesses. Os colonos, por um lado, visavam um aumento de salário, proporcional a colheita e ao valor de mercado do café; enquanto os fazendeiros, por outro lado, visavam aumentar os seus lucros e manter a ordem dentro de suas propriedades. São dois lados da moeda

cheios de intencionalidade, porém com propósitos e valores distintos.

Ademais, como já mencionado, notamos a existência de uma briga política entre os membros dos partidos PRP e PRC, os quais nitidamente demonstravam através da imprensa local (*Cidade de Bragança e Comarca*) as suas preferências por um lado, ou, por outro.

Benedicto Cardoso¹²¹, por sua vez, estava à frente do jornal *A Comarca*, o que garantiu que a greve repercutisse fora de Bragança e chegasse às autoridades, fazendo com que ela fosse vista com mais atenção. A situação agravou-se a ponto de o inspetor da imigração italiana propor aos colonos que, caso desejassem voltar a seu país de origem, teriam as passagens pagas (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 20/07/1911, n. 1626, p. 1-2).

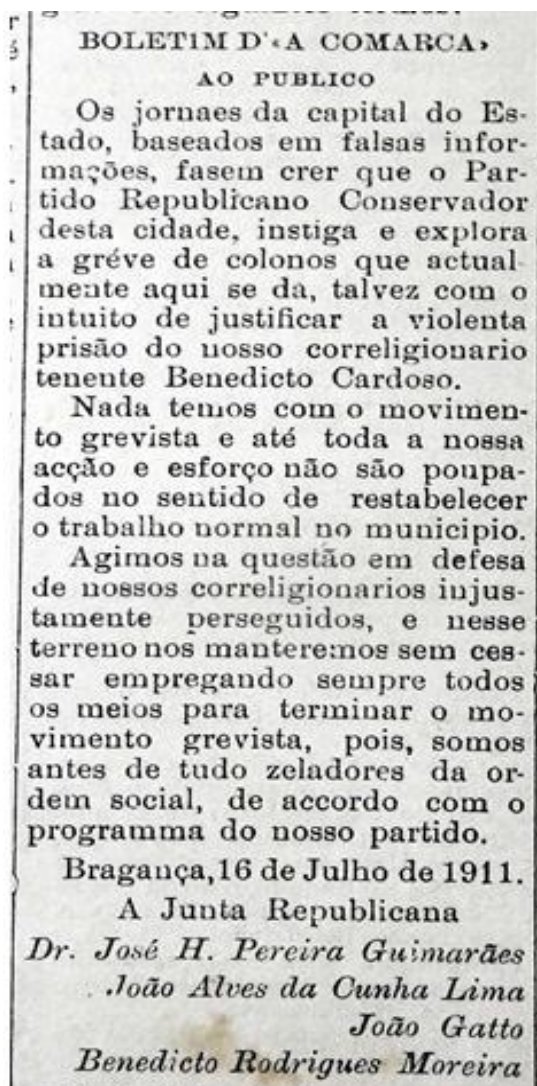
Tal cenário deixou estupefato o editor do *Cidade de Bragança* que questionou: “Mas por que assim? Por que não foi feito nenhum esforço para que se normalizasse o trabalho nas fazendas? Ora, não se podia conceber, em defesa dos fazendeiros, que os colonos se acertassem com os patrões, em nome do ‘trabalho livre’?” (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 20/07/1911, n. 1626, p. 1-2). Esses contratos de trabalho entre patrão e empregado foram mencionados algumas vezes pelo jornal *Cidade de Bragança*.

Em meio a todo esse conflito gerado pela greve, Belén Sárraga, a conferencista anticlerical que esteve em turnê pela cidade, por ter sido trazida por grupos que eram contrários aos fazendeiros ligados ao PRP, foi chamada de agitadora pelo mesmo editor do jornal que defendeu as relações de trabalho liberais (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 20/07/1911, n. 1626, p. 1-2); isso sem contar as críticas que ela fazia à religião.

Sobre Benedicto, identificamos sua ligação a membros da junta hermista em uma nota cujo título era *boletim*. Esse texto versava sobre a greve e sobre o protesto de sua prisão, e era assinado por quatro membros do PRC da cidade, dentre eles: o médico Dr. José H. Pereira Guimarães, o advogado João Alves da Cunha Lima e, também, João Gatto e Benedicto Rodrigues Moreira, conforme se lê a seguir:

¹²¹“Por questões políticas, sob a gerência de Benedicto Cardoso até 26 de maio de 1912, ocorreram grandes polêmicas entre a Comarca e o jornal Cidade” (*ALMANACH BRAGANTINO*, 1918, p. 50-51). Outras discussões em torno dessa questão podem ser observadas nessa fonte: *Cidade de Bragança*, 20/07/1911, n. 1626, p. 1-2.

Figura 10: Boletim do jornal Comarca “AO PÚBLICO”



Fonte: *Cidade de Bragança*, 20/07/1911, n. 1626, p. 1-2

Na nota (*boletim*), os autores alegam que as acusações de incitação à greve feita por jornais da capital contra eles eram falsas, e argumentam que apenas saíram em defesa de seus correligionários, pois estavam sendo perseguidos. A deturpação de suas ações por tais meios midiáticos, segundo eles, talvez tivesse a intenção de justificar a prisão violenta de Benedicto Cardoso. O caos que parecia assolar a cidade enfatiza ainda mais nossa percepção de que havia um claro confronto político local (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 20/07/1911, n. 1626, p. 1-2).

A prisão de Benedicto, todavia, foi ocultada pela polícia. Essa conclusão é possível, pois, nos dias 12 e 13 de julho, ele seria intimado a depor, mas segundo o inquérito não foi encontrado. Porém, em uma nota, publicada no dia 15, afirma-se que ele foi preso e enviado a

São Paulo, na quinta-feira (dia 13), conforme se lê abaixo:

O delegado de Bragança já afirmou que mandará encerrar a sede da Liga Operária, fazendo prender os seus sócios mais ativos. Quinta-feira foi preso naquela cidade o companheiro Benedicto Cardoso, secretário da Liga, que foi remetido preso para S. Paulo, sendo obrigado a andar duas léguas a pé, para embarcar na Estação de Tanque. (*A LANTERNA*, 15/07/1911, n. 95, p. 3)

Após os depoimentos de outras testemunhas e, também, dos acusados, no dia 20, Benedicto foi intimado a depor. A dúvida é: por que foi intimado se estava preso? A explicação possível é que para ocultar a prisão de Benedicto, o delegado precisaria agir como se ele estivesse em liberdade. Em seu depoimento, Benedicto que estava com um pé dentro da cadeia e outro fora dela, negou que tivesse envolvimento com a greve. Coincidentemente a greve terminou após o depoimento de Benedicto. O que indica uma possível negociação.

Já em uma nota publicada dia 22, há a informação de que dois *habeas corpus* foram solicitados em nome de Benedicto, os quais foram negados, um pela informação de que ele já havia sido libertado, e outro por omissão de sua prisão. Segundo o jornal, ele esteve preso durante sete dias no quartel da Guarda Cívica. Essas duas decisões da justiça estão explicitadas na nota abaixo:

Como os leitores já sabem foi preso em Bragança [...] o companheiro Benedicto Cardoso [...]. O *habeas-corpus*¹²² ali requerido em seu favor foi prejudicado diante da informação do delegado, que negou a sua prisão. Em S. Paulo foi requerido um novo *habeas-corpus*, que também ficou prejudicado por ter a polícia descaradamente informado já ter ele sido posto em liberdade! No entanto só na quarta-feira à noite é que ele saiu das garras dessa infame canalha! Esteve preso durante sete dias no quartel da Guarda Cívica! E ninguém protesta contra essa vergonha, e os juízes sujeitam-se a tais afrontas! Terra de castrados! (*A LANTERNA*, 22/07/1911, n. 96, p. 3)

Assim que Benedicto foi libertado, uma nota foi publicada anunciando o final da greve e a vitória dos colonos, os quais não conseguiram os 800 réis pedidos, mas 600 réis por 55 litros de café colhidos, além da isenção das multas, conforme se lê:

Pelas últimas notícias dos diários, parece estar terminado o movimento dos colonos de diversas fazendas de Bragança, que já há uns quinze dias, com uma louvável firmeza, estavam em greve para a conquista de algumas melhoras nas suas condições. E os colonos não perderam os seus esforços, pois saíram vitoriosos dessa simpática luta. Conseguiram que lhes sejam pagos 600 réis

¹²²Os advogados responsáveis pela solicitação foram Dr. Waldemar Ferreira e Dr. Stylita Junior (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 20/07/1911, n. 1626, p. 1-2).

pelo alqueire de 55 litros de café colhido e que não lhes descontem as multas consequentes da greve. Não conseguiram tudo que reclamavam, pois pediam 800 réis por alqueire de 50 litros, mas já foi uma relativa melhora, atendendo-se ao que lhes pagavam, que era 500 réis por alqueire de 70 e 75 litros. As nossas felicitações aos bravos trabalhadores. Esta luta serviu para mais uma vez a estúpida, canalha e corrupta polícia de S. Paulo cometer das suas proezas (*A LANTERNA*, 22/07/1911, n. 96, p. 3)

Esse conflito de informações só nos faz supor que manter Benedicto preso era uma forma de pôr fim à greve, fosse a partir das negociações, ou por falta de uma liderança que os representassem. Para Hall (2011), a presença dos trinta soldados na cidade tinha justamente a intenção de colocar Benedicto na prisão, a qual, não se deu de forma tranquila pois, segundo Dias (1977, p. 270), Benedicto “[foi] preso e espancado, [por ser] considerado o orientador do movimento”.

O *Cidade de Bragança* (23/07/1911, n. 1627, p. 2) também noticiou o final da greve numa perspectiva completamente oposta ao jornal *A Lanterna*, afirmando que, após um acordo entre as sociedades italianas de Bragança, os colonos abandonaram a “Liga Fatídica” que agia sob o falso nome de LO de Bragança, a qual dizia proteger os operários, mas que nunca havia publicado um balanço das receitas e das despesas, nem possuía um estatuto¹²³ registrado. Ademais, o jornal os acusava de unir-se à *Comarca*, um jornal hermista.

A greve, que já havia terminado em julho, mantinha resquícios de conflitos observáveis pela imprensa. O *Cidade de Bragança* publicou uma nota na qual constava que estava autorizado a desmentir a *Comarca*, pois esse jornal publicara que teve acesso negado à reunião dos fazendeiros¹²⁴, e que só o *Cidade de Bragança* havia participado. Informaram ainda que houve a necessidade da presença de um ex-deputado Benedicto Netto na cidade para assumir uma atitude conciliadora perante a greve (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 03/08/1911, n. 1630, p. 1-2).

Não havia nenhuma neutralidade entre os jornais *Comarca* e *Cidade de Bragança*. Sobre o editor do *Comarca*, o que se lê através do *Cidade* é uma posição a favor das greves, dos colonos e de um grupo específico ligado ao PRC, contrária ao do editor do jornal *Cidade de Bragança*, que assume um posicionamento marcado em defesa daqueles fazendeiros que tiveram greves em suas fazendas, para além de criticar a LO de Bragança e as greves. O próprio

¹²³Foi aprovado em Assembleia de 4/10/1910, registrado e impresso na Tipografia Nóbrega, conforme consta anexo no processo crime (1911).

¹²⁴A nota que esclarece esse fato foi publicada em agosto, ela traz indícios que o *Cidade de Bragança* foi privilegiado durante a reunião, conforme nota: *Cidade De Bragança*, 06/08/1911, n. 1631, p. 2.

editor do *Cidade de Bragança* enfatizava, o desentendimento político na cidade. A imprensa, portanto, estava dividida em sua representação entre PRP e PRC (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 03/08/1911, n. 1630, p. 1).

A seguir, trazemos uma cronologia das greves ocorridas em Bragança durante períodos distintos. Ressaltamos que a maioria delas ocorreu em julho de 1911, em diferentes fazendas, conforme se observa no quadro apresentado a seguir:

Quadro 4: Greves identificadas em Bragança entre o período de 1900 a 1920

| Data | Articuladores | Local | Fonte |
|------------------|---|---|--|
| 1906 | Ferrovários com apoio dos operários de Bragança | Cia Paulista de Jundiaí | <i>A Notícia</i> , 19/5/1906, n. 60, p. 2 |
| Janeiro de 1911 | Colonos | Fazenda Boa Vista Bragança | <i>Correio Paulistano</i> , 15/07/1911, n. 17226, p. 5-6 |
| Julho de 1911 | Colonos | Fazenda [Velha] de Felipe R. de Siqueira | Inquérito Policial de Benedicto Oliveira 1911, p. 28 |
| Julho de 1911 | Colonos | Fazenda de Albano da Silva Leme, no bairro Ponte Alta | <i>Correio Paulistano</i> , 15/07/1911, n. 17226, p. 5-6 |
| Julho de 1911 | Colonos | Fazenda de Angela Dell´Anesi | <i>Correio Paulistano</i> , 15/07/1911, n. 17226, p. 5-6 |
| Julho de 1911 | Colonos | Fazenda de Luiz Leme Ferreira | <i>Cidade de Bragança</i> , 13/07/1911, p. 2; 16/07/1911, p. 1 |
| Julho de 1911 | Colonos | Fazenda de Maria Cintra Ferreira | <i>Cidade de Bragança</i> , 13/07/1911, p. 2; 16/07/1911, p. 1 |
| Julho de 1911 | Colonos | Fazenda Boa Esperança | <i>Inquérito Policial</i> de Benedicto Oliveira, 1911, p. 6 |
| Julho de 1911 | Colonos | Fazenda do Tenente-Coronel Norberto Ferreira Barboza | <i>Cidade de Bragança</i> 13/07/1911, p. 2; 16/07/199, p. 1 |
| Setembro de 1911 | Trabalhadores do ramal da Estrada de Ferro Bragantina | Bragança | <i>A Lanterna</i> , 23/09/1911, n. 105, p. 3 |

Fonte: Elaborado pela autora

Em suma, neste capítulo, buscamos retratar uma cidade de modo distinto do costumeiro, da visão dominante. No período contemplado por nós, constatamos que Bragança escondia uma face oculta da história e engajamento dos colonos imigrantes que nela estiveram. De modo especial, demos destaque às presenças de Joseph Jubert e de Benedicto Cardoso, os quais eram lideranças do movimento dos colonos, das greves, bem como organizadores da LO de Bragança. Ademais, expusemos uma briga política entre membros do PRP e PRC e, ainda a presença de Belén Sárraga a livre pensadora, anticlerical e feminista na cidade, quando esteve em turnê pelo país. Bragança, portanto, pode ser considerada como uma cidade permeada por conflitos e tensões, os quais ainda não faziam parte dos registros históricos locais até há poucos anos.

CAPÍTULO 3. O MOVIMENTO OPERÁRIO: JUBERT, DE ARTICULADOR E CONFERENCISTA AO CERCEAMENTO DE SUA LIBERDADE

Joseph Jubert perante todos os desafios que se apresentavam, devido a sua condenação em Bragança, ficou escondido durante alguns meses, contudo foi perceptível a sua atuação em Sorocaba, mesmo no momento em que ele permaneceu em silêncio, pois os indícios e a sua atuação posterior nos levaram a conceber essa ideia.

No momento em que Jubert foi apresentado para o seu grupo na cidade, ele já se mostrou muito atuante, já estava como professor da Escola Moderna, pertencente a Liga Operária, passava a ser colaborador do jornal *O Operário* e, na sequência passava a publicar diferentes artigos. Mais tarde se tornou secretário da *União Operária* e diretor do jornal *O Operário*, até se envolver em diferentes conflitos, o que gerou uma perseguição a ele, por isso foi processado, depois absolvido, contudo, o advogado que o processou persistiu na causa, até que ele fosse preso.

Desta forma, iniciamos o capítulo contextualizando o movimento operário em Sorocaba e, na sequência partimos para a atuação mais ampla de Jubert.

3.1. O Movimento Operário e o contexto de Sorocaba

Do capitalismo ao comunismo anárquico, economicamente considerado, há uma simples diferença: –Em vez de produzirmos única e exclusivamente para o capitalista – faça-lo única e exclusivamente para nós e segundo as necessidades da coletividade produtora. Domingos Braz (*A PLEBE*, 1917, p. 4)

A última década do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX conviveram com as tensões e os conflitos (BENJAMIN, 1987; THOMPSON, 2002) resultantes da industrialização crescente e da consolidação das relações de trabalho assalariadas. Conforme Batalha (2000, p. 15) houve também

[...] o surgimento de uma forma de associação de novo tipo: o sindicato operário. Voltados para a “ação econômica”, os sindicatos enfrentavam questões como a jornada de trabalho e as condições de trabalho, os salários, a forma de pagamento etc. Essas novas organizações surgiram com as denominações mais diversas: associação, centro, grêmio, liga, sociedade,

união e, até mesmo, sindicato. Com frequência, na denominação havia a qualificação “de resistência”, para enfatizar sua diferença com relação às sociedades mutualistas, consideradas “benéficas”.

Dentre as ações de resistência estavam a “diminuição das horas do trabalho e o aumento dos ordenados [...] em relação ao trabalho e ao lugar; assim como os melhoramentos higiênicos, técnicos, intelectuais e morais da classe.” (Art. 2, ELO, 1911, p. 2).

No cenário mais amplo do período, tivemos a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), comumente chamada de Primeira Internacional, ocorrida no dia 28 de setembro de 1864, na cidade de Londres, como forma de resistência ao sistema capitalista que se universalizava. A concepção da AIT se deu de forma plural, pois estavam presentes Karl Marx e os que aderiram às ideias dele: Bakunin, Proudhon e Auguste Blanqui, cada qual com seus adeptos, bem como representantes do sindicalismo inglês (TRAGTENBERG, 2008).

Independentemente das consequências da pluralidade dessa primeira associação, é necessário considerar o que Hobsbawm (1989) atesta sobre a formação da classe operária, pois para ele tratou-se de:

[...] um fenômeno histórico novo. Certamente, sempre houve pessoas que trabalhavam e que era a maioria, do mesmo modo que os pobres sempre constituíram a maioria das populações do mundo. Mas a classe operária é um fenômeno novo. A razão principal disso é que o capitalismo foi o primeiro modo de produção na história que criou uma grande quantidade, uma massa crescente de seres humanos sem acesso aos meios de produção. Por tal motivo, esses homens foram obrigados a ganhar sua vida pelo trabalho assalariado, trabalhando para os que monopolizam esses meios de produção. (HOBSBAWM, 1989, p. 2)

Dois dos expoentes mais significativos do anarquismo foram Bakunin e Proudhon. Bakunin defendeu o coletivismo, a auto-organização e a liberdade contra qualquer forma de poder sobre o homem, mas, nas eleições de 1876 da França, manifestou-se a favor do Partido Republicano. Proudhon, por sua vez, se opôs ao Estado e à propriedade privada, visando à revolução social, mas buscou um equilíbrio entre a propriedade individual e a coletiva; ele defendia a criação de um banco popular, bem como de uma certa concorrência entre cooperativas e pequenos comércios particulares. Tanto Bakunin como Proudhon foram vistos como contraditórios (TRAGTENBERG, 2008).

O sindicalismo se estruturou e agiu de diferentes formas nos países da Europa. Os dois casos mencionados acima, ainda que contraditórios, parecem justificar-se pela necessidade de se adequar à realidade existente até que houvesse, de fato, uma transformação social.

Encontramos eco de tal posicionamento no interior paulista, na trajetória de nosso biografado, Joseph Jubert, pois, enquanto ele lutava pela transformação social, ia se articulando aos diferentes grupos sociais para resistir a problemas de ordem maior, tal como a violência enfrentada nas greves.

A discussão sobre essa negociação, entre enfrentar e ceder, diante das relações de poder que estavam postas, apoia-se, justamente, na ideia do sindicalismo revolucionário que se consolidou na França e influenciou o Brasil. O movimento francês não se separou de questões políticas, visto ter achado relevante a consolidação da República, contudo, as considerava relevantes até o ponto em que não marginalizassem as lutas operárias (TRAGTENBERG, 2008).

De acordo com Rodrigues (2007), a organização do movimento operário que, inicialmente, chegou a utilizar imagens de santos em suas bandeiras, após o início do século XX, acolheu as ideias internacionais de lutas, conforme se lê:

[o] movimento operário, que na sua origem/formação adotou bandeiras dos santos do calendário católico como patronos de suas associações, a partir dos primeiros anos do século XX ganhou foros internacionais com a reivindicação das 8 horas de trabalho diário e deflagração de greves gerais em vários países, inclusive no Brasil. Sorocaba também recebeu revolucionários do velho mundo e sofreu influências ideológicas de italianos, espanhóis, portugueses e outros. (RODRIGUES, 2007, p. iv)

Na Europa, até 1880, segundo Pinheiro (1978, p. 149), houve um distanciamento do anarquismo em relação ao movimento operário, mas “[...] no Brasil o anarco-sindicalismo constituiu a corrente mais importante do movimento operário durante quase trinta anos”. E é exatamente nesse movimento significativo, amplo e, também, conflitante que se insere a presença de Jubert em Sorocaba.

Assim concluímos, pois, em um de seus textos publicado no jornal *O Operário*, Jubert faz a seguinte afirmação: “[e]m todos os países que percorri, [e]uropeus e Americanos, desde as mais populosas cidades aos mais afastados sertões, não encontr[ou] um operário análogo ao de Sorocaba”. J. J. Rivier (*O OPERÁRIO*, 02/06/1912, n. 135, p. 455). Na ocasião, o que o incomodou foi a atitude de alguns jovens operários ao atirarem pedras em moças no momento em que essas deixavam a escola noturna, a qual era mantida pela UO de Sorocaba.

Tendo em vista nosso propósito de desvelar a trajetória de Jubert também na cidade de Sorocaba, acreditamos ser de grande importância a contextualização dessa cidade interiorana. Fundada em 1654, já em 1887 possuía um uma área industrial imponente para o seu tempo

(BARREIRA, 2004, *online*), em outros termos, encontrava-se em expansão, convivendo com “[...] a euforia representada pela esperança de um futuro melhor [...]”, proporcionada por “[...] um desdobramento da Revolução Científico-Tecnológica desencadeada nos países capitalistas mais industrializados no século XIX” (PINTO JR., 2003, p. 47).

A modernização das cidades, desencadeada pelos modelos urbanos europeus e norte-americanos, influenciaram várias cidades no Brasil, como ocorreu com Bragança e Sorocaba. No caso desses municípios, alguns dos próprios capitalistas que viviam dos rendimentos da agricultura, clamaram por “escolas de qualidade, espaços ‘coletivos’ de lazer, casas de espetáculos modernas, eletrificação, saneamento básico e racionalização urbana.” (PINTO JR., 2003, p. 49).

A riqueza acumulada em Sorocaba durante o período imperial, de acordo com Pinto Jr. (2003), era proveniente do comércio de animais, sobretudo, de muares, e é daí também que decorre o seu peso político. Em outras palavras, embora esse segmento de animais tenha entrado em declínio, ele foi quem abriu espaço para a produção de algodão e para a construção da estrada de ferro de Sorocaba.

No final do século XIX, já havia um movimento intenso de pessoas em busca da ocupação de vagas de trabalho em Sorocaba, mas o que percebemos na realidade é que:

[a] distorção provocada entre a oferta de trabalho e a abundância de mão-de-obra disponível, acrescentada pela miséria que se abatia sobre a maioria da população que vivia em função do trabalho temporário e flutuante, configura o quadro sócio-econômico montado pelo sistema capitalista que tem como finalidade à acumulação de capital, com base na expropriação de trabalho não pago. (PINTO JR., 2003, p. 51)

Esse cenário de oferta excessiva de mão de obra aliado à epidemia de febre amarela, a qual trouxe medo e insegurança às pessoas, fez com que elas repensassem a sua estadia na cidade, o que se tornou um problema resolvido apenas no início do século XX. Apesar da epidemia, houve o declínio das feiras de muares, uma vez que foram responsabilizadas pela primeira. Além disso, os discursos publicados na imprensa colocavam o comércio como uma prática primitiva (PINTO JR., 2003). Isso tudo num município onde a industrialização fez com que o número de habitantes se ampliasse de forma intensa, conforme se lê a seguir:

A industrialização trouxe efetivas modificações na conformação urbana da cidade. A população de 12000 habitantes em 1872, passa a 20000 ao longo dos anos 1880; década esta marcada pela instalação da primeira grande fábrica têxtil na cidade, a Nossa Senhora da Ponte, dirigida pelo capitalista Manoel José da Fonseca. Na década de 1920 a cidade chega a uma população de

aproximadamente 43000 habitantes. A malha urbana começa a se espalhar para além do antigo núcleo colonial, dessa forma, novos bairros são formados, como as vilas operárias de Santa Rosália e Votorantim além do povoamento em direção a até então quase desabitada região norte da cidade, ultrapassando as linhas da Sorocabana. (CARVALHO; CAVALHEIRO, 2007, p. vii)

Outro dado relevante sobre a cidade é que, no final de 1920, Sorocaba já era o polo industrial com a segunda maior quantidade de operários do estado de São Paulo (SEADE cf. CARVALHO; CAVALHEIRO, 2007, p. vii). Conforme a cidade se industrializava, a chegada de imigrantes para atuar como operários também acontecia com vigor (BARREIRA, 2004, *online*).

Conforme Barreira (2004, *online*), 1906 foi o ano em que as greves começaram a emergir; não coincidentemente, pois esse foi o ano em que ocorreu o I COB. No entanto, foram as greves de agosto de 1911 que deram outro feitiço para o movimento operário organizado em Sorocaba. Nesse ano, ocorreu a greve dos tecelões¹²⁵, os quais saíram vitoriosos, além de também conseguirem o acesso das crianças operárias à escola noturna custeada pela maçonaria.

A análise de Barreira (2004, *online*) sobre o impacto dessa greve acaba por apoiar a construção da nossa narrativa, já que, após esse evento, foi fundada a LO de Sorocaba, a qual escolhe Jubert como secretário, mesmo ele não podendo revelar o seu nome, visto que, naquele dado momento (meados de 1911), estava em curso sua condenação em Bragança.

Vale ressaltar que, em novembro, justamente o mês no qual Rodrigues (1972, p. 448) registrou a fundação da Escola da LO de Sorocaba¹²⁶, houve uma greve na fábrica de tecidos de Votorantim, quando um operário foi despedido e outros se recusaram a trabalhar num ato de solidariedade. Nesse mesmo momento, Edgar Leuenroth esteve na cidade participando de uma assembleia da UO de Sorocaba e, após Waldomiro Padilha ter falado sobre os prejuízos que causaram a interferência de pessoas estranhas à classe no movimento, ele tomou a palavra e discursou sobre a organização operária (A LANTERNA, 11/11/1911, n. 112, p. 3).

A permanência de Jubert em Sorocaba foi entrecortada por um cenário intenso de articulação das greves, de criação dos sindicatos de classe, das críticas aos capitalistas e aos representantes do Estado, além das reivindicações populares na imprensa operária. Tudo isso se choca com a imagem de uma cidade idealizada pelo *Almanach Ilustrado de Sorocaba* (1914), a qual, segundo Pinto Jr. (2003, p. 61), consistiu em uma “*invenção* da cidade industrial,

¹²⁵Discussão pontuada no capítulo 1, momento em que supostamente Jubert permanecia oculto na cidade.

¹²⁶D'Angelo (2000) mencionou Jubert como professor da Escola Moderna e também quando foi preso. Valente (2014), Boschetti, Ferreira (2016) e Barreira (2004, *online*) também fizeram referência a Jubert como professor.

saneada, repleta de oportunidades, adequada ao avanço da modernidade capitalista”. Nesse caso, o autor salienta que:

[...] foi um processo desenvolvido pelos grupos sociais dominantes – em suas relações com os grupos dominados –, interessados na divulgação de suas realizações frente a administração pública, na construção da imagem de sociedade civilizada, higienizada, pronta para enfrentar os novos desafios do mundo contemporâneo. (PINTO JR., 2003, p. 61)

É, portanto, na senda dessa cidade que se instituiu uma ideia de progresso e expansão, mas que, no fundo, se manteve a partir de relações verticalizadas, impregnadas de conflitos e de tensões como evidenciamos.

3.2. Joseph Jubert articulador e conferencista do movimento operário

Convencido [...de] que a burguesia é uma classe pretenciosa e fofa que lança diante de nós toda a casta de embaraços e tropeços, para sustar a nossa marcha, em tudo o que diz ao nosso aperfeiçoamento moral, material e, intelectual. Mais do que convencido estou, que devo lutar sem trégua para derrubar essa classe que nos afoga e oprime, e passar por alto das vis calúnias que nos lançam, fitando apenas o porvir risonho, de amor e liberdade e de aperfeiçoamento incessante, onde a humanidade encontraria a vida com menos padecimentos do que hoje. JOSEPH JUBERT (*O OPERÁRIO*, 02/06/1912, n. 135, p. 455)

Segundo Pinheiro (1978, p. 149), “O anarquismo, considerado como um movimento nasceu com a AIT¹²⁷ (1864-1876), na Europa”. A partir de 1890, no Brasil, formaram-se núcleos anarquistas de diversas orientações¹²⁸, compostos, em sua grande parte, por imigrantes. Esses núcleos formados por italianos, espanhóis e portugueses foram responsáveis pelas publicações de diversos jornais no país. Ainda que Joseph Jubert tivesse origem francesa, parece que sua posição de articulador e conferencista do movimento operário se inscreve numa perspectiva semelhante a essa, tendo em vista que, em sua trajetória, o flagramos em intensa atividade na imprensa, sobretudo, em Sorocaba.

De acordo Barreira (2004, *online*) como opção da falta de lugares de memória do movimento operário, a imprensa dedicada a este mesmo seguimento, embora já bastante explorada, se constitui como uma rica fonte de pesquisa, por “[...] ser a história sempre escrita

¹²⁷ Associação Internacional dos Trabalhadores

¹²⁸ Dentre eles *Individualistas, Cooperativistas, Revolucionários, Reformistas*.

com base em questões postas pelo presente daqueles que inquiram o passado, razão pela qual as escritas da história trazem sempre as marcas dos tempos e lugares dos sujeitos que se debruçaram sobre o passado”.

A afirmativa de Barreira (2004, *online*) vai ao encontro de nossos procedimentos de pesquisa, já que, no que corresponde a Jubert em Sorocaba, praticamente tudo o que identificamos e analisamos foi por meio da imprensa operária, sobretudo, por meio do jornal *O Operário*. Nesse sentido, fomos sempre mobilizadas e atravessadas (LARROSA, 2002) por uma historiografia com base na história cultural, a qual possibilitou uma:

[...] reviravolta interpretativa [que] permiti[u] cobrir a distância temporal que nos separa das figuras do passado, torna[ndo] também possível lançar os olhares por espaços nacionais diferentes. Postulando uma veracidade cheia de tensão, na encruzilhada de interpretações diversas, essa forma de abordagem biográfica enriquece[u]-se com o intercâmbio, com o diálogo possível entre as culturas. (DOSSE, 2015, p. 353)

Sendo assim, a trajetória biográfica de Jubert mesmo que marcada pela incompletude, nos permitiu explorar questões para além da sua vida pessoal, pois, ao analisarmos os artigos escritos por ele, identificamos o seu envolvimento com diferentes grupos sociais, suas perspectivas de uma sociedade renovada, a defesa dos operários, as tensões e os conflitos como parte das suas relações mais ou menos próximas.

Vários dos artigos de Jubert foram escritos para o jornal *O Operário*, um órgão de defesa da classe operária com publicação quinzenal, que circulou entre 18 de julho de 1909 a 1913. Suas publicações contavam com colaboradores diversos. Funcionou na Rua Cavalleiros, número 23, em Sorocaba. Quando o jornal iniciou suas atividades, as assinaturas custavam duzentos réis mensais (*O OPERÁRIO*, 18/07/1909, n. 1, p. 1-2). As publicações que circularam no jornal possuíam uma grande diversidade de ideias, dentre elas estavam as representadas por socialistas, anarquistas, maçons, espíritas e outros, porém, no seu início:

[r]eflet[iu] posição moderada de uma classe sofrida, produtora de riquezas que o patronato armazenava em causa própria, e, ainda assim, em conjunto com políticos ambiciosos, conservadores, viam a publicação porta-voz de uma classe explorada, pobre por isso, como tentativa de convulsão social. Para estes, defender direitos sociais postergados com jornal próprio, era um ato de rebeldia contra os dominadores/exploradores/usurpadores do esforço do proletariado, era atentar contra a ordem da desigualdade constituída... (RODRIGUES, 2007, p. iv)

Logo na primeira edição de *O Operário*, percebemos um artigo sobre a imprensa,

denominado *Pela Liberdade*. Num trecho dele, lê-se que:

Quanto é sublime a missão numa imprensa livre e independente na defesa dos oprimidos.

De pouco a pouco, vai desaparecendo essa nuvem negra do despotismo feudal, que com suas sombras tenebrosas, procuram encobrir um direito sagrado, independente de tudo e acima de tudo “*que é a liberdade de pensamento*” (*O OPERÁRIO*, 18/07/1909, n. 1, p. 2)

Jubert chegou à cidade, em meados de 1911 e, após dois anos de atividade do jornal *O Operário*, suas ideias libertárias eram semelhantes às do autor do texto acima apresentado. Contudo, em outros aspectos, se diferenciam muito, pois o autor continuava o artigo escrevendo sobre Deus e a Pátria. Já Jubert era, declaradamente, um anticlerical e um anti-estadista, que sempre estava a escrever artigos criticando um ou outro.

Num determinado artigo, Jubert explica o porquê era contra o Estado:

[h]oje nenhum homem consciente desconhece que o Estado nunca foi e nunca poderá ser o órgão do bem geral e das conveniências de todos os cidadãos, por que a longa experiência tem demonstrado que o Estado tem sido sempre exclusivamente o defensor dum grupo que desfrutam as vantagens e a supremacia da riqueza, adquirida [...] pelo roubo. (*O OPERÁRIO*, 14/04/1912, n. 128, p. 434)

Segundo Jubert, não se via pessoas reclamando das leis que puniam muito mais os ataques à propriedade privada do que os atentados à liberdade e à vida dos cidadãos. Segundo ele, o Estado ia contra os pobres ao não reconhecer os trabalhadores, funcionando, assim, como uma ‘arma’ da burguesia. Na perspectiva de nosso biografado, reconhecer os direitos dos operários implicaria ir contra os interesses de uma classe julgada por ele como egoísta. Disso, resulta a existência de duas classes – o proletariado e burguesia – com interesses divergentes.

Em outro momento, Jubert expressou como seria a sociedade livre em sua perspectiva. Ela seria baseada na autodeterminação consciente, sem precisar recorrer à lei, a códigos ou à religião, tornando-se livre de preconceitos, conforme se lê abaixo:

[a]cessa em nossa alma, a ideia duma sociedade livre, de lei e preconceitos, onde o mútuo respeito substituirá todas as religiões e todos os códigos, tendo a liberdade como primeira condição e o trabalho como primeira lei natural: sentimos essa ideia que se engrandece e nos pede por ela lutar! Era em princípio um sonho que parecia utopia, mas que se ideia, e esta que se fez dia, o este dia se fa[rá] realidade coroada de glórias. (*O OPERÁRIO*, 01/05/1912, n. 130, p. 440)

A isso Jubert chama, inicialmente, de utopia, todavia, em alguns momentos, consoante suas defesas em diferentes artigos, ele mostrou-se extremamente confiante sobre tal ideal, visto que se relaciona ao respeito mútuo e à solidariedade. Portanto, a defesa de Jubert era de que uma sociedade livre e solidária não necessitaria de regras verticalizadas.

Com relação à ideia de liberdade, ainda cabe destacar que, na perspectiva econômica liberal prevista constitucionalmente na época, o trabalhador era livre, contudo, detinha apenas a sua força de trabalho, conforme salienta Munakata (1981, p. 11):

[t]odo indivíduo tem a propriedade do seu corpo, de suas capacidades e, por isso mesmo, todos os homens, *considerados individualmente, são iguais entre si*, são todos *proprietários*. E como cada um tem plenos direitos sobre a sua propriedade, ele pode usá-la como bem entender, de acordo com a sua livre vontade: o indivíduo é, pois, dotado de *vontade* e de *liberdade*. O indivíduo é livre, por exemplo para empregar o seu corpo no trabalho, cujos frutos tornam-se sua propriedade, privada, só dele. Tal liberdade, porém, não é irrestrita. E o seu limite é a propriedade mesma. Nenhum indivíduo tem a liberdade de atentar contra a sua vida [... nem] contra a propriedade alheia [...].

Jubert, diferentemente, percebia no trabalho o elemento emancipador e progressista, acreditava que um dia o trabalho seria considerado um princípio, em outras palavras, valorizado, conforme se lê abaixo:

[o] dia 1º de Maio deve ser recordado por todos os operários espalhados sobre a terra, como um dia faustoso, como um dia de legítima reivindicação, como um dia finalmente em que o trabalho foi considerado pela sociedade e elevado a altura de um princípio. (*O OPERÁRIO*, 01/05/1912, n. 130, p. 440)

Para Jubert, através do trabalho consciente, seria possível regenerar a sociedade, pois melhorando a higiene, a técnica, a intelectualidade e a moralidade dos trabalhadores, assim, se chegaria à fraternidade (ELO, 1910).

Da mesma forma que Jubert fazia referências as ideias morais a exemplo de quando afirmou que “[n]uma sociedade de pessoas honestas, pode-se falar o nome de Ladrão que ninguém cora a de vergonha e muito menos se ofendem, porque a sua consciência não os acusa”, ele também fazia críticas exaltando “a falta de consciência [e...] d[e] uma ideia elevada” salientando que não se dirigia a um “operário consciente e honesto” (*O OPERÁRIO*, 12/05/2012, n. 132, p. 447).

Foi um tanto comum, por entre os artigos analisados, perceber que os sentimentos de Jubert oscilavam entre coragem, perseverança e, às vezes, ironia, crítica e indignação. Existia, por parte dele, um objetivo de renovar a sociedade, mas também fazia parte de sua militância

os conflitos daquele contexto sociocultural que o envolvia.

O dia primeiro de maio ficou visivelmente marcado como uma data extremamente representativa para Jubert. Além de escrever um enorme artigo no jornal destinado ao momento, ele tentou trazer alguém para Sorocaba, o qual respondeu-o dessa forma: “J. Revier: [r]ecebi tua carta. No dia 1º. não poderei sair daqui. Escrever-te-ei com mais vagar. Saúde!” (*A LANTERNA*, 27/04/1912, n. 136, p. 4). Em outra publicação, o convidado se dirigia novamente: “Ainda desta vez não foi possível. Estava fora. Saudações.” (25/05/1912, n. 140, p. 4).

Mais tarde, notamos a presença de três membros de fora da cidade: Galileu Lara, professor e revolucionário do México; Francisco Calvo, operário; e Alexandre Cerchiai¹²⁹, jornalista. A tentativa de trazer conferencistas para Sorocaba explicita a sua experiência como articulador entre os diferentes grupos que entrecruzaram suas relações.

Com isso e, com os diferentes artigos de Jubert, por nós analisados, observamos que para ele uma das questões mais candentes era a educação e a criação de escolas para os operários, a qual consistia na defesa de uma sociedade livre tanto da opressão, quanto do preconceito. Diante disso, para exemplificar seu pensamento, vamos ao encontro de uma nota, na qual consta o poema de João um dos alunos da Escola Moderna, de Sorocaba sobre a libertação dos escravos, conforme se lê:

-Secção infantil-

Salve o 13 de Maio!

Completa amanhã, vinte e quatro anos que surgiu no céu da pátria brasileira que raiou no horizonte azulino, a aurora da liberdade.

Que horror, que tristeza, que amargura, não sofreram os pobres pretos no cativeiro? Mas hoje são felizes porque não são mais obrigados a corrente e ao chicote.

É necessário, que aqueles que hoje cantam a sua liberdade saibam o valor que ela tem.

Salve o 13 de Maio!

O menino João F. Parada (*O OPERÁRIO*, 12/05/1912, n. 132, p. 447)

Visto que Jubert fazia questão de manifestar suas ações e o aniversário de morte do mártir Ferrer y Guardia, o espanhol que foi um dos primeiros defensores da escola moderna, que serviu de referência as escolas modernas de São Paulo, portanto, para isso Jubert trouxe para a cidade de Sorocaba tais oradores.

¹²⁹“Nasceu no dia 14 de dezembro de 1875, na Pescia, cidade da província de Luca na Itália. Participou de um grupo socialista antes de chegar ao Brasil. Em 1901, foi para o Espírito Santo encontrar sua família que para lá imigrou. Já era reconhecido como anarquista pela polícia da Itália. Esteve à frente do jornal *La Battaglia* junto com Ristori” (TOLEDO, 2004 cf. SOUZA, 2016, p. 18).

Os primeiros deles flagrados em Sorocaba foram Francisco Calvo e Galileu Lara, os quais fizeram “uma passeata cívica pelas ruas indo até S. Rosália, onde se organizou um belo Comício, falando sobre a vida de Ferrer e sua obra [...]” (*O OPERÁRIO*, 20/10/1912, n. 153, p. 510). Por último, foi Cerchiai, o qual esteve na cidade para comemorar o aniversário de morte do mártir Ferrer y Guardia. Na ocasião, ele e Jubert, por pouco, não foram presos, conforme se lê:

[Votorantim]: Não tendo sido possível comemorar aqui o aniversário do fuzilamento de Francisco Ferrer no dia 13, por ter o tempo se conservado chuvoso durante o dia [...] nos dirigimos para esta localidade afim de realizar a conferência que Cerchiai se tinha incumbido de fazer [...] depois de fazer a apresentação ao povo [...]. Ouviu-se então dentre os ouvintes: Aí vem o Mariz com o Tarcízio e a polícia [...]. Chegando não indagou do que se tratava e, violentamente, bateu na perna do orador [...]. Subi na mesa que servia de tribuna para protestar [...e] o quixotesco palhaço avanç[ou] armado de bengala e tent[ou] derrubar a mesa [...]. A fita ridícula [...] terminou com a ordem de prisão contra mim. [O]rdem dada, executada. O sub-delegado mandou um soldado me prender e me revistar com todos os atos estúpidos e brutais de que é mestre esse cão fardado. Mas [...] os gritos de ‘não pode’[...] e o medo de responsabilizar a autoridade arbitrária fez com que fosse relaxada a prisão logo daí a cinco minutos. (*A LANTERNA*, 26/10/1912, n. 162, p. 3)

Por essa ocasião, Jubert escreveu um artigo demonstrando toda a sua indignação de viver num país onde não se tinha respeito pela Constituição, já que a polícia obedecia a ordem de um gerente de fábrica. O exposto ainda revela o clima de tensão e conflito ao qual Jubert estava sujeito, conforme se observa em um trecho a seguir:

Não quero e não devo pertencer mais tempo a um país cuja Constituição se tornou um qualquer papel de toilet de latrina. Sim, a vergonha queima-me as faces pertencer a uma nação, onde o cidadão não tem garantias e nem liberdade, onde o foro competente para disputar os direitos foi substituído pelo arbítrio prepotente de qualquer gerente de fábricas; onde o cidadão em pleno gozo de seus direitos civis e políticos é assaltado e preso por qualquer gatuno fardado posto a disposição dum chefe de aldeia e gerente de fábrica. (*O OPERÁRIO*, 27/10/1912, n. 154, p. 512)

Galileu Lara, recém-chegado do México, foi recepcionado e hospedado por Jubert em sua casa (*O OPERÁRIO*, 10/11/1912, n. 156, p. 519). Nesse momento, Jubert já era o secretário geral da UO de Sorocaba e, junto com o convidado, participou de uma sessão extraordinária da Liga Murária¹³⁰ para tratar da construção de um novo salão para a sede, bem como da multa

¹³⁰ Não encontramos referências sobre o segmento dessa Liga.

para os sócios que deixassem de comparecer às reuniões. Na ocasião, Jubert propôs a criação de um sindicato federado às demais classes. Lara criticou a multa aprovada nessa reunião (*O OPERÁRIO*, 03/11/1912, n. 155, p. 516), pois, para ele, multar não parecia uma solução viável.

Lara, em sua passagem por Sorocaba, garantiu o registro de dois artigos sobre a propriedade privada. O primeiro, na edição de número 167 do jornal *O Operário* (17/11/1912, p. 521); o segundo, na de número 159, no qual ele argumenta, em um trecho, que o trabalhador:

[p]roduz todas as obras de arte, os suntuosos palácios, as grandes obras de construção, as máquinas, os luxuosos veículos, os perfumes, os saborosos petiscos, todas as maravilhas do edifício são produtos de seu esforço, das quais ele não goza e não utiliza. O trabalhador que de sol a sol labutando, sacrificando todas as suas forças e utilizando toda a sua sabedoria para o bem da humanidade (hoje dos ricos e charlatões), nada tem, não é proprietário nem do que lhe é restritamente necessário, permanecendo vítima da exploração e do roubo, ele o principal e único fator de toda a atividade humana. (*O OPERÁRIO*, 01/12/1912, n. 159, p. 527-528)

Em seu artigo, aparece o valor do trabalho do operário que não usufruiu do que produzia, porque tudo era apropriado pela classe que detinha o domínio das forças produtivas (MARX, 1984). Lara também afirmou que essa realidade fugia à compreensão da maioria dos trabalhadores, pois, se tivessem consciência disso, a revolução seria imediata. Ademais, ele salientava que da ignorância dos antepassados e dos sacrifícios de longas gerações foi que os trabalhadores transformaram o “suor de sangue em ouro”, bem como transformaram “lágrimas em pedras preciosas” para servir àqueles que se achavam deuses e que viram o trabalho como desonra (*O OPERÁRIO* 01/12/1912, n. 159, p. 527-528).

Sendo assim, as parcerias com Lara, Cerchiai e Calvo, além de terem o objetivo de tecer um manifesto contra a prisão dos jornalistas brasileiros, dentre eles, Edgar Leuenroth, e dos norte-americanos, conforme já demonstrado no capítulo um, reforçam a ideia da posição de Jubert como articulador dentro do movimento operário anarquista, como defendemos neste capítulo. Ademais, chama-nos a atenção a interlocução internacional que ele mantinha com diferentes anarquistas estrangeiros, fato expressivo em sua trajetória biográfica.

São relevantes também as ações de Jubert como conferencista e editor do jornal, posições demasiadamente conflituosas, as quais colaboraram com sua prisão, conforme se mostrará adiante.

Pouco mais de um mês após Jubert ter sido apresentado na cidade, os conflitos eclodiram. Um deles foi registrado após a UO de Sorocaba ter emitido um *boletim* (d) afirmando que o dia não deveria ser destinado a piqueniques, pois se tratava de uma data em referência

aos mártires que perderam suas vidas lutando pela classe. Além disso, o *boletim* (d) dirigiu críticas aos operários, chamando-os de “rebotalhos da espécie”. Não tivemos acesso a esse *boletim* (d), mas o fato de ele não ter sido assinado e de conter críticas aos operários gerou intensas farpas pelas colunas do jornal (*O OPERÁRIO*, 03/05/1912, n. 131, p. 444).

A resposta contra o *boletim* (d) mencionado acima veio de um crítico anônimo, o qual afirmou que a UO de Sorocaba, ao organizar uma passeata com música, não parecia estar de luto pela morte de alguém. O crítico anônimo ainda problematizou a questão da contestação da realização de um piquenique e, ao mesmo tempo, a existência de um convite da própria UO de Sorocaba aos operários para assistirem a um filme. Segundo ele, qual seria a diferença entre esses dois divertimentos? O passeio seria pago e o filme seria gratuito? O autor anônimo esperava que a UO de Sorocaba progredisse, mas afirmou que ela errou ao atacar os operários, pois não era preciso ofendê-los (*O OPERÁRIO*, 03/05/1912, n. 131, p. 444).

Mediante a crítica publicada, a UO de Sorocaba, num primeiro momento, posicionou-se parcialmente quando publicou uma breve resposta na seção livre do jornal *Cruzeiro do Sul*; como podemos ler no trecho selecionado abaixo:

[...afirmando] que deixava de dar uma solene resposta as diatribes vomitadas pelas colunas do Operário, por um anônimo qualquer, cuja cauda de jesuíta disfarçado sob a blusa de operário não merecia a mínima consideração e sim os efeitos profícuos da nossa Constituição Federal em seu artigo 72, parágrafo 12 (cf. *O OPERÁRIO*, 12/05/2012, n. 132, p. 447)

A saber, no artigo 72 da Constituição de 1891, § 12 consta que:

Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato. (JUSBRASIL, *online*)

Assim, ficou claro o posicionamento da UO de Sorocaba quando recorreu ao parágrafo em questão da Constituição para informar que a expressão era livre, mas o anonimato não. Face a essa provocação, Jubert responsabilizou-se pelo *boletim* (d) (que já estava identificado pela UO de Sorocaba) sob o aspecto jurídico, moral e criminal. Desafiou, assim, os que se sentiram ofendidos a criticarem, mas não se esconderem, pois, segundo ele um “operário consciente e honesto” não se prestaria a esse papel. Jubert continuou afirmando que, numa sociedade honesta, não há motivo para se envergonhar, nem ficar com peso na consciência quando uma referência é feita a algum ladrão (*O OPERÁRIO*, 12/05/2012, n. 132, p. 447). Em outras

palavras, ele não retirou o que havia escrito no *boletim* (d).

O piquenique que ocorreu no dia primeiro de maio, iniciou às 4h30 da manhã. Esse evento chamou a atenção por dois fatores: o primeiro por ter sido coberto por Rouxinol L. da Conceição, um colaborador de *O Operário*; o segundo pela banda da UO de Sorocaba ter tocado na ocasião (*O OPERÁRIO*, 12/05/2012, n. 132, p. 447). Assim sendo, o evento organizado por Jubert em comemoração ao dia do trabalho contou com a presença de outra banda, pois a que pertencia à UO de Sorocaba tocou no piquenique que foi coberto por Rouxinol. Tais fatos explicitam um conflito dentro do próprio jornal *O Operário* e da UO de Sorocaba.

Conforme um artigo, o piquenique foi organizado por operários da fábrica de chapéus *Souza Pereira*, no bairro Brigadeiro Tobias, e os “festejantes” foram recebidos pelo Capitão Arthur Guimarães e sua família. Os festejos seguiram até às seis horas da tarde e, no retorno à cidade, os operários dirigiram-se ao Largo do Rosário, dispersando-se de forma ordenada e harmônica. Segundo o editor, “[a] corporação musical União Operária portou-se dignamente e o pic-nic [...] deixou grandes saudades.” (*O OPERÁRIO*, 12/05/2012, n. 132, p. 447).

A conclusão que o tal piquenique nos induz é que os operários que retornaram à cidade não foram ao evento organizado por Jubert e pela UO de Sorocaba. Isso sugere que eles não eram associados a essa instituição. A nosso ver, esse é justamente um ponto de diferenciação entre as greves de colonos em Bragança e o movimento operário de Sorocaba. Na primeira cidade, não identificamos conflitos de interesses entre os colonos. Já na segunda, é visível a distinta forma com que os operários conceberam o movimento.

Isso significa dizer que os fatos históricos não se dão da mesma forma em todos os lugares. Ademais, a experiência de uns é diferente da experiência de outros, e, do nosso ponto de vista, isso precisa ser considerado. Contudo, existe uma dificuldade por parte do pesquisador, em se considerar as particularidades dos agentes históricos (colonos e os operários), porque, muitas vezes, os quais, não aparecem nos documentos, mas somente nas entrelinhas dos conflitos flagrados.

No início deste capítulo¹³¹, fizemos uma breve menção a outro conflito percebido em um artigo de Jubert: a ação de rapazes operários que apedrejaram moças na saída da escola. Parte do artigo foi retratado por ele da seguinte forma:

Não posso calar

Não posso deixar de lançar um protesto na ata da história do operariado de Sorocaba; um protesto sim, contra os malignos intentos que envergonham o caráter do honrado, do honesto trabalhador. Antes que os meus companheiros

¹³¹ Item 3.1 na página 103

de luta se espantem com esta minha declaração, afirmo-lhe que estou a muito tempo convencido que a ordem do burguês como eles entendem, é o silêncio e o deserto, é a paz das trevas e a tranquilidade dos túmulos, e a doçura do sono dormido sob as asas de uma providencia fictícia que se diz velar pela sociedade. [...] Este é a suprema vergonha do mundo inteiro, que até para funcionar a escola da União Operária, sob as bases racionalistas, é preciso a proteção da polícia. E é preciso notar que não é, nenhum burguês e nem filhos de burgueses que assaltam a escola com imprecações chegando a apedrejar moças alunas quando se retiram para suas casas. São os próprios operários e filhos de operários; são essa escória social que aborrecem a virtude; o cultivo intelectual o respeito, enfim, tudo quanto pode afastar o indivíduo da tendência do mal e ergue-lo ao nível do homem civilizado. (*O OPERÁRIO*, 02/06/1912, n. 135, p. 455)

No mesmo artigo, Jubert ainda discorre sobre como alguns dos operários pensavam, afirmando que parte deles difamava a UO de Sorocaba. Segundo ele, vários trabalhadores, por sua forma de agir, preferiam que a sociedade sobreviesse da exploração, enquanto outros preferiam que servisse de escudo dos crimes; havia também os “infelizes” que não se satisfaziam com nada e acabavam por prejudicar tudo que fosse nobre (*O OPERÁRIO*, 02/06/1912, n. 135, p. 455). Nesse sentido, em determinados momentos, Jubert viu-se cercado de operários contrários à UO de Sorocaba, o que tornava mais evidente as tensões e os conflitos que permeavam os espaços de Sorocaba e perpassavam as suas redes de sociabilidade.

Em outra situação, em uma das conferências de protesto contra a violência policial, Jubert acusou o delegado Gastão de Lima de mandar assassinar o operário Damásio Ata[n]es Justo por ciúmes de uma mulher (*O OPERÁRIO*, 08/09/1912, n. 147, p. 489), e, também, de mandar qualquer um intimar pessoas na rua (10/11/1912, n. 156, p. 518). A pessoa em questão que intimava era Eugenio Mariz, gerente de uma fábrica pertencente ao Banco União de Votorantim. Para Jubert, tal gerente, além de dar ordens na cidade a ponto de mandá-lo prender, era vingativo e vivia a perseguir todos os funcionários que divergissem de suas ideias religiosas e políticas. Frente a tal situação, em um artigo, Jubert ameaçou: caso a diretoria não tomasse providências, isso teria reação, pois os operários estavam sendo “feridos em sua dignidade, perseguidos em suas ideias, humilhados no seu brio, não podendo conter a sua indignação [...havam] de um dia rebelar[-se]” (*A LANTERNA*, 2/11/1912, n. 163, p. 3).

A repressão policial que ocorria na cidade visava a dismantelar o movimento operário e, para isso, eram utilizadas artimanhas tais como enviar um grupo de oito policiais à paisana para a praça de Votorantim, os quais mantinham-se sobreaviso para reprimir, rapidamente, qualquer conferência que ali se iniciasse. Segundo o publicado em uma nota, um soldado declarou “desobedecer a qualquer ordem de habeas-corpus preventiva” (*O OPERÁRIO*, 24/11/1912, n. 158, p. 525), assim sendo, foi pedido para que “os operários de Votorantim

tom[assem] nota do interesse que a burguesia t[inha] em conservá-los na ignorância” (idem).

Em meio a tais denúncias e represálias, Jubert chamou a classe de operários a organizar-se para combater a indiferença da burguesia, de seus pares, do clero e da polícia (*O OPERÁRIO*, 22/09/1912, n. 149, p. 498). Tal chamamento demonstra o quanto a vida do trabalhador era negligenciada e o quanto isso deixava-o indignado. Essas experiências conflituosas só complementam aquelas já salientadas no capítulo um, porém não representam sua totalidade, pois, em outra nota, operários protestaram sobre a contratação de um chefe, o que demonstra um posicionamento de resistência frente às condições de trabalho na fábrica mencionada.

Na fábrica de chapéus dos Snrs. Souza Pereira e Comp. se apresentou [...] um tipo que se deu a conhecer por Claudio Buzzio [...] que já tinha trabalhado na fábrica ‘Borsalino’ na Itália [...]. Entretanto [...] nunca chegou a demonstrar que conhecesse a profissão [...]. O instinto da sua perversidade chegou a ponto de tocar como quem toca um cão da fábrica o operário Demétrio Cordeira, que a 28 anos trabalha na fábrica, pelo simples motivo de ter ido pedir a sua conta devido graves injustiças que sofria por parte do tal bandido Claudio. [...] Os operários porém, protestam contra a permanência desse miserável odioso na fábrica e estão resolvidos fazer valer o seu protesto. (*O OPERÁRIO*, 22/12/1912, n. 162, p. 537-538)

Em meio a todas essas relações, que variavam entre denúncias e conflitos, flagramos a rejeição de Jubert em participar do Congresso Operário que se realizaria no Rio de Janeiro por ter sido apropriado por políticos. Segundo a nota:

O Secretário da União Operária, informa-nos que desistiu de comparecer no Congresso Operário, que deverá realizar-se de 7 a 15 de Novembro no Rio de Janeiro. O motivo da sua desistência é proveniente ter sido o dito Congresso organizado pela politicagem policial de Mario Hermes¹³². Informou-nos também que nenhuma organização operária de S. Paulo se fa[...rá] representar dia do Congresso. (*O OPERÁRIO*, 22/09/1912, n. 149, p. 498)

Existia, portanto, uma divergência entre duas concepções sindicais. Uma delas era o *sindicalismo amarelo* (ou *sindicalismo reformista*), a qual organizou o congresso que acolheu a presença de políticos, sobretudo, de Mário Hermes. Outra, o anarcossindicalismo (*sindicalismo revolucionário* ou *de ação direta*), que se opunha a discutir questões religiosas e políticas, da qual Jubert alinhava-se, pois, seu método era combater o Estado, a Igreja e a propriedade privada, o que explica a recusa de Jubert em participar do congresso.

¹³²Tenente e Deputado Federal pela Bahia, filho do presidente da República marechal Hermes da Fonseca (1910-1914).

Diante disso, a UO de Sorocaba, segundo nota, recebeu um telégrafo em que se apelava para que eles participassem do 4º Congresso Operário¹³³ organizado por “policiais e guardas cívicos de Mário Hermes”. Para os anarcossindicalistas, tal evento, entretanto, deveria ser considerado como o 2º Congresso Operário e não o 4º. A divergência da nomenclatura devia-se ao fato de os sindicalistas próximos aos políticos considerarem os congressos socialistas como antecessores. Em decorrência a isso, uma outra mensagem foi emitida, informando que a confederação organizaria o 2º Congresso Operário no Rio de Janeiro, em 1913 (*O OPERÁRIO*, 27/10/1912, n. 154, p. 512). Em outros termos, cada vertente sindical organizou o próprio congresso.

Em Sorocaba, pelo próprio teor de algumas notas, ficou visível a interferência política entre o movimento operário. Um caso que bem retrata a situação é o de Pedro Mesquita¹³⁴, que já havia discursado junto a Jubert, mas, ao ir trabalhar no jornal *Cidade de Sorocaba*, passou a ser constantemente criticado¹³⁵ por Zenon de Almeida Budaszewski, um dos editores de *O Operário*. Nessa ocasião, Mesquita parece ter perdido o emprego no jornal e se candidatado a deputado, conforme se lê:

Querido Mesquita!

Tenho pena mais chorar não posso – porque eu não choro quando algum jesuíta está em apuros [...], escrever não paga a pena, mas eu julgo que lá [...no jornal] “Cidade” [...] não querem te aturar, aqui também não venhas [...], pelo cartão que recebemos dum amigo de S. Paulo o qual pedimos [...] para publicá-lo [consta] ei Amigos d’ Operário. Saudações. O Mesquita pelo que consta e tenho lido no “O Operário” e pelo “Cidade”, está na classificação dos *sem caráter* e *sem dignidade*. A sua defesa é a mais alta prova da sua miséria moral. Aconselho porém aos amigos, lancem um punhado de terra sobre o seu cadáver moral [...]. Lembranças etc. Viram os leitores como está se tornando popular o nosso futuro deputado? (*O OPERÁRIO*, 1/12/1912, n. 159, p. 528)

Enquanto Zenon se ocupava com Mesquita nas páginas do jornal e os conflitos persistiam, Jubert lidava com o processo (1912) que o advogado Octávio Guimarães havia movido contra ele por calúnia e difamação (mencionado no capítulo um). Então, em uma das audiências, Jubert afirmou que:

¹³³Sobre esse assunto, ler BATALHA, C. *Sindicalismo Amarelo*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SINDICALISMO%20AMARELO.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

¹³⁴Colega de trabalho de Jubert que foi demitido do jornal *O Operário* logo após uma nota, sobre uma festa que os dois haviam ido em Votorantim.

¹³⁵Conforme notas do jornal *O Operário* n. 160, 161, 162, 165 e 167.

[em] 18 do corrente convidei cinco companheiros para assistirem [...] esse sabichão que se despacha por órgão da justiça a fim de testemunhar e proceder desse tipo que além do ódio manifestado [...] teve a coragem de inverter palavras depostas pela testemunha falsa e sem caráter que se dá a conhecer por Fernando Cretella, que declarou saber que [eu] professava ideias anarquistas (que são hoje aceitas e professadas por quase todos os sábios) mente o sabichão do promotor, fez contar que manifestava ideias niilistas revolucionárias e antissociais. Além disso sabeis o que andou manifestando esse Quixotesco promotor a uns e a outros? – Que esse processo não era nada, que outros dois que havia de mover e depois [eu] seria expulso. [...] Eu quero crer [que] há indivíduos que a vergonha nunca queimara as faces [...mas] julgarão[se] suspeito em qualquer causa, lastimando não poderem serem partes e juízes da mesma causa que procuram favorecerem por vinganças ridículas. (*O OPERÁRIO*, 22/12/1912, n. 162, p. 538)

Ao final da nota acima, num ato de provocação muito característico de Jubert, o mesmo diz: “E nós da luta pela classe deserdada estamos a espera dum outro processo. Assinado Fiuu sem fio” (*O OPERÁRIO*, 22/12/1912, n. 162, p. 537-538). Como podemos perceber, Jubert nunca perdia a oportunidade de ser sarcástico com aqueles que o perseguiram. O promotor mencionado, o qual prometeu expulsar Jubert do país, era amigo de Octávio o advogado que o processou. Por mais que Jubert acreditasse que ele seria julgado suspeito de atuar no caso, esse era um momento em que as promessas de expulsões de estrangeiros do país ocupavam diferentes páginas do jornal, e, em uma delas, foi possível ler que:

O monstro deputado Adolpho Gordo de hoje, não daquele tempo em que os filhos do Bernardino lhe quebraram a cara em pleno São Paulo, vomitou no Congresso toda a bile que o seu estômago veio destilando desde o infeliz momento que esse monstro galgou a cadeira de deputado, chegando a ponto de justificar a lei de expulsão alegando ter em São Paulo 26 associações anarquista. O povo que tome nota mais desse indivíduo. (*O OPERÁRIO*, 15/12/1912, n. 161, p. 534)

A referida lei foi aprovada (*O OPERÁRIO*, 05/01/1913, n. 164, p. 2), a ideia dela era criminalizar os estrangeiros anarquistas, porque o conhecimento sobre as revoluções e lutas que eles tinham poderia influenciar os trabalhadores brasileiros. Expulsá-los, dessa forma, seria uma solução, assim como ocorreu em diferentes ocasiões, tal como no caso dos quatro operários: Albino Gaio, Antônio Vieytes, Manuel Gonçalves e Primitivo Soares, os quais foram expulsos do país por participarem da greve em Santos (*GUERRA SOCIALE* cf. *O OPERÁRIO*, 15/09/1912, n. 148, p. 494).

De acordo com o editor do jornal, “[c]om a lei da expulsão do [...] Adolpho Gordo, o povo vem a perder os melhores propagandistas que trouxeram as ideias modernas e que fizeram

ninho no nosso cérebro. A sua semente foi lançada compete [a] nós cultivá-las [...]” (*O OPERÁRIO*, 05/01/1913, n. 164, p. 2). A questão era que as eleições estavam por vir, e muitos eleitores já estavam prontos a votar naqueles que, possivelmente, destruiriam a liberdade. Eles eram vistos pelo jornal como crianças que nunca se emanciparão (idem).

Segundo uma nota, sobre a lei de expulsão:

Adolpho Gordo [...] afirmou que o maior perigo para os magnatas e escravocratas, são os estrangeiros residentes a muito tempo no país que conhecem os usos e costumes do povo e as leis do país. “Destarte é necessário que o presente outro projeto de lei não permitindo ao estrangeiro residir mais do que seis meses no país a fim de não chegarem a conhecer a língua e os costumes e as leis do país, por que dessa forma será muito mais fácil estabelecer o antigo regime da escravatura, ou por outra mande escrever as leis em língua guarani para os malditos estrangeiros não conhecerem. (*O OPERÁRIO*, 12/01/1913, n. 165, p. 547)

Embora as perseguições fossem muitas, a intimidação da lei não conseguiu manter o silêncio do jornal, o qual publicou uma ocorrência de greve na Europa com o título: *O melhor sistema de greve*. A situação relatada expunha os benefícios contra a exploração. Na ocasião, a AIT, órgão dos sindicatos revolucionários da ação direta, tinha obtido uma vitória, pois todos os operários de uma fábrica tinham se armado com o que podiam e aguardavam a reivindicação do sindicato. No caso de não serem atendidos, estavam todos preparados para sabotar o local e impedir a entrada da polícia (*O OPERÁRIO*, 07/12/1912, n. 160, p. 531).

Além disso, juntamente com a primeira nota mais acima, sobre o deputado Adolpho Gordo, publicaram outra afirmando que:

“A Internacional” órgão do sindicalismo revolucionário, completou cinco anos de luta com cem processos, não teve um redator que não fosse processado com a distribuição de 34 anos de prisão e 17,681 lira de multa. Ela porém continua aterrorizando a burguesia capitalista. (*O OPERÁRIO*, 15/12/1912, n. 161, p. 534)

Diante disso, podemos considerar que a perseguição que os imigrantes sofriam, tanto os anarcossindicalistas quanto Jubert foram frequentes. No caso de Jubert, o processo contra ele não ocasionou sua expulsão, visto que possuía a cidadania brasileira; contudo, resultou em sua prisão meses mais tarde. Conforme demonstra as notas subsequentes do tópico 3.3., o jornal *O Operário* havia publicado a sua última edição no dia 02 de fevereiro de 1912, portanto, recorreremos a outras fontes para demonstrar o desenrolar da perseguição a Jubert.

3.3. Joseph Jubert: um líder anarquista perseguido e preso

SOROCABA – A gentalha vadia de Sorocaba – a que vive explorando o povo trabalhador – [...] tem infamemente procurado destruir e anular o prestígio que no meio operário e mais devido à sua orientação, tem a União Operaria de Sorocaba. Mas não ficou só aí a infâmia da gentalha de casaca e batina: ainda pretendendo expulsar o nosso camarada *Josef Joubert*, como não houvesse um crime era preciso arranjar: Joseph Joubert havia escrito algumas verdades pelo *O Operário* da mesma localidade [...]. E o nosso camarada foi processado. Mas por uma aberração da sorte, Joubert foi absolvido. Agora os meios são outros: querem *matar* o movimento operário dali, talvez mandando fechar a União Operaria [...] (*A VOZ DO TRABALHADOR*, 1º/2/1913, n. 24, p. 3)

Tomamos a citação acima como mote para elucidar como a perseguição contra Jubert ganhou visibilidade nacional, tendo em vista que o jornal, ao publicar essa nota de repúdio, tinha a sua sede no Rio de Janeiro. Isso demonstra como o movimento operário do interior paulista mantinha vínculos de cumplicidade com outros grupos de anarquistas em esfera nacional e, também, internacional.

A forma de comunicação entre eles se dava pela seção de bilhetes e recados dos próprios jornais. Sendo assim, possivelmente, Jubert já havia comunicado às diferentes frentes sobre o que estava havendo em Sorocaba, pois as palavras a seguir parecem justamente uma mensagem de apoio a ele: “J. J. – Ciente da tua comunicação. É necessário energia. A luta tem desses revezes [...]. Esses revezes representam as barreiras a enfrentar; portanto: enfrentemo-las e venceremos. Saúde!” (*A VOZ DO TRABALHADOR*, 1º/3/1913, n. 26, p. 4).

Mesmo com o processo contra Jubert tendo sido julgado improcedente, a pressão parecia grande, pois o jornal *A Lanterna* publicou uma nota nomeando o processo como farsa, ou seja, tratava-se de uma suposta perseguição. Conforme se lê em um trecho:

Joseph Jubert, pondo-se sempre do lado dos operários, denunciou um facto condenável verificado numa oficina daquela cidade, enfrentando também com altivez um bacharelete que saiu em defesa dos exploradores. [...] entretanto o trunfo [saiu] às avessas, terminando o processo farsa com a sua impronuncia. O juiz encarregado da causa [...] julgou improcedente a queixa [...] (*A LANTERNA*, 22/2/1913, n. 179, p. 3)

Sobre o processo, porém, passado pouco mais de um mês, a apelação que o advogado Octávio Guimarães fez ao tribunal de justiça havia surtido resultado, pois Jubert foi condenado a quatro meses de prisão e ao pagamento da multa de 450 mil réis (*CORREIO PAULISTANO*, 30/3/1913, n. 17.846, p. 3). Essa informação diverge, entretanto, daquela proferida por Dias, o qual afirmou que Jubert foi condenado “sob a acusação de ter, na greve de tecelões em

Sorocaba, ferido o delegado da polícia local [...]” (1977, p. 281). Com relação à validade dessa asserção, não encontramos nenhuma confirmação.

Aparentemente, Jubert havia sido pego de surpresa, pois, de acordo com uma nota do mesmo jornal que sempre dirigia críticas a ele, Jubert “[...] foi preso por despacho do juiz de direito, quando compareceu na delegacia de polícia solicitando licença para realizar amanhã um comício de protesto contra a carestia da vida” (*CORREIO PAULISTANO*, 13/4/1913, n. 17.860, p. 4). A nota foi escrita no dia 12, portanto, no mesmo dia que ele fora preso.

Nesse sentido, a prisão de Jubert, desvela a relação de poder verticalizada, pois a denúncia contra ele não se enquadrava num crime e, por isso, foi julgada improcedente da primeira vez. Se de um crime se tratasse, o editor do jornal *O Correio Paulistano*, quando lhe nomeou como “perigoso” e “subversivo”, poderia então ser processado e receber a mesma condenação.

De fato, Jubert não poupava palavras quando se tratava de criticar atos de membros da igreja, da justiça, ou, da burguesia, contrários a percepção dele e dos demais anarquistas. Contudo os dois lados, mudam a tonalidade da voz e a intencionalidade das palavras, quando há um desacordo, ou seja, em diferentes situações.

Tal situação encontra refúgio nas próprias palavras de Jubert, quando ele ratifica que:

[e]ncerram todas as leis de ordem constitucional a promessa solene de garantir o Estado os direitos fundamentais [...] porém [...] [i]nfelizmente os homens que são chamados a legislar para o povo, não passam de meros servos do capital e de burgueses que tem em mira a conservação de todas as misérias que flagelam a humanidade [...] (*O OPERÁRIO*, 14/04/1912, n. 128, p. 434)

Segundo a nota, a justiça era uma letra morta na perspectiva dele.

Devido à prisão de Jubert, o jornal carioca emitiu outra nota; dessa vez, chamando a atenção do operariado de Sorocaba, cobrando justamente uma manifestação por parte deles, já que Jubert havia sido preso pelo fato de sempre estar em defesa dessa classe.

Já tivemos ocasião de nestas colunas referirmo-nos a perseguição que as autoridades dessa localidade veem movendo contra os camaradas conscientes que não se cansam por levar ao operariado sorocabano as razões da organização de suas classes em associação, afim de unidos exigirem aquilo que tem direito como verdadeiros manipuladores do progresso e da grandeza social. A infame perseguição é que é açulada pela jesuitada dali, visa especialmente o nosso amigo Joseph Joubert, que há sido um esteio valioso no meio em que vive. Mas, perguntamos o que faz o operariado sorocabano diante de tanta miséria contra um companheiro que tem afrontado impassível às iras desses malvados, propagando os ideais nobres e puros da regeneração das classes exploradas? Um gesto de dignidade, operários de Sorocaba! (A

VOZ DO TRABALHADOR, 15/4/1913, n. 29, p. 3)

A chamada de atenção que fazia o editor aos operários sorocabanos que, conforme Carvalho e Cavalheiro (2007), era o segundo maior polo industrial do interior paulista, nos dá indícios dos enfrentamentos na esfera jurídica que Jubert fora colocado. Desde sua chegada em Sorocaba, as publicações que fez, os manifestos que realizou e os desentendimentos com os membros do segmento industrial local acarretavam perseguições políticas.

Sobre a prisão de Jubert, o jornal *A Lanterna* emitiu uma nota informando que ele chegou à capital no dia 15, terça-feira, no entanto, lá estiveram e nenhuma informação sobre ele foi fornecida a eles ou à esposa Thereza. A prisão, segundo eles, era comandada pelo Dr. Pinheiro, o qual forjou um Inquérito no caso da menina desaparecida Idalina (*A LANTERNA*, 26/4/1913, n. 188, p. 3).

Diferentes protestos, críticas e notícias a respeito da prisão de Jubert foram emitidas¹³⁶. Contudo, após quinze dias da sua prisão, seus companheiros ainda não tinham uma confirmação de onde Jubert se encontrava. Zenon, outro editor do então interrompido *O Operário*, em Sorocaba, também foi preso¹³⁷ justamente no momento em que ele, Edgar Leuenroth e outros protestavam contra as prisões do operário Adolfo Anta e de Jubert (*A LANTERNA*, 1º/5/1913, n. 189, p. 2). Anterior a sua prisão, Zenon escreveu um artigo sobre o primeiro de maio relacionando o seu tempo com o ano de 1886, que foi publicado no jornal carioca. Em trechos dele lê-se:

A eterna tragédia

Todos os anos, no mesmo dia, e em todo o mundo, o proletariado, recordando o crime consumado há tempos, pela burguesia, reúne-se, em parte, protesta contra aquela infâmia; em parte, festeja este dia, a sistema de bons cristãos, quando festejam um ídolo mártir. [...] Não foi, porém, somente no dia 1º de maio de 1886 que a burguesia saciou a sua vontade sanguinária; não foi somente naquele dia, que alguns operários conscientes, dispuseram-se a pagar o seu gesto de revolta com a própria vida. Não. Essa tragédia é eterna [...] Em 1886, foram vítimas Spies, Lingg, Pearson, etc., e hoje são vítimas Adolpho Anta, Joseph Jubert, Primitivo Soares e outros, pelo mesmo crime de lutar pela emancipação proletária. (*A ÉPOCA*, 1º/5/1913, n. 275, p. 1)

Durante as várias manifestações em favor do dia primeiro de maio, ocorreram

¹³⁶ *A Lanterna* (n. 189, n. 192, 195, n. 198, n. 200, n. 201, n. 202); *A Época* (n. 275, n. 282, n. 283); *A Voz do Trabalhador* (n. 30, n. 31, n. 33); *Correio da Manhã* (n. 5212, n. 5213); *Germinal* (n. 7); *Germinal e Barricata* (edição especial primeiro de maio); *Terra Livre* (n. 19).

¹³⁷ Um artigo do jornal *A Época* relata como aconteceu o comício de protesto que envolveu a agressão a participantes e prisões, dentre elas a de Zenon o orador e também sapateiro que mal havia começado a falar (*A ÉPOCA*, 09/05/1913, n. 283, p. 4).

juntamente os protestos contra a prisão de Adolpho Anta (um operário) que estava preso na casa de Detenção do Rio de Janeiro arbitrariamente “porque nada fez que servisse à polícia de pretexto para ser detido” (*CORREIO DA MANHÃ*¹³⁸, 08/05/1913, n. 5212, p. 13). Ele foi preso quando levava um pedido da Federação Operária de Santos à autoridade policial, para a realização de um comício em protesto das rígidas leis, em janeiro de 1913, em Santos e levado para o Rio de Janeiro, local onde aguardaria a sua expulsão (*A LANTERNA*, 19/4/1913, n. 187, p. 2). Jubert nesse momento estava preso em local ainda desconhecido.

Em um desses protestos, publicado numa edição especial do primeiro de maio pelos jornais *Germinal*¹³⁹ e *Barricata* com o título: *Nos calabouços do país da liberdade*, denunciaram que Jubert havia sido sequestrado pela polícia, pois nada lhes informavam sobre ele, conforme se lê:

[...] o companheiro Joseph Joubert foi condenado pelo tribunal de justiça a vários meses de prisão. Da cadeia de Sorocaba foi ele removido para esta capital, onde várias pessoas, entre elas a sua companheira, vieram a visita-lo e proporcionar-lhe roupas e alimento, para atenuar os efeitos do cimento e quebrar o jejum de dias ou semanas, e variar um pouco da excelência culinária do envenenador rancho [...]. Pois bem, estas pessoas juntamente com outros camaradas foram a Polícia Central, a Cadeia e outros postos policiais e em parte alguma encontraram. Segue-se que este camarada está sequestrado pela polícia, tal como nos tempos da Inquisição. Este não é um fato virgem, é a praxe dos detetives paulistanos. (1/5/1913)

Na visão dos companheiros de Jubert, sumir com ele era uma prática comum da polícia, visto que o intuito era castigar aqueles que ousavam criticar o sistema. Para os outros, entretanto – as classes industriais e, talvez, parte dos operários – as leis e a polícia só cumpriam o papel de manter a ordem; desse modo Jubert era visto por esses últimos como um causador de problemas e de conflitos.

Num outro artigo publicado, faz-se um questionamento sobre a justiça nos casos de Jubert e Anta¹⁴⁰, além de enviar um recado à classe operária, conforme se lê:

Joubert e Anta

A arbitrariedade policial continua a saciar-se sobre estes dois camaradas. Joubert, soubemos a última hora, encontra-se na Penitenciária onde está, não

¹³⁸ Jornal do Rio de Janeiro. Esse mesmo jornal no dia seguinte publicou outra nota informando a prisão de Zenon durante o comício, bem como chamando os trabalhadores para outro protesto em relação a tal prisão (*CORREIO DA MANHÃ*, 09/05/1913, n. 5213, p. 5).

¹³⁹ Semanário anarquista que funcionava em São Paulo e tinha como redator Florentino de Carvalho.

¹⁴⁰ Peres (2004) também fez referência a esse protesto contra as prisões, como estando entre as três mais representativas do jornal.

sabemos por ordem de quem, incomunicado por 2 meses. Anta permanece na Central de Rio por capricho policial. E ainda há quem diga que existe justiça, que existe uma instituição jurídica para zelar pela liberdade e pelos direitos dos cidadãos. Ainda há quem sustenta que estamos sob um regime civilizado. A justiça só pode fazer-la o povo, e nesse sentido a Confederação Operária Brasileira e a Federação Operária do Rio preparam grandes comícios de protesto. Este exemplo deve ser imitado por todas as sociedades operárias do Brasil, e por todos os homens que simpatizam com a justiça e com a liberdade. A arbitrariedade cometida contra esses camaradas vai dirigida ao proletariado em geral, e este não pode ficar impassível. (*GERMINAL*, 10/05/1913, n. 7, p. 1)

Novamente o jornal carioca *A Época* se manifestou, por meio de um grupo de homens livres e, por uma publicação direcionada ao povo de São Paulo. Para além de chamar também o povo do Rio de Janeiro para protestar contra as prisões de Jubert e Anta no largo Carioca, junto a presença dos grupos: Centro de Estudos Sociais; Confederação Operária Brasileira; Federação Operária do Rio de Janeiro; Centro dos Operários Marmoristas; União dos Alfaiates; União Geral dos Pintores; Fênix Caixeiral; Sindicato dos Operários da Indústria Elétrica; Sindicato dos Funileiros e Bombeiros Hidráulicos; Sindicato dos Carpinteiros; Sindicato dos Estucadores; Sindicatos dos Operários das Pedreiras; Associação Operária Independente; União dos Marceneiros e Artes Correlativas. Em um trecho da manifestação se lê:

Não encontramos a verdadeira qualificação do proceder da polícia para com os operários Joseph Jubert e Adolfo Anta. Todas as frases com que poderíamos definir a monstruosidade policíesca são ambíguas e insuficientes [...] Joseph Jubert, um lutador em prol dos direitos e liberdades do povo trabalhador, soube responder merecidamente aos ataques que o infame viver Octávio Moreira Guimarães dirigiu contra vários operários de Sorocaba e por isso foi condenado pelo Tribunal de Justiça (leia-se injustiça) [...] O caso Calvo¹⁴¹ repete-se talvez com piores consequências. Este camarada encontra-se já em adiantado estado de tuberculose [...] Adolfo Anta encontra-se na Casa de Detenção do Rio, há 4 meses, sem causa formada [...] Onde haverá um povo que tolera estas infâmias? Onde estão estes republicanos, esses patriotas que dizem ser a vanguarda das liberdades deste país? Onde está a civilização brasileira? [...] (*A ÉPOCA*, 08/05/1913, n. 282, p. 3)

Chamamos a atenção para a matéria do jornal estrangeiro o *Terra Livre*, publicado em Lisboa, capital de Portugal. Nela, há uma crítica à prisão e à falta de informações de Jubert; uma comemoração à vitória do comício anarquista do Largo de São Francisco, que resultou na liberdade de Adolfo Anta, e o tratamento do caso de Francisco Calvo, o qual protestou ao lado

¹⁴¹ Não temos a informação sobre essa segunda prisão de Francisco Calvo, existe uma dúvida se o jornal se refere a prisão ocorrida em 1912, ou, se ele havia sido preso novamente. O jornal *Terra Livre* de Lisboa também traz a mesma informação de Calvo alertando para a sua doença tuberculose.

de Jubert em Sorocaba pelas violências policiais e, aparentemente, estava preso com tuberculose. Quanto ao caso de Jubert, o editor desse jornal chegou a questionar se talvez teria “[...] sido já assassinado pela polícia, para satisfazer [os seus] bárbaros sentimento[s] de vingança?” (*TERRA LIVRE*, 19/06/1913, n. 19, p. 6).

Jubert não foi morto conforme o jornal acima sugeriu, mas, possivelmente, foram as manifestações desses diferentes jornais que garantiram que ele se mantivesse em segurança, mesmo estando preso, já que, conforme os próprios registros de Jubert, muitos que iam para a penitenciária não saíam de lá vivos. Ainda, talvez tenha feito diferença um jornal do exterior dedicar algumas páginas de protesto a sua prisão.

Somente após dois meses de prisão que permitiram que Jubert fosse visitado. Sua esposa e parentes o encontraram animado, forte e pronto para voltar ao combate, mesmo tendo ele sofrido abuso de ordem moral, pois foi proibido de escrever e, para ler, lhe forneceram apenas livros religiosos. Para os defensores de Jubert (*A LANTERNA*, 5/6/1913, n. 198, p. 2), era incompatível que ele permanecesse numa penitenciária por conta de um delito leve do qual fora condenado, já que lá era um lugar destinado a criminosos perigosos.

Havia uma descrença muito grande sobre a liberação de Jubert antes de completar os quatro meses de pena. Nesse momento, contribuições financeiras foram solicitadas para o pagamento da multa exigida no processo. A conotação do pedido foi enfática, pois, caso o valor não fosse arrecadado, Jubert teria o tempo de prisão estendido. Na mesma ocasião, divulgou-se que o valor arrecadado havia sido de oito mil réis (*A LANTERNA*, 14/6/1913, n. 195, p. 3).

A frente de liderança do movimento anarquista, por sua vez, organizava-se para denunciar as condições dos operários brasileiros na imprensa estrangeira. A intenção era publicar dois mil exemplares e enviá-los à Europa e a países da América. Na mesma nota, se reafirmou a necessidade da solidariedade de todos os companheiros, a fim de arrecadar o valor da multa imposta a Jubert (*A VOZ DO TRABALHADOR*, 15/6/1913, n. 33, p. 4).

A mobilização em torno da prisão de Jubert era grande, não que isso não ocorresse também com os outros, porém, acompanhar essa movimentação nos fez perceber como a solidariedade por eles era propagada; ela, de fato, acontecia na prática. Dentre tais reivindicações, um comício foi realizado em Sorocaba, o qual contou com o discurso de protesto à prisão de Jubert proferido por Thereza, sua esposa. Nesse momento, ela estava há três meses sem vê-lo:

Sabem bem esses sabujos que não será com alguns meses de prisão que conseguirão [...] os grandes parasitas sociais [...] expulsar Joseph Jubert do Brasil, todos nós devemos esperar: estão no seu papel procurando libertar-se de um inimigo incomodo [...]. Em Sorocaba realizou se no domingo passado um concorrido comício de protesto contra esse premeditado atentado à pessoa de um trabalhador digno de toda a consideração. Essa importante reunião efetuou-se [...] no salão da Sociedade Muraria nela fazendo uso da palavra a sra. Teresa Jubert, [...] e um orador ido de S. Paulo. (*A LANTERNA*, 19/07/1913, n. 200, p. 3)

Os votos de solidariedade também puderam ser vistos de outra forma. Um companheiro havia doado uma importante quantia e enviado palavras de apoio na sessão de bilhetes e recados, conforme se lê:

Este bilhete tem por único objetivo [...arrecadar] a quantia de 10\$000 que, por intermédio do amigo, destino ao nosso correligionário Joseph Jubert, encarcerado para satisfazer burgueses poucos escrupulosos e sem alma [...]. Termino fazendo votos pela sua felicidade e pela saúde do nosso infeliz companheiro Jubert. Espero podermos em breve encarcerar os que o encarceraram. Do correligionário e. amigo, — E. CANARD (*A LANTERNA*, 19/07/1913, n. 200, p. 3)

Foi durante o período em que estive na prisão que uma fotografia de Jubert ocupou parte do jornal *A Lanterna*. Ela foi publicada com os propósitos de reafirmar a campanha contra a prisão, bem como para angariar fundos para o pagamento da multa que lhe foi imposta em decorrência da condenação do processo movido pelo advogado Octávio Guimarães.

Conforme se verá a seguir:

Figura 11: Foto de Joseph Jubert publicada no jornal *A Lanterna*, 26/7/1913, n. 201, p. 3



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional

Fotografias raramente apareciam no periódico *A Lanterna*. Havia, nesse jornal, uma grande quantidade de imagens, porém, de propagandas. Nela, Jubert usa um chapéu, paletó, com colete sobre uma camisa branca e tem bigode, um traço característico da época.

Jubert ainda se encontrava preso quando rumores de sua expulsão se espalhavam por Sorocaba. Uma nota questionando a motivação dessa possível expulsão foi, então, escrita. Nela, também constou parte da contribuição à multa de Jubert, a qual, até aquele momento, representava menos de 10% do valor do total devido, conforme se lê:

Expulsar Joseph Jubert do Brasil?! E porquê? De facto o nosso amigo é brasileiro: veio para aqui muito criança, naturalizou-se, foi eleitor e oficial da Guarda Nacional. [...] Quantas violências já não têm sido aqui cometidas por essa mesma gente que das alturas do poder vive a oprimir e a explorar o povo? Não duvidemos [...] que [atentem] contra os [...] princípios liberais da constituição do país. [...] Recebemos mais as seguintes quantias [...] já

publicada... 31\$500, Augusto Müller, Rio...5\$000, N. Prietro, S. Paulo...2\$000, N. de A. Santos, Guaxupé 3\$000, Total... 41\$500. (A *LANTERNA*, 2/8/1913, n. 202, p. 3)

A pena de Jubert tinha terminado e outra lista a favor do pagamento de sua multa havia sido publicada; nela, constava que o responsável pela mobilização era José Hernandez Martin, da cidade de Cordeiro, e que os doadores foram:

Um francês, 10\$; Mariano del Gigante, 2\$; José Hernandez Martin, 2\$; Domingos Martin, 2\$; Prado & Guimarães, 2\$; Um padre, 2\$; Um espirita, 2\$; Domingos Boldrini, 1\$; Um amigo dos padres, 1\$; Gildo Boldrini, 1\$; João Religioso, 1\$; José Larocca, 1\$; Simão Bernardo, 1\$; José Perdomo, 1\$; Estevan Ferreira, 1\$; Francisco Rodriguez, 1\$; Juvenal Prado, 1\$; Anselmo Rodrigues da Silva, 1\$; Henrique Habulone, 1\$; Graciano Marino, 1\$. – Total, 37\$ [sendo] 1\$ para o Correio, 36\$000. (A *LANTERNA*, 9/8/1913, N. 203, P. 2)

Aparentemente, um valor ainda muito inferior ao referido total da multa. Não identificamos, em nenhuma das notas, qualquer menção a como conseguiram levantar toda a diferença. Ao final dos quatro meses cumprindo pena, Jubert foi posto em liberdade no dia 11 (A *LANTERNA*, 16/8/1913, n. 204, p. 2). Sua liberdade foi comemorada e publicada por periódicos: *A Voz do Trabalhador* (n. 38), *A Lanterna* (n. 204), e, também, anunciada com desagrado por outro periódico *Diário Español* (n. 1.438).

No momento do reencontro, os companheiros de luta puderam abraçá-lo e ver que ele se encontrava o mesmo, embora temessem o choque entre o temperamento rígido de Jubert e a brutalidade inconsciente que havia naquele ambiente. Nesse momento, Jubert relatou aos colegas o que fizeram com ele, o que incluiu privação, maus tratos, tortura física e moral. Segundo ele, em seus primeiros dezoito dias – aqueles em que ele se encontrava incomunicável – não pode se deitar para dormir, porque o chão era molhado duas vezes ao dia (A *LANTERNA*, 16/8/1913, n. 204, p. 2).

Com o chão molhado e sem cama para deitar, Jubert passava todas as noites em pé, apenas encostando-se para cochilar. Foi apenas ao final dos dezoito dias que foi transferido para a Penitenciária, momento em que já estava doente, com artrite e uma forte gripe. Na Penitenciária, porém, a situação não mudou muito, lá foi proibido de ler, de falar, de andar e de expectorar. Na opinião dos companheiros, de forma inútil, pois ideias não são encarceradas, são o ar que eles respiram, e, ainda que tivessem o matado, os seus ideais permaneceriam como patrimônio do povo (A *LANTERNA*, 16/8/1913, n. 204, p. 2).

O reencontro de Jubert com a família e o retorno à Sorocaba foi comemorado com

música, fogos de artifício e com uma conferência ao povo que lhe aguardava na estação de trem. Nessa ocasião, Jubert teria visto o seu primeiro filhinho pela primeira vez, já que sua esposa Thereza estava grávida quando ele foi preso. Conforme se lê a seguir:

A recepção feita a Jubert no dia do seu regresso a Sorocaba vale pelo mais solene protesto do povo trabalhador contra a infame perseguição movida a esse nosso companheiro pelos jesuítas de casaca que, numa obra de verdadeiro banditismo, vivem a roubar e oprimir o povo. [...] a sua chegada à estação de Sorocaba encontrou Jubert uma enorme multidão, que o acompanhou até a sua residência, seguida de uma banda de música, ao estourar dos foguetes e aos vivas a *Lanterna*, ao *Germinal*, a classe trabalhadora, etc. Á porta de sua casa, onde ele foi encontrar o seu primeiro filhinho, nascido enquanto ele estava na prisão, Jubert falou ao povo, por espaço de meia hora, estigmatizando a obra dos caciques de casaca e de batina [...] (A *LANTERNA*, 23/8/1913, n. 205, p. 3)

O retorno de Jubert à Sorocaba parece ter gerado bastante comoção numa cidade em que parte dos operários foram algumas vezes descritos como inconscientes da causa operária.

No que tange ao perfil desses operários sorocabanos, longe de querer delimitá-los, visto suas especificidades, podemos considerá-los como divididos entre as causas que defendiam. Afirmamos isso, pois, de acordo com uma nota sobre o II COB, “o operariado se achava extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas; que a única base sólida de acordo e de ação [...eram] os interesses econômicos comuns a toda a classe operária, os de mais clara e pronta compreensão.” (A *LANTERNA*, 18/10/1913, n. 213, p. 3). Sendo assim, essas questões políticas/religiosas que já haviam sido motivos de discussão no I COB, tiveram de ser retomadas e, mesmo que fosse tentado aprovar uma moção convidando os operários a repelir a influência política, não conseguiram conforme apresenta o jornal:

Considerando que a política é a arte de governar os povos e que o governo é a antítese da liberdade econômica, social e intelectual dos trabalhadores, este Congresso aconselha a propaganda do anarquismo nas sociedades operárias, como meio para alcançar a emancipação dos trabalhadores”. Porém [d]epois de longa e animada discussão, foi essa proposta rejeitada sendo aprovada a seguinte moção: “Tendo em conta que da discussão, foi essa proposta rejeitada dentro da mais ampla liberdade surge, com mais facilidade, o critério lógico e exato, o Segundo Congresso Operário Brasileiro aconselha todas as sociedades operárias a permitirem em seu seio uma ampla exposição e discussão de todas as ideias. (A *LANTERNA*, 18/10/1913, n. 213, p. 3)

Do II COB que aconteceu no Rio de Janeiro, em setembro de 1913, participaram 59 associações compostas de, no mínimo, 25 membros. Nessa ocasião, “[a]conselhou-se que a defesa do salário mínimo e da limitação da jornada de trabalho se fizesse pela ação direta”

(TOLEDO, *online*). À frente da organização do congresso estavam “os jornais A Voz do Trabalhador, porta-voz da COB, do Rio de Janeiro, A Lanterna e Germinal, de São Paulo e O Trabalho, de Bagé, sendo seus delegados, respectivamente Myer Feldman, Edgard Leuenroth, Antônio Esperidião e Astrojildo Pereira” (TOLEDO, *online*). Em três deles, identificamos protestos contra a prisão de Jubert.

Passados quatorze dias após Jubert ter deixado a prisão, ele escreveu seu primeiro artigo sobre sua permanência por lá. Possivelmente, após passar alguns dias se recuperando das doenças lá contraídas. Nele, questionou o objetivo da prisão no artigo *Regeneração? Como eles pretendiam regenerar os desgraçados I*. Para ele, tornava-se difícil manter a mão calma e o coração quieto ao relatar o que acontecera dentro da prisão, pois não era fácil não se indignar com as práticas que lá ocorriam; “práticas que chegariam a desestabilizar emocionalmente pessoas sãs e horrorizar até os mais idiotas” (A *LANTERNA*, 30/08/1913, n. 206, p. 3).

Para Jubert o que ocorria no interior do presídio era desumano, uma espécie de inquisição existente no sistema penitenciário do estado de São Paulo. Lá, viu delinquentes chorarem de compaixão ao ouvir os gritos de desespero de vítimas indefesas. Relembrou de um escritor que reunia crimes praticados por um tenente chamado João Galinha, no interior de São Paulo. Segundo Jubert, esse escritor poderia somar a esses crimes todos os outros praticados por delegados e subdelegados de polícia de todo o estado, que, para ele, “era fruto da ignorância dos bacharéis incapazes de compreender a função do Direito” (A *LANTERNA*, 30/08/1913, n. 206, p. 3).

Jubert julgava que os magistrados faziam do Direito uma organização de carreira, uma associação da violência legalizada e que serviam a uma pequena clientela. Acusou-os ainda de conseguirem o título “num leilão da academia que aprovava os mais aptos à politicagem e a servir aos ‘caciques’ do governo, os quais, constantemente, desrespeitavam as leis, quando eles é que deveriam ser os primeiros a cumpri-las.” (A *LANTERNA*, 30/08/1913, n. 206, p. 3).

Para Jubert, tudo o que o Direito conseguia era dar motivos para que o povo despertasse a consciência e se rebelasse contra as autoridades e as leis elaboradas por aqueles que detinham o poder, que as impunham de forma violenta, autoritária, inconsequente e próprias de um “militarismo mercenário”. Consoante suas crenças, era por isso que o povo os desprezava, porque havia a necessidade de sujeitos competentes, sensatos e imparciais para julgar as pessoas, considerando as circunstâncias que as levaram a agir fora da lei, a ter uma conduta socialmente condenável (A *LANTERNA*, 30/08/1913, n. 206, p. 3).

Nesse sentido, tudo o que Jubert expôs a respeito do Direito e das leis é que essa instituição era gestada sobre os interesses seletivos. Para ele, o problema estava na conduta das

peessoas que tinham o poder de defender e julgar, mas, sentindo-se diferenciados por pertencer a uma outra classe, abusavam do autoritarismo jurídico. Esses desprezavam a classe trabalhadora quando não olhavam para a origem dos conflitos, para as mazelas sociais. A nosso ver, tal situação perpassa gerações em diferentes países do mundo, independentemente de suas riquezas acumuladas.

As experiências mais significativas pelas quais Jubert passou na prisão, foram descritas no artigo publicado no jornal *A Lanterna*, em 30 de agosto de 1913. Nele, há o relato, por exemplo, de que o espaço no qual Jubert permaneceu não passava de um cubículo onde não havia nada, nem tinta, nem pena, nem lápis, tampouco, uma folha de papel para que pudesse escrever. Além disso, havia a proibição e vigilância para se impedir qualquer comunicação. Foi, então, que ele fez com que o miolo de pão amassado com saliva se tornasse uma pasta que ele transformou em “um pequeno cilindro com uma ponta aguda”. Essa demorou três dias para enrijecer e, em seguida, passou a ser possível riscar em uma massa mole produzida a partir do mesmo material ao esticar sobre a tampa do vaso do banheiro (*A LANTERNA*, 30/08/1913, n. 206, p. 3).

A comunicação entre Jubert e os outros prisioneiros acontecia dessa forma, a massa de pão produzida por ele ia e voltava com a correspondência. Após contar o que planejou, foi claro e direto ao solicitar aos leitores que não divulgassem, de jeito nenhum, essa artimanha, pois isso ainda poderia ser útil para aqueles que permaneciam abandonados, apodrecendo naquela prisão. Tal situação, segundo ele, servia apenas como uma forma de satisfazer a inquisição moderna do serviço ao qual o Estado denominava de social (*A LANTERNA*, 30/08/1913, n. 206, p. 3).

Entre o primeiro e o segundo artigo escritos por Joseph Jubert sobre a penitenciária, foi emitido um pequeno informativo do jornal *A Lanterna* salientando que o próximo texto ficaria para uma próxima edição do jornal “[s]omos forçados a deixar para um outro número o segundo artigo da série que o companheiro Joseph Jubert se propôs escrever sobre as misérias de toda a espécie por ele presenciadas ou que lhe foram relatadas no tétrico reclusório da Luz” (*A LANTERNA*, 06/09/1913, n. 207, p. 3).

Jubert, após quase trinta dias, escreveu um novo artigo intitulado de *Na Penitenciária como eles pretendem regenerar os desgraçados - Impressões de um ex-recluso II*. Nele, escreveu o que lhe confidenciou um dos presos sobre todas as maldades que lá praticavam. Entre as histórias contadas pelo preso está a que se refere a Antônio Gomes, carcereiro, mas que havia sido soldado. Este desertou e, por isso, foi condenado à morte, mas sua mulher, chorando, pediu aos superiores que ele fosse perdoado, logo, obteve o perdão e se tornou

secretário de polícia antes de exercer a função de carcereiro (*A LANTERNA*, 27/09/1913, n. 210, p. 3).

Gomes, no início de carreira, era próximo a um diretor, já falecido quando Jubert escreveu, o qual lhe obrigava a praticar as piores crueldades incluindo assassinatos. Fazia tudo com a ajuda de dois presos que interpretavam o papel de “cães de fila”, esses atendiam pelos números 22 e 36, condenados a 30 anos e a 28 anos de prisão, entretanto, lá dentro gozavam de toda a liberdade, chegando a dormirem fora de suas celas até o novo diretor assumir (*A LANTERNA*, 27/09/1913, n. 210, p. 3).

Jubert questionou sobre os assassinatos, suas formas e, para sua surpresa, descobriu que não passavam de banais os motivos, como, por exemplo, reclamar sobre as extorsões que sofriam. Isso bastava para que o carcereiro perseguisse os presos e os espancasse até a morte.

Os presos “aliados” seguravam o “candidato” à morte, o asfixiavam com lençóis e cobertores, enquanto o carcereiro o espancava. Caso o preso tivesse alguém que olhasse por ele, ou possuísse alguma consideração lá dentro, esse era trancado na solitária para que morresse de fome e frio. Assim, não havia ferimentos e, por isso, o médico não encontraria vestígios das marcas das violências sofridas pelos presos comuns (*A LANTERNA*, 27/09/1913, n. 210, p. 3).

Quando Jubert questionou se eles praticavam isso na frente de outros presos, eles responderam que não, que cometiam as violências no momento em que os demais presos estavam trabalhando na oficina, além de que quem ia para a solitária só saía de lá cadáver, pois não havia para quem apelar. Por tais razões, ninguém levava as violências praticadas ao conhecimento público, pois acreditavam ser impossível denunciar; além de que, na cadeia, só havia, segundo eles, pessoas analfabetas, desprotegidas e ignorantes e, mesmo que soubessem ler e escrever, seria impossível uma carta sair dali (*A LANTERNA*, 27/09/1913, n. 210, p. 3).

De acordo com Jubert, outro fato pelo qual as pessoas não tinham coragem de fazer denúncia era porque, se fossem descobertas, o destino delas seria o mesmo que dos outros: a morte. O preso ‘entrevistado’ por Jubert disse que a penitenciária era diferente da cadeia, pois a cadeia era visitada pelo promotor, mas, na penitenciária, estavam entregues à própria sorte, na mira de assassinos e de diretores arbitrários os quais, geralmente, estavam de acordo com os carcereiros quanto à extorsão, aos assassinatos e aos roubos de objetos enviados pelo governo (*A LANTERNA*, 27/09/1913, n. 210, p. 3).

Conforme relatado a Jubert, o último diretor ainda olhava um pouco para tais questões pontuadas, mas houve um mês em que o carcereiro chegou a roubar 180 metros de brim branco e sapatos. Os roubos, se fossem denunciados, causariam espanto às pessoas fora dali. Tais atitudes era comum, eles se apropriavam de tudo que os presos produziam: redes, canetas,

réguas ou obras de mosaico, já que estes só podiam vender o que produziam por intermédio do carcereiro (A *LANTERNA*, 27/09/1913, n. 210, p. 3).

Em relação às sobras de alimentos, como farinha, açúcar, arroz, café, dentre outros, todas eram repartidas entre os quatro carcereiros que usufruíam das coisas em comum, era um acordo em que o delegado Pinheiro tinha conhecimento, mas não conseguia limitar a ação desses homens. Pinheiro chegou até proibir a transação comercial e os castigos sem sua ordem, mas a tentativa foi em vão.

O preso, quando indagado por Jubert sobre o delegado, respondeu que Pinheiro exerceu a profissão de policial durante onze anos na capital e isso o tornou um déspota cruel, que castiga por banalidade a dias na solitária, independentemente de ser homem ou mulher. Para a solitária, o preso vai sem roupas e permanece no chão molhado, a pão e água (A *LANTERNA*, 27/09/1913, n. 210, p. 3).

Jubert parece ainda ter escrito outros dois artigos devido a numeração, porém apenas identificamos um deles, com o título: *Como pretendem regenerar os desgraçados: Impressões de um ex-recluso IV*. Nesse artigo, Jubert conta que chegou à penitenciária no dia 28 de abril, às sete horas da noite. Logo no dia seguinte, às seis horas da manhã, o autoritário Antônio Gomes ordenou que ele se sentasse numa cadeira de barbeiro, onde ao lado estava um preso trêmulo com a máquina de tosar na mão, o qual lhe cortou o bigode e o cabelo (A *LANTERNA*, 18/10/1913, n. 213, p. 3).

Após isso, Jubert foi ordenado a caminhar até um chuveiro, mas, ao andar com os braços soltos, o carcereiro observou-o como se ele fosse um caipira que seguia para roça, exigindo, assim, que ele cruzasse os braços em sua presença. Depois do banho, recebeu um paletó com o número de registro 2.512, foi conduzido à última cela do corredor ao lado da solitária sob a ameaça de ser punido com rigor caso falasse com algum outro preso (A *LANTERNA*, 18/10/1913, n. 213, p. 3).

Nos relatos, Jubert informou que foi proibido de ler os livros de sociologia que carregava com ele (A *LANTERNA*, 18/10/1913, n. 213, p. 3). Pelo teor de suas notas, era possível imaginar que Jubert se tratasse de um ávido leitor, mas desconhecíamos sua rotina fora da militância. Uma questão que chamou a atenção nessa proibição foi que, além do castigo que queriam lhe impor, talvez os estudos não fossem vistos com bons olhos, pois parece comum algumas pessoas acreditarem que ler está restrito a uma parcela social, na ocasião, à elite letrada, aos magistrados e não a Jubert que mantinha proximidade com os operários.

Segundo Bueno (2007, p. 65) “[...] nas primeiras décadas do século XX, a valorização da leitura, enquanto prática cultural, e o impresso, enquanto *media*, de disseminação e

popularização de preceitos voltados à formação de uma nação civilizada, era um fato.” Contudo, Jubert só recebia para ler livros religiosos conforme pontuado mais acima, sendo assim, inferimos que o sistema prisional daquele momento, embora, pertencesse ao comando do Estado não se desvincilhava da Igreja. Sendo assim, a regra da penitenciária no tange a leitura de livros religiosos, não condiziam com a Constituição (1891) da época, que previa “liberdade religiosa com separação entre Igreja e Estado¹⁴²”.

Sobre isso, como nada podia fazer, Jubert manteve-se isolado e em silêncio. Após quatro dias que ali estava, durante a madrugada, ouviu gritos de uma mulher que recorria a todos os santos durante o seu desespero. Passados mais uns vinte dias, outra vítima aos gritos foi parar na solitária por ter falado com o companheiro. Nem havia tido tempo de ter esquecido o último ocorrido e outro foi parar na solitária por ter pedido um cigarro, este só não morreu porque o padre que lá rezava a missa, implorou que o diretor perdoasse o preso. Outro caso foi o de um preso que tentou enviar uma carta para fora do presídio e foi pego, sendo também castigado na solitária (*A LANTERNA*, 18/10/1913, n. 213, p. 3).

Para Jubert, os gritos de mulheres e homens ouvidos durante aqueles dias retratavam toda a violência que lá havia sob o domínio do delegado Pinheiro. As palavras dele evidenciam a falta de limites para as maldades cometidas dentro de um sistema prisional, bem como a ineficiência das leis perante os abusos de autoridade. Tal fato gera grande descrença nas instituições em diferentes períodos históricos, as quais deveriam servir de exemplo para a sociedade.

Registramos, neste capítulo, o contexto sociocultural de Sorocaba, buscando atentar às diferentes visões de mundo. Demonstramos a atuação de Jubert como articulador e conferencista do movimento operário, fato que o levou a ser perseguido e preso em um local reservado apenas a crimes severos. Trouxemos, também, a repercussão de sua prisão na imprensa operária nacional e internacional e os relatos de sua experiência enquanto esteve preso. Todavia, falta ainda discutir sobre a relação do movimento operário e de Jubert com a instrução libertária. Desse tema, nos ocupamos exclusivamente no capítulo quatro a seguir.

¹⁴² fonte:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137570/Constituicoes_Brasileiras_v2_1891.pdf?sequence=5

CAPÍTULO 4. A EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA NO BRASIL NA RELAÇÃO COM A TRAJETÓRIA DO PROFESSOR JOSEPH JUBERT NO INTERIOR PAULISTA

A educação libertária é fruto e influência, de um movimento contrário aos conteúdos disseminados pelo ensino tradicional, ou seja, é a rejeição pelo ensino religioso. Tal movimento do qual inclui Ferrer y Guardia, defendia o ensino racional, a coeducação de sexos e de classes sociais. No Brasil, a educação mesmo no contexto da República e da laicização não atendia aos propósitos dos anarquistas, por substituir a educação religiosa pela militarizada, conforme demonstraremos adiante.

Para tanto, neste capítulo discutimos tal influência na relação de Joseph Jubert com a educação libertária e com a abertura de Escolas Modernas, em cidades do interior paulista; a abertura das primeiras escolas modernas da capital e a dificuldade em se manterem; a relação da educação libertária com as ações práticas de Jubert para além da sala aula, sobretudo, no que tange a questão do trabalho; bem como a influência da maçonaria.

4.1. A Educação Libertária como forma de resistência

A educação libertária teve como base os princípios do pedagogo Francisco Ferrer y Guardia, o fundador da Escola Moderna de Barcelona. A justificativa para a fundação da escola era o problema de a educação popular não estar resolvida até aquele momento. Tal constatação teria se dado após o autor ter vivido durante quinze anos em Paris, momento em que presenciou as crises do boulangismo¹⁴³, do dreyfusismo¹⁴⁴ e do nacionalismo¹⁴⁵ (FERRER Y GUARDIA,

¹⁴³Boulangier tinha uma plataforma doutrinária simples: "dissolução, revisão, constituinte". Ela expressa antiparlamentarismo e critica a ineficácia dos governantes. Na França, muitas figuras encarnaram o populismo nos séculos XIX e XX. Napoleão III toma o poder em seguida à irritação burguesa do governo republicano de 1848, que reprime, duramente, o movimento operário (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL).

¹⁴⁴O caso Dreyfus pode ser visto como a emblemática explosão da Era das Ideologias. Ele estendeu-se ao longo de doze anos (1894-1906), mas só foi encerrado em 1945, quando alguns de seus protagonistas foram condenados por colaborar com a ocupação nazista. O meio-século Dreyfus ocupou metade do século XX; marcou um momento decisivo na história da imprensa e foi muito além da guerra de manchetes travada na França entre os jornais da extrema-direita, que conspiravam para condenar, sumariamente, por traição, o capitão Dreyfus e a imprensa democrática e progressista, a qual venceu a parada e obteve sua total reabilitação (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA).

¹⁴⁵A palavra nacionalismo designa à atitude mental que confere à entidade nação um altíssimo posto na hierarquia de valores. Esta tendência para dar excessiva importância ao valor da nação, à custa de outros valores, leva a uma

2010).

Diante disso, Ferrer y Guardia (2010, p. 2) defendeu que a educação deveria ser racionalista, pois “[n]inguém se chocava com o absurdo dominante da incongruência que existe entre o que se crê e o que se sabe, nem ninguém apenas se preocupava de uma forma racional e justa com a solidariedade humana [...] correspondente [a]o patrimônio criado pelas gerações anteriores”. O autor, certo de que a criança não nascia com ideias pré-concebidas, mas que essas ideias eram construídas através das leituras, observações e relações com o ambiente, julgou então que, evitando os erros, as crenças de uma educação religiosa e educando com base na experiência e na demonstração da razão, a partir de um fundamento positivo e verdadeiro, a criança se tornaria observadora e apta ao aprendizado na sua totalidade.

Nesse sentido, a ideia de Ferrer y Guardia (2010, p. 7), que inspirou a educação libertária no Brasil, possuía a missão de “[...] fazer com que os meninos e as meninas que lhe [eram] confiados se [tornassem] pessoas instruídas, verdadeiras, justas e livres de qualquer preconceito”, pois como “[i]nimigo da desigualdade social, não [...] se limit[ou] a lamentar seus efeitos, mas quis combatê-la em suas causas, certo de que deste modo se chegaria positivamente a justiça, ou seja, a tão aguardada igualdade que inspira todo afã revolucionário” (FERRER Y GUARDIA, 2010, p. 6).

Para Ferrer y Guardia (2010), não havia motivo para a escola ensinar que Deus havia criado o mundo em seis dias. Segundo ele, “[a] verdade é de todos e socialmente se deve a todo mundo. Colocar-lhe um preço, reservá-la como monopólio dos poderosos [...] é uma indignidade intolerável [...], dar [...] esta verdade que lhes é escondida [...] é a grande obra de regeneração da sociedade” (FERRER Y GUARDIA, 2010, p. 7). Dessa forma, para o autor, a educação libertária em Barcelona se concretizou com a formação da Escola Moderna (1901), a qual resistia à formação religiosa. Ele afirmava que tal intento só poderia ser realizado a partir da iniciativa privada. Tal fato pode ser justificado por sua aproximação com a maçonaria, conforme será discutido na seção 4.2.

Os anarquistas, por sua vez, que já faziam oposição à religião e tinham a preocupação voltada para as estruturas sociais e, para a valorização do trabalhador manual, ao se depararem com a brutalidade da morte de Ferrer y Guardia, em 1909, por parte do rei da Espanha e de seu ministério, passaram a homenageá-lo como um libertário morto por seus ideais de emancipação social. Tal adesão pode ser percebida na publicação de José Oiticica, quando afirmou que Ferrer

sobrestimação de cada nacionalidade e ao conseqüente asfixiamento das restantes (BRANCO, *online*) Fonte: <https://www.ipv.pt/millennium/Millennium36/7.pdf>

y Guardia “compreendeu a ineficácia das leis e do governo [...] que [...iam] mantendo o povo eleitor e submisso [...que] [e]ssa mola é a ignorância. A escravidão dos braços só se faz pela escravidão da inteligência [...]” (A *LANTERNA*, 12/10/1912, n. 160, p. 1).

Ferrer y Guardia, antes de sua morte, mesmo estando preso, deixou registrado seu sonho de transformar o mundo, como se observa: “[d]esejo que em nenhuma ocasião, nem próxima nem remota [...], se façam manifestações de caráter religioso ou político diante dos meus restos, porque entendo que melhor seria destinar o tempo empregado com os mortos a melhorar a condição dos vivos [...]” (A *LANTERNA*, 10/10/1914, n. 264, p. 1). E assim fizeram. Apenas quatro meses após sua morte, a primeira Escola Moderna¹⁴⁶ em São Paulo foi fundada, conforme se lê abaixo:

A fundação da Escola Moderna foi resolvida em assembleia de 27 de fevereiro do ano corrente e via a emancipação humana, ou o que quer dizer, o desenvolvimento físico, intelectual e moral da humanidade. A novel instituição obedece aos princípios de Francisco Ferrer, o fundador da escola racionalista, vítima da incompreensão do seu ideal, trazida pela ignorância e pelo preconceito. Um dos fins da Associação é a disseminação de escolas, fundadas sob tais auspícios, e a preparação de professores capazes de dirigi-las, formando cidadãos aptos para um regime de vida em harmonia com os desígnios da Escola Moderna. [...] ela vem tornar o homem forte e vigoroso, emancipando-o por completo, libertando-o, abrindo-lhe os olhos à luz e ao progresso humano [...] (A *LANTERNA*, 02/04/1910, n. 25, p. 3)

De acordo com a nota acima, as novas escolas racionalistas brasileiras deveriam seguir os pressupostos de Ferrer y Guardia, visando à formação integral, à emancipação e à libertação do sujeito. Havia ainda a preocupação com a formação de professores aptos a preparar os futuros cidadãos, em sua forma plena: corpo, mente e conduta, buscando conquistar como fim o progresso humano.

Gallo (1995), o especialista em educação libertária, complementa as ideias publicadas acima no jornal *A Lanterna*, quando esclarece que:

[...] a construção de uma sociedade solidária passa também pela construção social da liberdade. Essa construção aparece, pois, como a tarefa primeira da educação libertária, e as relações entre os membros da comunidade escolar, principalmente a relação professor-aluno, são o seu principal caminho; ao instaurar a liberdade nas relações de ensino, a pedagogia libertária opõe-se frontalmente ao ensino tradicional, autoritário por excelência. (GALLO, 1995, p. 164-165)

¹⁴⁶ Teve como professor e administrador João Penteado, foi denominada a n. 1

Nesse sentido, o autor retratou o contraponto entre a educação libertária e a autoritária, embora em suas pesquisas tenha observado também o caráter positivista de algumas propostas, próprias de Ferrer y Guardia, devido a uma possível influência do momento histórico em que viveu, entre o final do século XIX e início do século XX, conforme se lê:

[...] foi partidário de um materialismo positivista que grassava pelos meios socialistas nesta época, vendo na ciência a grande emancipadora do proletariado, que poderia enfim sair de suas condições de miséria e de penúria através do desenvolvimento tecnológico e de uma revolução social que tirasse das mãos exclusivistas da burguesia as benesses da ciência e da tecnologia, distribuindo-as por toda a sociedade. Mas, se concordavam com Auguste Comte quanto ao futuro da humanidade proporcionado pelo desenvolvimento científico, esses socialistas dele discordavam politicamente, percebendo a necessidade de uma profunda alteração na ordem social para que esse desenvolvimento trouxesse seus frutos para todos e não para alguns, apenas. (GALLO, 1997, p. 18)

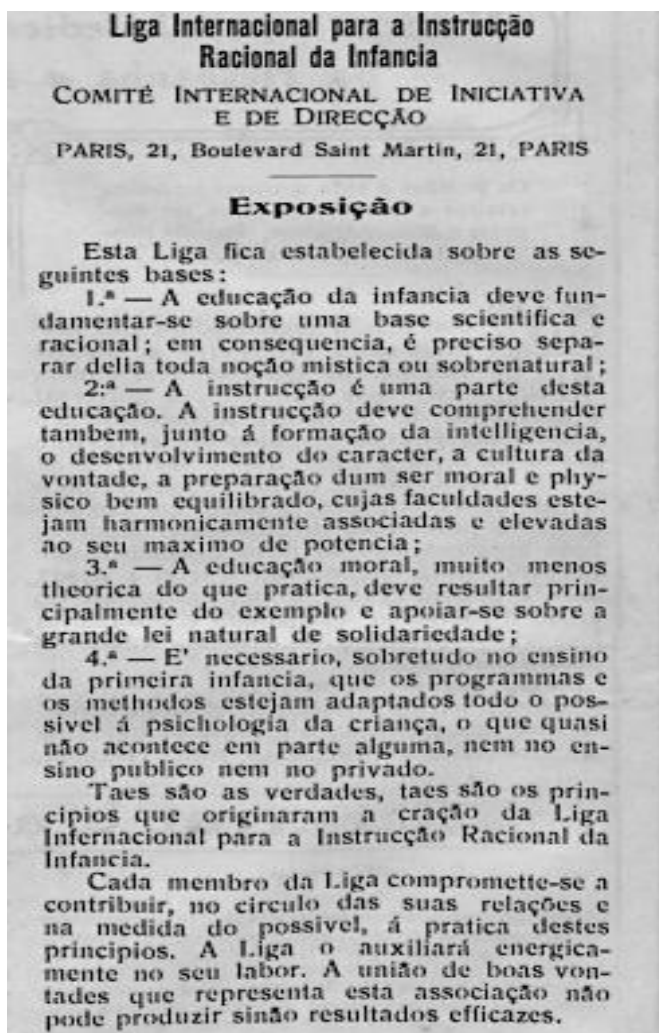
Em suma, ainda que Ferrer y Guardia tenha visto na ciência e na tecnologia um progresso emancipador, não foi inocente à desigualdade social existente. Pensamento esse também compartilhado por Joseph Jubert, notadamente, quanto ao futuro da sociedade, como pudemos identificar em uma das conferências por ele realizada, momento em que discursou sobre a vida e obra de Ferrer y Guardia, conforme registro de divulgação no jornal *O Operário* (20/10/1912, n. 153, p. 510) e citação abaixo:

Sob esse negro horizonte, no dia 20 de outubro, eu e o companheiro Cerchiaí, fomos fazer uma conferência comemorando o mártir Ferrer. Depois de eu ter usado da palavra, falou Cerchiai que, como uma chama vivíssima, difundia os seus raios pelos cérebros daquela massa [...] Cerchiai, com a sua palavra vibrante, penetrava nos corações feridos e os soavisava com o bálsamo de suas ideias e os fazia pulsar de emoção [...]’ (A LANTERNA, 16/11/1912, n. 165, p. 4)

No mesmo ano da morte de Ferrer y Guardia (1909), foi publicado um documento¹⁴⁷ dedicado aos acontecimentos da Espanha e a sua obra. Nele, constou a base dos procedimentos que deveria orientar a Instrução Racional da Infância nas Escolas Modernas, as quais viriam a se constituir pela Europa e em outros países, como no Brasil; conforme se observa na figura a seguir:

¹⁴⁷ Após o fechamento de sua escola moderna de Barcelona, por motivo de ter sido acusado de envolvimento com um atentado a família real, ele foi preso e um ano após foi solto, nesse momento criou a Liga Internacional pela Educação Racional da Infância, em 1908. Para a fundação da Liga um documento foi elaborado e nele consta as diretrizes para o funcionamento das escolas (LEUTPRECHT, 2018).

Figura 12: Base para o funcionamento das escolas racionais infantis



Fonte: Número especial¹⁴⁸ dedicado aos acontecimentos da Espanha e à obra de Ferrer, de 13/11/1909. Base Digital do AEL.

A orientação¹⁴⁹ contida no documento, conforme figura acima, centra-se, sobretudo, na racionalidade, na moralidade, na livre expressão da vontade e, em método de ensino próprio para as crianças. Segundo Ferrer y Guardia, o método é baseado na razão porque “[o] ensino racionalista não nega, nem afirma coisa alguma que não seja demonstrável segundo a ciência, que não seja compreensível ao raciocínio humano e demonstrável com a maior evidência” (A

¹⁴⁸Contém vinte páginas, foi publicado pelo Estabelecimento Gráfico Canton & Beyer em 13 de novembro de 1909 no Rio de Janeiro. Essa publicação contém artigos, poesias, exposição de princípios e estatutos da Liga Internacional para instrução racionalista da infância.

¹⁴⁹Foi replicada pelo jornal conforme se lê em trecho dela: “A educação da infância deve fundamentar-se sobre uma base científica e racional; em consequência, é preciso separar dela toda noção mística ou sobrenatural; A instrução deve compreender também, junto à formação da inteligência, o desenvolvimento do caráter, a cultura da vontade, a preparação dum ser moral e físico bem equilibrado [...]; A educação moral muito menos teórica do que pratica, deve resultar principalmente do exemplo e apoiar-se sobre a lei natural de solidariedade” (A LANTERNA, 12/02/1910, n. 18, p. 2).

LANTERNA, 12/10/1912, n. 160, p. 2).

As afirmações pontuadas acima condiziam com o desenvolvimento da moral, porém, com respeito à liberdade de pensamento e da vontade, considerando a psique infantil. Conforme as referidas defesas, esses procedimentos propostos pelo documento acima (art. 4), quase não ocorriam nas escolas públicas ou privadas, fato que para Ferrer deveria ser mudado.

Ferrer y Guardia era um republicano¹⁵⁰ e desenhou o protótipo da Escola Moderna não para obter um cargo público, mas para ser o precursor de uma ideia: “[a] negação positiva da escola do passado perpetuada no presente [...]” (FERRER Y GUARDIA, 2010, p. 6). Em outros termos, o autor reconhecia que o ensino religioso proposto pela monarquia na Espanha era perpetuado durante a República. Os anarquistas, por sua vez, não acreditavam no ensino religioso e nem no Estado e, portanto, buscavam um modelo de educação libertária.

De acordo com Rodrigues (1988, p. 170), dentre as práticas disseminadas pela educação libertária, estava “[a] ideia de formar grupos de teatro no Brasil [que] surg[iu] no meio dos imigrantes anarquistas [e] [c]resceu com o movimento operário e libertário [...]”. O objetivo do teatro fazia parte do arcabouço cultural que os anarquistas pretendiam disseminar entre os operários.

Ainda que possamos identificar algumas semelhanças com o método de ensino republicano, conforme Leutprecht (2018) evidencia quando afirma que as influências sob a educação libertária foram diversas, com isso o método de ensino também variava. Por exemplo, ao se aproximar das ideias da Escola Oficina nº. 1 de Lisboa também se aproximava da pedagogia escolanovista, que prezava pela chamada “noções de coisas”, na qual se explorava a curiosidade dos alunos, por meio de suas experiências sensoriais, dessa forma não era o professor que determinava o conteúdo. Já na Escola Moderna de Barcelona de Ferrer existia semelhanças com o método, mas havia um programa de ensino, que começava por rejeitar as

¹⁵⁰ Minha participação nas lutas do século passado submeteu minhas convicções à prova. Revolucionário inspirado no ideal de justiça, pensando que a liberdade, a igualdade e a fraternidade eram o corolário lógico e positivo da República, e dominado pelo preconceito admitido de maneira generalizada, não vendo outro caminho para a consecução daquele ideal que a ação política, precursora da transformação do regime governamental, dediquei meus afãs à política republicana. Minha relação com D. Manuel Ruiz Zorrilla, que poderia ser considerado como um centro de ação revolucionária, me pôs em contato com muitos revolucionários espanhóis e com muitos e notáveis republicanos franceses, e esta relação me causou muita desilusão: em muitos, vi egoísmos hipocritamente dissimulados; em outros que reconheci como mais sinceros, só encontrei ideais insuficientes; em nenhum reconheci o propósito de realizar uma transformação radical que, descendo até a profundidade das causas, fosse a garantia de uma perfeita regeneração social. A experiência adquirida durante meus quinze anos de residência em Paris, na qual presenciei as crises do boulangismo, do dreyfusismo e do nacionalismo, que constituíram um perigo para a república, me convenceu que o problema da educação popular não se encontrava resolvido, e, não estando na França, não poderia esperar que o republicanismo espanhol o resolvesse, já que sempre demonstrou um deplorável desconhecimento da importância capital que o sistema de educação tem para um povo (FERRER Y GUARDIA, 2010, p. 1).

ideias religiosas, já que Ferrer era maçom desde 1883.

Neste sentido, de acordo com Chahin (2013, p. 44)

[...] é possível perceber que a predominância da influência do modelo da Escola Moderna de Ferrer em detrimento de outros referenciais educacionais libertários – como o Orfanato Prevost, de Paul Robin, ou La Rouche, de Sebastian Faure – decorreu sobretudo da ênfase de Ferrer no combate a programas dogmáticos de educação. Principalmente, os atrelados a ordens religiosas. Haja vista o próprio rótulo “anticlerical” que carregava as edições de *A Lanterna*.

Havia muito mais a ser feito tal como a coeducação dos sexos, sem distinção de conteúdo, pois, segundo Ferrer y Guardia (2010), era o que mais chocava a sociedade, então, “sabendo disso, evit[ou...] propagar publicamente o [...seu] propósito” (2010, p. 12), mas “[a] toda pessoa que solicitava inscrição de um aluno [...] pedia se tinha meninas em sua família e, ainda que o trabalho fosse pesado, mostrou-se frutífero” (idem).

Havia ainda que ser proporcionada a coeducação das classes sociais. Consoante Ferrer y Guardia (2010, p. 6) “entre um homem e outro não podem haver diferenças sociais”, por isso, “os oprimidos, os espoliados, os explorados devem ser rebeldes, porque devem reclamar seus direitos até conseguir sua completa e perfeita participação no matrimônio universal” (idem). Sendo assim, a boa educação para Ferrer y Guardia (2010, p. 16) consistia na “coeducação de pobres e ricos, que põe em contato uns com os outros na inocente igualdade da infância, por meio da igualdade sistemática da escola racional [...]”.

Na educação libertária, não deveria haver prêmios, castigos e nem provas, pois, segundo seu idealizador, isso serviria apenas para vitimar as crianças e satisfazer os pais (FERRER Y GUARDIA, 2010). A educação libertária, como preconizado por Carlos Delon¹⁵¹, um contemporâneo da época, com uma publicação no jornal *A Lanterna*, prezava por valores cujas estética e utilidade dos objetos estavam inclusas, pois essas duas necessidades compunham a natureza humana:

Até nos objetos de necessidade primeira, busca a elegância da forma, o acabado do trabalho. Daí resulta que em qualquer nação civilizada o trabalho industrial tem o seu lado artístico; que na maior parte das profissões, não se pode ser um bom operário senão com a condição de ser um tanto artista. Quanto a arte propriamente dita, se nem todos são destinados a falar essa

¹⁵¹ Publicava artigos no jornal *Folha do Povo*; foi divulgador internacional da Educação Integral com ênfase na relação entre trabalho e educação (GHIRALDELLI JR., 1987).

língua, todos até certo ponto deveriam compreendê-la. Todos deveriam aprender a saborear as belezas da poesia e da verdadeira literatura, ainda que não fosse senão para estar ao abrigo da corrupção do gosto e dos costumes propagada por uma literatura doentia. Todos deveriam elevar-se pela educação até sentir a majestade dum belo edifício, a graça expressiva duma bela pintura, a comoção que a música faz experimentar ao ser bem organizado. Abrindo aos homens esta fonte de puros gozos, vós os desviais dos gozos grosseiros, vós os tornais melhores e mais felizes. Numa sociedade, a arte é um elemento moralizador. (*A LANTERNA*, 04/02/1911, n. 69, p. 1)

Assim sendo, o prazer pela arte e pelo trabalho seria, em partes, responsável por conduzir a uma vida plena e gratificante, livre da necessidade de um ensino rigoroso, punidor e, disciplinador.

Diante do exposto, tratamos do contexto da educação republicana no Brasil, nos moldes do Grupo Escolar, modelo disseminado desde a consolidação da República (1889). Com essa finalidade, atentamos para o que Faria Filho e Vidal (2000) frisaram sobre os conhecimentos promovidos pela escola, os quais, segundo os autores, são atravessados, significativamente, pelos tempos e espaços sociais; demandam adaptação aos espaços físicos da escola, controlados por diferentes maneiras; readéquam a ordenação de um tempo por conta de outras tarefas diárias como, por exemplo, o trabalho e o deslocamento para uma determinada escola.

A educação que acontecia de forma isolada nas casas de fazendeiros, igrejas, casa de professores¹⁵² forçava a ideia da “representação de que a construção de prédios específicos para a escola [era] imprescindível a uma ação eficaz junto às crianças, indicando, assim, o êxito daqueles que defendiam a superioridade e a especificidade da educação diante de outras estruturas sociais [...]” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 23). Os prédios construídos especificamente para abrigar os grupos escolares viriam atender às normas de higiene.

No Brasil, “[a] Reforma de Caetano de Campos orientou a institucionalização do modelo escolar paulista. O Grupo Escolar¹⁵³ e o método intuitivo [...foram] as matrizes do modelo do sistema de ensino público paulista nas primeiras décadas do século XX” (BUENO, 2007, p. 74).

Desse modo de aprender centrado na visibilidade e na imitabilidade das práticas pedagógicas é que se esperava a propagação dos métodos de ensino e das práticas de organização da vida escolar. Procedimentos de vigilância e orientação acionados nos dispositivos de Inspeção Escolar produziam a uniformização necessária à institucionalização do sistema de ensino que a propagação do modelo pretendia assegurar. Fazendo o progresso da educação

¹⁵² O que Faria Filho e Vidal chamaram de escolas de improviso.

¹⁵³ Foram criados pelo Decreto n.º 248, em 26 de julho de 1894 (REIS FILHO, 1998).

depender de novos métodos e processos de ensino e o domínio desses métodos e processos, da experiência de vê-los em execução, as primeiras iniciativas republicanas organizaram-se em torno da instituição da Escola Modelo. (CARVALHO, 2010, p. 89)

Um dos motivos pelos quais os anarquistas rejeitavam a educação pública republicana, está relacionado a alguns aspectos elencados pela autora acima, pois os anarquistas defendiam a liberdade e não a vigilância e o rígido controle dos corpos. E outro motivo, segundo Gallo (1997, p. 17) é porque “[o]s anarquistas que se dedicaram à questão do ensino, seja na discussão teórica seja na prática pedagógica através da elaboração de escolas libertárias experimentais, sempre estiveram sensíveis a[o...]” ao fato da escola pública servir como instrumento ideológico do Estado (GALLO, 1997).

Em busca de um novo projeto de educação os republicanos investiram na construção dos Grupos Escolares, conforme se verifica segundo Teive e Dellabrida (2011, p. 17), “[n]o Brasil, a escola primária graduada foi implantada no sistema público, de modo inovador, no Estado de São Paulo, no início do período republicano, passando a ser conhecida como grupo escolar [...]”, o qual “consolidou-se como a escola da república por excelência, diferenciando-se das escolas isoladas e unidocentes, que predominavam no período imperial” (idem).

Para Faria Filho e Vidal (2000, p. 25), “[a] rígida divisão dos sexos, a indicação precisa de espaços individuais na sala de aula e o controle dos movimentos do corpo na hora do recreio conformaram uma economia gestual e motora que distinguia o aluno escolarizado da criança sem escola”. Enquanto os republicanos promoviam a separação dos sexos, os anarquistas defendiam a partilha do espaço, outro motivo para rejeitar a escola pública do Estado, a qual, segundo Jubert, estava carregada de preconceitos.

A proposta republicana ainda pretendia deixar no esquecimento tudo o que representava a monarquia. Para tanto, investiram nos Grupos Escolares, garantindo:

[...] os edifícios majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes - tudo devia ser dado a ver, de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o progresso que a República instaurava. (CARVALHO, 2010, p. 89)

Em virtude disso, a arquitetura é, na posteridade, testemunha da materialidade de uma época, que, por sua vez, ficou perpetuada na memória de tais localidades, onde foram criados os prédios dos Grupos Escolares. Para Escolano (1998, p. 26),

[o] espaço-escola não é apenas um ‘continente’ em que se acha a educação institucional, isso é, um cenário planejado a partir de pressupostos exclusivamente formais no qual se situam os atores que intervêm no processo de ensino-aprendizagem para executar um repertório de ações. A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. Ao mesmo tempo, o espaço educativo refletiu obviamente as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como nos aspectos mais técnicos.

Nessa perspectiva, a arquitetura é mais do que apenas a materialização da edificação, pois ela carrega a simbologia e o discurso do que se pretende inculcar no aluno. Vale lembrar que os anarquistas rejeitaram a instrução pública para os operários, justamente por acreditarem que o Estado estava a serviço da burguesia.

Quanto ao método de ensino intuitivo proposto nos Grupos Escolares era considerado como “[...] uma arte da minúcia [...], que se queria fundada na observação de cada situação, na concatenação minuciosa dos conteúdos de ensino pacientemente isolados e colecionados no cultivo de cada faculdade da criança numa ordenação que se pretendia fundada na natureza” (CARVALHO, 2003, p. 28).

Quando se afirma que “[a]té nos objetos de necessidade primeira, busca a elegância da forma, o acabado do trabalho. Daí resulta que em qualquer nação civilizada o trabalho industrial tem o seu lado artístico [...que] todos deveriam elevar-se pela educação até sentir a majestade dum belo edifício [...]” (A LANTERNA, 04/02/1911, n. 69, p. 1). Fica visível que essa percepção se daria de forma intuitiva. Segundo a mesma nota, a arte é um elemento moralizador.

Os republicanos defendiam o ensino laico, universal e público numa perspectiva liberal. A educação libertária defendia tais ideias, porém visava construir uma nova sociedade com base em valores solidários e de igualdade, sem deixar de ser uma forma de resistir à carga excessiva do trabalho, sobretudo, o das crianças, ao dogmatismo religioso, e à exploração da classe burguesa, como Joseph Jubert escreveu em diferentes momentos.

A trajetória de Jubert se assemelhava às questões propostas nacionalmente e internacionalmente. Todavia, antes de demonstrarmos suas ações nesse aspecto, nos atentamos à criação das Escolas Modernas no contexto do trabalho, inclusive das quais ele foi professor, conforme item 4.2.

4.2. As Escolas Modernas no contexto do trabalho

Em Sorocaba, identificamos um artigo de protesto pelas *Oito horas de trabalho às crianças*. Ainda que nesse momento existisse uma escola noturna maçônica, tais crianças, filhos de operários menos desprovidos de recursos, não podiam estudar, pois entravam às cinco horas da manhã na fábrica e trabalhavam até as 19 ou 20 horas do mesmo dia, conforme se lê:

Por certo que não podemos deixar de compartilhar na dor que sofrem esses operários pais de família que, sendo muito mal remunerados nas oficinas fábricas onde trabalham, veem-se obrigados a colocar seus inocentes filhinhos nesses estabelecimentos fabris, onde com o correr dos anos, quando se fizerem homens, sentir-se-ão inutilizados, desprovidos de um ofício qualquer que lhes garanta um meio fácil de subsistência, mais folgado enfim... [...] tão crianças e já muito antes do albor da aurora, precisarem estar em pé, afim de, prontos afrontarem com os perigosos maquinismos. [...] entram às cinco horas da manhã e retiram-se às sete ou oito da noite. [...] Portanto, essas crianças estão condenadas a viver para sempre na escuridão da ignorância?!... Não; os senhores patrões compadecer-se hão delas, e lhe concederam-nas OITO HORAS DE TRABALHO [...] (*O OPERÁRIO*, 06/03/1910, n. 25, p. 75)

Conforme demonstra a nota acima, não era apenas da escola que as crianças careciam, mas de condições para frequentá-la, pois não havia tempo disponível. O autor, talvez recordando o passado recente da escravidão, demonstrou preocupação com as condições físicas dessas crianças quando atingiam a fase adulta.

Identificamos em nossas análises que havia uma proximidade da maçonaria com as pessoas ligadas ao movimento operário, notadamente, no momento em que ocorreu a reivindicação pela redução de horas no trabalho das crianças. A defesa dessa entidade era para que os infantes pudessem frequentar a escola também de Sorocaba, conforme demonstrado no capítulo um desta tese. Em uma nota de 1911 do Jornal *O Operário*, há a referência às escolas como ‘novo incremento’ viabilizado pelo efeito da greve, cujo objetivo, segundo o autor, era de instruir os menos favorecidos. Segundo a nota, esse era um procedimento ‘digno e correto’ da maçonaria, uma instituição que abre escolas aos ‘sedentos de luz’, abre um templo onde está Deus (*O OPERÁRIO*, 27/08/1911, n. 97, p. 342).

Na sequência, a fotografia do ano de 1914 apresenta a Escola Noturna, primeira instituição de ensino criada e mantida pelos maçons da Loja Perseverança III, local onde já havia funcionado a Primeira Câmara Municipal e a Antiga Cadeia de Sorocaba.

Figura 13: Primeira Escola criada e mantida por Maçons, 1914



Fonte: Brasilbook, disponível em: <http://www.brasilbook.com.br/exibir.asp?imagem=1871>

De acordo com um documento¹⁵⁴ francês escrito a favor das oito horas de trabalho e traduzido para o português, essas oito horas “[p]ermite[ria] ao trabalhador viver mais largamente a vida da família, conservando-o de boa saúde, facilitando-lhe a instrução e a educação, O DIA DE 8 HORAS prepara-o para conquistas mais radicais” (*O DIA DE OITO HORAS*, 1908, p. 18). No início de tal documento, os operários são abordados da seguinte forma:

Queres?

Vieste ao mundo para seres pior do que um escravo, produzindo sem trégua nem descanso em proveito do patrão?

Não!

Vieste ao mundo para viver da melhor maneira possível: a gozar das belezas e das riquezas da natureza e participar dos produtos criados pelo gênio industrioso da raça humana.

Porque não sucede assim?

Por que não queres!

Sim, careces de vontade e de consciência. És forte e não conheces a tua própria força. Curvas a espinha e sofre as duras condições que tem impõem

¹⁵⁴ O Dia de Oito Horas é uma tradução da brochura editada pela Confederação Geral do Trabalho da França. São Paulo: Tipografia Visconti, 1908. Disponível no acervo digital do AEL. 23p.

os capitalistas. E, entretanto, eles são UM contra CEM! Pois bem, se o quiseras, bem depressa melhorarias a tua sorte.

Queres?

Se queres, vem conosco, teus irmãos de trabalho, e ajuda-nos a alcançar sobre o patronato uma primeira vitória. O proletariado todo sentirá os efeitos desta vitória; a sua repercussão benéfica manifestar-se-á por um benefício material e imediato e também por um resultado moral considerável, por que nos mostrará que **PODEMOS O QUE QUEREMOS**.

Esta conquista, na qual, companheiro te convidamos a tomar parte, é A **CONQUISTA DO DIA DE 8 HORAS DE TRABALHO**. (*O DIA DE OITO HORAS*, 1908, p. 3)

Questões como essas pontuadas acima sobre o trabalho excessivo e precoce, no caso das crianças, se assemelham ao cenário da revolução industrial ocorrido na Europa, pois segundo Marx (1984, p. 23),

[à] medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folguedo infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico, dentro de limites decentes, para a própria família.

Como forma de minimizar os efeitos da exploração e chegar de fato a uma sociedade livre em sua essência, durante o I COB, manteve-se, dentre as finalidades essenciais, a criação de escolas, conforme se verifica abaixo:

os principais objetivos dos trabalhadores deveriam ser a redução das horas de trabalho, a fundação de bibliotecas e instituições de ensino e a atividade sindical; a propaganda do sindicalismo deveria ser feita através de jornais, folhetos, cartazes, manifestos, carimbos, conferências, excursões de propaganda, representações teatrais [...] (TOLEDO, *online*)

A imprensa era uma forma significativa de propaganda da “[...] ação direta [que] predominava no movimento operário de São Paulo, e tinha também forte influência no movimento do Rio de Janeiro e em outras partes do país” (TOLEDO, *online*). Contudo, o analfabetismo impedia que a propaganda fosse acessível a todos os operários, então, as escolas cumpririam esse papel desde a base.

Exatamente um ano após a morte de Ferrer y Guardia, em uma edição comemorativa à

vida e à obra dele, sobre a educação racional foi descrito em um artigo o que era necessário para a educação infantil:

Interessar a criança por quanto a rodeia, acostuma-la a dar conta de tudo, a observar, compreender, refletir, perguntar, provar, a fim de que mais tarde, quando adulto, não passe a vida como muitos, cego e surdo, tais são os costumes que o nosso ensino trata de apontar. [...] Nada de aturdir, de esmagar a criança com preceitos e regras, mas tire-se partido dos factos mais salientes da vida para lhe explicar o que é razoável e bom, o que é mau e de razoado. Não se provoque nunca a ocasião, mas sempre que ela se apresente, não se despreze e faça-se penetrar na consciência da criança, simples e afetuosamente, os sentimentos generosos e fraternais. Consagrem se todos os recursos do coração e da experiência a o desenvolvimento, na criança, do sentimento de justiça, dos incentivos de dignidade, de ânimo, de sinceridade e franqueza, dos momentos de bondade, das comoções de ternura. O educador não tem outro trabalho, está nisso todo o seu papel. (A *LANTERNA*, 13/10/1910, n. 53, p. 8)

Em suma, mais do que ensinar, a tarefa consistia em estimular a curiosidade e, mais do que moralizar, o importante era explorar os momentos espontâneos, para que, com amor e sabedoria, fosse possível abordar o que se tinha valor, o que era bom e, ao contrário, aquilo que fugia a razão, portanto mau.

Aparentemente, a primeira Escola Moderna (n.1) nos moldes de Ferrer y Guardia foi criada em São Paulo em 1910, e administrada por João Penteadado, o qual, em um determinado momento, realizou uma palestra sobre a individualidade e a obra desse autor para todos os alunos acompanhados de suas famílias. No mesmo momento, também discursou Florentino de Carvalho, professor da Escola Moderna (n. 2) sobre o ensino racionalista. No dia seguinte, os alunos cantaram hinos e recitaram poesias (A *LANTERNA*, 18/10/1913, n. 213, p. 2).

Utilizamos a expressão “aparentemente” no início do parágrafo anterior, visto que, em publicações do ano de 1910, flagramos a organização de uma Escola Moderna em São Paulo, conforme mencionado no tópico anterior. Contudo, um artigo escrito em 1913, cujo título é *São inauguradas as duas primeiras escolas*, constata-se que são as mesmas escolas, as quais talvez não tivessem sido inauguradas na época (A *LANTERNA*, 18/10/1913, n. 213, p. 1).

Sobre o anúncio de inauguração das escolas em São Paulo Chahin (2013, p. 49), apresenta que:

A partir de 1912, a presença de João Penteadado entre os militantes de A Lanterna talvez tenha sido decisiva para o reavivamento das atividades do Comitê, haja vista a criação da primeira Escola de ensino racionalista, sob a direção de Penteadado, ter sido anunciada em maio de 1913 com o nome de

Escola Livre. Esta escola parece ter sido o pontapé inicial pra a instituição da Escola Moderna nº 1 de São Paulo.

Sendo assim, os apontamentos de Chahin (2013) esclarecem parcialmente o fato das datas em torno da criação da Escola Moderna (n. 1), a mesma autora ainda indica a campanha em prol da Escola Moderna que arrecadou 12\$000 réis e que dentre a campanha estavam as excursões de propaganda feitas pelo interior paulista. Diante disso, evidenciamos que a Liga Anticlerical de São Paulo tinha como responsáveis pela Comissão de Propaganda: Edgard Leuenroth, Oreste Ristori, Gustavo Fischer, Tobia Boni E Benjamin Mota. (*A LANTERNA*, 06/05/1911, n. 85, p. 1)

Sobre as escolas modernas em questão, não ficou compreensível se elas estavam em funcionamento durante todo o período anterior (1910-1913). Acreditamos que a intenção do grupo tenha sido a de que, desde a data em que foram anunciadas, fosse arrecadado dinheiro suficiente para que elas se tornassem escolas “Modelos” (supostamente como o Grupo Escolar – modelo republicano paulista). Ainda que esse objetivo não estivesse sido concretizado, o que havia sido feito até aquele momento não poderia ficar sem reconhecimento, portanto, as escolas estavam sendo inauguradas (*A LANTERNA*, 18/10/1913, n. 213, p. 1). Conforme se lê:

Vai em bom começo de execução a obra extraordinária da Escola Moderna, há um par de anos iniciada com ânsia e entusiasmo por um núcleo de camaradas de S. Paulo e que bastante apoio teve da parte dos companheiros do interior. O plano de ação [...] foram muito além das possibilidades do nosso meio, bastante acanhado ainda para obras de tão grande alcance. Desejava-se fundar em S. Paulo um estabelecimento modelo [...e]ntretanto, apesar de não se poder dar execução a esse plano, muita coisa de grande valor, de muita utilidade se poderia desde logo fazer. [...] Duas escolas montadas com recursos da E. M. [...] já estão funcionando [...]. A rua Saldanha Marinho, 58 no Belenzinho, e na rua Muller, 74, entre o Braz e o Pari [...], dirigidas respectivamente pelos companheiros João Penteadó e Florentino de Carvalho inauguradas. (*A LANTERNA*, 18/10/1913, n. 213, p. 1)

Em Bragança, quando se propôs a criação de uma Escola Racionalista¹⁵⁵, nos *ELO* (1910), ficou acordado no artigo 60 “[que] [e]m casos de dissolução da Liga Operária, os pertence[...s] [...] ser[ia]m arrecadados e inventariados e entregues a diretoria da Escola Moderna de São Paulo, a fim de ser fundida a instrução racionalista na classe proletária”. Tal fato nos leva a supor se tratar da Escola Moderna (n. 1), aquela com fins de se tornar a escola “Modelo”.

Segundo Ghiraldelli Jr. (1987), as ideias libertárias não ficaram restritas à classe

¹⁵⁵28/08/1910.

operária, pois os anarquistas mantinham proximidade com os círculos literários que eram frequentados pela classe média. D'Angelo (2000) reafirma a disseminação das tendências libertárias quando informa que 1910 ficou marcado pela criação de Ligas, Uniões, bibliotecas, conferências, palestras, Escolas Anarquistas e Universidade Popular.

Para Moraes et al. (2011, p. 120), apesar do esforço de pesquisadores “no âmbito das atividades educacionais desenvolvidas pelo anarquismo no estado de São Paulo, as práticas relacionadas à educação escolar permanecem as menos conhecidas”. Consoante os autores, a Escola Moderna (n.1)¹⁵⁶ funcionou até 2002, pois a sobrinha neta de Penteado e o marido dela estudaram nessa escola e, mais tarde, os irmãos dela tornaram-se professores e diretores.

O funcionamento das Escolas Modernas nos remete as ações de Joseph Jubert, porém, nesse caso, nada temos de documentação das escolas onde ele atuou. Há, entretanto, registros nos artigos de jornais, nos quais ele versou sobre as diferentes demonstrações de conhecimento de seus alunos, conforme pode ser observado abaixo:

A menina Thereza de Lima recitou uma bela poesia, com a qual recebeu muitas palmas. Em seguida a inteligente operária senhorita Francisca Capalho num bonito discurso [...] em defesa da Mulher Operária, sendo muito aplaudida. O menino Oscar Harder com educados gestos declamou uma linda poesia sobre a data 1º de Maio. O menino Antônio Place, inteligente como é, recitou a poesia *A Ciência* recebendo muitas palmas. A formosa menina Dolores de Lucas, com uma graça toda sua pronunciou um bonitinho discurso sobre Liberdade sendo vivamente aplaudida. Fechou a sessão, com um vibrante discurso discorrendo substancialmente sobre a luta operária e, o 1º de Maio o emérito professor da União Snr. Joseph Revier, que terminou convidando os presentes para a passeata cívica. Em seguida [...] a bandeira rubra desfilada sob a guarda libertária formosamente imponente de gentis operárias em grande número que deram um excepcional brilho a passeata e, em seguida a multidão operária entonou entusiasticamente o hino operário ao som da excelente banda de música “6 de Janeiro”. Foram cumprimentadas as redações locais. O povo em massa, aos vivas a liberdade veio cumprimentar a nossa folha [...] (*O OPERÁRIO*, 03/05/1912, n. 131, p. 444-445)

Além do destaque dado aos conteúdos aprendidos pelos alunos da escola nesse excerto, chamamos a atenção para os símbolos mencionados, tais como o hino, a bandeira, a passeata cívica e os discursos, os quais são formas de comunicação semelhantes às demonstradas pelos órgãos públicos, mas que, obviamente, tinham tensões, disputas simbólicas e conflitos de interesses distintos daqueles. Assim consideramos, pois, conforme Volochinov e Bakhtin (2006), nenhum signo é neutro, “a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua” (VOLOCHINOV; BAKHTIN,

¹⁵⁶ Talvez não com essa nomeação.

2006, p. 16).

Neste sentido, cabe pontuar que quando Jubert e o editor do jornal tratam da mulher, da criança, do operário eles os fazem de forma elogiosa, honrosa. Muito próximo da forma que o jornal *A Notícia*, em Bragança trata dos professores do primeiro grupo escolar¹⁵⁷. Portanto, de modo muito distinto, ao tratamento que Jubert destina a alguns membros da igreja e do judiciário, o que nos leva a inferir um jogo de aproximações e distanciamentos, conforme os interesses vigentes. Visto que a educação não era bem acolhida por todos, do meio operário, conforme se perceberá logo adiante.

No contexto das Escolas Modernas, duas delas foram criadas: um no distrito de Votorantim, próximo a Sorocaba, e outra em Santa Rosália, no bairro de Sorocaba. Tais instituições atendiam a alunos de ambos os sexos, conforme determinado durante uma assembleia geral da UO de Sorocaba, ocorrida no dia 7 de abril (*O OPERÁRIO*, 14/04/1912, n. 128, p. 435). Contudo não temos informações sobre quem estaria à frente dessas escolas¹⁵⁸, já que Jubert havia sido apresentado como professor da escola da UO de Sorocaba poucos dias antes.

Uma semana após a publicação da notícia das novas escolas, uma nota sobre uma carga de material escolar também foi divulgada. O que nos causa estranhamento nesse caso foi o provedor de tais recursos: o Estado; conforme informado em uma nota de agradecimento da UO de Sorocaba de Sorocaba: “A Escola Moderna da União Operária, recebeu do Governo do Estado um bom sortimento de material escolar. Em vista da valiosa oferta a União Operária, oficia ao Secretário do Interior agradecendo.” (*O OPERÁRIO*, 21/04/1912, n. 129, p. 438). A nota demonstra que alguém ou algum segmento do poder público se mobilizou em prol da escola.

Entretanto, embora as investidas educacionais possam parecer positivas a nossos olhos, em um artigo que levou apenas um codinome, o autor, na condição de professor, versou sobre a difícil relação com os operários – o que, segundo ele, motivava o declínio de lideranças de seus postos –, bem como sobre a rejeição dos operários à instrução, como se lê:

[d]iariamente leio a notícia de um companheiro que após ter empregado todo o seu tempo, toda a sua atividade, toda a sua energia na organização das classes, retiram-se desiludidos, desanimados e numa convicção de ser

¹⁵⁷ Assunto que poderá ser observado mais adiante nesta tese.

¹⁵⁸ Ainda que o Ivan, o neto, tenha nos contado que Jubert foi professor de sua avó, numa fábrica em Votorantim. E Jubert em algum momento tenha sido dispensado do cargo em virtude das ideias anarquistas, conforme pontuamos no capítulo 1.

impossível instruir e educar os operários. E todos eles, é preciso que se note que abandonam o campo da luta com o sentimento de serem traídos [...]. Ontem foi um Ristori, após um Vasimon e hoje o Julio Sorelli e amanhã talvez eu, e assim se vai indo deixando o campo a outros que nos prosseguem até o dia que o operário forme uma consciência por si mesmo e se dê por achado do erro em que vive por sua própria ignorância [...]. Os operários em sua maioria detestam a instrução e aceitam tudo quanto é credices religiosas, tudo quanto é charlatanismo politiquero sem o mínimo análises, sem a mínima reflexão [...] (*O OPERÁRIO*, 19/01/1913, n. 166, p. 549)

A nosso ver, sem acesso à escola na infância, possivelmente, esses operários em questão tenham frequentado a igreja desde pequenos, fato que os levaria a tais crenças religiosas em detrimento das teorias científicas.

Vale salientar ainda que as Escolas Modernas de São Paulo (n.1 e n.2) ocuparam diferentes páginas do jornal *A Lanterna*, diferentemente daquelas que parecem não terem sido numeradas e valorizadas, como no caso da escola de Sorocaba e da escola de Bauru, nas quais Jubert atuou como professor. O motivo para nós é ainda desconhecido, mas, talvez, possa ser pela falta de um prédio próprio para elas.

Numa nota de 1915, identificamos a existência de uma terceira Escola Moderna em São Paulo. No entanto, esse texto diverge¹⁵⁹ de outro apresentado acima – a do ano de 1913 (n. 213, p. 2) –, na qual se afirmava que a Escola Moderna (n. 2) estava a cargo de Florentino de Carvalho. Contrariamente, na nota de 1915, verificamos que Adelino Pinho estava à frente da Escola Moderna (n. 2), e Florentino, à frente da terceira escola, a qual era denominada como “Escola Nova” situada na Rua da Mooca, conforme se lê:

Em S. Paulo existem três delas: a Escola Moderna n. 1, à rua Saldanha Marinho, 66, dirigida pelo camarada João Penteado; a Escola Moderna n. 2, a rua Oriente, 166, dirigida pelo camarada Adelino de Pinho, e a Escola Nova, à rua da Mooca, 299-A, dirigida pelo camarada Florentino de Carvalho. (*A LANTERNA*, 10/07/1915, n. 281, p. 2)

Nesta mesma nota, foi anunciada, em caráter provisório, denominada: *Uma escola dominical, gratuita, para as operárias*, a qual fazia parte da escola da Mooca. Nesse texto, constava que se tratava de uma ação do Centro Feminino Jovens Idealistas e, para sua concretização, solicitava-se a ajuda dos companheiros para que enviassem livros, jornais e folhetos que fossem possíveis, de modo a colaborar com o funcionamento da escola e com a fundação de uma biblioteca (*A LANTERNA*, 10/07/1915, n. 281, p. 4).

No mesmo ano de 1915, foi inaugurada outra Escola Nova, situada na Rua Alegria, no

¹⁵⁹ Podendo se tratar de erro de publicação, ou, a troca de professores durante esses dois anos de intervalo.

número 26, provavelmente, em São Paulo. Nela, seriam ministrados cursos complementares e científicos. Ela já contava com a presença de alunos e professores nos períodos tanto diurno, quanto noturno. Um dos professores convidados a ministrar “noções gerais de higiene” foi o Dr. Alegrete; outro convidado a ministrar cursos de história universal e economia social, bem como a realizar aula de criminologia foi o Dr. Roberto Feijó, e um terceiro, foi o Prof. Saturnino Barbosa, convidado a dissertar sobre a formação da Terra e de seus primeiros habitantes (*A LANTERNA*, 13/02/1915, n. 274, p. 2).

A mesma nota que fez menção à escola dominical, também fez referência às escolas de Cândido Rodrigues, dirigida por Elvio Nervo; a de Taquaritinga, dirigida por Angelo Bandoni, e a de Bauru, dirigida por Jubert¹⁶⁰. Ademais, consta-se que “[a] vida difícil dos sustentadores da causa dos oprimidos aterroriza os que, bem aquinhoados na vida, do saber tiveram farto bafejo...” (*A LANTERNA*, 10/07/1915, n. 281, p. 2). Frente a este lamento, acreditamos que a vida de tais professores devia ser muito difícil, também, que esse pode ter sido um dos fatos que tenha levado Jubert a deixar Sorocaba após ter saído da prisão, bem como ter seguido pela Estrada de Ferro Sorocaba até Bauru.

As Escolas Modernas, assim como as ideias libertárias nelas contidas, faziam oposição:

as escolas do Estado, onde a educação religiosa foi substituída pela educação militarista, que prepara[va] as novas gerações para os massacres horrendos como o que ora se pratica além-oceano; tirar a infância das escolas, onde a troca de alguma instrução se a escraviza a toda sorte de preconceitos, – atraindo-a para as escolas populares que se esforçam para seguir os princípios da Escola Moderna do grande Ferrer – é fazer obra boa, de inestimável alcance para a luta em prol da regeneração humana. (*A LANTERNA*, 10/07/1915, n. 281, p. 2)

Sobre as Escolas Modernas, foram identificados três *boletins*, o primeiro com o tema: Homenagem a Francisco Ferrer – Racionalismo Humanitário. Nesse, consta um pouco da história e objetivos de Ferrer antes de sua morte. A explicação dada para publicar tal boletim consistia na preocupação que o professor João Penteado, tinha há anos, de fazer com que os registros da escola fossem divulgados. Sendo assim, mesmo com sua modesta apresentação, atendia ao propósito das intenções dele. Num dos trechos, afirma-se que, a princípio, a educação ofertada pelo Estado estava a cargo da religião, mais tarde, quando os políticos resolveram tomar a educação, fizeram dela instrumento de guerra a serviço do Estado (*BOLETIM DA*

¹⁶⁰Esse momento foi citado também por Paulo Guiraldelli Jr. (1987), o qual se referiu a Jubert como professor e marceneiro. Peres (2004) citou esse momento de Jubert a frente da escola. Fregoni (2007), Santos (2009), Martins (2010), Gonzaga (2010), Calsavara (2012) também fizeram referência ao momento.

ESCOLA MODERNA 1, 13/10/1918, n. 1).

O segundo *boletim* contemplava o tema: *Salve, 18 de março*. Ele tratou da Comuna de Paris, manifestando a alegria pelo avante da Revolução Russa e pela crença de que esse era um momento ímpar da história. Sendo assim, lembrou “[...] daqueles 30.000 comunistas passados pelas armas em Versalhes e das deportações em massas para as inóspitas ilhas da Nova Caledônia [enfim] [...] tudo hoje nos convida à luta para a conquista dos direitos da Humanidade [...]” (*BOLETIM DA ESCOLA MODERNA* 1, 18/03/1919, n. 2).

Já o terceiro *boletim* abordava o tema: 1º de maio. Dentre os vários assuntos tratados, havia uma saudação: *Aos meninos*, escrita por Edmundo de Amicis, a qual chamou-nos a atenção:

Uma saudação à infância neste dia de festa e de esperança, em que tão pouco pensais ainda. Nunca como hoje tão carinhosamente o nosso pensamento vos procura e vos abraça percorrendo todos os países, ‘civilizados’ onde a cupidez aliada a fome curva a infância a uma fadiga que lhe contrista a alma e lhe devora as forças. Em meio duma atmosfera tétrica, velada pelo fumo das oficinas, pelas nuvens de enxofre, pelo pó do carvão, pelas exalações deletérias, passa a procissão infinita dos pequenos trabalhadores, dos sepultados nas minas do Septentrião, que se arrastam nus e de rojo no lodo e nas trevas, com o saco pendente ao pescoço até aqueles que suam nas cavas da Sicília, crianças de ventre inchado e de ossos contraídos, alimentadas com um pão horrível embebido no azeite nauseabundo de suas lâmpadas; passa o exército miserando dos meninos oprimidos com o rosto descarnado e exangue, de mãos e pés cheios de feridas, uns caindo de sono, outros chorando em silêncio; fileiras de meninos engelhados e anêmicos, curvados como velhos, ferindo o ar com os acessos de tosse seca e anelitos dolorosos; passam os envenenados pelo fósforo, os cegos pelas fornalhas, os mutilados pelas máquinas, os queimados pelo grisú, os sepultados nos desmoronamentos – e milhares de olhos, passando, fixam-se nos nossos: – olhos apagados, desdenhosos, duros, suplicantes, que nos dizem: – Tivemos uma infância descurada, temos uma meninice sem alegrias, teremos uma juventude sem saúde e uma velhice sem confortos; e a muitos de nós espera o hospital ou o cárcere, ou antes do tempo, o cemitério [...] (*BOLETIM DA ESCOLA MODERNA* 1, 01/05/1919, n. 3 e 4)

O conteúdo do *boletim* da Escola Moderna, São Paulo, sobretudo o último (n.3 e 4), evidencia o quanto a educação era vista como urgente e necessária pelas lideranças do movimento operário e por Jubert, uma vez que eles podiam ver com os próprios olhos como a vida daquelas crianças era negligenciada dentro dos ambientes fabris. O trabalho considerado por eles como uma atividade virtuosa, nesses locais, tinha o potencial de aniquilar a vida daqueles pequenos antes mesmo de se tornarem adultos. O movimento operário, desse modo, denunciava a capacidade de exploração vil e desumana dos capitalistas, a qual segundo o autor, chegava a causar repulsa a qualquer leitor menos sensato.

Consoante Marx (1984, p. 23), a desapropriação do trabalhador da sua força de trabalho vem acompanhada “[d]a monstruosa mortalidade dos filhos [...] em seus primeiros anos de vida”, os motivos “[c]omo demonstrou uma investigação médica oficial em 1861, [...] é que] as altas taxas de mortalidade se devem principalmente à ocupação extradomiciliar das mães e ao descuido e mau trato das crianças daí decorrentes [...]”.

Além do *boletim* da Escola Moderna de São Paulo, identificamos notas da Escola Moderna de Bauru, as quais têm datas de publicação coincidentes à inauguração dessa em novembro (*O BAURU*¹⁶¹, 09/11/1913, n. 320). Tal época corresponde também à mudança agilizada de Jubert para Bauru – três meses após ele ter tido a sua liberdade de volta –, possivelmente, devido à ameaça de sua expulsão do país. Ademais, o período em questão combina também com o início da ausência dos artigos escritos por ele sobre a prisão no jornal *A Lanterna*.

Inicialmente e provisoriamente, a Escola Moderna de Bauru foi mantida e funcionou no prédio da Sociedade Luz, local que pertencia à maçonaria. Ela iniciou as aulas no dia 11 de novembro e foi dirigida pelo professor Alexandre Cerchiai (*O BAURU*, 18/11/1913, n. 321). Informação essa que, aparentemente, se contrapõe à possibilidade de Jubert estar em Bauru, mas que, no entanto, é justificável, por ele, hipoteticamente, precisar se manter em silêncio até que os rumores da expulsão se dissipassem.

Os artigos que tratam de Jubert à frente da escola de Bauru foram identificados apenas a partir do ano de 1914, os quais serão discutidos no tópico 4.3 a seguir, onde buscamos discorrer sobre sua trajetória libertária enquanto professor.

As questões pontuadas nesta seção visaram a salientar, brevemente, as iniciativas das lideranças anarquistas em prol da educação segundo os princípios de Ferrer y Guardia (2010), bem como a elucidar o contexto das condições materiais de trabalho, as quais levavam os trabalhadores a considerarem tal atividade como única prioridade de suas vidas. Além disso, frisamos também que aqueles com menos tempo livre para lazer e para a família, para a leitura dos jornais, para a educação como um todo, possivelmente, tenham sido os mais prejudicados em relação a seus futuros.

¹⁶¹Fontes disponíveis na Universidade Sagrado Coração de Jesus, em Bauru. Cedidas a nós pela pesquisadora Elizabete.

4.3 A Trajetória Libertária do Professor Joseph Jubert

O “ser professor” de Joseph Jubert fazia dele um convicto militante das causas humanitárias? Ou, estar ciente das precariedades as quais estavam expostas parte da humanidade, teria feito dele um professor? Essas foram as questões para quais não tivemos uma resposta definitiva. No entanto, a atuação de Jubert como professor foi bem diversificada como ficará mais compreensível a seguir.

A trajetória do professor Jubert em Bragança, no período de 1910 a 1911, esteve mais ligada às ações de organização da LO de Bragança e à articulação dos grupos em prol da resistência dos colonos, do que voltadas às ocupações formais de um professor, já que, em Bragança, o objetivo da escola parece não ter se concluído. Os motivos para isso correspondem às perseguições, aos processos criminais abertos pelos fazendeiros e pelo padre Leonardo na cidade, cuja à última consequência de um deles: a condenação.

Em Bragança, nos periódicos locais, era notável a divergência existente entre as percepções e as concepções de educação e do ofício de professor quando tratavam da história do primeiro Grupo Escolar de Bragança – o Dr. Jorge Tibiriçá, fundado no ano de 1908 como evidenciaram nossas análises (SOUZA, 2016). Isso corroborou, a nosso ver, para a construção de uma carga simbólica, atrelada ao que os republicanos do período propagandeavam de seu projeto educacional, até os dias atuais – o grupo escolar seria o lugar por excelência da educação almejada por todos, por isso a preocupação com seu prédio e a disseminação de seu modelo e método, para além do Estado de São Paulo.

Em tais periódicos, os quais utilizamos como fontes históricas, identificamos que, professoras, professores e diretores desse grupo escolar, geralmente, eram apresentados como pessoas ilustres e distintas perante a sociedade local (SOUZA, 2016), conforme se observa a seguir:

Apresentamos hoje, aos leitores da nossa folha, a nova colaboradora exma. Sra. D. Ernestina Marcondes, ilustrada professora do grupo escolar. É uma bela aquisição que fazemos, pois, a distinta escritora, veio adornar a plêiade dos nossos colaboradores. (*A NOTÍCIA*, 15/11/1905, n. 8, p. 1)

Além da referência à Ernestina e a suas visíveis qualificações, consta “[f]elicita[ções] ao sr. Mariano de Oliveira, o [qual] cuja competente direção em boa hora foi confiada o grupo, pela ordem e disciplina em que o mantêm [...]” (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 29/10/1908, n. 1.345, p. 1). As notas emitidas em diferentes períodos e por dois jornais distintos trouxeram similares menções a esses colaboradores do grupo, tal como está abaixo que trata do diploma

dos alunos, bem como dos retratos dos professores que ficariam disponíveis na vitrine de uma loja, a espera de serem adquiridos, conforme se observa:

Grupo Escolar

Realiza-se hoje, às 8 horas da noite, no respectivo estabelecimento, a festa da entrega de diplomas aos alunos que concluíram o curso preliminar no grupo escolar ‘Dr. Jorge Tibiriçá’, desta cidade. O quadro dos diplomados acha-se exposto na vitrine da ‘Loja da Cobra’, nele figurando, além dos 61 alunos, de ambas as secções, que terminaram o curso, os retratos dos srs. Professores Antônio Francisco Redondo, diretor do grupo e paraninfo; Joaquim de Mendonça Furtado e d. Angelina Coccolini, professores do 4.º ano. (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 16/12/1920, n. 2565, p. 1)

Como podemos constatar, os professores eram figuras de respeito e de devoção, sentimentos esses disseminados pelo Grupo e reafirmados pela imprensa, os quais, supostamente, poderiam levar os alunos a adquirirem os retratos e a exporem em suas casas, visto que as fotografias ainda eram artigos de distinção social. Acreditamos que tais honrarias talvez minimizavam, ou até mesmo, desvalorizavam outros professores da localidade. Cabe pontuar que, em nenhum momento, fez-se menção nos periódicos locais a existência dos ELO de Bragança com a educação e a Escola Moderna, presente em um dos artigos de tal documento.

Este é o caso do tratamento oposto destinado a Jubert – o professor anarquista que foi apresentado como “o conhecido desclassificado”, que distribuiu *Boletim* (a) carregados de antipatia e ódio, insultando e caluniando “velhos e honrados cidadãos” (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 20/07/1911, n. 1626, p. 1-2). Foi também chamado de delinquente¹⁶², que se envolvia em política, injuriava o clero e a religião (*CIDADE DE BRAGANÇA*, 23/07/1911, n. 1627, p. 2).

A respeito de como foi tratado em Bragança, bem como sobre sua condenação, Jubert chegou a afirmar que o juiz de Piracaia fechou um “acordo [com] os discípulos de Ignácio de Loyola, para punir um herege que teve a audácia de denunciar o que viu e sabia” (*A LANTERNA*, 29/04/1911, n. 84, p. 4) em relação ao padre. Essa era uma das formas de Jubert agir, ele não dispensava uma boa dose de ironia. Tal demonstração também pode ser vista em Sorocaba, quando publicou, logo abaixo de um artigo sobre o processo contra ele, um poema satirizando o promotor e sua intenção de deportá-lo do país, conforme se lê:

¹⁶²*Cidade de Bragança*, 22/12/1910, n. 1567, p. 1

Uf! UF!
 Eu sou um promotor
 de gaitas e petecas,
 que até O Operário
 me taca fubeca.
 Eu sou um pedante
 e curto da vista,
 mais ei de deportar
 um maldito anarquista.
 Nenê de 8 anos
 (*O OPERÁRIO*, 22/12/1912, n. 162, p. 538).

O “ser professor” para Jubert ia além da sala de aula, ou das fronteiras burocráticas documentais. O seu pensar e fazer convictos estavam voltados para a construção de uma sociedade nova, livre, sem leis e códigos; uma vez que a moralidade burguesa evidenciada por ele, em diferentes momentos, estava carregada de contradições, de desrespeito e de intimidação a classe trabalhadora.

Um exemplo de desrespeito e intimidação da classe trabalhadora identificado, inclusive brevemente mencionado em outro momento desta tese, foi o caso do delegado Gastão de Lima que, segundo Jubert, mandou assassinar um operário. Em parte do artigo identificamos para além do assassinato, a imposição de um crime a um subordinado, conforme se lê abaixo:

Os leitores que nos perdo[em] se a nossa linguagem é um pouco severa contra o miserável acelerado e covarde monstro Gastão de Lima, delegado de polícia do Itupararanga. A nossa indignação é tão grande contra esse infame atentado, que por mais [que nos] esforçamos de abafar não podemos resistir o impulso superior a nossa força. Interrogamos as testemunhas de vista que presenciaram o horrendo crime, e elas são unânimes em afirmarem que foi o delegado quem mandou o soldado assassinar o inditoso operário Damásio Atanes Justo [...]. O delegado Gastão de Lima, não passou nenhum mandato por escrito, que encarregasse o soldado de executar o hediondo quão bárbaro crime, mas determinou pelo constrangimento da investidura do cargo de autoridade, e na qualidade de superior impunha moralmente o soldado executar a ordem: não lhe passando se quer pela ideia que o bandido Gastão, fosse tão covarde de não assumir a responsabilidade da sua ordem. A nosso ver o soldado tem responsabilidade [...]. Mas em face da nossa doutrina que professamos excluimos toda a sua responsabilidade, porque o soldado vive da mais cega obediência [...]. Aprender a obedecer é aprender a não pensar [...]. O crime conforme nos informaram, já estava planejado pelo acelerado delegado, pois que consta que a *mulata*, que o inditoso Damásio propos-lhe uma entrevista, tinha relações com o tal delegado, de modo que a proposta [...] suscitou a paixão do ciúme do tal Gastão de Lima, que dias antes do crime já o andava perseguindo.

Nesse sentido, as práticas de Jubert no que tange a educação libertária significavam atuar junto ao movimento operário e, nesse sentido vamos ao encontro de Hobsbawm (1982, p.

97), quando salienta que:

[o] anarquismo tem lições valiosas a ensinar porque tem sido – na prática, mais do que na teoria – excepcionalmente sensível aos elementos espontâneos nos movimentos de massas. Qualquer movimento amplo e organizado pode ordenar a realização de uma greve ou de uma demonstração, e se for suficientemente amplo e disciplinado, pode fazer uma manifestação que produza uma impressão considerável.

Em suas ações, pudemos observar a valorização da mulher, pois, durante o tempo em que Jubert esteve em Sorocaba, flagramos um momento em que ele discursou e quem presidiu a seção de oratórias foi uma mulher operária, conforme se lê:

[p]residiu a sessão, brilhantemente a distinta companheira senhorita Maria Francisca Caparbo dando assim um realce a mesma. Foi digno de nota o entusiasmo que reinou nas senhoritas presentes via-se nas feições das mesmas, demonstrações de alegria e solidariedade. (*O OPERÁRIO*, 24/03/1912, n. 126, p. 429)

Ademais, foi Jubert quem ensinou a esposa a ler quando jovem, antes de participar das atividades políticas juntamente com ele. De acordo com o seu neto, foi ele também quem educou todos os filhos em casa. Tais ações educativas tinham a ver com a sua visão de mundo, em oposição a educação proferida pela Estado e Igreja.

Outro registro que nos leva à atuação de Jubert como professor consiste em uma publicação da LO de Sorocaba, sobre uma das festas mensais. Nesse texto, continha muitos elogios a Jubert no que se referia a sua atuação como professor, ao mesmo tempo que parecia rebater alguma crítica sofrida por ele, conforme se lê:

Continua em plena atividade a escola mantida pela Liga e a cargo do emérito professor Snr. Joseph Revier, que já consta um grande número de alunos, sendo digno de nota o empenho daquele distinto mestre em incutir o Ideal da verdade, dá Luz no cérebro dos pequenitos Operários.
Ao contrário do que corre por aí, o bom professor só pensa em ensinar o Bem aos seus amados alunos com um carinho paternal digno de exemplo.
Numa visita que o nosso companheiro P. S. de Oliveira Mesquita, fez aquela casa de Luz, pode trazer o mesmo a mais funda impressão toda cheia de aplausos a boa administração da mesma.
A diretoria da Liga Operária ao [...] professor Joseph Revier nosso querido colaborador, os nossos votos [...] de felicidades. (*O OPERÁRIO*, 01/05/1912, n. 130, p. 441)

Essa construção de Jubert como um distinto mestre, conforme demonstrado na nota acima, não deixa de familiarizar-se com a construção dos professores do primeiro grupo escolar,

de Bragança, como distintos, honrados e ilustres. Contudo, há de se considerar que a educação republicana pertencia ao exercício da educação dominante na época, pois era ofertada pelo Estado, uma instituição de controle social fortalecida pelo pagamento de impostos, diferentemente das Escolas Modernas que tiveram dificuldades financeiras para se estabelecerem.

Dentre a sua atuação como professor, estava a defesa da liberdade de expressão, ainda que isso pudesse aterrorizar alguns, considerando o contexto de sua época. Em um artigo dirigido aos seus alunos e alunas, Jubert discutiu *A vida, a Alma e a Morte*. Para isso, recorreu a diferentes pensadores e intelectuais, dentre eles, a Pasteur, a um professor de Zoologia, a Darwin e a Lavoisier para discorrer sobre a *Vida* (*O OPERÁRIO*, 23/06/1912, n. 138, p. 464-465).

Segundo Jubert, “[a] vida não está verdadeiramente nas substâncias químicas do protoplasma, ela nasce sempre por um desenvolvimento de um germe, proveniente de um ser vivo, como já demonstrou o grande Pasteur.” (*O OPERÁRIO*, 23/06/1912, n. 138, p. 464-465), ou, como afirmou Darwin, o organismo é a matéria protoplasmática originária. Como podemos perceber, Jubert era um homem consciente de sua condição humana e social, mobilizado e atravessado por leituras e intelectuais, os quais compreendiam a existência humana com base na ciência, sobretudo, nos estudos da biologia, da química.

Para discorrer ainda sobre a vida, Jubert fez referência a Claudio Bernard quando esse afirmou que “a vida é a morte, por isso que toda a manifestação vital é acompanhada de gasto e destruição. Nunca [diz ele] a mesma matéria serve duas vezes. O gasto molecular é sempre proporcional[1] à intensidade das manifestações vitais.” (*O OPERÁRIO*, 23/06/1912, n. 138, p. 464-465). Para Spencer, segundo Jubert, “[a] vida é o contínuo acordo entre as relações internas e as relações externas” (idem) e para Letourneau (cf. Jubert) a vida é “[u]m duplo movimento [...] de decomposição contínuas e simultâneas no seio de substâncias plasmáticas [...]” (ibidem).

Dando continuidade à descrição do artigo de Jubert, verificamos que, ao dissertar sobre a alma, ele recorreu a Hae-Kel e Hartmann, os quais afirmavam que ela, longe de ser incompreensível, misteriosa, sofre, sente, goza, e, como dizem:

[...] não é mais do que um conjunto das funções intelectuais que existe em todos os seres dotados de um cérebro, e se apaga com a morte deste órgão que a produz. No monismo a alma é considerada o conjunto das funções celulares [...] é baseada na mecânica. (*O OPERÁRIO*, 23/06/1912, n. 138, p. 464-465)

Alma, palavra do latim, significa *anima* “o princípio da vida, da sensibilidade e das

atividades espirituais” (ABBAGNANO, 2007, p. 27). A definição de alma, dessa forma, está ligada à vida e não à morte. Como de fato Jubert salientou.

Segundo os pensadores Demócrito, Empédocles, Simônides, Epicuro, Sêneca, Plínio e Lucrecio (cf. Jubert), “[a] morte cientificamente é a dissolução da sociedade formada de elementos anatômicos” (*O OPERÁRIO*, 23/06/1912, n. 138, p. 464-465). Para Jubert “a morte é o esfacelamento da existência pessoal” (idem). Ela foi compreendida dessa maneira também pelos filósofos gregos. Dessa forma, segundo Jubert, longe de representar os fantasmas descritos pela religião, a morte é apenas a paralisação das funções vitais, pois, consoante suas defesas, é isso que representa a nossa existência individual, nada além disso.

Ao final do artigo em discussão, vemos as iniciais de Jubert: J. J. R. Possivelmente, a abreviação de seu nome tivesse o propósito de não chocar todos os religiosos membros da União. Por isso, direcionou o seu discurso aos seus alunos e alunas.

A análise desse extenso texto de Jubert sobre a existência humana nos leva a destacar seu protagonismo na senda científica e, conseqüentemente, a questionar sobre as possíveis influências que o levaram a tal domínio de conhecimentos. Conjecturamos que tal disposição deva-se, em partes, à participação do biografado em diferentes grupos e meios sociais: colonos, operários, jornalistas, professores, advogados, maçons, líderes da sociedade italiana e espanhola, dentre outros por nós desconhecidos até o momento.

Ademais, outra explicação para a filiação científica de Jubert pode estar atrelada a sua vivência no contexto intelectual francês. De acordo com Barata (1997), a maçonaria moderna surgiu na Inglaterra, contudo foi na França que atingiu o seu ápice durante o século XVIII. O que fez o mesmo autor analisar a relação existente entre a Maçonaria e a Ilustração, movimento de onde provêm diferentes discussões intelectuais sobre a cultura, a civilização, o progresso e também a educação da humanidade.

Sendo assim, ao olharmos com cuidado os jornais *A Lanterna* e *O Operário*, onde Jubert mais publicou artigos, percebemos diferentes termos que fazem referência ao século da Ilustração, tais como quando foi chamado de “ilustrado professor”, ou quando Jubert afirmou que “[...] o fogo do céu unindo-se ao clamor do povo; lança por terra os ídolos do mal, despo[ja] o[s] tiranos que ainda podem viver a luz da civilização” (*O OPERÁRIO*, 01/05/1912, n. 130, p. 440). Tal constatação vai também ao encontro de Carvalho e Cavalheiro (2007, p. ix), quando afirmam que:

[...] nas páginas do *O Operário* [havia] uma intensa circulação de idéias, não se limitando apenas aos diálogos entre as várias tendências no âmbito do

movimento trabalhista, como o socialismo e o anarquismo, mas incorporando também aspectos do espiritismo, da maçonaria e do iluminismo.

Questões como essas, que incluem a diversidade de ideias em circulação naquele dado momento, são relevantes para compreender o que aproximou Jubert e outros anarquistas da maçonaria e o que os afastou dela. A proposta das Escolas Modernas precisava vingar e, por isso, necessitava-se de uma referência teórica e educacional coerente à causa anarquista. Assim, alguns reconheceram que “[um] notório anarquista e que pertencia à maçonaria foi o espanhol Francisco Ferrer” (CARVALHO; CAVALHEIRO, 2007, p. xi).

A Escola Moderna local já estava em funcionamento há nove meses quando Jubert foi apresentado em Bauru. Esse fato demonstra a articulação da maçonaria com os anarquistas, independentemente, de ser Jubert; além de que ele parecia estar de comum acordo, como demonstra a seguinte nota emitida:

Na assembleia geral realizada [...] foi deliberado suprimir os cargos de presidente e vice-presidente, ficando a administração formada por dois secretários e um tesoureiro, para cujos cargos foram eleitos os companheiros Virgílio Ramacciotti e José Jometti. Afim de angariar fundos para a manutenção da “Escola Moderna” que mantém e que agora está a cargo de Joseph Jubert foi organizada uma festa que se realizará hoje e amanhã. Hoje na Sociedade Dante Alighieri, haverá um baile e leilão de prendas [...]. Para essa festa que promete ser brilhante, já foram distribuídos mais de 300 convites. (A *LANTERNA*, 02/08/1914, n. 254, p. 3)

Vale sinalizar que a administração formada por secretários e tesoureiro é semelhante à organização que se viu na LO de Bragança. Do mesmo modo ocorre com a realização de festas para angariar fundos para a instituição, como se vê na organização da UO de Sorocaba.

Em Bauru, identificamos uma greve geral de operários da Estrada de Ferro Noroeste, a qual foi motivada por eles não terem recebido salário por um período de oito meses. Sobre a organização da greve, foi distribuído um *boletim* (e) pedindo para que todos se unissem; que não voltassem ao trabalho enquanto o pagamento total não fosse realizado; que mantivessem em greve pacífica, não gerassem nenhum dano material, e só recorressem à violência no caso de os superiores obrigá-los a isso (A *LANTERNA*, 11/04/1914, n. 238, p. 3). É possível que Cerchiai e Jubert estivessem presentes.

Após quase um ano, o problema dos funcionários da Noroeste ainda não tinha sido resolvido. Uma nota emitida por Jubert afirmava que:

A companhia Noroeste, além de ter reduzido ao mínimo os ordenados dos empregados, tem atrasado os pagamentos, dificultando bastante o comércio da zona. Os operários e empregados queixam-se do preço dos gêneros de primeira necessidade que o armazém da Companhia lhe debita em conta. Aí fica a reclamação para os que compete providenciar. (A *LANTERNA*, 13/02/1915, n. 274, p. 3)

Mesmo com uma greve pacífica, os operários foram prejudicados em relação ao valor dos salários. Entretanto, apesar de tal abuso, nota-se um tom mais brando por parte de Jubert, o que nos leva a questionar se haveria à frente da empresa Noroeste algum dirigente maçom. Essa é uma questão que ficará em aberto.

No dia 1º de maio, em Bauru, houve comemoração ao trabalho, a qual iniciou “[à]s quatro horas da manhã, [quando] os habitantes da[li] foram despertados pelo [...estourar] dos foguetes e pelo som da banda de música que percorria as ruas centrais acompanhando os adeptos da causa.” (A *LANTERNA*, 16/05/1914, n. 243, p. 3). Após a passeata, “[à]s doze horas, reuniram-se, na sede da Sociedade Dante Alighieri, os alunos da Escola Moderna” (idem), cantaram o hino e desfilaram até a chácara onde aconteceria uma reunião.

Durante o retorno à cidade, ainda ao som da música, pararam diante dos jornais *Bauru* e *Tempo* para saudá-los. Após desfilar pelas ruas 13 de maio e 1º de agosto, dirigiram-se novamente à sede da sociedade. O evento que havia começado às quatro horas da manhã terminou apenas às cinco horas da tarde do dia seguinte. Às sete horas da noite, o povo se dirigiu ao local da conferência, às oito, João Poletti deu início à sessão, passou a palavra para o professor Cerchiai, o qual discursou entre palmas e, às nove, deu-se início ao baile (A *LANTERNA*, 16/05/1914, n. 243, p. 3).

Retomando a presença de Jubert em Bauru, encontramos o registro de uma festa em prol da Escola Moderna, na sede da maçonaria, conforme se lê:

A Sociedade Luz, que, com louvor e esforço, mantém a Escola Moderna, desta cidade, realizou, na noite de 24 para 25, um animado sarau em benefício da sua escola, na sede da Sociedade Dante Alighieri, que gentilmente sempre a tem cedido, não só para lá funcionar a escola, mas também para realizar todas as suas festas que até hoje se tem efetuado. A velada constou de quermesse, tómbola¹⁶³ dum navio em miniatura [...] e, de uma grande boneca e também de leilão duma belíssima caixa mosaica [...]. A concorrência foi bastante grande, dado o dia impróprio em que se realizou, devido a maioria do povo guardar os preconceitos religiosos, e à tremenda crise por que atravessamos. As ricas prendas oferecidas são a prova mais eloquente da simpatia que esta sociedade vai granjeando entre este povo que caminha decididamente para o seu progresso moral. (A *LANTERNA*, 02/01/1915, n. 271, p. 3)

¹⁶³ Espécie de loteria para fins beneficentes, com prêmios em objetos.

A respeito dessa nota, cabe ressaltar que a maçonaria, ao ser mencionada, vem sempre acompanhada de sua gentileza e bondade. Quanto à data denominada por eles de imprópria, tratava-se da véspera do Natal, data comemorada pela maioria das pessoas, como bem colocaram. Sobre a tremenda crise mencionada, acreditamos que se trate da primeira guerra mundial em curso naquele dado momento.

Na sequência da mesma nota pontuada, Jubert publicou uma breve nota com os seguintes dizeres: “A polícia, como sempre, tem praticado as suas violências e arbitrariedades contra cidadãos em pleno gozo de seus direitos, desrespeitando todas as leis positivas para dar pasto às suas prepotências” J. Jubert (*A LANTERNA*, 02/01/1915, n. 271, p. 3). Dessa forma, não sabemos se ele se referia a alguma arbitrariedade contra a festa ocorrida, ou a outra situação tal como repressão à greve.

Ressaltamos que havia um conflito entre Jubert e alguns membros da maçonaria, os quais eram contrários à escola funcionar nas dependências dela (*A LANTERNA*, 13/02/1915, n. 274, p. 3). Contudo, parece que essa situação estava sob controle, pois, numa nota emitida no mês posterior, afirmava-se que:

A Sociedade Luz, fundada em 20 de outubro de 1913, compilando o seu balancete geral até 30 de fevereiro transato, verificou o resultado seguinte Entradas, 4:245\$9[...]; saídas, 4:199\$000, havendo, portanto, um saldo de 49:000. A utilíssima agremiação de Bauru continua a manter a sua escola funcionando regularmente com um bom número de alunos. (*A LANTERNA*, 27/03/1915, n. 277, p. 3)

Na sessão *Bilhetes e Recados* do jornal *A Lanterna* identificamos um destinado a Jubert em Bauru, conforme se lê abaixo:

Bauru– J. J.: Não pudemos enviar os 100 exemplares por se ter esgotado a edição. Ruins andam todas as coisas por toda a parte. Infelizmente, nem todos sabem enfrentar com serenidade a crítica, discutindo os atos das coletividades a que pertencem. Saudações aos amigos. (*A LANTERNA*, 27/03/1915, n. 277, p. 4)

Nessa comunicação para Jubert, três coisas chamam a atenção. A primeira delas é o fato de Jubert precisar de cem exemplares, possivelmente de livros da Biblioteca¹⁶⁴ de *A Lanterna* jornal. A segunda corresponde ao início de conflito com alguém, aparentemente, do mesmo

¹⁶⁴ Lista de livros disponíveis para a venda (*A LANTERNA*, 27/03/1915, n. 277, p. 4).

grupo. Já a terceira, que, possivelmente, cada liderança tinha um grupo de sua responsabilidade, o que nos mobiliza a pensar sobre um certo “rodízio” entre elas; por exemplo, Jubert saiu de Sorocaba, logo outro líder, ocupou esse cargo.

Na mesma edição que foi publicado o bilhete/recado com o indício de conflito nele presente, há uma nota sobre uma suposta satisfação do jornal aos leitores a respeito da greve da Noroeste, a qual menciona Jubert, conforme se lê abaixo:

A propósito da última greve

Antes de nos haver chegado às mãos a carta publicada em nosso número anterior, já tínhamos recebido uma correspondência do nosso amigo Joseph Jubert que, ao lado de considerações de índole geral publicáveis em outra ocasião, nos comunicava as informações por *Um grevista* mais precisadas. (*A LANTERNA*, 27/03/1915, n. 277, p. 4)

Comprendemos que, talvez, alguém tenha reclamado da comunicação entre Jubert e *A Lanterna*. Sendo assim, o jornal justificava tal conhecimento dos fatos sobre a greve. Tal fato ainda remonta a ideia de que, alguém da maçonaria, pudesse fazer parte da administração da Noroeste, portanto conflitos talvez fossem minimizados.

O conflito parecia se estender entre a imprensa, algo semelhante ao ocorrido em Bragança e Sorocaba. Pois, em uma nota escrita por um editor do jornal *O Tempo* (Bauru), replicada por *A Lanterna*, tal editor ao se ocupar da greve de Três Lagoas, questionou a conduta dos operários nomeando como delituosa. Dessa forma, *A Lanterna*, possivelmente na pessoa de Jubert, reagiu, defendendo-os, conforme se observa a seguir:

[*O Tempo*:] Mas, se para chegar a esse resultado, o operariado, em desespero da causa, comete atos que o código penal cita como delituosos, a greve deixa de ser um direito para constituir-se em crime que exige a ação da força pública, passando o grevista a ser um criminoso e não um homem que exerce um direito.

[*A Lanterna*:] Com que então, os trabalhadores roubados e violentados é que cometeram atos delituosos?! Ora, ora! Criminosos infamíssimos, bandidos da pior espécie que a própria cadeia infamaria[...] é essa corja de ladrões de casaca que, como a gente de Noroeste, vive a roubar o próximo sob a proteção do Código Penal. Pena é que os trabalhadores ainda os poupem conjuntamente com os crumiras¹⁶⁵ crapulosos. (*A LANTERNA*, 27/03/1915, n. 277, p. 4)

Jubert, em nova conflagração, denuncia a presença de soldados do exército, os quais, de passagem para São Paulo, foram presos por policiais locais quando provocavam a desordem num teatro de Bauru, conforme se lê abaixo:

¹⁶⁵ Aparentemente espécie de fura greve em italiano.

[...] vindos de Três Lagoas, e do Mato Grosso, aqui desembarcaram, [...] vinte e poucos [...], soldados do exército de intrépido valor e brio, especialmente quando estão sob os efeitos patrióticos da pinga. Nessa noite, funcionava o Bijou-Teatro. Como [se] exibisse fitas fantas[iosas], os defensores da pátria resolveram exibir uma [cena] real, dispensando o concurso da força elétrica e servindo-se apenas da do álcool. Distraídos como sempre andam, em lugar de se dirigirem ao lugar reservado aos [seus] superiores, visto pertencerem todos a categoria de *mantenedores da ordem pública*, pretendendo baralhar-se com o povo, nas cadeiras, apesar de terem entrado “de meia cara”. O proprietário interveio, observando que nas cadeiras era impossível, visto o estado gasoso em que se achavam e o perigo que poderiam causar a si e as famílias, no caso de acenderem um cigarro, explodindo como tantas pipas de álcool. Os briosos soldados revoltaram-se, [então] a polícia interveio e, ao som do canfulto, levou-os para a cadeia. [...] outros heróis substituíram logo os “ordeiros” militares e a polícia [,,dera] lhes o mesmo fim que dera aos primeiros. Temendo que a fita continuasse, a polícia fez um pandemônio: expulsou todo o povo e fechou o Bijou, como se ele fosse de sua propriedade (A *LANTERNA*, 15/05/1915, n. 280, p. 3).

Embora se tratasse de uma cena que poderia chegar a ser trágica, já que, além de bêbados talvez, pudessem estar armados, Jubert, como em outras ocasiões, descreveu a cena de maneira sarcástica. Porém, o teatro tornou a abrir três dias depois, e novos episódios policiais lá ocorreram, conforme se nota abaixo:

Enquanto funcionava a exibição das fitas, um [...] agente de segurança do delegado, cúmplice dum assassino de uma mulher grávida, tipo da mais baixa estirpe humana, dirigiu-se ao sr. Eduardo Coutinho e, com gestos provocantes, pede-lhe satisfação das notícias publicadas por todos os jornais locais a respeito dos acontecimentos da noite de 25. E não se dando por satisfeito [...] ameaça o sr. Coutinho com a prisão. Nesta altura intervém um outro bandido que ocupa o cargo de escrivão de polícia, tipo expulso da Sorocabana por desrespeitar famílias, saca de um punhal e tenta cravá-lo no sr. Coutinho, proprietário do Bijou. Uma outra pessoa desvia [...] e o escrivão [...] fere a cabeça do homem que paga impostos pesadíssimos para manter os *mantenedores da ordem*. Um pânico medonho se estabelece entre o povo [...]. O delegado local abriu inquérito, ouvindo mais de 40 testemunhas, mas tudo ficará por isso mesmo [...] J. J. (A *LANTERNA*, 15/05/1915, n. 280, p. 3)

Dessa vez, os policiais foram até o local para questionar o ato anterior publicado nos jornais da cidade e, perante o público que assistia ao teatro, atacaram o proprietário de forma violenta. Tal cena, porém não intimidou Jubert, pois ele continuava a denunciar os abusos de poder.

Em Bauru, talvez por falta de um jornal operário na cidade, não pudemos flagrar Jubert tão ativo como em Sorocaba. O jornal *O Bauru* publicou notas sobre a Escola Moderna que funcionava nas dependências da maçonaria, mas não de autoria de Jubert. Notas e artigos dele

durante esse período encontramos apenas nas páginas de *A Lanterna*, assim como um recado¹⁶⁶ deste jornal a ele, informando-o que haviam recebido seu artigo e que publicariam no próximo número.

O artigo escrito por Jubert, mencionado no recado acima, foi intitulado como *O avacalhamento do povo*. Neste texto, mais uma vez, num ato de desabafo, ele fez críticas ao povo e à política, e ainda atacou a miscigenação brasileira, como se lê:

Já ninguém mais duvida do abatimento moral em que caiu o povo brasileiro, outrora tão cioso na defesa dos seus interesses e dos seus direitos. Este sintoma de morte moral atribui-se as agitações políticas em que o povo tem sido o doce instrumento dos chefetes que imperam por toda a parte e das quais sempre tem sido logado. A etiologia poderá registrar outros fatores, mas este é um dos principais que a atenção inteligente do observador atento descobre. A desarmonia que predomina em todas as classes e o ceticismo que róí todos os homens, têm, sem dúvida, a sua origem num grande mal superior as fracas resistências do meio. Um segundo fator é, também, certamente a diversidade dos caracteres, dos costumes, conseqüente da promiscuidade de nacionalidades, sem falarmos na mistura de raças de que é habitado o Brasil. O estudo e a observação têm demonstrado que é impossível desenvolver no indivíduo aquilo que ele não teve em germen, ou por outra, que ele não recebeu hereditariamente. [...] somos governados por uma quadrilha de ladrões que se legalizam com as leis fabricadas por eles e impostas ao povo. E o povo assiste impassível a espoliação das suas economias, do seu trabalho, com a restrição dos seus direitos e de suas liberdades, sem um gesto de revolta e indignação! (*A LANTERNA*, 26/02/1916, n. 286, p. 2)

Jubert, mesmo sendo um militante anarquista, como muitos homens do seu tempo, atribuía a falta de moralidade e de união dos trabalhadores à diversidade cultural e racial do Brasil no artigo acima. Fez referência a ideia do inatismo ao afirmar que indivíduos que não nasceram com determinadas qualidades, não a conquistariam durante a vida. Para exemplificar essa ideia advinda de Platão, que significa aquilo que é próprio do nascimento do ser, recorreremos a Chauí (2000, p. 92) quando explica que as “[...] ideias e os princípios da razão são verdades intemporais que nenhuma experiência nova poderá modificar.”

O posicionamento de Jubert nessa nota não vai ao encontro do posicionamento de Ferrer, que de acordo Gallo (1997, p. 18) mesmo “[c]oerente com esse ingênuo positivismo empirista, [...] não acredita[va] em ideias inatas, concebendo a mente da criança como uma tábua que pode ser preenchida através da educação tanto por "falsas ideias" e "preconceitos" quanto por "verdades científicas": Nesse caso, as ideias empíricas ao contrário das inatas, estão

¹⁶⁶*A Lanterna*, 12/02/1916, n. 285, p. 4

ligadas a experiência, a relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. Portanto, segundo Chauí (2000, p. 78):

A intuição empírica é o conhecimento direto e imediato das qualidades sensíveis do objeto externo: cores, sabores, odores, paladares, texturas, dimensões, distâncias. É também o conhecimento direto e imediato de estados internos ou mentais: lembranças, desejos, sentimentos, imagens.

Sendo assim, tanto uma teoria, quanto a outra, por serem deterministas e não considerarem as singularidades dos sujeitos com o meio ambiente e a interação social, acabaram por receber críticas. Mas no final do século XIX e início do século XX estavam presentes nas discussões, que englobavam inclusive as questões eugênicas e raciais, mencionadas no artigo de Jubert. Sobre tais ideias, é preciso salientar, segundo Carvalho e Cavalheiro (2007, p. ix), que:

[...] na gênese dessas filosofias (ou ainda durante o processo de amadurecimento de suas ideias), que acabam coincidindo no tempo histórico, as tentativas de miscigenação ou as influências de uma sobre a outra são notáveis e até esperadas. Um exemplo notório é a influência do evolucionismo darwinista na doutrina espírita de Kardec. A ideia da evolução aprimorando a espécie serviu de certa forma para o embasamento da teoria da reencarnação como um processo 'sucessório' necessário à evolução espiritual do homem. Assim, como fruto da sua época, Allan Kardec recebeu as fortes influências de diversos pensadores, até mesmo de Pestalozzi, de quem era discípulo.

Ainda sobre as ideias de diversidade cultural e racial, nos apoiamos em Taborda (2012, p. 72), quando afirma que:

[...] o conceito de evolução [era] portador de um forte conteúdo ideológico. Parte das justificativas para o fracasso da ideologia burguesa, teoricamente liberal e igualitária, “deslocava a culpa das evidentes desigualdades humanas da sociedade para a natureza”. Reacionária, naquele tempo “a biologia não era só potencialmente a ciência da direita política como também a ciência dos que desconfiavam da ciência, da razão e do progresso”

Diante de tal contexto, intentamos que talvez essas ideias de Jubert pudessem estar relacionadas a sua proximidade com a maçonaria¹⁶⁷. Segundo Barata (1997), a ordem maçônica como opositora do regime absoluto, possuía um caráter semidemocrático que a aproximava dos liberais, sem, contudo, esquecer o seu caráter interno de hierarquia rígida que acabava por

¹⁶⁷ Que de acordo com Barata (1997) não um pensamento monolítico, pois há internamento diferentes posicionamentos.

valorizar o mérito. A ideia de meritocracia é, no entanto, consequência de uma interpretação da teoria darwinista, da qual se apoiou o positivismo e o cientificismo, na época. Entretanto, de acordo com Chalhoub (2017, s/p.)

A meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve à reprodução eterna das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade. Portanto, a meritocracia é um mito que precisa ser combatido tanto na teoria quanto na prática. Não existe nada que justifique essa meritocracia darwinista, que é a lei da sobrevivência do mais forte e que promove constantemente a exclusão de setores da sociedade brasileira.

Sendo assim, consideramos que as ideias de Jubert correspondem aquelas que circulavam com vigor em sua época. Jubert, mesmo sendo muito crítico, por vezes, com os trabalhadores, sempre demonstrou preocupação com a precariedade social deles. Foi muito crítico a exploração e ao preconceito disseminado acerca da classe trabalhadora, lutou por melhores condições de vida e trabalho, bem como através da sua militância incentivou que lutassem pelas oito horas de trabalho, pois tinha, justamente, a finalidade de preservar a dignidade, e o valor de cada membro do movimento operário.

As ações de Jubert como professor, por sua vez, extrapolaram as esferas institucionais. Ele educou os filhos em casa e a esposa durante o trabalho numa fábrica. Suas diferentes conferências, denúncias, protestos e artigos escritos nos jornais, os quais serviram de meios para que ele expressasse seus pensamentos e teorias científicas, objetivando alertar e instruir os trabalhadores sobre as condições degradantes que muitos deles estavam expostos, também podem ser consideradas como práticas educadoras. Ou ainda, quando ele criou alianças por onde transitou e domiciliou-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese na área da História da Educação do Brasil teve como objetivo mais amplo escrever uma versão biográfica da trajetória de Joseph Jubert, bem como analisá-la e confrontá-la com aspectos do contexto sociocultural mais amplo do país, no período (1900-1921) focalizado. Essa biografia foi possível graças à influência da História Cultural, as quais ganharam fôlego a partir da década de 1970 e ressoaram no Brasil nos anos que seguiram como uma nova possibilidade de estudos; visto que, a partir delas, passaram a ser consideradas como fontes não apenas os documentos oficiais do passado, mas também os periódicos, os quais foram bastante explorados nesta pesquisa.

As considerações de Dosse (2015) sobre o gênero biografia também foram imprescindíveis, uma vez que seus estudos demonstraram que a partir de uma renovação no modo da historiografia, nos permitiu escrever a história de um “homem comum”, mas que, sobretudo, foi um homem que se deixou ler por suas ideias, no caso de Jubert libertárias. E por mais que haja dedicação na escrita de uma biografia, ela nunca será capaz de dar conta da totalidade de uma vida, pois o biografado encontra-se na esfera de um sujeito plural, pertencente a diferentes vínculos, portanto, passível de mudanças, de planos e ideias conforme o tempo e espaço que ocupa.

O primeiro encontro com Jubert foi por entre os autos de um processo crime (1911) da Comarca de Bragança Paulista, no qual ele se declarou professor em três momentos distintos, o que nos chamou a atenção e, portanto, nos levou a pesquisar sobre a sua trajetória. Nesse processo, constatamos que ele foi autuado por distribuir um *Boletim* (a) que denunciava as precárias condições de vida dos colonos imigrantes, os quais vieram ao nosso país em busca de trabalho, instalando-se nas fazendas de Bragança, cidade do interior paulista, sendo recebidos com uma situação análoga à escravidão. O que nos levou a conjecturar que esse cenário tenha impulsionado a sua permanência na cidade.

Devido a tal processo, identificamos que Jubert já havia sido processado em Atibaia sob a justificativa de ser um vagabundo, pelo motivo de não ter emprego fixo. Nesse processo crime (1911) devido ao *Boletim* (a), um grupo de fazendeiros se reuniu para levar uma representação ao delegado de polícia Azevedo Marques de Bragança, o qual abriu um inquérito de investigação que deu origem ao processo, no qual Jubert e outros foram acusados de iludir os colonos e de interferir na vida econômica do município. O processo correu em quatro instâncias

até que Jubert foi considerado inocente, conforme a lei que previa a livre manifestação de pensamento e organização da greve, desde que essa não fosse desencadeada por força ou ameaças, fato que não foi provado.

Concomitantemente, Jubert foi também processado pelo padre Leonardo Gioiele por injúrias impressas, visto que havia escrito um artigo publicado no jornal *A Lanterna* sobre a vida amorosa do clérigo em questão. O processo movido pelo padre em Bragança, mesmo ele tendo sido transferido para a cidade de Santos a pedido do Bispo responsável, foi o que resultou na condenação de cinco meses de prisão e na aplicação de uma multa a Jubert. Sobre essa condenação, o jornal *A Lanterna* afirmou que o processo também correu em outras instâncias antes de ser enviado a Comarca de Piracaia, local onde o juiz José Máximo Pinheiro Lima proferiu a sentença, motivo pelo qual Jubert fugiu da cidade, rumo à Sorocaba.

Como habilidades de Jubert, reafirmamos que ele organizou a LO de Bragança, bem como o movimento de colonos grevistas; se defendeu dos processos sem contar com a presença de advogados; objetivou organizar uma escola para trabalhadores nos princípios de Ferrer; manteve vínculos com diferentes grupos da cidade; foi colaborador do jornal *A Lanterna* de São Paulo, função que incluía a captação de novos assinantes e, também, a publicação de artigos neste jornal.

Salientamos que no processo crime (1911) da distribuição do *Boletim* (a) três juízes foram impedidos de atuar no caso, o primeiro deles em Bragança, acusado de ter relações familiares com um dos fazendeiros e com uma das testemunhas. No caso dos juízes de Atibaia e Piracaia os motivos de tais impedimentos não ficam claros devido à falta de legibilidade de algumas partes do processo. Assim conjecturamos que tais impedimentos desencadearam a perseguição, ameaça de morte e, praticamente a expulsão de Jubert da cidade, acusado de pertencer ao grupo ligado ao presidente da época Hermes da Fonseca (grupo político opositor ao PRP da situação).

O primeiro objetivo específico, desta tese, foi rastrear a participação de Jubert nas greves de colonos na cidade de Bragança e em diferentes iniciativas do movimento operário em Sorocaba. Sendo assim, anterior a sua saída de Bragança identificamos que Jubert colaborou na organização e recepção do evento que trouxe para a cidade a conferencista Belén Sárraga, uma anticlerical declarada, que estava em turnê pelo Brasil. Devido a isso, e, a outras articulações hipotetizamos que no transcorrer de sua permanência em Bragança Jubert formou um grupo organizado, o qual deu continuidade às greves na cidade.

Sobre o contexto, no que corresponde às acusações contra Jubert, percebemos que os fazendeiros e a justiça não deram tanta ênfase à greve, visto que o processo movido pelo padre

causou mais reboleço na cidade do que o processo do *Boletim* (a). Todavia, na continuidade das greves do segundo semestre de 1911, a repressão foi maior, chegando a vir para Bragança trinta soldados da capital, o que resultou na prisão de Benedicto Cardoso e violência a ele, embora as autoridades tenham ocultado tais ações.

Em Bragança, verificamos que Jubert se articulava a um grupo maior ao qual tínhamos conhecimento durante a pesquisa de mestrado. Também percebemos a rivalidade entre a imprensa local: o jornal *Cidade de Bragança* defendia os fazendeiros ligados ao PRP dentre eles: Olympio Barra, Afonso Ferreira, Theófilo Leme, Felipe Rodrigues de Siqueira, Juvenal Ferreira de Cerqueira Leite, Norberto Ferreira Barbosa e João Leme, já *O Comarca* estava ligado ao PRC dentre eles: José H. P. Guimarães, João Alves da Cunha Lima, João Gatto, Benedicto Rodrigues Moreira, Fernando Valle, Jacintho Osorio, José Francisco dos Santos, Antônio Berelli, Carlos Bonifácio de Andrade, Antônio Ferreira de Carvalho, Arthur Muniz de Medeiros, José Francisco Ramos, Pedro Cezar, Julio Gonçalves, [...], Olegário Boni [...], Benedicto A. Ricci, Olympio Brasil, Victor Cuoco, Angelo Romano, Luciano Candido Ribeiro, Henrique Antônio Cardoso, Carlos Lauria, Innocencio Pinto Tavares, José Gomes de Moraes, Romão de Souza Pinto, Antônio Carlos de Oliveira, João Antônio Marques e Eugenio J. de Oliveira, defendia a greve e os colonos. Flagramos ainda outros conflitos em forma de violência física e morte ligados a essa rivalidade política, denunciados pelo jornal *A Lanterna*.

Numa releitura mais atenta das notas dos periódicos na relação com os processos crimes (1911) e inquérito (1911) aberto para investigar Benedicto Cardoso de Oliveira identificamos a greve em dez diferentes locais em Bragança, são eles: Fazenda Boa Vista Bragança; Fazenda [Velha] de Felipe R. de Siqueira; Fazenda de Albano da Silva Leme, no bairro Ponte Alta; Fazenda de Angela Dell'Anesi; Fazenda de Luiz Leme Ferreira; Fazenda de Maria Cintra Ferreira; Fazenda Boa Esperança; Fazenda do Tenente-Coronel Norberto Ferreira Barboza; Cia Paulista de Jundiaí e ramal da Estrada de Ferro Bragantina.

Conjecturamos que em Bragança, devido ao número elevado de colonos que aderiu a greve, conforme informação do jornal *Cidade de Bragança*, havia uma grande insatisfação dos mesmos. Até porque essa greve já representava o segundo levante dos colonos, visto que no início do mesmo ano (1911), já havia sido registrado um início de greve.

Júlio foi um dos membros da LO de Bragança e réu tanto do processo crime (1911) da distribuição do *Boletim* quanto do inquérito de Benedicto. Ele negou a participação tanto num momento quanto no outro, parecendo tentar evitar qualquer tipo de confronto com a elite e a justiça que o processou. Contudo, sua presença a frente da LO de Bragança denota, engajamento com a causa dos colonos. O interrogatório dele chama a atenção, pois foi questionado sobre

uma carta emitida pela LO de Bragança, na qual constava uma ameaça aos fazendeiros. As questões que colocamos são: se essa carta existiu, por que não foi anexada ao Inquérito? A própria carta não seria a prova das ameaças? Outra situação intrigante é que não constam, no inquérito (1911), as perguntas feitas aos interrogados, apenas os seus depoimentos, o que limita a nossa compreensão do todo. Tais questões permanecem inconclusivas.

O processo do padre contra Jubert, em Bragança, foi o que garantiu a sua condenação. Porém, na finalização da dissertação havia a dúvida se Jubert foi preso em Sorocaba e levado para São Paulo, devido a condenação em Bragança (processo padre Leonardo) ou a condenação em Sorocaba (processo advogado Octávio). Essa constatação só foi possível a partir da pesquisa no jornal *O Operário*, de Sorocaba, tratando assim de uma constatação desta tese.

Apesar da adesão às greves, em Bragança, não encontramos indícios da manifestação dos colonos sobre a rixa entre Jubert e o padre. Então indagamos que os colonos concordavam sob as precárias condições de vida nas fazendas, no entanto, devido a questões culturais no que tange a religião não havia um consenso. Algo diferente do que ocorreu em Sorocaba, visto que lá houve a queda no número de assinantes do jornal *O Operário*, levando a interrupção do mesmo durante alguns meses, devido à exigência do centro católico para que os operários católicos não renovassem as assinaturas com determinados jornais.

O segundo objetivo específico, desta tese foi investigar a trajetória de Jubert e de seus vínculos com a educação libertária, considerando seu engajamento no movimento anarquista nas diferentes cidades pelas quais passou do interior paulista, as quais margeavam a ferrovia. Começando por sua ida para Sorocaba, que durante a pesquisa de mestrado, não foi conclusiva, pois não havia elementos para entender seu vínculo com o movimento operário. No entanto, nesta tese, hipotetizamos que a Estrada de Ferro Sorocabana possa ter facilitado a sua trajetória após a sua fuga de Bragança, visto que pareceu ter buscado por cidades onde pudesse contar com a ajuda de outros militantes, no caso, talvez com a acolhida dos ferroviários.

Sendo assim, constatamos a sua atuação como militante do movimento operário anarquista. Observamos, em Sorocaba, que para secretário da LO de Sorocaba recém criada, foi eleito um membro do movimento operário anarquista, que o nome não podia ser revelado. Porém, ao agradecer a confiança no seu obscuro nome, em setembro de 1911, julgamos que esse se trataria de Jubert, pois não podia ser citado devido à ordem de prisão ocorrida em Bragança. Passado algum tempo ele, artivamente, passou a utilizar o sobrenome de sua mãe: Rivier. Nesse momento era necessário subverter a ordem para se manter livre da prisão. A conclusão a respeito do sobrenome veio a ser esclarecida apenas durante esta tese.

Em Sorocaba, percebemos que sua trajetória foi marcada por diferentes conflitos. Um

deles foi quando acompanhou Mesquita um colega do jornal a uma festa e, no dia seguinte uma nota de desligamento desse seu colega foi publicada. A partir desse momento houve um silenciamento de dois meses sobre as ações de Jubert e de seus artigos no jornal *O Operário*. Uma hipótese que justificaria tal tensão, seria Jubert ter tomado partido de Mesquita, que após passados os dois meses aparece discursando ao seu lado. Contudo, nada se confirma.

Constatamos que a atuação de Jubert como professor, secretário da LO de Sorocaba e da UO de Sorocaba, editor e, posteriormente, diretor do jornal *O Operário*, bem como conferencista e articulador do movimento operário anarquista, em Sorocaba, foi ampla, que havia um forte vínculo do grupo com interlocução nacional e internacional. A exemplo da amizade com Edgar Leuenroth, da recepção do revolucionário Galileu Lara do México, em sua casa; bem como do protesto que Jubert realizou contra as prisões e as sentenças de morte dadas a José Ettor – representante da Federação dos Trabalhadores Industriais – e a Arthur Giovannitti – redator do jornal *El Proletário* de Nova York. Os dois, presos há muitos meses em Massachusetts, estado norte-americano.

Identificamos que devido às denúncias que Jubert fazia no jornal *O Operário*, ele conquistou inimigos, o que o fez ser perseguido e processado por Octávio Guimarães, bacharel em direito. Como resultado desse processo, mesmo inicialmente tendo sido julgado improcedente, ele foi preso. Reafirmamos o que já havíamos pontuado durante a dissertação, que após recurso, Jubert foi condenado a quatro meses de prisão e a uma multa de quatrocentos mil réis. Ele, então, foi levado à penitenciária de São Paulo, e lá cumpriu a maior parte de sua pena. Os relatos de prisão redigidos por Jubert demonstraram o quanto hostil era o ambiente prisional, além de ele ter afirmado que lá foi torturado.

Nesta tese também percebemos com maior intensidade os protestos contra prisão de Jubert e outros anarquistas libertários, pois flagramos a manifestação de outros jornais de circulação nacional tais como: *A Época* (Rio de Janeiro), *Barricata* (São Paulo), *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), *Germinal* (São Paulo) e o *Terra Livre* (Lisboa-Portugal) internacional, para além dos quais já havíamos pesquisado durante a dissertação como *A Lanterna* (São Paulo) e a *Voz do Trabalhador* (Rio de Janeiro).

Averiguamos semelhanças sobre a conduta das autoridades policiais no período pesquisado, pois da mesma forma que ocorreu em Bragança com a prisão de Benedicto Cardoso, que levado para São Paulo e teve sua prisão omitida, ocorreu com Jubert durante os primeiros dezoito dias de sua prisão. E da mesma forma que Jubert foi preso e levado para São Paulo, no momento em que foi até a delegacia solicitar autorização para um comício, em Sorocaba, Adolpho Anta também foi preso no momento em que solicitava autorização para um

comício em Santos, com a diferença de que Anta foi levado para o Rio de Janeiro. Salientamos que Jubert cumpriu pena ficando preso durante quatro meses, porém anterior a isso já havia sido levado uma vez para a delegacia de Bragança e havia sido preso durante um comício em Votorantim.

Reafirmamos que durante a dissertação identificamos o relacionamento de Jubert e Thereza, o nascimento do primeiro filho, contudo, foi nesta tese que constatamos o modo como Jubert conheceu sua esposa, bem como ao fato de ele tê-la levado à militância no movimento operário anarquista, o qual era, predominantemente, masculino; sem contar o momento histórico que estavam implicados, onde as mulheres não tinham o direito ao voto, tampouco podiam se envolver com questões políticas. Foi Jubert quem a ensinou a ler, a tornou oradora, bem como fez uma declaração de amor no jornal *O Operário* dirigida a ela, casou-se com ela, teve seis filhos os quais educou em casa.

Identificamos nesta tese, também, fotos de Jubert com Thereza e os seis filhos do casal. No seu título de eleitor do ano de 1933, constatamos que ele estava com 57 anos, casado, residente em Pirajuí, cidade vizinha a Bauru. Durante os anos de 1916 e 1917, verificamos que ele atuava como professor de instrução particular na cidade de Bauru. Em 1918, a informação é de que ele possuía um colégio infantil em Pirajuí. Novamente o localizamos como professor de escola particular em 1921. Conforme o título de eleitor sua profissão permanecia como professor (1933).

Nas três principais cidades (Bragança, Sorocaba e Bauru) as quais nos detemos mais amplamente a Jubert, notamos a presença de maçons próximo a ele e ao movimento operário anarquista. Em Bragança, Jubert prestava contas como recenseador ao advogado e maçom João Alves da Cunha Linha, para além de colaborar na recepção de Sárraga filha de maçons. Em Sorocaba, anteriormente a criação da Escola Moderna da LO de Sorocaba foi realizado um acordo com os responsáveis pelas fábricas de tecidos para que as crianças tivessem tempo hábil para frequentar a escola noturna da maçonaria (Perseverança III). Em Bauru a Escola Moderna da qual Jubert era professor funcionava nas dependências da maçonaria, inclusive um conflito entre ele e um maçom foi registrado nesta tese. Para além de identificarmos que Ferrer aquele que inspirou os anarquistas também era um maçom.

O terceiro objetivo específico foi compreender a trajetória de Jubert à luz de princípios preconizados pelas Escolas Modernas. Sendo assim, identificamos a possibilidade de Jubert ter atuado como professor ou operário na fábrica de tecidos de Santa Rosália, em Sorocaba conforme indicou o conflito mediante as operárias delatando-o por suas ideias anarquistas dentro da fábrica e da igreja. Bem como identificamos a possibilidade das Escolas Modernas

anunciadas em Santa Rosália e Votorantim terem funcionado dentro das fábricas, com o respaldo da maçonaria, até a denúncia das operárias de Santa Rosália e a perseguição de Eugênio Mariz gerente da fábrica de Votorantim contra Jubert. Entretanto, essas são possibilidades que permanecem em aberto.

Reafirmamos que durante a dissertação tínhamos a informação de que Jubert foi professor da Escola Moderna da LO de Sorocaba, contudo, foi nesta tese que constatamos o envolvimento dele com a abertura dessas outras duas Escolas Modernas a de Votorantim e a de Santa Rosália.

Constatamos que algumas vezes Jubert entrou em confronto de ideias com os próprios operários, em Sorocaba, a partir de artigos escritos no jornal *O Operário*, situação que de alguma forma acabou por prejudicá-lo. Pois quando foi preso, os jornais insistiam numa mobilização maior por parte dos operários, indicando um descaso pela prisão de Jubert. Porém, algo que ficou claro foi que o único consenso entre os operários era relativo às exigências do trabalho, pois tratando-se de religião e política não havia consonância de ideias.

Não encontramos nenhuma referência a seu processo de escolarização e graduação que nos autorize a levantar qualquer hipótese nessa direção, contudo, nesta tese constatamos em diferentes fontes as iniciativas e ideias publicadas sobre Jubert e por Jubert que o ligam às questões relacionadas à educação. Todavia, se compararmos a forma como Jubert foi apresentado pelos processos crimes a comunidade de Bragança da forma com que flagramos os professores do primeiro grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá, por entre as páginas dos periódicos locais, podemos constatar que elas destoam significativamente, pois enquanto Jubert foi tratado como vagabundo e delinquente, aos professores do grupo foram atribuídos elogios como ilustres e distintos.

A respeito da educação libertária e da Escola Moderna, constatamos que a percepção mais ampla dos líderes do movimento anarquista sobre ela deu-se no I COB de 1906. Contudo, o evento que desencadeou, de fato, a abertura dessas escolas no estado de São Paulo, começando pela capital, foi a morte de Ferrer y Guardia, em 1909, precursor da Escola Modelo de Barcelona (1901). Jubert e os demais membros ligados ao anarcossindicalismo passaram a defendê-lo, a referenciá-lo como um mártir representante do trabalhador, rejeitando, assim, a educação pública republicana, visto que eram contra o Estado e acreditavam que tal instituição estava a serviço da burguesia.

Reafirmamos assim a presença de Ferrer y Guardia como influência para a educação libertária brasileira e manifestações de Jubert sobre Ferrer, contudo, foi nesta tese que tivemos uma melhor compreensão da dimensão dos diferentes grupos ligados a defesa da educação

libertária e Escolas Modernas, bem como das excursões de propaganda pelo interior paulista, inclusive nas cidades pelas quais Jubert transitou.

A educação libertária de Ferrer y Guardia (2010) defendia uma sociedade livre, sem preconceitos, onde pudesse existir igualdade de ensino tanto para meninos quanto para meninas, baseada na racionalidade em detrimento da religião. Ademais, a proposta de ensino desse educador estabelecia fortes relações com as questões de trabalho, dentre elas, a oposição à carga horária em que as crianças se dedicavam ao labor, a qual era de, aproximadamente, catorze a quinze horas diárias. A reivindicação, portanto, incidia sobre a redução para oito horas, pois, assim, elas poderiam estudar.

Ao analisar um artigo de Jubert sobre a existência humana (*A Vida, a Alma e a Morte*), nesta tese constamos seu protagonismo na senda científica e, conseqüentemente, passamos a questionar sobre as possíveis influências que o levaram a tal domínio de conhecimentos. Conjecturamos que tal disposição deva-se, em partes, à participação do biografado em diferentes grupos e meios sociais: colonos, operários, jornalistas, professores, advogados, maçons, líderes da sociedade italiana e espanhola, dentre outros por nós desconhecidos até o momento. Ademais, outra explicação para a filiação científica de Jubert pode estar atrelada a sua vivência no contexto intelectual francês.

Reafirmamos que durante a dissertação tínhamos a informação de Jubert como professor da Escola Moderna de Bauru, a partir da publicação de um artigo sobre uma festa para manter a escola em 1914 e, uma nota que fazia menção a Jubert como professor em 1915, apenas. No entanto, nesta tese que averiguamos a influência da maçonaria sob a escola moderna de Bauru e, também flagramos uma contradição entre o pensamento de Jubert em relação ao de Ferrer y Guardia, no que tange a diversidade cultural e racial, possível consequência das ideias que circulam na sua época.

Sobre a atuação de Jubert na educação libertária foi possível perceber que suas ações como editor e conferencista extrapolavam as paredes de uma sala de aula convencional, pois seu trabalho era mais amplo e ao mesmo tempo interligado. Ele defendia uma sociedade livre de leis e de preconceito regida pelo respeito mútuo, o qual substituiria todas as leis e códigos. Em suma uma sociedade afeita a liberdade e ao trabalho como princípios básicos.

Por fim, esperamos que esta pesquisa contribua com a história da educação de Bragança e das demais cidades do interior paulista por onde Jubert passou, viabilizando, desse modo, um novo ponto de vista para a superação de uma história linear e neutra, como a que encontramos nas versões oficiais.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

Boletim da Liga Operária de Bragança – FPJCB/CDAPH

Estatutos da Liga Operária de Bragança – FPJCB/CDAPH

Alvará de licença-crime para queixa-crime (1911), autorização para o padre Leonardo Gioieli processar Joseph Jubert por calúnia e difamação – FPJCB/CDAPH

Apelação (1911) de Joseph Jubert contra a condenação do processo do padre – FPJCB/CDAPH

Inquérito Policial (1911) aberto para investigar Benedicto Cardoso de Oliveira e outros como responsáveis pela greve em Bragança – FPJCB/CDAPH

Processo crime (1911) relativo à distribuição do *Boletim* em Bragança – FPJCB/CDAPH

O dia de oito horas (1908) – Acervo digital do AEL, Unicamp

Translado dos autos-crimes por injúrias impressas (1911), autorização para advogados representarem o padre Leonardo – FPJCB/CDAPH

Fontes Periódicas

A Cigarra – 1918 Arquivo digital da Biblioteca Nacional

A Época – Arquivo digital da Biblioteca Nacional

A Lanterna – Arquivo digital da Biblioteca Nacional e Arquivo Edgar Leuenroth

Almanak Laemmert – Arquivo digital da Biblioteca Nacional

Almanach Bragantino – Acervo do CDAPH-USF

Almanack de Bragança – Acervo do CDAPH-USF

Almanach Paulista – Acervo do CDAPH-USF

Anuario de Bragança – Acervo do CDAPH-USF

A Notícia – Acervo do CDAPH-USF

A Plebe – Acervo digital do Arquivo Edgar Leuenroth, Unicamp

A Rebelião – Acervo digital do CEDAP, Unesp

A Voz do Trabalhador – Edição Fac-similar Acervo do CDAPH-USF

Cidade de Bragança – Acervo do CDAPH-USF e Arquivo do jornal Bragança Diário

Correio da Manhã – Arquivo digital da Biblioteca Nacional

Correio Paulistano – Arquivo digital da Biblioteca Nacional

Diário Español – Arquivo digital da Biblioteca Nacional

O Apostolo – Acervo digital da Biblioteca Nacional

O Bauru – Acervo da Universidade Sagrado Coração de Bauru

O Germinal – Acervo digital do Arquivo Edgar Leuenroth, Unicamp

O Guaripocaba - Acervo do CDAPH-USF

O Operário – Edição Fac-similar (Digital- Arquivo pessoal)

Terra Livre – Acervo digital do CEDAP, Unesp

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. Trad. de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BARATA, A. M. Maçonaria brasileira e sociabilidade ilustrada (1870-1890). In: MARTINS, I. I.; MOTTA, R. P. S.; IOKOI, Z. G. **História e Cidadania**. XIX Simpósio Nacional da ANPUH. Belo Horizonte-MG, v. II, p. 566-79, Jul/97.

BARREIRA, L. C. **Movimento Operário e relações entre educação e trabalho no florescimento da indústria têxtil em Sorocaba (1909-1913)**. 2004. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo7/415.pdf>. Acesso em: 17 mar/2019.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BENJAMIN, W. Paris, capital do século XIX. In: Flávio R. Kothe (Org.). Walter Benjamin: **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1985a.

BENJAMIN, W. Paris do Segundo Império em Baudelaire. In: Flávio R. Kothe (Org.). Walter Benjamin: **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1985b.

BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza. In: _____. **Magia e técnica, arte e política** – Obras escolhidas. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet – Vol. 1, 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política** – Obras escolhidas. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet – Vol. 1, 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

BOSCHETTI, V. R.; FERREIRA, V. B. A cidade, os movimentos sociais operários e a educação. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 669-687, nov. 2016.

BRESCIANI, M. S. M. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BUENO, M.F.G. Fotografias: do olhar do fotógrafo à trama urbana. **CRM. Cadernos do Centro de Memória Regional**, Bragança Paulista: CRM. Universidade São Francisco, vol. 1, n. 2, p. 7-10, 1993.

BUENO, M. F. G. **O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900–1920)**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2007.

CARVALHO, M. M. C. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

CARVALHO, M. M. C. **Sampaio Dória. Recife**: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 158p.

CARVALHO, R. L. P.; CAVALHEIRO, C. C. Introdução. In: CARVALHO, R. L. P. (Org.). **O Operário**-edição fac-similar. Sorocaba, SP: Create, 2007. 580 p.

CHAHIN, S. B. **Escolas, cidades e disputas: lugares da educação libertária**. 2013. f 216. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-FAUUSP, São Paulo, 2013.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

_____. Meritocracia é um mito que alimenta desigualdades. Manuel Alves Filho entrevistador do Jornal da Unicamp (2017). Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub>>. Acesso em: 20 nov/20.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COSTA, A. M.; SCHWARCZ, L. M. **1890-1914 - No tempo das certezas**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

D'ANGELO, M. **Caminhos para o advento da escola de aprendizes artífices de São Paulo (1910-1930): Um projeto das elites para uma sociedade assalariada**. 2000. f 350. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DEL CONT, V. *Scientiæ zudia*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 511-30, 2013.

DIAS, E. **História das lutas sociais no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

DOSSE, F. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. – 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

ESCOLANO, A. A arquitetura como programa. In: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. 152p.

FARIA, E. **Dicionário Escolar Latino-Português**. 3ªed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1962.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, p. 19-34, maio. jun. jul. ago. 2000.

FERREIRA, V. B. **O movimento operário e a educação na imprensa sorocabana na primeira República**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – UNIMEP. Piracicaba, 2009.

FERRER Y GUARDIA, Francesc. **A escola moderna**. Trad. Ateneu Diego Giménez. Piracicaba: Ateneu, 2010. Disponível em:
<<https://we.riseup.net/assets/160969/Ferrer%20e%20Guardia%20a%20escola%20moderna.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

FREGONI, O. R. **Educação e resistência anarquista em São Paulo**: a sobrevivência das práticas da educação libertária na Academia de Comércio Saldanha Marinho (1920 – 1945). 2007. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP, 2007.

FRANCESCHI, M. T. **Grupo Escolar José Guilherme**: uma história em três atos. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.

GALLO, S. **Pedagogia do Risco**: experiências anarquistas em educação. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

GALLO, 1997. Pedagogia libertária e ideologia: vias e desvios da liberdade. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 15, n. 27, p. 17-34, jan./jun. 1997.

GHIRALDELLI JR., P. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez, 1987.

GODOY, L. F. **O mercado público de Bragança**: patrimônio cultural, educação dos sentidos e das sensibilidades (1870-1910). 2018. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco, Itatiba, 2018.

GONZAGA, L. O. **Educação libertária e escola pública**: Desafios e possibilidades. 2010. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Licenciatura em Letras. Porto Alegre, 2010. ^

GUIMARÃES, M. F. **Versões monolíticas de memórias e histórias em questão**: a colonização do presente pelo passado, 2013. Disponível em
<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371302776_ARQUIVO_ANPUH2013-Natal_1_.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2016.

HALL, M. Imigrantes. **Trabalhadores**, Campinas, São Paulo, 1989.

HALL, M. Strikes by coffee plantation workers in the brazilian first republic, 1889- 1930. In. **Primeiro Colóquio Internacional** —greves e conflitos sociais no século xx, Universidade nova de Lisboa, 17-19 de março de 2011.

HOBBSAWM, E. J. **Revolucionários**. Trad. de João Carlos Victor Garcia e Adelângela Saggiore Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Movimento operário. **Trabalhadores**, Campinas, São Paulo, 1989.

ISHIZU, A. L. **Evolução da malha urbana e a arquitetura de Bragança Paulista 1884-1967**. 2009. 278 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 2009.

JUSBRASIL. **Constituição 1891**. Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10602961/artigo-72-da-constituicao-federal-de-24-de-fevereiro-de-1891#:~:text=%C2%A7%2012%20%2D%20Em%20qualquer%20assunto,N%C3%A3o%20%C3%A9%20permitido%20o%20anonimato>>. Acesso em: 20 nov./20.

KUHLMANN JR., M. **As grandes festas didáticas** – a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: Ed. USF, 2001.

LARROSA BONDIA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Trad. João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, jan-abr/2002.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990. Coleção Repertórios.

LEUTPRECHT, D. B. **O legado de Francisco Ferrer y Guardia em movimento: apropriações do modelo pedagógico racionalista nas escolas modernas nº.1 e de Stelton (1913-1925)**. 2018. 230f. Tese de Doutorado – Universidade do Estado de Santa Catarina– UDESC– SC, 2018.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

MARTINS, Nelson Silveira; LAURITO, Domingos. **Bragança 1763*1942**. Vol. III São Paulo: Mario M. Ponzini & Cia, 1943.

MARX, K. Maquinaria e grande indústria. In: MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Apresentação de Jacob Gorender; coordenador e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. – São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MEDEIROS, D. A. C. **O Grupo Dr. Jorge Tibiriçá: das escolas isoladas à escola idolatrada (1890-1910)**. 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.

MORAES, C. S.V.; RIGHI, D.; SANTOS, L.; CALSAVARA, T. Inventário de fontes das escolas dirigidas pelo educador anarquista João Penteadó (1912-1961): dimensão pedagógica e contribuição para a história da relação trabalho e educação no Brasil. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 11, n. 1 (25), p. 117-142, jan./abril. 2011.

MUNAKATA, K. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PINHEIRO, P. S. O proletário industrial na primeira república. In: FAUSTO, Bóris. **História geral da civilização brasileira: sociedade e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978.

PINTO JR., Arnaldo. **A invenção da “Manchester Paulista”**: embates culturais em Sorocaba (1903-1914) (dissertação de mestrado) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP: [s.n.], 2003.

PERES, F. A. **Estratégias de aproximação: um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade

de São Paulo-USP, 2004.

REIS F^o., Casemiro dos. **Índice básico da legislação do ensino paulista: 1890-1945.** Campinas, SP: Gráf. /FE, Gráf. Central UNICAMP, 1998.

RODRIGUES, E. **Nacionalismo & Cultura Social 1913-1922.** Rio de Janeiro-Guanabara: Laemmert, 1972.

RODRIGUES, E. **Os libertários: ideias e experiências anárquicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

RODRIGUES, E. Prefácio. In: CARVALHO, R. L. P. (Org.). **O Operário**-edição fac-similar. Sorocaba, SP: Create, 2007. 580 p.

SANTOS, L. E. **A trajetória anarquista do educador João Penteado: Leitura sobre educação, cultura e sociedade.** 2009. 298p. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2009.

SCHWARCZ, L. M. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 20, p. 134-152, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau. (Org.). **História da vida privada no Brasil 3: república da Belle Époque à era do rádio.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SOUZA, S. A. **'El terrible anarquista' Joseph Jubert: por entre rastros, memórias e histórias.** 2016. 179f. Dissertação de Mestrado. Universidade São Francisco, 2016.

TABORDA, M. A. Entre a invenção e a tradição: possíveis contribuições da obra de Eric Hobsbawm para uma história social da educação. In: LOPES, E. M. T.; FARIA F., L. M. **Pensadores sociais e a história da educação II.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

TARDELLI FILHO, F. A. **A educação no jornal "O Operário" (1909-1913): uma análise das tendências educativas.** 2019. 214 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos (Campus Sorocaba) - Sorocaba, 2019.

TEIVE, G. M. G.; DALLABRIDA, N. **A escola da república: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918).** Campinas-SP: Mercado de Letras, 2011.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina e trabalho. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 267-304.

TOLEDO, E. Segundo Congresso Operário Brasileiro. **CPDOC.** Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SEGUNDO%20CONGRESSO%20OPER%C3%81RIO%20BRASILEIRO.pdf>>. Acesso em: 20 nov./20.

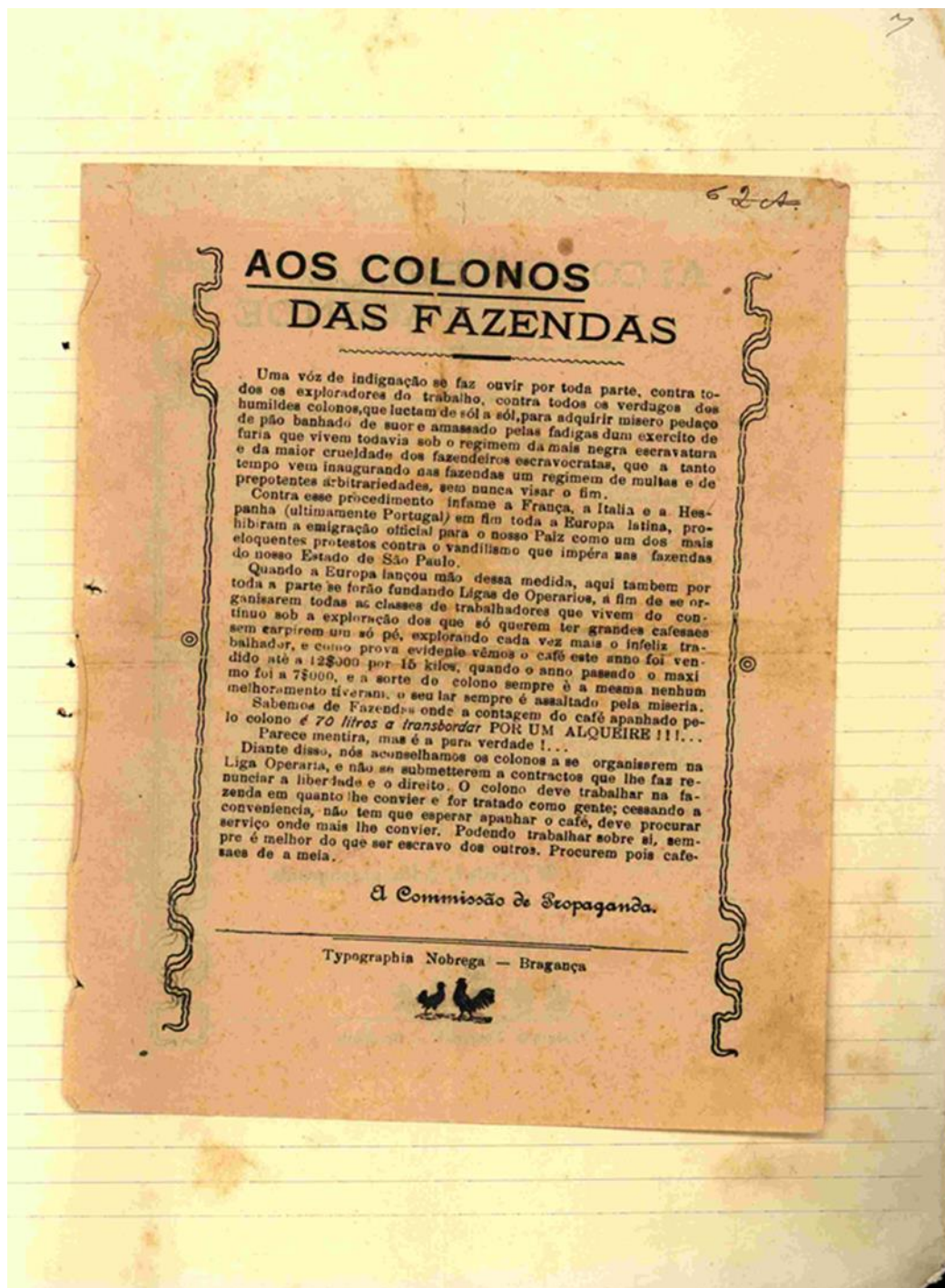
TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o socialismo.** 8^a ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VALENTE, M. P. **Imprensa e educação**: registro da escrita feminina no jornal o operário (1909-1913). 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade de Sorocaba, SP, 2014.

VOLOCHINOV, V.; BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. ed. 12^a, São Paulo: Hucitec, 2006.

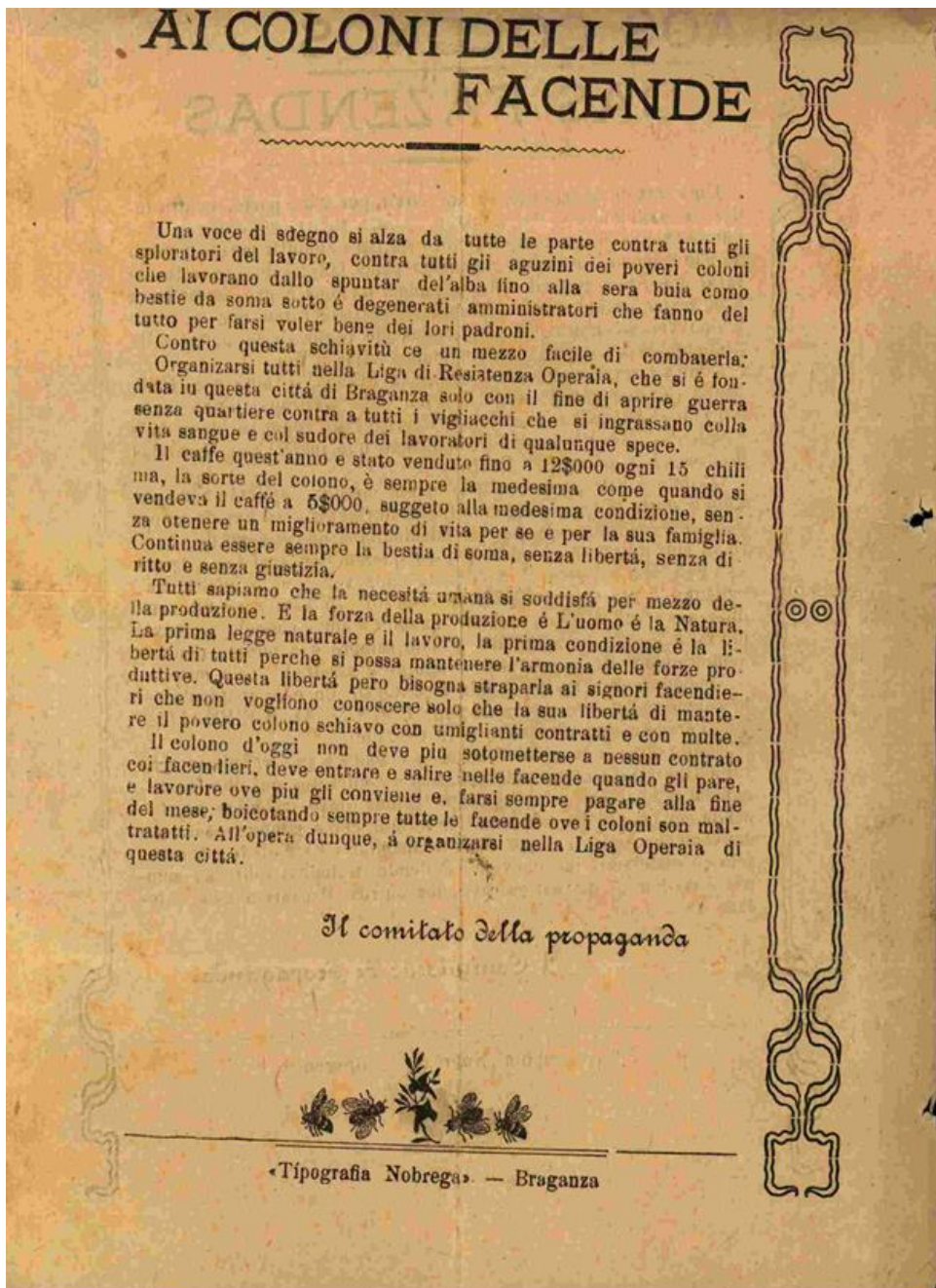
ANEXOS

Anexo 1. Boletim distribuído aos colonos, versão em português (frente), entranhado no processo-crime de 1911, (24x17cm)



Fonte: Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista, depositado no CDAPH – USF

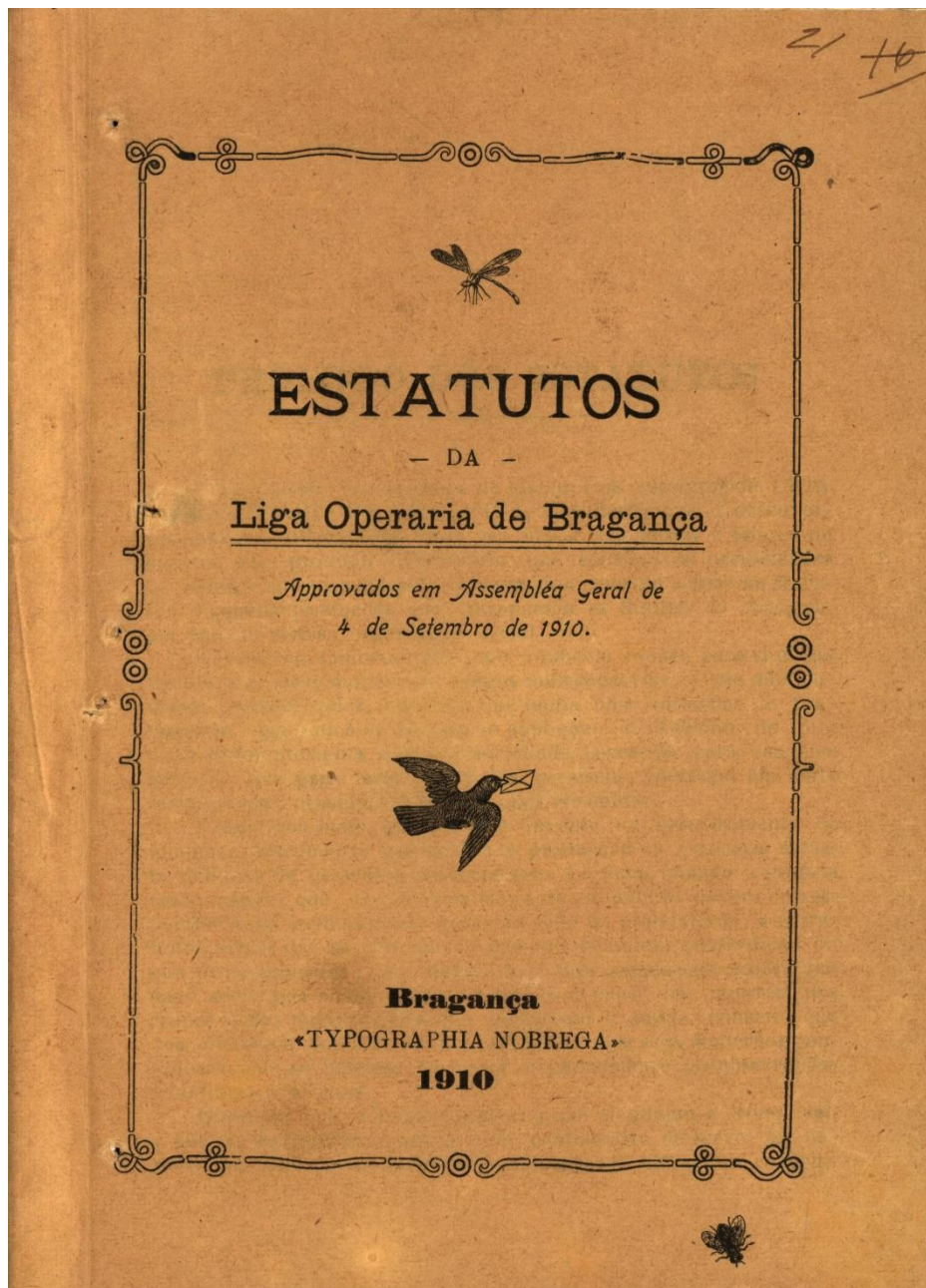
Anexo 2. Boletim distribuído aos colonos, versão em italiano (verso), entranhado no processo-crime de 1911, (24x17cm)



Fonte: Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista, depositado no CDAPH –

USF

Anexo 3. Estatutos da Liga Operária de Bragança 20,5x15cm, anexo ao processo-crime (1911)



PROLOGO DOS ESTATUTOS

A Comissão encarregada de elaborar os estatutos da LIGA OPERARIA DE BRAGANÇA, considerou que o desenvolvimento scientifico, tende cada vez mais a economizar o esforço do homem, para produzir o necessario que satisfaça as necessidades de todos, e que a abundancia, sempre traz consigo a crise no trabalho d'aquella producção que ultrapassou os limites do consumo, em face da viciosa organização social.

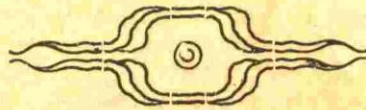
Considerou tambem, que todo o homem requer para si e sua familia, em certo numero de artigos indispensaveis, e que não podendo produzir todos, necessita que tenha uma variação de produções; que todos os homens se applichem ao trabalho de produzir differentemente o que a sociedade necessita para seu bem estar, e que para esse fim todos precisam empregar um certo tempo, como proclama a justiça mais elemental.

Considerou mais, que todo o invento ou descobrimento de qualquer instrumento que facilita a producção ou a riqueza, arrasta milhares de pessoas á desoccupação e á fome, quando a propria razão nos diz que os melhores meios de producção devem corresponder a um melhoramento geral da vida do proletariado, e entretanto vemos dar se esse phenomeno em completa contradicção do que devia succeder e isto, devido á viciosa organização e desigualdade social que ainda impera, a qual é a causa das guerras, dos crimes e das degenerações que perturbam o amplo conceito que nos offerece a humanidade por intermedio dos sens modernos pensadores, que se baseiam em todos os phenomenos das observações scientificas e sociaes.

Observou que o homem moderno não se adapta a viver sob a pressão das leis Draconianas e na continuação de servo ou escravo, se bem que as Constituições burguezas, lhe dão o conceito

de «homem livre» e que essa liberdade é reconhecida pelo proprietário, pelo capitalista e pelo explorador que lhe dão o direito somente de morrer de fome, quando delle não necessitam mais para augmentar o seu capital ou para a conservação da *sua propriedade*.

Vendo que a Revolução franceza, não libertou o homem quando proclamou seus direitos, porque continua até hoje a ser escravo e servo de todas as formas de governos, de proprietarios e capitalistas: Sente a necessidade de reunir um numero illimitado de homens que vivem honradamente do trabalho e que sejam livres de qualquer peia politica e religiosa a fim de se unirem pela força da cohesão e pelo estímulo do seu brio, e lutar sem treguas pela revindicação dos seus direitos e tomarem assento no banquete da vida, pelo comunismo social.



ESTATUTOS

— DA —

Liga Operaria de Bragança

*Approvados na Assembléa Geral de
4 Setembro de 1910*

Capitulo 1

Da Liga e seus fins

ART. 1. A Liga Operaria de Bragança, Estado de São Paulo, fundada a 14 de Agosto de 1910, por iniciativa dum grupo de operarios que se associaram, pela necessidade de defender os direitos da classe, compõe-se de numero illimitado de socios, e della só poderão fazer parte operarios de toda e qualquer nacionalidade sem distincção de côr.

§ unico. Não pôdem fazer parte na Liga:

Os advogados.

Os commerciantes de qualquer ramo.

Os padres de qualquer seita religiosa.

Os proprietarios que vivem de rendimentos.

Os capitalistas.

Os accionistas de empresas, bancos e companhias etc.

Os fazendeiros.

Os administradores de qualquer serviço.

Os velhos maiores de 70 annos.

Os menores de 14 annos.

Os ebrios e desordeiros (conhecidos como tal).

Os fins da Liga

ART. 2. A Liga tem por fim obter a diminuição das horas do trabalho e o augmento dos ordenados de conformidade e em relação ao trabalho e ao lugar; assim como os melhoramentos hygienicos, technicos, intellectuaes e moraes da classe;

a) Obter que os ordenados sejam pagos pontualmente todos os fins de mez;

e) Introduzir uma tarifa para o trabalho, estabelecendo o salario minimo e o horario maximo;

i) Estimular o espirito de solidariedade entre todos os operarios;

o) Installar o mais breve possivel uma escola racionalista, que possa ser frequentada pelos associados;

u) Promover um protesto no 1. de Maio de cada anno, e todas as vezes que certos factos ou injustiças o exijam;

y) Prestar todo o apoio moral e de defesa aos seus associados.

ART. 3. Promover todos os meios de propaganda nas fazendas e entre os colonos

ART. 4. Abster-se de se envolver em questões politicas ou religiosas, salvo nos casos em que houver relação directa com os fins da mesma ou com o interesse da classe geral dos operarios.

Capitulo II

Da admissão dos socios

ART. 5. Todo e qualquer operario que desejar associar-se na Liga, deverá fazer o seu pedido por escripto directamente ao Conselho da Liga, provando com documentos ou testemunha ser trabalhador.

ART. 6. Os operarios provenientes de qualquer outra associação co-irmã que se apresentarem ao Conselho da Liga, só serão admittidos se fizerem o pedido por escripto, provando não terem sido expulsos e, não terem exercido a «krumiragem», contra seu companheiro.

ART. 7. Se o Conselho da Liga, indeferir o pedido de qualquer operario que queira associar-se: por odios, antipathias ou vinganças, etc. haverá recurso para a Assembléa Geral, devendo o prejudicado se fazer propor por um socio numa sessão ordinaria.

Capitulo III

Deveres dos associados

ART. 8. Todo o socio contribuirá com um mil reis, para os estatutos, e mais a quota mensal de 1\$000, e 500 reis para os diplomas.

ART. 9. O socio deverá ser solidario em todas as questões de interesse commum, e observar escrupulosamente as disposições deste estatuto.

ART. 10. Os socios desempregados deverão communicar o seu estado de desocupação no prazo maximo de cinco dias, explicando o motivo que determinou a desocupação ao Conselho, que tomará as providencias exigidas.

ART. 11 Os socios não deverão trabalhar em officinas, fazendas, estradas de ferro, fabricas, machinas, etc. que tenham sido impedidas pela Liga em Assembléa Geral, sem previa autorisação desta.

ART. 12. O socio que tiver conhecimento de alguma vaga de trabalho, deverá communicar-o o mais breve possivel ao Conselho da Liga.

ART. 13. O socio que mudar ou se retirar desta cidade, deverá communicar ao Conselho, assim como os fins que determinaram a mudança.

ART. 14 Os socios deverão aceitar todas os cargos para os quaes forem eleitos, independente de qualquer remuneração; sendo admittidas as escusas por reeleição ou força maior sómente.

ART. 15 Os socios deverão ser sempre intermediarios da paz e harmonia entre os associados, desfazendo intrigas quando as houver; serem todos por um e um por todos.

Capitulo IV

Direitos dos socios

ART. 16 Os socios que ficarem desempregados por falta de trabalho e tendo esgotado seus recursos, terão o auxilio de 1\$000 por dia, durante o tempo que estiverem sem trabalho.

ART. 17. Os socios que, por motivo de solidiedade, ficarem desempregados, ou por desempenho de algum cargo incumbido pela Liga e, não tendo recurso algum, perceberão a quota de 1\$500 diarios, devendo o Conselho providenciar urgentemente sobre o caso, para alliviar a caixa

ART. 18. Serão dispensados da quota mensal, os socios doentes e os desoccupados durante o seu estado anormal.

ART. 19. Todos os socios terão o direito de votar e professar qualquer idéa politica ou religiosa.

ART. 20. Os socios que não encontrarem serviço nesta cidade, e quizerem procurar o em outras localidades, poderão exigir do Conselho uma recommendação e um auxilio, se estiverem sem recursos.

ART. 21. Todos os socios começarão a gosar das prerogativas deste estatuto quatro mezes depois da sua approvação pela Assembléa Geral, excepto em casos extraordinarios que deverão ser justificados.

ART. 22. Todos os socios terão o direito da palavra em qualquer sessão da Liga.

ART. 23. Todos terão direito a convocar uma sessão extraordinaria, mediante um requerimento assignado por cinco socios, idoneos e quites para com a Liga, ao qual deverão juntar o talão de recibo do ultimo mez. Essa petição deve ser apresentada ao Conselho, que convocará a reunião pela imprensa ou por boletins.

Capitulo V

Da Administração

ART. 24. A administração da Liga é confiada ao Conselho, composto de um thesoureiro, um secretario e tres conselheiros;

Uma comissão de propaganda e syndicancia composta de seis socios.

ART. 25. Compete ao Conselho:

- Cumprir e fazer cumprir estes estatutos;
- Zelar de todos os interesses da Liga;
- Convocar as Assembléas Geraes e extraordinarias quando julgar conveniente ou lhe forem requeridas na formalidade do Art. 23;
- Tratar de todo o assumpto economico da Liga;
- Presidir as Assembléas Geraes e extraordinarias;
- Qualificar os que quizerem associar-se;
- Intervir nas questões que surgirem entre patrões e socios, dando conhecimento ás Assembléas Geraes;
- Receber pareceres, queixas, pedidos, e deliberar a proposito;
- Gastar em despezas extraordinarias no maximo até a quantia de 50\$000;

Apresentar de trez em trez mezes um relatorio e balancete relativo ao trimestre;

Apresentar uma lista dos nomes dos socios activos annualmente;

Reunir-se uma vez por semana para tratar de todos os assumptos referentes ás suas attribuições;

Nomear commissões, delegados, e exonerar-os quando julgar conveniente;

Diffundir por todos os meios possiveis os fins a que se propõe a Liga.

ART. 26. Compete ao Thesoureiro:

Receber as mensalidades e qualquer outra quantia pertencente á Liga;

Conservar sob sua guarda e responsabilisar-se pelas quantias recebidas, não podendo conservar em seu poder mais do que 100\$000, salvo plena autorisacão da Assomblèa Geral;

Fazer pagamentos mediante a orden do Secretario e assignada por dois membros do Conselho;

Registrar no livro da caixa as entradas e sahidas das quantias, e bem assim em outros livros, os pagamentos que por ordem fizer;

Exhibir os livros, todas as vezes que os socios quizerem examinal-os;

Nomear em caso de impedimento, uma pessoa de sua inteira confiança, da qual será responsavel por qualquer irregularidade que houver

ART. 27. Compete ao Secretario:

Fazer as correspondencias, proclamações, avisos de que fôr encarregado pelo Conselho;

Conservar a escripturação em ordem;

Registrar, assignar, cartas e documentos recebidos ou expedidos pela Liga;

Registrar em livro para esse fim determinado, todo o movimento dos associados;

Estar sempre presente nas Assembléas Geraes, e lavrar as actas e proceder a leitura das mesmas e outras communicacões á Assomblèa;

Expedir mandados de pagamentos mediante a assignatura de mais dois membros do Conselho excluido o thesoureiro;

Registrar as deliberações do Conselho.

ART. 28. Compete á commissão de propaganda e syndicança:

Estudar todas as questões que lhe forem submettidas pelo Conselho, e dar seu parecer a fim de ser submettido á approvação da Assembléa Geral;

Diffundir e propagar por todos os meios possiveis os fins da Liga;

Fiscalisar e dar conhecimento ao Conselho das condições dos socios, officinas, fazendas estradas de ferro, machinas, emfim, onde houver socios trabalhadores;

Elaborar as tarifas e horarios.

ART. 29. Por impedimento ou molestia de algum dos membros do Conselho, será substituido por um membro da commissão de propaganda e syndicança.

Capitulo VI

Das Assembléas Geraes

ART. 30. A Assembléa Geral ordinaria se reunirá de tres em tres mezes, começando a primeira no dia dois de Outubro.

§ 1. Nas Assembléas Geraes se tratará de todos os assumptos concernentes á ordem do dia.

ART. 31. As Assembléas serão validas todas as vezes que se notar a presença minima de trinta socios.

§ Unico. Tendo sido convocada a Assembléa pela imprensa ou por meio de boletins e não comparecendo o numero sufficiente, depois de uma hora de espera, será aberta a sessão, e valda com qualquer numero.

ART. 32. As Assembleas deverão ser annunciadas cinco dias antes.

ART. 33. As Assembléas serão presididas pelo conselho, e um presidente aclamado na occasião.

§ Unico. As actas serão asignadas pelo presidente e secretario da sessão.

ART. 34. A Assembléa acclamará uma commissão composta de dois membros, a fim de proceder o exame de contas e verificar o balancete apresentado; a qual dará o seu parecer na primeira sessão seguinte.

ART. 35. De seis em seis mezes a contar de dois de Outubro, se fará a eleição do Conselho Administrativo, podendo entre-

tanto serem reeleitos os que continuarem a merecer a confiança da Assembléa Geral.

Capitulo VII

Das representações

ART. 36. A Liga Operaria é representada collectivamente pela Assembléa Geral.

ART. 37. A Assembléa, é representada pelo Conselho Administrativo composto de 5 membros.

ART. 38. Em juizo ou perante terceiros, será representada por um socio com procuração do Conselho Administrativo, ou por seu advogado.

ART. 39. Perante os Congressos Regionaes e Federaes, a Assembléa, resolverá o melhor meio de se fazer representar.

Capitulo VIII

Das eleições

ART. 40. As eleições do Conselho Administrativo serão feitas em uma só cedula, com explicita designação do Thezoureiro, com cedulas abertas, e por maioria de votos.

§ Unico. Ninguem poderá votar com procuração.

ART. 41. Os membros da commissão de propaganda e syndicancia, serão eleitos por indicação de seus companheiros de trabalho e acclamados nas Assembléas.

ART. 42. O Conselho Administrativo e as commissões de propaganda e syndicancia exercerão o cargo por seis mezes.

Capitulo IX

Do Estandarte, Bandeira e Distinctivos

ART. 43. A Liga Operaria, fará uso de um Estandarte de seda ou damasco, de côr vermelha encarnada, com uma franja de bambolins pretos ao redor, com as seguintes palavras em linha circular de ambas as faces: «LIGA OPERARIA DE BRAGANÇA», em letras bordadas a prata.

ART. 44. A Bandeira, a Liga usará aquella que melhor resolver em sua Assembléa.

ART. 45 O Conselho, se encarregará de mandar fazer, o quando basto para a associação, os respectivos distintivos e distribuir um a cada socio.

Capitulo X

Da moralidade social

ART. 46 A Liga em sua Assembléa, em seu Conselho e em cada um de seus socios, combaterá por todos os meios que lhe fôr possível, o jogo, o alcool e a prostituição.

Disposições Geraes

ART. 47 Nenhum socio poderá occupar o seu distinctivo em festas de character religioso ou politico; mas só nente em festas e protestos operarios, passeatas, recepções etc.

ART. 48 Todo o socio que c mpletar tres mezes sem pagar as mensalidades, a não ser por motivo de molestias, prisões e desoccupação, será eliminado.

ART. 49 O Conselho poderá expulsar o socio que se tornar indigno por actos praticados, não obedecendo porém a paixões, devendo dar conta desse acto à Assembléa Geral.

ART. 50 Serão considerados socios fundadores todos aquelles que tiverem pago a sua mensalidade e mais 1\$000 reis dos estatutos até 30 de Setembro de 1910.

ART. 51 A Liga Operaria, usará para sua defesa, todos os meios que forem approvados na Assembléa Geral e os que são approvados pelos Congressos do proletariado.

ART. 52 Todas as communicações deverão ser feitas por escripto ou verbaes ao Secretario, e este por sua vez fará sciente o Conselho.

ART. 53 Todos os casos não previstos por estes estatutos serão julgados pelo Conselho Administrativo que dará conhecimento à Assembléa, na primeira reunião.

ART. 54 Os membros do Conselho que deixarem de comparecer nas reuniões sem alegar motivos que os impossibilitem de comparecer, serão exonerados e substituidos na primeira Assembléa que houver.

ART. 55 O capital social sempre que cobrir a quantia de cem mil reis, será depositado num estabelecimento de credito a pprovado pela Assembléa Geral, ao juro nunca menos de 4% ao anno.

ART. 56. Declarar-se-á desolvida a Liga Operaria, quando o numero de socios estiver reduzido a oito.

ART. 57. O Conselho Administrativo será responsavel pelo extravio de dinheiros e mais objectos pertencentes á Liga Operaria, por motivos de negligencia ou má administração.

ART. 58. Os presentes estatutos só poderão ser reformados ou alterados por eleição, prevalecendo a maioria de votos.

ART. 59. A Liga Operaria, será absolutamente autonoma em sua vida interna e em suas relações e solidariedade,

ART. 60. Em casos de dissolução da Liga Operaria, os bens pertencentes á ella, serão arrecadados e inventariados e entregues á direcioria da Escola Moderna de São Paulo, a fim de ser difundida a instrucção racionalista na classe proletaria.

Bragança, 28 de Agosto de 1910.

A Comissão de elaboração

Joseph Tubert

Benedicto Antonio Ricci

João Buenaparte

● Conselho administrativo

Julio Gonçalves da Silva

João Buenaparte

Luciano Candido Ribeiro

Benedicto Antonio Ricci, Thesoureiro.

Joseph Tubert, Secretario

